

JÉSSICA ALBINO

**DO OUTRO LADO DA DIVISA: TRAJETÓRIAS DE INSERÇÃO PROFISSIONAL DOS
JOVENS DA PERIFERIA URBANA DE CAMBORIÚ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora:

Prof.^a Dr.^a Mariléia Maria da Silva

FLORIANÓPOLIS

2017

A336o Albino, Jéssica

Do outro lado da divisa: trajetórias de inserção profissional dos jovens da periferia urbana de Camboriú / Jéssica Albino. - 2017.

163 p. il. ; 29 cm

Orientador: Mariléia Maria da Silva

Bibliografia: p. 155-163

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2017.

1. Mercado de trabalho. 2. Jovens pobres – Camboriú. 3. Segregação. I. Silva, Mariléia Maria da. II. Universidade do Estado de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDD: 331.12 - 20.ed.

JÉSSICA ALBINO

DO OUTRO LADO DA DIVISA: TRAJETÓRIAS DE INSERÇÃO PROFISSIONAL DOS JOVENS DA PERIFERIA URBANA DE CAMBORIÚ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Banca Examinadora

Orientadora: _____

Prof.^a Dr.^a Mariléia Maria da Silva
Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

Membro: _____

Prof.^a Dr.^a Célia Regina Vendramini
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Membro: _____

Prof.^a Dr.^a Carmen Susana Tornquist
Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

Membro: _____

Prof.^a Dr.^a Vera Lucia Gaspar da Silva
Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

Florianópolis, 07 de agosto de 2017.

Aos trabalhadores do Distrito de Monte Alegre que, muito embora tenham ajudado a construir material e simbolicamente a cidade de Camboriú e representem, no ano de defesa desta dissertação, 40,4% de sua população, historicamente são relegados ao segundo plano das narrativas oficiais.

AGRADECIMENTOS

Desafio tão grande quanto escrever essa dissertação foi escrever estes agradecimentos. Afinal, foram muitos aqueles que, de uma forma ou de outra e mesmo antes de a minha estadia na UDESC passar de possibilidade à realidade, me ajudaram a trilhar este caminho. Sabia a quem gostaria de agradecer, mas não sabia como fazê-lo em palavras. Melhor dizendo: não sabia como *começar*. Daí ouvi, daquele que diariamente me acompanhou durante esta jornada, um sincero e bem humorado “*Comece pelo começo, oras!*”. E decidi, de fato, “começar pelo começo”, isto é, por ele mesmo: o meu pai, Gentil, e também minha mãe, Janete (*in memoriam*), a quem devo – dentre tantas outras coisas – dezoito anos de estudos, bem como, sobremaneira, as condições afetivas e materiais que me possibilitaram concluir mais este percurso. Por tudo o que esses esforços representam, obrigada. Dezoito anos de estudos, da pré-escola à pós-graduação, é quase o triplo de tempo que os meus pais e certamente muitos outros pais *trabalhadores*, juntos, conseguiram permanecer estudando: esta não lhes foi uma possibilidade dada – como tantas outras também não o foram.

Ainda falando em começos, disse o próprio Marx, no primeiro prefácio a O Capital (1867), que todo ele é difícil. Eu acrescentaria que todo começo, além de difícil, também pode parecer um tanto assustador – e *quase* sempre ele é. *Quase*: a tendência é a de que ele não pareça tão assustador assim quando se tem com quem contar e dividir a jornada. Por isso, agradeço à minha orientadora, Mariléia Maria da Silva, por todo conhecimento compartilhado nestes dois anos e, principalmente, pela orientação sempre sincera, ética, honesta e gentil; bem como às professoras Célia Regina Vendramini e Carmen Susana Tornquist, por disponibilizarem seu tempo para a leitura e avaliação deste trabalho, tanto na qualificação do projeto quanto na defesa desta dissertação.

Todo começo é difícil, mas *permanecer* pode ser ainda mais. Cabe então, aqui, o registro mais que fundamental às minhas queridas amigas Paloma e Meimilany, que conheci no mestrado, mas levarei para a vida: pela amizade e por terem me ajudado a ultrapassar tantos obstáculos ao longo destes dois anos, principalmente aqueles em relação à minha permanência no curso de mestrado: por apontarem possibilidades onde parecia haver apenas limitações e, quando de fato apenas haviam limitações, me ajudarem a encará-las com coragem.

Agradeço ainda aos meus irmãos, Gilberto e Jussara, ou apenas ao *Beto* e à *Sara*, por todo apoio nesta caminhada. Em particular ao *Beto* que, a 625 quilômetros de distância, muitas vezes não teve suas ligações atendidas ou mensagens respondidas a tempo, garantiu as

condições concretas “tecnológicas” sem as quais esta dissertação não teria ganho a sua forma final.

À Tarsila Bertoli e Andressa Brandt pelas caronas – e, nessas caronas, as boas conversas – que em muitas ocasiões tornaram os 86 quilômetros que separam Camboriú da Ilha de Santa Catarina, semanalmente percorridos, menos exaustivos.

Ao Fausto, meu amigo há muito mais tempo do que tenho lembrança, com quem sempre pude dividir minhas dúvidas teóricas e contradições pessoais e que, especialmente na reta final desse percurso, foi um verdadeiro *camarada* em todos os sentidos da palavra: grata, Fausto, por ter me emprestado os teus olhos, ouvidos e ombros nos momentos em que a ansiedade, os pensamentos acelerados, a confusão mental e o “desespero conjuntural” pareciam estar quase levando a melhor.

À Filomena Rodrigues, por todo incentivo e, por que não dizer, certa insistência, em relação a um processo seletivo do qual eu estava decidida a não participar: gratidão, *Filó*, por me acompanhar ao longo destes anos, da graduação até aqui; por ter me apresentado (e ser um deles) aos “passarinhos” que anunciam uma alternativa histórica possível ao capitalismo e, principalmente, por me ajudar a *perceber*, com as suas orientações e conversas sempre tão francas, que o meu “tema de pesquisa” – que você, melhor do que ninguém, sabe não ser apenas um “tema de pesquisa” – é, sim, pertinente.

À Idorlene Hoepers e Michele Arend, minhas primeiras orientadoras, que me deram o apoio inicial e fundamental para os meus primeiros passos na pesquisa: uma trajetória pessoal ainda *in statu nascendi*, isto é, ainda desabrochando; para a qual não posso prever como será daqui para frente ou mesmo o seu desfecho, mas posso dizer quais princípios a orientam. Com vocês aprendi o valor da escuta: *escutar* é bem mais do que simplesmente *ouvir*. Escutar exige interesse naquilo que o Outro tem a dizer, para além do senso de obrigação ou das demandas de uma pesquisa. Não basta, portanto, apenas ouvir. O sentido da audição, por si mesmo, é apenas a transmissão de ondas sonoras perpassando freneticamente um aparelho auditivo, assim como falar pode ser apenas a produção de vibrações que perpassam cordas vocais, um aparelho fonador.

À Michele agradeço, ainda, por insistências que há um tempo eu ainda não tinha condições concretas de perceber e que, confesso, por mim foram algumas vezes mal interpretadas: independente de qual seja o nosso mirante, os “clássicos” são, sobretudo, conhecimento historicamente acumulado. Por isso, grata, Michele, por todo o conhecimento e todos os clássicos que dividiu comigo nos três anos em que (con)vivemos diariamente: em tempos de ceticismo e relativismo epistemológico e ontológico, discussão essa que mobiliza

cada vez mais, a cada “texto difícil” que me deparei ao longo destes dois anos – todos eles fazendo interlocuções a clássicos – te trouxe à minha memória “como se fosse ontem”.

À Sônia Fernandes, por todos os espaços que tornou possíveis ao longo de quatro anos de graduação e por uma história que eu nunca vou me cansar de contar: uma história que começou com poucas, porém, preci(o)sas palavras ditas em uma ainda recém-criada coordenação do curso de Pedagogia do campus Camboriú do IFC. Hoje, a vista que tenho do meu *mirante* é muito diferente daquela de seis anos atrás. Contudo, mudar de vista somente é possível quando se sai da terra firme e se encara o desafio de subir as escadarias que nos levam à vista do oceano. Ainda assim, quando se chega lá, é tamanha a imensidão desse oceano que logo outro desafio se faz presente: o de educar – no sentido pleno da palavra – os olhos para captar as nuances dessa imensidão. Nesse sentido, assim como não basta apenas ouvir, também não basta apenas ver: grata, Sônia, por todos os “*te atipa, menina*”, no mais genuíno sotaque serrano, que me ajudaram a ver *e* olhar o mundo, a realidade que o constitui e os fenômenos que à ela estão engendrados, com mais cautela. Alguma coisa a gente sempre deixa passar, é verdade... Mas quem disse que nós sabemos de tudo, não é?!

Registro, ainda, um agradecimento à toda “turma” (grande, grande turma) do Instituto Federal Catarinense – campus Camboriú, sem distinção. Alguns sequer foram meus professores, outros já se aposentaram, partiram para outras cidades e outros ainda, deixaram de existir fisicamente; mas todos, à sua maneira, fizeram e fazem parte da minha história. Como não posso correr o risco de ser injusta deixando alguém de fora – e convenhamos, esse risco é real: foram dez anos de casa e essa “turma” é uma grande, grande turma *mesmo* – não vou nomeá-los, mas tenho certeza de que cada um deles há de se reconhecer aqui. Por isso, registro meu agradecimento a todos os que, mesmo na condição de egressa, seguem fazendo parte da minha trajetória, vibram comigo a cada conquista e, como muitas vezes foi o caso, agiram concretamente – seja oferecendo apoio, seja pensando alternativas – para que essa trajetória pudesse prosseguir.

Por fim, mas nem por isso menos importante, às professoras Maurina e Mirian, gestoras das escolas onde a pesquisa foi realizada; aos professores Rosemari e Jayr, que cederam suas aulas e, sobremaneira, àqueles sem os quais essa pesquisa não haveria razão de ser: aos jovens do distrito de Monte Alegre. Moças e rapazes latinoamericanos, sem dinheiro no banco, sem parentes importantes, vindos de diversas partes do Brasil e do Estado de Santa Catarina. Ou mesmo da própria cidade de Camboriú, na porção norte de um litoral que muitas vezes se vende como o “paraíso” *para* a classe trabalhadora e seus filhos. Entre “*para* a classe trabalhadora” e seus filhos e “*da* classe trabalhadora” e seus filhos existe um abismo não apenas semântico-linguístico, mas, sobretudo, concreto-material: a singularidade-

particularidade dessa realidade, ciente de meus limites, não tenho a pretensão de esgotar. Ela ainda exige muitos estudos. Todavia, se o esforço em oferecer outro ponto de vista – o que, vale dizer, corresponde ao sentido dessa dissertação ter sido escrita – for uma contribuição, terei então, cumprido meu objetivo.

A crítica arrancou as flores imaginárias dos grilhões, não para que o homem suporte grilhões desprovido de fantasias ou consolo, mas para que se desvencilhe deles e a flor viva desabroche (MARX, 2010, p. 145).

RESUMO

A pesquisa, de caráter exploratório e do tipo estudo de caso, analisa os processos de inserção profissional dos jovens estudantes concluintes do Ensino Médio na periferia urbana de Camboriú em um cenário de novas configurações do trabalho e da educação em meio aos processos de litoralização e segregação socioespacial. Têm-se como marco teórico-conceitual as mudanças ocorridas nos processos de acumulação capitalista a partir da década de 1970 e suas implicações no mundo do trabalho, nas quais o fenômeno da litoralização, associado ao fenômeno das migrações, se materializa enquanto expressão da reestruturação produtiva no contexto de Santa Catarina. A análise das questões tem como norte teórico-metodológico a compreensão das categorias trabalho e educação sob a abordagem do materialismo histórico. Participaram do estudo 103 jovens matriculados no terceiro ano do Ensino Médio em 2016 nas duas escolas do Distrito de Monte Alegre/Camboriú, no período matutino e noturno. Verificou-se que a principal dificuldade de inserção profissional indicada pelos jovens estudantes é a falta de experiência articulada às poucas vagas no mercado de trabalho, sendo que a escolarização formal e complementar aparecem como principal estratégia de enfrentamento a essa dificuldade. Os sentidos de escolarização elaborados pelos jovens pesquisados estão fundamentalmente articulados aos discursos atualmente em voga sobre qualificação e empregabilidade, isto é, a educação como fator humano que facilita a inserção no mercado de trabalho. Quanto aos processos de segregação socioespacial, a articulação aos processos de inserção profissional surge mais ou menos implícita na evocação do trabalho como valor moral, enquanto estratégia de diferenciação frente aos estigmas historicamente atribuídos ao distrito de Monte Alegre e de descriminalização do lugar onde moram; expressando não somente a busca desses jovens por serem moralmente aceitos, mas, sobretudo, a busca por sua inserção como “sujeitos produtivos”.

Palavras-chave: jovens, inserção profissional, segregação socioespacial, litoralização, reestruturação produtiva.

ABSTRACT

The research has the exploratory purpose, by its case study, to analyze the processes of professional insertion opportunities offered to young students whose have concluded the secondary school studies, those living in the peripheral areas of Camboriú City, in a scenario of new labor shapes and education, amidst processes of socio-spatial littoralization and segregation. Provided the theoretical and conceptual milestone of the capitalist accumulation processes changes from the 1970s onwards, and their implications into the working environment, by which the littoralization phenomenon, associated to the migration phenomenon, materializes themselves as expression of the productive restructuring of Santa Catarina State context. The survey analysis has its theoretical and methodological north based on the categories of work, and educational comprehension, under the historical materialism approach. In the study participated 103 students enrolled in the third year of secondary school in the year of 2016, from two schools in the district of Monte Alegre in Camboriú, with classes held in the morning and at night. It was found that the main difficulty to the professional insertion opportunity, as indicated by the young students, was the lack of experience, articulated to the lack of vacancies in the labor market, whereas the formal and complementary schooling present themselves as the main strategy to face that difficulty. The purposes of schooling, elaborated by the surveyed students, are critically articulated to what happens to be popular speech about qualification and employability, namely, the education as a human factor to facilitate and integrate in the labor market. With regard to the socio-spatial segregation processes, the professional insertion processes articulation arises somehow implicit from the evocation of labor as a moral value, while differentiation strategy to the stigmas historically valued to the district of Monte Alegre, and to the decriminalization in the places where they live; expressing not only those student's quest to be morally accepted, but above all, their quest for insertion as “productive subjects”.

Keywords: Young, professional insertion, socio-spatial segregation, littoralization, productive restructuring

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Vista de Balneário Camboriú e do Distrito de Monte Alegre.....	76
Figura 2 – Prédios em construção no bairro Tabuleiro, na porção em que faz divisa com Balneário Camboriú.....	98
Figura 3 – Operário da construção civil voltando para casa, no Distrito de Monte Alegre	99
Figura 4 – Primeiros focos de ocupação em Camboriú.....	101
Figura 5 – Mapa do perímetro urbano de Camboriú	103
Figura 6 – Mapa da evolução territorial urbana de Camboriú.....	108
Figura 7 – Prédio da antiga prefeitura municipal, construído em 1902	111
Figura 8 – Demolição da Prefeitura antiga, em 1989	111
Figura 9 – <i>Graffiti</i> no acesso ao Distrito de Monte Alegre	117
Figura 10 – Vista da rua Monte Agulhas Negras, Monte Alegre	118
Figura 11 – Vista da rua Jacarandá, Tabuleiro	118
Figura 12 – Vista do bairro Conde Vila Verde.....	119
Figura 13 – Vista da rua Petúnia, Conde Vila Verde	119
Figura 14 – Vista da rua Santa Cecília, Várzea do Ranchinho.....	120
Figura 14 – Distribuição da população migrante por origem do fluxo migratório.....	123
Figura 16 – Avaliação do atendimento de saúde	125
Figura 17 – Avaliação da segurança pública	126
Figura 18 – Avaliação dos espaços/opções de lazer.....	126
Figura 19 – Avaliação do transporte coletivo.....	127
Figura 20 – Motivos de insatisfação quanto ao emprego atual	139
Figura 21 – Razões mais fortes atribuídas à possibilidade de desistir dos estudos	141
Figura 22 – Razões mais fortes vinculadas à continuidade dos estudos	142
Figura 23 – Importância atribuída à escola	143
Figura 24 – Sentidos atribuídos ao ato de estudar	143
Figura 25 – Motivações mais fortes vinculadas à conclusão dos estudos	144
Figura 26 – Grau de dificuldade para encontrar emprego na região	145
Figura 27 – Distribuição dos jovens por tempo de espera para (re)inserção no mercado de trabalho	146
Figura 28 – Avaliação da oferta de trabalho no mercado regional.....	147
Figura 29 – Maior dificuldade para encontrar emprego na região	147
Figura 30 – Autoavaliação diante do mercado de trabalho	149
Figura 31 – Avaliação dos jovens acerca dos fatores que determinam uma boa inserção profissional	149
Figura 32 – Sentidos atribuídos ao trabalho	150
Figura 33 – Razões mais fortes para aceitar um emprego.....	151

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Síntese dos trabalhos mapeados: 1ª triagem.....	38
Tabela 2 – Trabalhos mapeados: 2ª e 3ª triagem.....	40
Tabela 3 – Teses e dissertações selecionadas.....	42
Tabela 4 – Trabalhos encontrados: Scielo, Scopus e <i>Redalyc</i>	44
Tabela 5 – Artigos selecionados: 3ª triagem	45
Tabela 6 – Trabalhos do GT 09 – ANPED	47
Tabela 7 – Artigos selecionados: GT 09 – ANPED.....	48
Tabela 8 – Trabalhos do eixo Trabalho e Educação da ANPED Sul	49
Tabela 9 – Artigos selecionados: ANPED Sul.....	50
Tabela 10 – Crescimento populacional: mesorregiões catarinenses	90
Tabela 11 – Evolução da população urbana: Camboriú e Santa Catarina.....	105
Tabela 12 – Expansão industrial de Camboriú no período de 1960-2010	112
Tabela 13 – Loteamentos aprovados em Camboriú: 1960-2010.....	113
Tabela 14 – Distribuição dos jovens por gênero e etnia.....	121
Tabela 15 – Distribuição dos jovens por faixa etária	121
Tabela 16 – Distribuição dos jovens por grupo familiar	121
Tabela 17 – Distribuição dos jovens por renda familiar	122
Tabela 18 – Distribuição dos jovens por situação da moradia e média de moradores por grupo familiar	122
Tabela 19 – Distribuição dos jovens por tempo de residência na cidade de Camboriú e no distrito de Monte Alegre	123
Tabela 20 – Estabelecimentos comerciais mais procurados.....	124
Tabela 21 – Atendimento de saúde procurado com mais frequência.....	124
Tabela 22 – Distribuição dos jovens por localização das atividades/espços de lazer.....	126
Tabela 23 – Segregação socioespacial na perspectiva dos jovens	129
Tabela 24 – Síntese das avaliações sobre o bairro e a cidade	130
Tabela 25 – Pontos negativos do bairro versus pontos positivos da cidade: grupo 01 – falta de policiamento, segurança e criminalidade.....	132
Tabela 26 – Pontos negativos do bairro versus pontos positivos da cidade: grupo 02 – infraestrutura urbana e acesso ao lazer.....	132
Tabela 27 – Diferenças percebidas pelos jovens entre os bairros do Distrito	133
Tabela 28 – Perfil dos bairros do Distrito de Monte Alegre a partir de suas diferenciações internas, elencadas pelos jovens	134
Tabela 29 – Pontos positivos do Distrito de Monte Alegre	135
Tabela 30 – Distribuição dos jovens por situação laboral	136
Tabela 31 – Distribuição dos jovens por tipo de vínculo empregatício e remuneração atual	136
Tabela 32 – Distribuição dos jovens por tipo de vínculo empregatício atual e anterior	137
Tabela 33 – Distribuição dos jovens por número de experiências profissionais prévias	137
Tabela 34 – Como conseguiu o primeiro emprego	138
Tabela 35 – Distribuição dos jovens por jornada de trabalho (horas e dias).....	138
Tabela 36 – Distribuição dos jovens por jornada de trabalho: tempos de pausa e hora extra.....	139
Tabela 37 – Distribuição dos jovens segundo o histórico/possibilidade de evasão escolar	140
Tabela 38 – Distribuição dos jovens de acordo com as representações atribuídas ao ensino superior	145

LISTA DE ABREVIATURAS

ADR	Agência de Desenvolvimento Regional
AMFRI	Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí
ANPEd	Associação Nacional de Pesquisa em Educação
CAIC	Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CASAN	Companhia Catarinense de Águas e Saneamento
CEDIT	Centro de Diagnóstico e Tratamento
CEI	Centro de Educação Infantil
CELESC	Centrais Elétricas de Santa Catarina
CITMAR	Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde & Mar
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
EEB	Escola Estadual Básica
EMASA	Empresa Municipal de Água e Saneamento de Balneário Camboriú
EMB	Escola Municipal Básica
ESF	Estratégia Saúde da Família
FURB	Fundação Universidade Regional de Blumenau
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IFSC	Instituto Federal de Santa Catarina
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PLAMEG	Plano de Metas do Governo
PUC	Pontifícia Universidade Católica
Redalyc	<i>Red de Revistas Científicas de America Latina y el Caribe, España y Portugal</i>
SciELO	Scientific Eletronic Library Online
SDR	Secretaria de Desenvolvimento Regional
UCB	Universidade Católica de Brasília
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNESC	Universidade do Extremo Sul Catarinense
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNINOVE	Universidade Nove de Julho
UNISC	Universidade de Santa Cruz do Sul
UNIVALI	Universidade do Vale do Itajaí
USP	Universidade de São Paulo
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	25
2	DO MIRANTE: QUESTÕES METODOLÓGICAS E PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES AO OBJETO DE ESTUDO.....	31
2.1	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA: UNIVERSO, AMOSTRA, COLETA E ANÁLISE DE DADOS.....	34
2.2	JOVENS, TRABALHO E EDUCAÇÃO NA PRODUÇÃO STRICTU SENSU.....	35
2.2.1	Seleção e coleta das fontes.....	36
2.2.2	Panorama geral das teses e dissertações.....	38
2.2.3	Panorama geral dos artigos científicos.....	44
2.2.4	Das centralidades nas produções analisadas.....	51
3	TRABALHO E EDUCAÇÃO NO CAPITALISMO: UMA RELAÇÃO CONTRADITÓRIA	65
3.1	DO PAPEL DA EDUCAÇÃO PARA A REPRODUÇÃO CAPITALISTA: A (CON)FORMAÇÃO DE UM TRABALHADOR DE NOVO TIPO.....	66
4	A CLASSE TRABALHADORA VAI AO PARAÍSO: DA (RE)PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO E A LITORALIZAÇÃO NO ESTADO DE SANTA CATARINA.....	77
4.1	O PAPEL DO ESPAÇO NA REPRODUÇÃO DO CAPITAL.....	78
4.2	“PEQUENA NOTÁVEL”: DA LITORALIZAÇÃO EM SANTA CATARINA.....	89
5	“O PROGRESSO ESCULPIDO COM TRABALHO”: PROCESSOS DE URBANIZAÇÃO E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM CAMBORIÚ.....	99
5.1	O CAOS PLANEJADO: EXPANSÃO URBANA DE CAMBORIÚ.....	100
6	DISCURSOS FLEXÍVEIS, DURAS TRAJETÓRIAS: PROCESSOS DE INSERÇÃO PROFISSIONAL DOS JOVENS DA PERIFERIA URBANA DE CAMBORIÚ.....	117
6.1	DOS PROCESSOS DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NA PERSPECTIVA DOS JOVENS INVESTIGADOS.....	120
6.1.1	Os jovens da pesquisa: quem são, de onde vêm e como vivem.....	121
6.1.2	Da avaliação que fazem de suas condições concretas de vida.....	124
6.1.3	Das relações que estabelecem com o distrito de Monte Alegre e a cidade de Camboriú.....	128
6.2	DOS PROCESSOS E TRAJETÓRIAS DE INSERÇÃO PROFISSIONAL.....	136
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	153
	REFERÊNCIAS.....	155

1 INTRODUÇÃO

De modo geral, as últimas décadas foram marcadas por significativas transformações socio-político-econômicas, notadamente, no bojo da crise estrutural do capital, aquelas referentes aos processos de reestruturação produtiva nos países centrais do capitalismo. Desencadeada a partir da década de 1970, tal reestruturação foi deflagrada pelos sinais de saturamento do padrão de acumulação taylorista-fordista, bem como por uma consequente transição paulatina, ainda em curso, a um regime de acumulação flexível (HARVEY, 1993). Como assinala Antunes (2002), este processo refletiu-se não somente em alterações nos modos de produção, mas, sobretudo, em alterações substanciais nas relações de trabalho que, flexibilizadas, passaram a se materializar em contratos temporários e/ou terceirizados, bem como na precarização das condições de trabalho.

Nesse contexto, tais processos metamórficos de organização e divisão do trabalho culminaram, ainda, em “novas exigências” de qualificação do trabalhador. Se até então, com a predominância do fordismo, a exigência era quanto a um profissional especializado em apenas uma função, atualmente, cada vez mais vem se exigindo um perfil profissional mais “qualificado” e “polivalente”. É, portanto, nessa dimensão e no plano dos discursos ideológicos que a educação se insere como possibilidade de formar este novo perfil, tanto pelo discurso de que a educação por si mesma basta como via de acesso a uma vaga no mercado de trabalho, quanto pelo discurso da formação e qualificação constantes como sendo um “diferencial competitivo” (OLIVEIRA, 1999).

No que diz respeito aos jovens em particular, a deterioração do mundo do trabalho e o aumento das exigências de qualificação, expressas em um rol de ditas competências consideradas básicas para a conquista de um emprego, guarda vínculo com múltiplas implicações. Como alerta Frigotto (2004), os jovens se situam dentre os principais afetados pelas atuais transformações no mundo do trabalho no que concerne às condições em que vivenciam seu emprego atual, bem como, sobretudo, no que tange às oportunidades de um primeiro ou novo emprego¹.

Nesse sentido, partimos da compreensão de que as incertezas quanto ao futuro que crescentemente permeiam a condição juvenil – o ser jovem – só podem ser entendidas se considerarmos que há, em curso, um processo de crise estrutural do capital, cujas respostas, como também assinala Antunes (2002), não engendram apenas as necessidades de retomada do seu ciclo produtivo, mas também, de retificação de seu sistema político-ideológico de dominação, implicando alterações substanciais na esfera da sociabilidade e das relações de trabalho. Todavia, de acordo com Alves (2012), a maioria dos estudos brasileiros costuma salientar esta questão apenas sob o prisma da precarização das condições de trabalho. Tratada apenas sob a ótica da degradação

¹ No que se refere à América Latina dados do relatório “*Trabajo Decente y Juventud en América Latina y Caribe*”, publicado pela OIT (2014), sinalizam que no final do período que compreende os anos de 2005-2011, o desemprego juvenil chegou ao índice de 13,9% no continente latino-americano, sendo que no ano de 2011, 74,8 milhões de jovens entre 15 e 24 anos estavam desempregados em todo o mundo, correspondendo a uma taxa de 12,7% (OIT, 2012).

salarial e da espoliação da força de trabalho como sujeito de direitos, esta perspectiva de estudos consequentemente incide no ocultamento de outras dimensões da desefetivação do homem-que-trabalha como ser genérico, tendo em vista que, além da espoliação material, as novas condições instauradas pelas necessidades de refuncionalização do sociometabolismo do capital também alteraram o metabolismo social, provocando “mudanças significativas *no sentido da experiência humana* e, deste modo, no metabolismo social do trabalho como *totalidade social*” (ALVES, 2012, p. 25, grifos nossos). Sendo assim, quando se toma como ponto de partida as metamorfoses no mundo do trabalho, a tarefa de apreender as clivagens geracionais provocadas pelo capitalismo em sua atual fase nos exigem esforços teóricos e enfoques metodológicos capazes de apreender os processos e trajetórias de inserção profissional como sendo não apenas trajetórias de jovens trabalhadores assalariados inseridos em uma dada organização laboral, mas também, como trajetórias que, inseridas na vida cotidiana, são atravessadas por múltiplas dimensões da vida social.

Tendo isso em conta, nossa pesquisa se debruça especificamente às trajetórias de inserção profissional que se constituem em meio a processos de segregação socioespacial, aqui entendidos como sendo processos historicamente determinados que emergem com o capitalismo e, consequentemente, com ele se expandem e complexificam (SPOSITO, 2003). Para isso, analisamos a particularidade do estado de Santa Catarina sob a ótica do chamado “fenômeno da litoralização”. Intensificado a partir dos anos 1980 (GOULARTI FILHO, 2007; MICHELS, 1998; SEABRA et al., 2011), a litoralização – isto é, concentração da população e das atividades produtivas na porção leste do estado – vem atingindo proporções cada vez maiores conforme avança o processo de urbanização catarinense.

Dados mais atuais referentes ao crescimento populacional no Estado, demonstram que é na porção litorânea do Vale do Itajaí que se encontram as maiores taxas de crescimento populacional em Santa Catarina: conforme apontam os dados, a população do Vale cresceu mais do que a média estadual em um ano, representando uma taxa de 1,94% (32 mil pessoas) comparados aos 1,35%, observados no Estado em sua totalidade (IBGE, 2015). Na mesma direção, também é no litoral que se verifica, tendo as cidades de Balneário Camboriú e Florianópolis como principais destaques, um aumento substancial das ocupações no setor de serviços e comércio: indicadores publicados no início de 2015 pelo MTE – Ministério do Trabalho e Emprego sinalizam que Santa Catarina foi o Estado que mais criou postos formais de trabalho no país durante o ano de 2014, correspondendo a 2,79% da taxa nacional de criação de empregos. Entretanto, como analisa Seabra (et. al, 2011, p. 213), muito embora os municípios litorâneos de Santa Catarina apresentem um celebrado crescimento econômico pela via da geração de postos de trabalho, a concentração regional do crescimento do PIB por habitante, por sua vez, é menor do que o observado em relação ao crescimento demográfico. O que significa dizer, nas palavras do autor, que a proximidade ao litoral impacta, em termos de expansão, “[...] mais claramente sobre o processo demográfico do que sobre

a renda per capita”. Na mesma direção, no que concerne aos deslocamentos populacionais, apesar de a tendência a grandes concentrações demográficas ser mais intensa nos municípios maiores (como Joinville e Florianópolis), nas últimas décadas o resultado líquido das migrações permanece tendo como efeito predominante a conformação de aglomerados urbanos ancorados na precariedade das moradias, do acesso a serviços e equipamentos de uso coletivo e das condições de trabalho que, dentre outras questões, utilizando uma expressão de Kowarick (1979), constituem uma “somatória de extorsões” que se apresentam “[...] como socialmente necessários para a reprodução dos trabalhadores e aguçam ainda mais a dilapidação decorrente da exploração do trabalho” (idem, p. 22).

Para analisar este fenômeno, tomamos como estudo de caso a experiência das cidades de Camboriú e Balneário Camboriú, cujos territórios, até a emancipação política do Distrito da Praia (atual Balneário Camboriú), ocorrida no ano de 1964, constituíam o mesmo município, isto é, Camboriú. A partir de então, as duas cidades, que têm a BR-101 como sua principal divisa, seguiram caminhos geograficamente muito próximos, mas totalmente diferentes tanto em termos socioeconômicos como no que diz respeito à sua dinâmica populacional: no contexto da litoralização, os dados mais atuais (IBGE, 2015) indicam que ambas as cidades se destacaram em relação aos municípios circunscritos em termos de crescimento populacional. Contudo, se de um lado Balneário Camboriú vem ocupando uma posição de liderança no *ranking* da criação de empregos em Santa Catarina; no caso de Camboriú, os índices de crescimento foram significativos apenas quanto ao crescimento populacional que, somente nos últimos cinco anos, apresentou um aumento de 20% (IBGE, 2015b)².

O ponto nevrálgico que nos orienta na análise que aqui propomos, entretanto, parte da constatação de que, apesar da emancipação política das duas cidades, uma relação de co-dependência se desenvolveu, dando início a um processo de conurbação que, intensificado na década de 1980, segue tendo como característica marcante o deslocamento de boa parte da força de trabalho de Camboriú para a cidade vizinha (CORRÊA, 1985; REBELLO, 1997). Diante disso, o que se pode constatar em perspectiva histórica é que, conforme foi avançando o processo de litoralização do Estado, ambas as cidades passaram a se configurar como centros receptores de intensos fluxos migratórios, sendo em Balneário Camboriú para o trabalho e em Camboriú, para a moradia. Nesse cenário, a produção do espaço urbano de ambas as cidades passou a incorporar uma série de questões inerentes às grandes concentrações urbanas, notadamente no que diz respeito à infraestrutura, à especulação imobiliária, à tendência ao subemprego, bem como à formação e expansão de territórios de pobreza nas franjas e regiões periféricas das duas cidades, principalmente

² Conforme os dados do Censo 2010, Camboriú tem uma população de 62.361 habitantes. A população estimada para 2015, elaborada pelo IBGE, era de 74.434. Balneário Camboriú, por sua vez, tem uma população de 108.089 habitantes, com população estimada para 2015 de 128.155 (IBGE, 2015b; 2015c).

de Camboriú. Sendo assim, foi tendo em conta estes elementos históricos e estruturais que delineamos e situamos o problema da pesquisa: levando em consideração a crise de emprego com a qual convive a atual geração de jovens, como estes sujeitos vêm construindo suas trajetórias de inserção profissional no contexto das novas configurações assumidas pelo trabalho e pela educação em meio aos processos de segregação socioespacial? Como desdobramento da questão anterior, questiona-se: quais são os sentidos de escolarização elaborados por estes jovens? Qual a relação percebida pelos jovens entre o que se aprende na escola e o mundo do trabalho? A escolarização de fato se materializa em oportunidades concretas de inserção profissional? Quais as principais dificuldades percebidas por estes sujeitos, no que diz respeito à inserção no mercado de trabalho da região?

Para tal, elencamos como objetivo geral analisar as trajetórias de inserção profissional de jovens concluintes do terceiro ano do ensino médio oriundos da periferia urbana de Camboriú frente aos processos de segregação socioespacial na região delimitada e sua articulação com as recentes transformações no mundo do trabalho. Como objetivos específicos, elencamos: 1) identificar quais são os sentidos de escolarização elaborados por estes jovens; 2) identificar as principais dificuldades de inserção profissional enfrentadas pelos jovens estudantes no contexto delimitado e as possíveis estratégias criadas pelos jovens frente a estas dificuldades e 3) compreender como os processos de inserção profissional trilhados pelos participantes da pesquisa se relacionam às suas compreensões de escolarização.

Estas questões, que aqui propomos, são desdobramentos identificados no contexto de uma pesquisa realizada pela autora durante a graduação³, cujo objetivo era analisar a formação dos projetos de vida individuais e coletivos elaborados por jovens da periferia urbana de Camboriú e que, dados os limites de um trabalho de conclusão de curso, permaneceram sem considerações preliminares significativas. Verificou-se, naquela ocasião, que o papel da escola na elaboração dos projetos de vida juvenis estava expressivamente vinculado à necessidade de inserção no mercado de trabalho, bem como que estes projetos se situavam em duas dimensões: projetos de vida centrados na sobrevivência e projetos de vida centrados em uma visão idealizada de “ascensão social”, ambas fundadas no trabalho alienado. Diante disso, não raro enfrentando processos de constrangimentos, restrições e distinções em função de seu local de moradia e à própria condição juvenil, evidenciou-se que os jovens cresciam na cidade, ajudavam a construí-la material e simbolicamente, mas, na maioria das vezes, não se sentiam parte dela, tendo em vista que seus projetos de vida geralmente tinham como horizonte o desejo de estabelecer residência em Balneário Camboriú. Ou seja, evidenciou-se que a formulação dos projetos de vida juvenis tinha também uma dimensão socioespacial.

³ Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Pedagogia) intitulado “Vozes da periferia: a formação dos projetos de vida dos jovens que frequentam a escola no Distrito de Monte Alegre”.

Daí que, entre projetos de sobrevivência e projetos de ascensão social, percebemos, naquele percurso investigativo, que não obstante a classe social permanecesse como condição e categoria válida para explicitar e analisar grande parte das questões propostas, os contornos que ela assumia no plano da consciência individual não possibilitava afirmar que as apreensões mais imediatas que os jovens faziam da realidade em que estavam inseridos os conduzissem à construção de projetos coletivos: os jovens que participaram daquele estudo não possuíam vínculos com grêmio escolar, movimentos sociais e, no caso dos trabalhadores, também não eram sindicalizados. E também não demonstravam “interesse” em fazê-lo.

Não estávamos, contudo, diante de um dilema inédito, marcado pela compreensão preliminar de que os sujeitos, “cooptados” pelos construtos ideológicos da sociabilidade burguesa, ora transitavam entre o desejo de se projetarem como se fossem legítimos integrantes da classe dominante, ora engendravam-se ao sentimento de conformação. Este movimento, realizado pelo sujeito em sua individualidade, se constitui no ponto de partida fundamental para apreender como se forma a consciência de classe. Como nos ensina Iasi (2013, p. 69), esta “cooptação” do sujeito trata-se de um amoldamento que – além da classe social – tem como categoria essencial para a sua apreensão a ideologia, tendo em vista que os trabalhadores amoldam “[...] a essas ideias porque sofrem uma imposição por parte da classe dominante, de maneira que acabam por constituir sua visão de mundo a partir de ideias, valores e formas de pensar a si mesmo e ao mundo”.

Entretanto, como a análise das questões da pesquisa, à época, estava centrada nos fatores intraescolares, em um esforço teórico por apreender como a escola poderia se relacionar melhor com estes sujeitos (principalmente no que concerne às relações entre jovens, professores e gestores da escola), questões como as contradições estruturais do capitalismo, a centralidade do trabalho na constituição do ser social – incluindo-se, aqui, a própria constituição do ser social, temática tratada por Lukács (2012, 2013) – e o papel da educação em uma sociedade capitalista acabaram, ainda que não fosse essa a intenção, relegadas a um segundo plano. Nesse sentido, retomando as palavras de Iasi (2013), se a primeira expressão de consciência do trabalhador é a expressão do meio em que vive, da sociabilidade que o rege (ou seja, a sociabilidade burguesa) e com a qual ele partilha a mesma base material (ainda que desigualmente), a imposição de valores da classe dominante pela via da coerção explicaria apenas em parte o fenômeno do amoldamento e apassivamento da consciência de classe.

Em outras palavras, a dominação ideológica, muito embora se dê significativamente pela coerção, também é, sobremaneira, sedimentada pela persuasão como forma de articular o consenso no sentido de preservar a hegemonia de classe. Por conseguinte, também não seria viável reduzir a apreensão da consciência de classe como sendo apenas a(s) forma(s) de pensamento típico de cada classe (seus valores, modos de agir, etc), sob o risco de dificultar a compreensão do ser em sua totalidade, em um movimento, “[...] que só pode ser compreendido no interior da totalidade de suas

relações e não isoladamente” (IASI, 2013). Dizendo de outro modo, no bojo da compreensão histórica, da apreensão quanto às relações entre universalidade, singularidade e particularidade.

Daí despontou o interesse em aprofundar a investigação acerca da trajetória de inserção profissional dos jovens em um cenário de novas configurações do trabalho – e da educação – em meio aos processos de litoralização e segregação socioespacial, tendo em vista que, naquele momento, a dimensão socioespacial dos projetos de vida se apresentava como a estrutura significativa dos processos investigados no cenário em tela. Um cenário que, apesar da superioridade dos indicadores de crescimento econômico das regiões litorâneas, se vê diante de questões ainda longe de serem superadas no plano da realidade concreta, isto é, um processo “desordenado” de urbanização, conurbação e de favelização que incide, cada vez mais, na diminuição da qualidade de vida, no incremento da violência urbana⁴ e um aumento significativo de desemprego ou subemprego que, como já sinalizamos anteriormente, afeta sobremaneira a população jovem.

Por fim, a dissertação está organizada em cinco capítulos, além desta introdução. No primeiro, descrevemos a metodologia utilizada na pesquisa, bem como apresentamos os resultados do balanço teórico realizado a fim de identificar como a temática “Jovens, Trabalho e Educação” vem sendo discutida no âmbito da pós-graduação em Educação. Estabelecendo como recorte temporal o período que compreende os anos de 2002 a 2016 e partindo do tema e do problema de pesquisa, procuramos identificar trabalhos que focalizassem ou tergiversassem problematizações acerca da inserção profissional de jovens estudantes do Ensino Médio em contextos de migração e segregação socioespacial. No segundo, examinamos a relação entre trabalho e educação especificamente no que concerne ao papel da educação para reprodução do capital e no terceiro, procuramos, partindo da Lei Geral da Acumulação (MARX, 2013) e com base nas análises de Carlos (2015), Harvey (2005) e Lefebvre (1972, 2000, 2002), fundamentar a concepção do espaço da qual partimos e seu papel na/para a reprodução capitalista; bem como tratamos dessa reprodução na particularidade do estado de Santa Catarina, tecendo alguns apontamentos sobre o fenômeno da litoralização. No quarto, situamos a particularidade de Camboriú no quadro da litoralização em Santa Catarina, bem como seus processos de segregação socioespacial com ênfase em sua dimensão objetiva, isto é, do ponto de vista da localização dos setores sociais, equipamentos de uso coletivo, etc., no espaço urbano da cidade. E, por fim, no quinto e último capítulo, sucedido das considerações finais, analisamos as trajetórias de inserção profissional dos jovens bem como os processos de segregação socioespacial na perspectiva destes sujeitos, priorizando, neste capítulo, sua dimensão subjetiva, isto é, as representações elaboradas pelos jovens acerca destes processos.

⁴ Dados da Secretaria de Estado de Segurança Pública referentes ao ano de 2012 apontaram Camboriú como sendo uma das cinco cidades mais violentas de Santa Catarina, junto de Criciúma, Florianópolis, Joinville e Chapecó.

2 DO MIRANTE: QUESTÕES METODOLÓGICAS E PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES AO OBJETO DE ESTUDO

A abordagem e os procedimentos científicos desta pesquisa, partindo das categorias trabalho e educação, ancoram-se em uma concepção materialista de história – o materialismo histórico (MARX & ENGELS, 2007), com vistas de, em um exercício de pensamento dialético, apreender o real sob a perspectiva da totalidade (LUKÁCS, 2012; 2013; NETTO, 2011, 2015).

Apoiando-nos em Netto (2015), primeiramente consideramos pertinente sublinhar – para melhor situar nosso ponto de partida no que concerne à perspectiva a qual nos apoiamos – que a riqueza categorial da obra de Marx consiste nas bases ontológico-materialistas do método dialético, riqueza que não esteve presente na produção de boa parcela de marxistas ao longo do século XX, em razão das condições sócio-históricas e culturais em que se constituíram⁵. Dito de outra forma, partimos da compreensão de que a orientação essencial do pensamento de Marx era de natureza ontológica e não epistemológica e, por isso mesmo, este não se preocupou em escrever “regras” ou “procedimentos” do “método” dialético (NETTO, 2001).

Nesse sentido, como nos ensina Netto (2001), compreendemos que “teoria” não consiste em um exame sistemático das formas dadas de um objeto no bojo de hipóteses e de relações de causa e efeito em suas formas visíveis, como supõe a tradição empirista e/ou positivista; tampouco, a construção de enunciados discursivos. Compreendemos teoria na acepção marxiana, onde ela é

[...] a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa. E esta reprodução (que constitui propriamente o conhecimento teórico) será tanto mais correta e verdadeira quanto mais fiel o sujeito for ao objeto (NETTO, 2011, p. 29-30, grifos do autor).

Nessa direção, assim como a teoria não consiste em um exame sistemático das formas dadas de um objeto, sua finalidade – a reprodução ideal do objeto – também não consiste em uma espécie de reflexo mecânico, no qual o pensamento reflete, tal como um espelho, a imagem diante de si, haja vista que, se por um lado este real concreto é o verdadeiro ponto de partida, por outro, em sua complexidade, ele não nos é dado de imediato. O que se coloca, portanto, é a necessidade de desenvolver o processo real de produção a partir da produção material da vida imediata, mas não a

⁵ Em linhas gerais, o autor se refere ao fato de que a constituição do marxismo operou-se num confronto aberto de ideias e concepções, particularmente no bojo da Segunda Internacional, em torno das diversas interpretações de Marx. Estas concepções, que também se espalharam na Terceira Internacional, acabaram por consolidar uma concepção de marxismo fortemente contaminada pelo positivismo (e muito *a posteriori*, pelo neopositivismo). Nestes termos, como assevera o autor, além de equivocadamente ter convertido o legado teórico de Marx em “doutrina”, tal concepção de marxismo construída pela Terceira Internacional “stalinizada” acabou por se impor, durante décadas, como a “justa” expressão das ideias de Marx, operando uma redução do método dialético a uma pauta agregadora de certo número de “leis” que, aplicadas à sociedade, examina as instituições sociais como determinadas, em última instância, pela infraestrutura, ou seja, à base econômica (Cf. NETTO, 2015).

fim de explicar a práxis partindo da ideia, e sim, de “explicar as formações ideais a partir da práxis material” (MARX & ENGELS, 2007, p. 42-43, grifos nossos).

Caso contrário, ou seja, se admitíssemos uma noção mecânica de reprodução ideal do objeto, isto implicaria atribuir ao sujeito que pesquisa um papel meramente passivo, enquanto que, para Marx, como nos assinala Netto (Ibdem, p. 25, grifos nossos), o papel do sujeito é essencialmente ativo precisamente para “[...] apreender não a *aparência* ou a forma dada ao objeto, mas a sua *essência*, a sua *estrutura* e a sua *dinâmica* (mais exatamente: para apreendê-lo como um *processo*)”. Por isso mesmo, a pesquisa e a teoria de que dela resulta exclui qualquer pretensão de “neutralidade”, o que, contudo, não exclui a objetividade do conhecimento teórico: “a teoria tem uma instância de verificação de sua *verdade*, instância que é a *prática social e histórica*” (Ibdem, p. 23, grifos do autor).

Nesse sentido, concordamos com Frigotto (2001, p. 77, grifos nossos), quando este assinala que a dialética materialista é uma postura, um método e uma práxis, na qual o método

[...] está vinculado a uma concepção de realidade, de mundo e de vida *no seu conjunto*. A questão da postura, nesse sentido, antecede ao método. Este constitui-se numa espécie de *mediação* no processo de apreender, revelar e expor a estruturação, o desenvolvimento e transformação dos fenômenos sociais.

Diante disso, a compreensão de como se produz a realidade social está imbricada à concepção que se faz de realidade social, o que exige, partindo da crítica do senso comum, a superação das formas de pensar precedentes, ou seja, do pensamento concreto existente. Sendo assim, de modo a evitar as armadilhas que fundamentalmente podem incorrer na simplificação ou banalização dos fatos, não se podem confundir as contradições, conflitos e antagonismos do movimento real com “o movimento do pensamento e do esforço de apreender esse movimento da forma mais completa possível” (FRIGOTTO, 2001, p. 80). Dito de outra forma, o triplice movimento da dialética materialista – de crítica (postura), construção do conhecimento “novo” (método) e da nova síntese, no plano do conhecimento e da ação (práxis), exige ter como ponto de partida os fatos e dados empíricos fornecidos pela realidade, de modo que seja possível, em um segundo momento, superar as impressões iniciais das representações fenomênicas destes fatos empíricos, desvelando a essência de suas leis fundamentais.

Destarte, se como alerta Frigotto (2001) a construção do conhecimento novo e da nova síntese exige ter como ponto de partida os fatos e dados empíricos fornecidos pela realidade, com vistas de a ela retornar, superando as impressões iniciais das representações fenomênicas; partimos da compreensão de que isto só é possível sob o ponto de vista da totalidade. É nesse sentido, pois,

que nos aproximamos da Ontologia do Ser Social de György Lukács para apreender as relações entre Trabalho e Educação sob a perspectiva da totalidade⁶.

Opondo-se ao marxismo vulgar e ao materialismo espontâneo, Lukács propõe, sobretudo, a retomada da noção de totalidade, afinal, tal como assevera o próprio, “[...] não é a predominância dos motivos econômicos na explicação da história que distingue, decisivamente, o marxismo da ciência burguesa — é o ponto de vista da totalidade” (LUKÁCS, 1974, p. 41 apud NETTO, 1976, p. 70). Para Lukács (2013), a totalidade – em outras palavras, a realidade/sociedade – é um complexo de complexos no qual a singularidade captada na esfera da cotidianidade, assim como a própria cotidianidade, é insuprimível como tal. Contudo, a singularidade, ainda que historicamente construída, se constitui na aparência inicial de relações mais complexas, ou seja, é a forma aparente de relações socialmente construídas.

Dizendo de outro modo, ao mesmo tempo em que é essencial para a apreensão do real, consta como insuficiente precisamente por se apresentar sempre no plano da imediatez: para além do que se apresenta na imediatez, é necessário apreender as relações universais que remetem e constituem dada ordem social. Nesse sentido, para que a universalidade não se confunda com generalizações ou abstrações vazias, esta precisa ser captada em suas particularidades, ou seja, em seus complexos universais que, muito embora não se objetivem igualmente em todas as realidades, estão dados na universalidade.

São nestes termos, portanto, que compreendemos a reprodução ideal do movimento real em termos de objetividade do conhecimento teórico: o conhecimento concreto do objeto é o conhecimento das suas múltiplas determinações e, tanto mais se reproduzem as determinações de um objeto, tanto mais o pensamento reproduz sua concreção real, ou seja, “o conhecimento do concreto opera-se envolvendo universalidade, singularidade e particularidade” (NETTO, 2011, p. 45). Nesse sentido, muito embora o complexo da educação não tenha sido particularmente estudado por Lukács, compreendemos que este se constitui, como todos os outros complexos sociais (o complexo da linguagem e do Direito, por exemplo, que foram mais detidamente estudados pelo filósofo) em um complexo social fundado pelo trabalho, guardando com ele uma relação de dependência ontológica e autonomia relativa. Consideramos relevantes e reportamo-nos às

⁶ Não cabe aqui traçar uma biografia intelectual de György Lukács. Entretanto, é pertinente ressaltar, em linhas gerais e com vistas à compreensão da gênese e do desenvolvimento de sua concepção de marxismo, que a complicada e tortuosa evolução do filósofo húngaro, conforme assinala Netto (1976), quando tomada episódica e isoladamente, conduz a repúdios extremamente contraditórios e, não raras vezes, infundados, principalmente em torno das acusações de ter sido ele um revisionista ou mesmo um intelectual de linhagem burguesa. Lukács realizou muitos trânsitos até se aproximar de Marx (primeiramente, foi muito próximo do neokantismo e, posteriormente, do neo-hegelianismo) e somente encontramos sua “virada ontológica”, ou seja, o início do seu “pensamento maduro” nos anos 1930, quando este entra em contato com os escritos de Lenin e os escritos de juventude de Marx, que impactaram profundamente suas concepções (NETTO, 1976). É por isso que, muitas vezes, se utilizam as expressões “Último Lukács” ou “Lukács ontológico” para discernir, grosso modo, a produção intelectual do filósofo a partir desta virada; expressões que utilizaremos aqui tão somente para situar o leitor, tendo em vista que, de acordo com Mészáros (2015) e Netto (1976), as rupturas existentes na obra de Lukács são intrinsecamente dialéticas, prescindindo, portanto, de periodizações.

contribuições de Lukács e seus intérpretes para apreender como se dão as relações entre trabalho e educação, tendo em vista que, tal como assevera Duarte (2009, p. 2), a educação “[...] adquire real significado como objeto da reflexão ontológica somente quando analisada como um dos complexos que compõem o ser da sociedade”, indissociada, portanto, da lógica histórica, na qual a análise das características concretas de um fenômeno que se apresenta em um dado contexto social não se desarticula da apreensão de sua essência no interior do processo histórico maior.

2.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA: UNIVERSO, AMOSTRA E PROCEDIMENTOS PARA A COLETA E ANÁLISE DE DADOS

A pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso em escolas públicas, tendo como sujeitos estudantes concluintes do Ensino Médio regular matriculados nas duas escolas estaduais localizadas no distrito de Monte Alegre no ano de 2016. Nossa intenção inicial era a de investigar tanto as trajetórias de inserção profissional como as trajetórias de migração. Contudo, passado o exame de qualificação, redefinimos o escopo da pesquisa apenas às trajetórias de inserção profissional e, no que tange ao fenômeno da litoralização no estado de Santa Catarina, priorizamos os processos de segregação socioespacial. Também havíamos delimitado a pesquisa apenas em torno do ensino noturno, por este concentrar de modo significativo os jovens trabalhadores.

Entretanto, por meio de um levantamento das turmas realizado junto às escolas com o objetivo de atualizar os dados referentes às matrículas daquele ano, constatamos que o universo referente ao ensino noturno havia diminuído significativamente. Nesse sentido, optamos por ampliar a amostra para as turmas matutinas, levando em consideração a possibilidade de depreender análises comparativas entre os turnos e, nesse contexto, delineou-se um universo de 125 jovens. Desses 125 jovens, entre desistências e recusas, conseguimos acessar 103, sendo 50 deles estudantes do período noturno e 53, do período matutino.

A inserção no campo de pesquisa e o contato com os participantes para a aplicação do questionário deu-se por meio da gestão escolar, com a anuência da Gerência Regional de Educação (GERED-Itajaí). A coleta de dados foi feita na própria escola durante aulas vagas e aulas cedidas por professores (mediante agendamento prévio com os mesmos), sendo que o instrumento utilizado foi um questionário contendo 98 questões distribuídas em quatro blocos temáticos conforme descrição a seguir, para o qual solicitamos identificação a fim de viabilizar o contato para uma possível entrevista⁷, garantindo, todavia, o anonimato na publicação dos dados e resultados, conforme expresso no TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

⁷ Inicialmente, foi considerada a necessidade de realizar algumas entrevistas (05 no total). Descartamos essa necessidade tendo em vista o cronograma da pesquisa e o fato de que a massa de dados obtida, apesar da dificuldade inicial em delimitar a amostra, foi satisfatória.

- 1) **Dados pessoais e dados familiares:** com questões relacionadas aos dados pessoais (idade, gênero, estado civil) e ao perfil socioeconômico dos sujeitos, como renda da família, situação da moradia, profissão dos pais e renda familiar.
- 2) **Trabalho:** com questões relacionadas ao perfil sociocultural e às condições de trabalho, relacionando condições de acesso aos bens culturais e tecnológicos, opções acessíveis de lazer e de sociabilidade juvenil; experiências e percepções de trabalho, bem como percepções quanto à inserção no mundo do trabalho. Para os jovens que já trabalham haverá questões relacionadas às condições de trabalho, como por exemplo, setor de inserção, remuneração, jornada, expectativas e percursos.
- 3) **Sobre o bairro e a cidade:** com questões que buscam investigar as condições de reprodução da existência destes sujeitos, tal como infraestrutura urbana, acesso aos serviços de saúde, saneamento básico, transporte, lazer e a oferta de trabalho.
- 4) **Trabalho e Educação:** com questões relacionadas às percepções e expectativas quanto à formação escolar e as relações percebidas entre escolarização e mundo do trabalho.

Definido o universo da pesquisa, sua amostra e o instrumento para a coleta de dados, nossa inserção no campo de pesquisa deu-se nos meses de setembro (turmas noturnas) a novembro (turmas matutinas) de 2016. Para a análise dos dados obtidos por meio deste instrumento foi empregada a análise estatística descritiva por meio de frequência absoluta (valor de n) e frequência relativa (%) na maioria das questões, exceto aquelas de múltipla escolha, ou seja, as que o sujeito poderia escolher mais de uma alternativa ou até mesmo incluir outra resposta. Estas foram analisadas pela quantidade de ocorrências e, por isso mesmo, trabalhamos nessas situações apenas com os números absolutos (ocorrências). Para a tabulação e apresentação dos dados utilizamos o MS Excel 2010.

2.2 JOVENS, TRABALHO E EDUCAÇÃO NA PRODUÇÃO *STRICTU SENSU*

Nesta seção, apresentamos os resultados do balanço teórico realizado a fim de identificar como a temática “Jovens, Trabalho e Educação” vem sendo discutida no âmbito da pós-graduação em Educação. Estabelecendo como recorte temporal o período que compreende os anos de 2002 a 2016 e partindo do tema e do problema de pesquisa, procuramos identificar trabalhos que focalizassem ou tergiversassem problematizações acerca da inserção profissional de jovens estudantes do Ensino Médio em contextos de segregação socioespacial.

No que diz respeito ao recorte temporal, optamos por investigar a produção *strictu sensu* nos anos de 2002-2016 por estes compreenderem os governos Luiz Inácio da Silva (2003-2006; 2007-2010) e Dilma Rousseff (2011-2014; 2015-2016), tendo em conta as análises de Ruy Braga em

torno da “política do precariado”. Quanto a essa questão, Braga (2012) argumenta que a ascensão de Luiz Inácio da Silva ao poder representou uma revolução passiva à brasileira apoiada na unidade entre duas formas de consentimento popular: 1) o consentimento passivo, obtido na esteira das políticas públicas de distribuição de renda e dos modestos ganhos salariais oriundos do crescimento econômico experimentado pela economia brasileira; e 2) o consentimento ativo, dado pela aderência das direções sindicais e movimentos sociais, ao aparelho estatal.

Nesse sentido, de acordo com o autor, após a derrota da greve de 1980 e face ao reconhecimento quanto aos riscos que uma ruptura com a estrutura oficial incidiria, a direção metalúrgica se reconciliou com o sindicalismo de Estado, muito embora não tenha deixado de negociar concessões aos trabalhadores. No entanto, tais ganhos foram conquistados à custa da pacificação das lutas de classe, notadamente pela incorporação de militantes de base ao aparelho burocrático, sendo que após o ano de 2003, essa

[...] *relação dialética de pacificação social*, cujos protagonistas são as direções sindicais reunidas em torno de Lula da Silva, transformou-se no eixo da vida política nacional. O controle do aparato estatal garantiu-lhes os meios necessários para selar o pacto entre o consentimento passivo das massas e o consentimento ativo das direções, consolidando a regulação lulista (BRAGA, 2012, p. 182, grifos do autor).

Dáí o nosso interesse em investigar a produção *Strictu Sensu* no bojo destas relações, partindo de algumas questões norteadoras: como a juventude é descrita nas produções mapeadas no âmbito dos programas de pós-graduação em Educação? 2) Como as relações entre Trabalho e Educação são evidenciadas nas pesquisas e, ainda, sob qual viés são abordadas as trajetórias de inserção profissional dos jovens? e 3) Como as relações dos jovens com o espaço urbano, em particular, a periferia, são tratadas nas produções?

Dito isso, no transcurso desta seção apresentamos algumas considerações sobre os procedimentos metodológicos adotados para a seleção e coleta das fontes, dois panoramas gerais sobre a produção *Strictu Sensu* – o primeiro, em torno das teses e dissertações e o segundo, em torno dos artigos científicos – e, por fim, algumas considerações preliminares sobre as centralidades temáticas, dentre as quais se inclui o Trabalho, presentes nas pesquisas mapeadas.

2.2.1 Seleção e coleta das fontes

Definido o recorte temporal, realizamos em cada tipo de produção três triagens assim definidas: na primeira, realizamos uma busca geral por textos que indicavam em seus títulos as problematizações acerca do tema de pesquisa, filtrando os trabalhos vinculados somente aos programas de pós-graduação em Educação; na segunda, verificamos nos resumos e palavras-chave o objeto de estudo de cada trabalho, de modo a descartar aqueles que não guardassem nenhum

vínculo com o nosso tema de pesquisa e, por fim, na terceira e última triagem, aplicamos os critérios de inclusão e exclusão definidos para cada descritor e quantificamos os trabalhos obtidos por tipos de produção: teses, dissertações e artigos científicos.

No que concerne às fontes, utilizamos os seguintes repositórios: para o levantamento das teses e dissertações, o Banco de Teses e Dissertações da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e o Banco de Teses e Dissertações do IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Em relação aos artigos publicados em periódicos, foram selecionadas as bases indexadoras de dados *Scielo*, *Scopus* e *Redalyc*, sendo que, posteriormente, também foi realizada uma busca nos anais da Associação Nacional de Pesquisa em Educação (ANPED) e da Reunião Científica Regional da ANPED – ANPED Sul, referentes ao Grupo de Trabalho (GT) 09 – Trabalho e Educação e ao eixo temático Trabalho e Educação, respectivamente.

Tanto nas buscas realizadas nas bases da CAPES e do IBICT como naquelas realizadas nas bases *Scielo*, *Scopus* e *Redalyc*, utilizamos como referencial inicialmente seis descritores, formados pela combinação do termo de busca Jovens (e/ou) Juventude a outros sete termos: Ensino Médio, Trabalho, Inserção Profissional, Emprego/Desemprego Juvenil, Periferia, Segregação Socioespacial, Segregação Urbana e Migração. Na intenção de ampliar o leque de trabalhos sobre Ensino Médio, especialmente o ensino noturno, acrescentamos à busca os seguintes termos: Ensino Médio Noturno, Escolarização e Trajetórias Escolares. Não obtivemos êxito tanto na busca por trabalhos sobre o ensino médio noturno como na busca por trabalhos vinculados aos termos “Escolarização” e “Trajetórias Escolares”, tendo em vista que, como veremos mais adiante, boa parte das pesquisas foi descartada por não se enquadar aos critérios de inclusão/exclusão definidos.

A título de nota metodológica, também cabe destacar que, de modo geral, já nas primeiras buscas defrontamo-nos com uma série de questões que impuseram certa dificuldade à seleção e análise preliminares dos trabalhos, em particular, a compreensão em torno do impasse epistemológico existente em torno da própria definição da categoria juventude, que ora aparece circunscrita a perspectivas psicologizantes ou como um “problema social” a ser resolvido; ora aparece como uma condição e “representação social” construída histórica e socialmente.

Nesse sentido, tendo em conta os diversificados enfoques, procuramos, com base na identificação do corpus teórico-conceitual referenciado em cada produção, sistematizá-las de acordo com o referencial teórico explícito nos resumos, em vez de privilegiar determinada perspectiva quanto ao tratamento destinado à categoria juventude.

Na primeira busca, também obtivemos uma gigantesca massa de dados e certa dificuldade com os recursos operacionais da plataforma, especificamente a função de filtro por área do conhecimento, que não existe na plataforma da CAPES. Mesmo na base de dados do IBICT, que possui essa função, boa parte dos registros retornados na lista de resultados de busca não

correspondia a pesquisas no âmbito dos programas de pós-graduação em Educação, muito embora o filtro estivesse sendo utilizado. Sendo assim, foi necessário fazer uma triagem manual, tanto na plataforma da CAPES como na do IBICT, cuja síntese será vista a seguir.

2.2.2 Panorama geral das teses e dissertações

Com a necessidade de um filtro manual quanto às áreas de concentração, notamos que a quantidade de trabalhos decaiu sensivelmente, principalmente em relação às pesquisas que se debruçam ao trabalho e à inserção profissional, à(s) juventude(s) de/em periferia(s), à segregação socioespacial e à migração. Dentre as possíveis razões para isso, sinalizamos que, particularmente em relação aos percursos profissionais juvenis e à juventude de periferia, boa parte das pesquisas se concentrava nas áreas da Psicologia e/ou Psicologia Social, Serviço Social e Sociologia. Sendo assim, realizada a triagem por área do conhecimento nos portais da CAPES e do IBICT, chegamos aos números apresentados na Tabela 01.

Tabela 1 – Síntese dos trabalhos mapeados: 1ª triagem

Jovens (e/ou) Juventude	Trabalhos		
	Teses	Dissertações	Total
Ensino Médio	14	53	67
Ensino Médio Noturno	-	-	-
Escolarização	05	21	26
Trajetórias Escolares	06	12	18
Trabalho			
Inserção Profissional	43	117	160
Desemprego Juvenil ⁸			
Segregação Socioespacial/Urbana	-	-	-
Periferia	23	53	76
Migração	01	08	09
Total de trabalhos:	92	264	356

Fonte: Elaboração da autora, com base no Banco de Teses e Dissertações da CAPES e do IBICTI.

Cabe ressaltar que, no campo da Educação, apesar da amostra significativa de trabalhos, os registros retornados na primeira triagem eram muito amplos. Sendo assim, ao verificar nos resumos e nas palavras-chave o objeto de estudo de cada trabalho, observamos que muitas produções guardavam vínculos e semelhanças com o nosso objeto/sujeito de pesquisa, mas não com a especificidade do tema. Por exemplo: a busca pelo descritor Jovens (e/ou) Juventude e Periferia foi uma das que mais retornaram resultados, entretanto, tematizavam uma pluralidade de temas muito distintos sem tergiversar, seja com ênfase ou secundariamente, a discussão em torno do trabalho.

Nesse sentido, no que concerne aos critérios de inclusão e exclusão referentes à terceira triagem, procuramos nos manter leais aos objetivos da pesquisa, mas, devido à especificidade das

⁸ A maioria dos registros retornados com esses descritores se tratava de trabalhos que já havíamos mapeado, ou seja, se repetiam. Nos poucos registros mapeados, estes traziam no resumo o descritor principal pesquisado (Trabalho) e, por isso, para fins de contabilização, foram agregados aos descritores principais.

categorias, sentimos a necessidade de personalizar os critérios por descritor, sem, no entanto, desvinculá-los daquele que foi tomado como critério principal para todos eles: abordar a discussão em torno do trabalho. Por isso, é importante registrar que, para o mapeamento, partimos da compreensão de educação em sentido amplo e não somente em sentido restrito (que aqui compreendemos como a educação escolar), tendo em vista que, levando em conta os achados no percurso de mapeamento, tal restrição, a nosso ver, excluiria discussões interessantes e alinhadas ao nosso objeto e temática de pesquisa.

Sendo assim, no caso dos descritores Jovens (e/ou) Juventude e Ensino Médio, Jovens (e/ou) Juventude e Escolarização e Jovens (e/ou) Juventude e Trajetórias Escolares, por exemplo, que apresentaram uma maior incidência de trabalhos vinculados à educação escolar; privilegiamos aqueles voltados à esfera pública, bem como os que se relacionavam diretamente às percepções dos jovens sobre o trabalho e o papel da escola para a inserção profissional.

Já no caso dos trabalhos sobre Jovens (e/ou) Juventude e Trabalho, Inserção Profissional, Emprego e Desemprego Juvenil, por sua vez, os trabalhos nem sempre se apresentavam vinculados à educação escolar e a diversidade de lócus foi maior. Daí que, muito embora neste caso o nosso maior interesse fosse mapear estudos que tivessem o chão da escola como lócus de pesquisa e horizonte de análise, estes não foram tão recorrentes como aqueles desenrolados em diversos espaços: fábricas, ONG, projetos e programas sociais, etc. Assim sendo, o critério de inclusão não se orientou pelo lócus da pesquisa, mas sim, pela especificidade temática e, quando era o caso, modalidade de ensino.

No tocante à modalidade de ensino, privilegiamos pesquisas sobre as trajetórias profissionais juvenis ou suas percepções quanto ao trabalho cujos sujeitos não fossem alunos ou egressos da Educação Profissional e/ou da Educação de Jovens e Adultos, por compreendermos que apesar de gravitarem discussões interessantes e pertinentes em torno destas modalidades, elas são deveras específicas em relação ao nosso tema de pesquisa; o que nos exigiria um esforço teórico e de análise deveras complexo, cujo espaço de discussão, tempo e recursos disponíveis não comportariam. Também selecionamos, observando a especificidade temática, estudos que relacionam discussões sobre as metamorfoses no mundo do trabalho, a precarização do trabalho juvenil (informalidade, flexibilização, trabalho atípico, etc), as exigências de qualificação e o discurso da empregabilidade, bem como análises e panoramas sobre a reestruturação produtiva e suas implicações para os jovens e no mundo do trabalho; discussões estas que atravessam toda a nossa pesquisa.

Quanto aos trabalhos sobre Jovens (e/ou) Juventude e Periferia, Jovens (e/ou) Juventude e Segregação Socioespacial e Jovens (e/ou) Juventude e Segregação Urbana, a dificuldade em selecionar pesquisas que investigassem a referida temática em articulação ao trabalho foi maior: para os descritores Segregação Socioespacial e Segregação Urbana, a busca não retornou nenhum

resultado na plataforma da CAPES e apenas um resultado na plataforma do IBICT, vinculado, entretanto, a um programa de pós-graduação em Geografia.

Os estudos que mais se aproximaram dessa problematização, nesse sentido, foram àquelas pesquisas vinculadas ao descritor Jovens (e/ou) Juventude e Periferia, na qual, entretanto, a discussão sobre trabalho e/ou inserção profissional aparece como elemento secundário em relação às questões centrais propostas por estas pesquisas, notadamente, as culturas e o protagonismo juvenil nas “comunidades”, a violência urbana, o uso de drogas, as questões de gênero e o preconceito racial. Igualmente, também notamos que a maioria destes trabalhos ancora-se em arcabouços teóricos alinhados aos Estudos Culturais, tendo como problemática observada em quase todas as produções as “relações de tensão e conflito” entre as “culturas juvenis” e as instituições sociais (principalmente a escola). Sendo assim, descartando os trabalhos que não se relacionavam diretamente à temática da pesquisa e, em seguida, aplicando os critérios de inclusão e exclusão, obtivemos o seguinte cenário:

Tabela 2 – Trabalhos mapeados: 2ª e 3ª triagem

Jovens (e/ou) Juventude	Triagens	
	2ª	3ª
Ensino Médio	39	05
Ensino Médio Noturno	-	-
Escolarização	03	04
Trajetórias Escolares	14	01
Trabalho Inserção Profissional Jovens (e/ou) Juventude e Desemprego Juvenil	42	07
Segregação Socioespacial	-	-
Segregação Urbana	-	-
Periferia	31	07
Migração	01	01
Total de trabalhos:	130	25

Fonte: Elaboração da autora, com base no Banco de Teses e Dissertações da CAPES e do IBICT

Na segunda triagem, de 130 trabalhos (sendo 40 teses e 90 dissertações) 98 deles, além de se concentrarem no período que compreende os anos de 2008-2011, também tergiversam, em maior ou menor proporção e sob diferentes prismas, problematizações acerca dos fatos que vinham ocorrendo no cenário nacional à época, principalmente no que se refere à Educação Profissional⁹. Ao final deste período, houve uma diminuição, referente ao ano de 2012 (correspondendo a apenas 06 trabalhos), seguida de uma retomada no crescimento da produção durante os anos de 2013, 2014 e 2015, totalizando 35 trabalhos, 18 deles só no ano de 2013.

⁹ Notadamente, o advento da Lei Federal nº 11.892/2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, bem como a autorização para o funcionamento do ProJovem Urbano, com a publicação do Parecer CNE/CEB nº 18. Podemos ressaltar, ainda, a criação do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) em 2005 e, mais recentemente, em 2011, a criação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), bem como as discussões embrionárias do Plano Nacional de Educação no âmbito da Conferência Nacional de Educação (CONAE 2010).

Apesar de, em sua maioria, estes trabalhos terem sido descartados pela especificidade, antes de determo-nos especificamente à análise dos trabalhos que permaneceram na terceira e última triagem, registramos aqui algumas observações quanto aos mesmos, não só por considerarmos que eles nos fornecem uma das chaves para o processo de análise que depreenderemos na próxima seção, como, sobretudo, por este ser, a nosso ver, um dos achados mais significativos ao longo do percurso de levantamento teórico. Senão, vejamos.

De modo geral, notamos um grande interesse em torno dos projetos profissionais (ou de vida) de jovens ingressantes ou egressos da Educação Profissional, bem como pelas análises de políticas educacionais e/ou de programas federais voltados à inserção profissional (PRONATEC, ProJovem, ProJovem Urbano). Entretanto, como já dissemos anteriormente quanto aos critérios de inclusão/exclusão, vimo-nos diante da necessidade de, na terceira triagem, descartar os trabalhos voltados para os ciclos da Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional, ainda que as problematizações quanto ao Trabalho fossem interessantes.

Nesse sentido, observamos que ao aplicar os critérios de exclusão, o número de trabalhos reduziu drasticamente e, diante desse cenário, se por um lado a diminuição no número de trabalhos nos pareceu um tanto desanimadora, por outro, também nos sinalizou um dado importante: que as problematizações em torno das relações entre Trabalho e Educação, particularmente no que concerne aos percursos profissionais juvenis, vem se concentrando predominantemente no campo da Educação Profissional, das Políticas Públicas e da Educação Não-Formal, esta última, tendo como lócus principalmente as Organizações Não Governamentais (ONG).

Na mesma direção, também notamos que parece haver um descompasso entre as problematizações preferencialmente abordadas por estes três eixos acima mencionados e aqueles abordados pelas pesquisas cujo lócus é o Ensino Médio regular. No caso específico deste último, a comparação entre as três triagens realizadas nos possibilita assinalar que existe uma densa quantidade de pesquisas voltadas a temas estritamente “pedagógicos”, notadamente no que se refere ao ensino de determinadas disciplinas ou áreas de estudo, metodologias e técnicas de ensino, sinalizando um forte interesse nos fatores intraescolares e nos processos de aprendizagem e avaliação da aprendizagem.

Descartando os trabalhos vinculados a estes temas estritos, na terceira triagem permaneceram apenas 05 trabalhos, listados na tabela 03, que discutem (com exceção de um, que claramente afirma se posicionar na seara do materialismo histórico-dialético) as trajetórias de inserção profissional e o papel da escola na perspectiva dos jovens a partir da categoria “projeto de vida”.

Tabela 3 – Teses e dissertações selecionadas

	Ano	IES	Título	Autor	Nível
ENSINO MÉDIO	2011	PUC (SP)	O significado atribuído à escola e ao ensino médio por jovens do 3º ano de uma escola pública de São Paulo	Rafael Conde Barbosa	Mestrado
	2011	UFAL	Ensino médio regular noturno: as determinações do capital na formação do aluno trabalhador	Edvaldo Albuquerque dos Santos	
	2009	USP	Discursos jovens sobre vida, escola e trabalho: estudo realizado em uma escola de ensino médio de São Paulo	Lívia Maria Guaraldo	
	2008	UFRGS	Jovens e escola: trajetórias, sentidos e significados: um estudo em escolas públicas de ensino médio	Iara Salete Caierão	Doutorado
	2007	UCB	O papel da escola frente aos desafios do século XXI: a opinião de jovens estudantes do ensino médio do Distrito Federal	Paula Fernanda de Melo Rocha	Mestrado
TRABALHO	2012	UNINOVE	Formação e trabalho: ponte ou abismo? O papel da escolarização na vida dos jovens	Rosana Matsushita	Mestrado
	2012	UNICAMP	Juventude trabalhadora brasileira: percursos laborais, trabalhos precários e futuros (in) certos	José Humberto da Silva	Doutorado
	2010	UFRGS	Curriculum Vitae: selecionam-se jovens que buscam, nas páginas do jornal, oportunidades de trabalho e que possuam...	Maurício dos Santos Ferreira	Mestrado
	2007	FURB	Trajetórias escolares e empregabilidade: um estudo sobre a inserção do jovem no mercado de trabalho	Alessandra Wiederkehr	
	2003	UNICAMP	A inserção do jovem no mercado formal de trabalho	Miriam de Souza Leão Albuquerque	
	2003	UNICAMP	Trajetos sinuosos: o bairro, a família e a juventude a um só tempo	Maria Amália de Almeida Cunha	Doutorado
	2002	UNICAMP	Juventude em tempo de incertezas: enfrentando desafios na educação e no trabalho	Dirce Maria Falcone Garcia	
PERIFERIA	2014	UFMG	Transversalidade nos modos de socialização e individuação: experiências juvenis em rede	Juliana Batista dos Reis	Doutorado
	2013	UFC	Autobiografização e formação de juventudes: uma reflexão sobre a produção da vida na periferia	Osmar Rufino Braga	Mestrado
	2011	UFRGS	Culturas juvenis e experiência social: modos de ser jovem na periferia	Marcio de Freitas do Amaral	

	2010	UFG	Jovens urbanos na periferia de Goiânia: espaços formativos e mediações escolares	Aldimar Jacinto Duarte	Doutorado
	2008	UNESP	Entre apropriação e recusa: os significados da experiência escolar para os jovens da periferia urbana de São Bernardo do Campo (SP)	Maria Licínia Correa	Doutorado
	2008	UFRGS	Jovens urbanos da periferia de Porto Alegre: a arte de dar forma à própria vida	Elisete R. do Nascimento	Mestrado
	2008	UFRGS	Jovens e cotidiano: trânsitos pelas culturas juvenis e pela “escola da vida”	Nilda Stecanela	Doutorado
TRAJETÓRIAS ESCOLARES	2014	UFRGS	Trajetórias escolares: o processo de in/exclusão de estudantes escolarizados pelo imperativo da inclusão	Carolina Lehneman Ramos	Mestrado
	2013	UFRGS	Juventudes: trajetórias interrompidas pela inclusão precária	Giovana Ferreira	
	2003	UFMG	Entre o “cá” e o “lá”: educação e trabalho na vida dos jovens migrantes do Alto Jequitinhonha	Conceição Aparecida Luciano	

Fonte: elaboração da autora com base no Banco de Teses e Dissertações da CAPES e do IBICT

Em relação à distribuição regional da produção mapeada, é possível verificar que esta se concentra principalmente na região Sudeste (52%) e Sul (32%). Dos 26 trabalhos localizados, 13 são da região Sudeste, 08 da região Sul, 02 da região Centro-Oeste e 02 da região Nordeste. Nenhum trabalho vinculado à região Norte foi mapeado. No Sudeste, estes trabalhos se distribuem entre o estado de São Paulo (11 trabalhos) e o de Minas Gerais (02 trabalhos) e, quanto à região Sul, apenas um trabalho foi produzido em Santa Catarina, sendo que os demais se concentram no Rio Grande do Sul. A produção vinculada à região Nordeste, por sua vez, está localizada nos estados do Ceará (01 trabalho) e Alagoas (01 trabalho) e, na região Centro-Oeste, os dois trabalhos triados são oriundos do estado de Goiás.

Até a segunda triagem, muito embora a região Sudeste tenha se mantido no topo das produções, uma quantidade maior de pesquisas aparecia vinculada à região Nordeste, sendo que no caso do Sudeste, também houve grande participação do estado do Rio de Janeiro. Entretanto, como se tratavam de pesquisas em torno principalmente da Educação de Jovens e Adultos (EJA); estas foram descartadas na terceira triagem. E, enfim, em relação às universidades, do corpus de teses e dissertações mapeadas na última triagem, verifica-se que a maioria das produções encontra sua

origem em universidades públicas, sendo apenas quatro delas vinculadas a universidades privadas. Na próxima seção, tratamos deste panorama em relação aos artigos científicos.

2.2.3 Panorama geral dos artigos científicos

Em relação aos artigos publicados em periódicos, privilegiamos duas fontes: os repositórios *Scielo*, *Scopus* e *Redalyc* e os anais da Associação Nacional de Pesquisa em Educação (ANPED) referente ao GT 09 – Trabalho e Educação e, para um olhar regional, mapeamos também os trabalhos da ANPED Sul. Para os artigos encontrados em todas as bases, utilizamos os mesmos descritores e critérios de triagem aplicados nas buscas realizadas no Banco de Teses da CAPES e do IBICT. Com esse conjunto de descritores, encontramos 211 artigos na primeira triagem. Após a primeira leitura dos resumos e/ou palavras-chave, permaneceram 97 trabalhos e, por fim, aplicando os critérios de inclusão e exclusão, 34 artigos, conforme consta na tabela 04:

Tabela 4 – Trabalhos encontrados: Scielo, Scopus e Redalyc

Descritor	Triagens		
	1 ^a	2 ^a	3 ^a
Jovens (e/ou) Juventude e Ensino Médio	18	15	07
Jovens (e/ou) Juventude e Escolarização	16	-	-
Jovens (e/ou) Juventude e Trajetórias Escolares			
Jovens (e/ou) Juventude e Trabalho	109	48	14
Jovens (e/ou) Juventude e Emprego	-	-	
Jovens (e/ou) Juventude e Inserção Profissional			
Jovens (e/ou) Juventude e Desemprego Juvenil	-	-	
Jovens (e/ou) Juventude e Segregação Socioespacial/Urbana	37	21	06
Jovens/Juventude e Periferia	26	04	04
Jovens/Juventude e Migração	05	05	01
Total:	211	94	33

Fonte: Elaboração da autora, com base nos bancos de dados *Scielo*, *Scopus* e *Redalyc*

Inicialmente, nossa intenção era restringir a busca ao escopo de revistas do campo da Educação, tal como fizemos em relação às teses e dissertações. Entretanto, notadamente no caso dos trabalhos relacionados à temática da Segregação Urbana/Socioespacial e dos artigos que se debruçam à questão da inserção profissional dos jovens – agrupados nos descritores Jovens (e/ou) Juventude e Trabalho e Jovens (e/ou) Juventude e Emprego – observamos que muitos deles, apesar de alguns serem produzidos por pesquisadores na área da Educação, não se concentravam apenas em periódicos deste campo em específico. No caso da Segregação Urbana/Socioespacial, por exemplo, verificamos que boa parte dos trabalhos se concentra em periódicos da área de Psicologia, seguido dos periódicos de Educação e, por fim, aqueles voltados à Sociologia.

Considerando que foram aplicados aos artigos os mesmos critérios de inclusão/exclusão utilizados nas teses e dissertações, também vale dizer que, no caso dos trabalhos vinculados ao descritor Jovens (e/ou) Juventude e Ensino Médio, repetiu-se a tendência em condensar as

tematizações no bojo de temas estritamente “pedagógicos”, onde os fatores intraescolares também são, apesar da frequência menor, muito presentes.

No que concerne aos trabalhos vinculados ao descritor “Jovens (e/ou) Juventude e Trabalho”, as preferências e ênfases temáticas observadas nas teses e dissertações, em sua maioria, também se mantiveram. Quanto à Segregação Urbana e/ou Socioespacial, nossa busca por artigos foi mais profícua, possivelmente por, no caso dos artigos, não termos aplicado o filtro por área de conhecimento ou quanto aos escopos da revista. Sendo assim, ao longo das triagens, chegamos aos seguintes artigos:

Tabela 5 – Artigos selecionados: 3ª triagem

Descritor: JOVENS/JUVENTUDE E ENSINO MÉDIO			
Ano	Título	Autor(es)	Revista
2016	Jovens em contextos sociais desfavoráveis e sucesso Escolar no Ensino Médio	Vanessa Gomes de Castro	Educação & Realidade
2016	Projetos de vida de jovens estudantes do Ensino Médio e a escola	Ana Maria Klein	Educação & Realidade
2016	Por que ir à Escola? Os sentidos atribuídos pelos jovens do Ensino Médio	Beatriz Prado Pereira (et al.)	Educação & Realidade
2015	Trajetórias truncadas, trabalho e futuro: jovens fora de série na escola pública de Ensino Médio	Paulo César Rodrigues Carrano (et al.)	Educação e Pesquisa
2014	Os sentidos da presença dos jovens no Ensino Médio: representações da escola em três filmes de estudantes	Ana Karina Brenner Paulo César Rodrigues Carrano	Educação & Sociedade
2012	Quando a sociedade de consumidores vai à escola: um ensaio sobre a condição juvenil no Ensino Médio	Adriano M. Oliveira Elisete M. Tomazetti	Educar em Revista
2011	Juventude, projetos de vida e ensino médio	Geraldo Magela Pereira Leão (et al.)	Educação & Sociedade
Descritor: JOVENS/JUVENTUDE E TRABALHO			
2016	Problematizando as transições juvenis na saída do Ensino Médio	Denise Pereira Laranjeira (et. al)	Educação & Realidade
2015	Mundos distintos e realidades semelhantes: empregabilidade dos jovens no Nordeste e Sudeste brasileiros	Mateus de Carvalho R. Neves (et. al)	Revista Brasileira de Estudos de População
2015	Inserção dos jovens no mercado de trabalho	Anselmo Luís dos Santos (et. al)	Estudos Avançados
2015	Expectativas de jovens do ensino médio público em relação ao estudo e ao trabalho	Davisson Cangussu Souza (et. al)	Educação e Pesquisa
2014	A transição da escola para o mundo do trabalho constituída em objecto de estudo	Maria Sidalina Almeida	Cadernos CEDES
2013	Percepção de adolescentes aprendizes sobre a experiência do primeiro emprego	Heloiza de Sousa (et. al)	Psicologia: Ciência e Profissão
2011	Valores atribuídos ao trabalho e expectativa de futuro: como os jovens se posicionam?	Sheila Aparecida Lachtim (et. al)	Trabalho, Educação e Saúde

2011	Tudo ao mesmo tempo: realidade ou ilusão?	Ana Maria Nicolaci da Costa	Psicologia: Ciência e Profissão
2010	Redes de relações sociais e acesso ao emprego entre os jovens: o discurso da meritocracia em questão	Mariléia Maria da Silva	Educação e Sociedade
2010	Inserção laboral juvenil: contexto e opinião sobre definições de trabalho	Luciana Dutra Thomé (et al.)	Paidéia (Ribeirão Preto)
2010	Trabalho e escola: é possível conciliar? A perspectiva de jovens aprendizes baianos	Elsa de Mattos (et. al)	Psicologia: Ciência e Profissão
2008	Novos desafios dos jovens na atualidade: trabalho, educação e família	Tânia Regina Raitz (et. al)	Psicologia & Sociedade
2007	Reflexões acerca da busca de uma nova qualidade da educação: relações entre juventude, educação e trabalho	Marilena Nakano Elmir de Almeida	Educação & Sociedade
2006	Experiências da desigualdade: os sentidos da escolarização elaborados por jovens pobres	Geraldo Magela Pereira Leão	Educação e Pesquisa
Descritor: JOVENS/JUVENTUDE E PERIFERIA			
2006	Experiências da desigualdade: os sentidos da escolarização elaborados por jovens pobres	Geraldo Magela Pereira Leão	Educação e Pesquisa
2015	Trajetórias educacionais de jovens residentes em um distrito da periferia de São Paulo	Mariana Bittar	Revista Brasileira de Ciências Sociais
2013	Juventude, direito à cidade e cidadania cultural na periferia de São Paulo	Renato Souza de Almeida	Revista do Instituto de Estudos Brasileiros
2011	Juventude, trabalho e escola: elementos para análise de uma posição social fecunda	Mônica Peregrino	Cadernos CEDES
Descritor: JOVENS/JUVENTUDE E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL			
2016	Experiências de jovens pobres participantes de programas de aprendizagem profissional	Paulo R. da Silva Júnior Claudia Mayorga	Psicologia & Sociedade
2006	A construção da diferença: jovens na cidade e suas relações com o outro	Lúcia Rabello de Castro (et. al)	Psicologia em Estudo
2006	Leituras da cidade e educação	Maria Júlia Martins Dietzsch	Cadernos de Pesquisa
2006	O processo de construção do lugar e da identidade dos moradores de uma cidade reinventada	Sylvia Cavalcante	Estudos de Psicologia (Natal)
2003	Pobreza, violência e trabalho: a produção de sentidos de meninos e meninas de uma favela	Neuza Maria de Fátima Guareschi (et. al)	Estudos de Psicologia (Natal)
Descritor: JOVENS/JUVENTUDE E MIGRAÇÃO			
2015	Ser alguém na vida: um estudo sobre jovens do meio rural e seus projetos de vida	Maria Zenaide Alves Juarez Dayrell	Educação e Pesquisa
2009	Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político	Elisa Guaraná de Castro	Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud

Fonte: Elaboração da autora, com base nos bancos de dados *Scielo*, *Scopus* e *Redalyc*

Quanto ao levantamento dos trabalhos apresentados nas reuniões anuais da ANPED nos últimos 14 anos, nossa intenção inicial era, além do GT de Trabalho e Educação (GT 09), mapear os artigos associados à discussão do Ensino Médio regular em específico, especialmente aqueles que se articularassem à temática do trabalho. Entretanto, a exemplo dos grupos de trabalho voltados para modalidades de ensino específicas, como os de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Pessoas Jovens e Adultas, não há um grupo de trabalho especificamente voltado ao Ensino Médio. Discussões relativas a essa modalidade de ensino, especificamente no que concerne às interfaces entre Trabalho e Educação estão vinculadas aos grupos de Trabalho e Educação e Educação de Pessoas Jovens e Adultas.

Por isso, levando em consideração a especificidade do grupo de trabalho voltado à Educação de Pessoas Jovens e Adultas, optamos por direcionar a busca por artigos completos somente ao Grupo de Trabalho (GT) 09 – Trabalho e Educação. Foram mapeados, na primeira triagem, 189 trabalhos, conforme consta a seguir:

Tabela 6 – Trabalhos do GT 09 – ANPED

Reunião	Número de triagens e trabalhos		
	1 ^a	2 ^a	3 ^a
25 ^a (2002)	07	03	01
26 ^a (2003)	16	06	02
27 ^a (2004)	19	05	03
28 ^a (2005)	19	05	-
29 ^a (2006)	15	01	-
30 ^a (2007)	17	03	03
31 ^a (2008)	13	05	02
32 ^a (2009)	12	01	01
33 ^a (2010)	11	02	01
34 ^a (2011)	17	07	02
35 ^a (2012)	13	02	01
36 ^a (2013)	10	02	01
37 ^a (2015)	20	04	02
Total:	189	46	19

Fonte: Elaboração da autora, com base nos anais da ANPED (2002-2016).

De modo geral, o mapeamento das produções vinculadas ao GT 09 – Trabalho e Educação da ANPED, tanto na primeira como na segunda triagem, possibilitou identificar que os estudos sobre o Ensino Médio regular, em particular, são menos expressivos. Parece haver um maior interesse quanto às ações, reformas e programas de Estado para o Ensino Médio integrado à Educação Profissional, – tal como é o caso, no que diz respeito a esta modalidade, das teses e dissertações mapeadas nas bases da CAPES e do IBICT – bem como a falta de consenso e de continuidade das políticas para o Ensino Médio integrado à Educação Profissional.

Já na terceira triagem, como pode ser conferido na tabela 06, notamos que os artigos mapeados nos anais da ANPED se agruparam em três questões centrais: a formação na perspectiva das competências, as novas exigências de qualificação e o discurso de empregabilidade no

capitalismo flexível e a discussão em torno da relação entre trabalho e educação, particularmente no que concerne ao trabalho como princípio educativo, do ponto de vista teórico e metodológico.

Tabela 7 – Artigos selecionados: GT 09 – ANPEd

	Título	Autor(es)	IES
25 ^a (2002)	Considerações sobre as mudanças nos processos produtivos e a formação profissional do trabalhador	Anita Handfas	UFF
26 ^a (2003)	Mundialização e crise do capital: a relação dialética entre essência e fenômeno na constituição real do mundo do trabalho	Enéas Arrais Neto	UFC
	A competência e a qualificação: conceitos historicamente construídos para atender interesses de classe	Arminda Rachel Botelho Mourão	UFAM
27 ^a (2004)	(Con)formação para um trabalho competente: a reforma do ensino médio no Brasil (1998-2002)	Flávio Anício Andrade	UNESA
	Competências: fluidez e ambigüidades para administrar a formação do “novo” trabalhador	Monica Ribeiro da Silva	UFPR
	Inserção profissional e imaginário social	Maria Isabel Tuppy	UNESP
30 ^a (2007)	A transformação do trabalho e a formação profissional na sociedade da incerteza	Maria Ciavatta Franco	UFF
	A impossibilidade da resignificação das competências numa perspectiva marxista	Daniel Alvares Rodrigues	UFPE
	Considerações sobre algumas questões teóricas e metodológicas na relação entre trabalho e educação	Anita Handfas	UFRJ
31 ^a (2008)	O princípio educativo do trabalho e o trabalho enquanto princípio educativo: ampliando o debate com os movimentos de luta social	Mauro Tilton	UFSC
	Trabalho, práxis e o programa marxiano de educação	Justino de Sousa Junior	UFMG
32 ^a (2009)	O alongamento da escolarização como alternativa ao desemprego: uma panaceia a mais no mundo do trabalho?	Valéria de Bettio Mattos; Lucídio Bianchetti	UFSC
33 ^a (2010)	Princípio educativo e emancipação social - validade do trabalho e pertinência da práxis	Justino de Sousa Junior	UFC
34 ^a (2011)	A (con)formação do trabalhador de novo tipo: o “ensinar a ser” do discurso de autoajuda	Eneida Oto Shiroma Adriana Cláudia Turmina	UFSC
	O trabalho como princípio educativo e a perspectiva histórica da classe trabalhadora	Paulo Sérgio Tumolo	UFSC
35 ^a (2012)	A relação Educação e Trabalho: desafios teóricos na construção de um pensamento crítico	Carmen Sylvia Vidigal Moraes	USP

36 ^a (2013)	Competências: o retorno do trabalho ao trabalhador?	Viviane Zandonade Marcelo Lima	IFES/ UFES
37 ^a (2015)	Trabalho e educação: diálogos necessários	Justino de Sousa Junior	UFC
	O princípio educativo nos fundamentos da filosofia da práxis	Evandro De Carvalho Lobão	USP

Fonte: Elaboração da autora, a partir dos anais da ANPED (2002-2015)

Já nos repositórios da ANPED Sul, mapeamos um total de 128 trabalhos vinculados ao eixo de Trabalho e Educação¹⁰. Supomos que este número seja maior, tendo em vista que no processo de busca foram suprimidas a 5^a e a 6^a edição do evento, realizadas nos anos de 2004 e 2006, respectivamente, por duas razões. Quanto à 5^a edição, os anais do evento não foram separados por eixo temático. Apesar de uma massa significativa de trabalhos (543 no total), inicialmente tentamos mapear os artigos manualmente, utilizando o campo de busca do repositório digital. Todavia, os arquivos das publicações também não mencionavam o Eixo Temático para o qual foram submetidos. No que diz respeito à 6^a edição, apesar de os 21 artigos mapeados mencionarem seu vínculo ao eixo de Trabalho e Educação, os mesmos não traziam o nome de seus autores, impossibilitando referenciá-los. Sendo assim, tendo em vista as dificuldades de localização e de referência, os trabalhos apresentados nestas duas edições foram descartados. Por fim, mapeando os trabalhos referentes às reuniões de 2002, 2008, 2010, 2012 e 2014, obtivemos os seguintes indicadores:

Tabela 8 – Trabalhos do eixo Trabalho e Educação da ANPED Sul

Edição	1 ^a triagem	2 ^a triagem	3 ^a triagem
4 ^a (2002)	11	02	01
7 ^a (2008)	27	07	04
8 ^a (2010)	32	05	04
9 ^a (2012)	24	05	02
10 ^a (2014)	34	05	04
Total:	128	24	15

Fonte: Elaboração da autora, a partir dos anais das reuniões bianuais da ANPED Sul (2002-2014)

No que concerne aos trabalhos mapeados nos anais da ANPED Sul, observamos que o enfoque dos trabalhos é mais diversificado quanto aos objetos de estudo do que em relação à ANPED, possivelmente devido ao recorte regional, no qual a densa atividade agrícola presente nos três Estados da região e as implicações dos processos de industrialização do campo se fazem notar, frequentemente relacionadas à problematizações em torno da Educação Profissional (notadamente, os projetos pedagógicos de cursos técnicos em agropecuária ou agroindústria), da Educação do Campo e das alterações na organização social e nos modos de vida das comunidades rurais causadas pelo crescimento gradativo de outras atividades no meio rural que não podem mais ser consideradas exclusivamente agrícolas. Também são recorrentes os estudos que tergiversam questões culturais e

¹⁰ Na 7^a, 8^a e 10^a edição o eixo aparece como “Educação e Trabalho”.

de gênero para se pensar a inserção profissional, trabalho infantil, trabalho e formação docente, políticas curriculares no ensino superior e políticas e programas de inserção e qualificação profissional. Em relação à juventude, as temáticas se distribuem com mais expressividade em torno das políticas e programas de inserção e qualificação profissional (PRONATEC, Projovem, etc) e do Ensino Médio integrado à Educação Profissional.

Quanto ao Ensino Médio integrado à Educação Profissional se problematiza, principalmente, o papel da escola na perspectiva dos jovens e as “contradições” entre as expectativas de ingressantes e as propostas curriculares e pedagógicas de educação profissional integrada.

Tabela 9 – Artigos selecionados: ANPED Sul

	Título	Autor(es)	IES
4ª (2002)	Formação da força de trabalho para a reestruturação produtiva: tecnologia, qualificação e conhecimentos tácitos dos trabalhadores	Moacir Fernando Viegas	UNISC
7ª (2008)	A gênese da educação no complexo do ser social: uma abordagem na perspectiva ontológica do trabalho	Elisandra de Souza	UNESC
	As relações de trabalho e a formação da cidade: a separação entre o “econômico” e o “político”	Janine Rossato	UFRGS
	Empreendedorismo: uma saída para a crise do mundo do trabalho ou uma panacéia liberal?	Marival Coan	UFSC
	Escola e trabalho em tempos mudanças tecnológicas	Domingos Leite Lima Filho	UTFPR
7ª (2008)	Juventude em tempos de incerteza: experiências de educação e trabalho de jovens do ensino médio numa escola pública	Tânia Regina Raitz; Luciane Carmem Figueredo Petters	UNIVALI
8ª (2010)	O impacto da ideologia neoliberal sobre o campo educacional: a educação como fator econômico	Juliano Peroza; Siderly do Carmo Dahle de Almeida	PUC-PR
	O que dizem os jovens do ensino médio acerca da escolha e orientação profissional	Lígia Ulir Hirt; Tânia Regina Raitz	UNIVALI
	Os sentidos atribuídos ao trabalho e ao estudo pelos jovens trabalhadores estudantes das escolas públicas estaduais de Porto Alegre-RS	Janes Teresinha Fraga Siqueira	UNISC
	Percursos profissionais juvenis: expectativas e possibilidades	Mariléia Maria da Silva (et. al).	UDESC
9ª (2012)	Educação para o empreendedorismo como estratégia para formar um trabalhador de novo tipo	Marival Coan	IFSC/UFSC
	Os percursos profissionais dos jovens inscritos no PROJOVEM trabalhador em Santa Catarina: a precariedade circular	Mariléia Maria da Silva	UDESC
10ª (2014)	O ser jovem trabalhador e o complexo da educação: questões de método	Juliana Aparecida Cruz Martins; Patrícia Laura Torriglia	UFSC
	Os critérios de empregabilidade na indústria e o papel do ensino médio na inserção laboral da classe que vive do trabalho	Inge Renate Fröse Suhr; Acácia Zeneida Kuenzer	UFPR
	A qualificação profissional dos jovens nos moldes da teoria do capital humano repaginada: apontamentos sobre o PRONATEC	Pâmela Regina Jung; Mariléia Maria da Silva	UDESC

Fonte: Elaboração da autora, a partir dos anais ANPED Sul

No que concerne ao Ensino Médio regular, assim como observado na triagem dos trabalhos da ANPED, os trabalhos são menos expressivos, mas se mantêm vinculados à problematização do papel da escola na perspectiva dos jovens para a construção dos seus projetos profissionais. Nesse sentido, em relação aos trabalhos tanto da ANPED como aos da ANPED Sul, nota-se um forte interesse, assim como nos sinalizou o mapeamento de teses e dissertações, principalmente quanto à Educação Profissional. Apesar de não ser, enquanto modalidade, a nossa temática (interesse) de estudo, compreendemos que não se pode descartar a contribuição destes trabalhos como subsídio a reflexões acerca do histórico de dualidade que marca o Ensino Médio no país, dos discursos ideológicos que orientam e dão sustentação às políticas voltadas à Educação Básica de nível médio e profissional no Brasil, bem como, sobretudo, o que esta dualidade e os referidos discursos ideológicos representam em termos de projeto de sociedade e, consequentemente, de projeto de Educação.

Ressaltamos ainda que, de modo geral e analisando as demais fontes em seu conjunto, a síntese dos trabalhos mapeados nos anais da ANPED nos coloca em contato com reflexões teóricas em torno das relações entre Trabalho e Educação que não foram observadas com a mesma intensidade em torno das dissertações e teses; notadamente, a precarização e a flexibilização das relações de trabalho na atual fase do capitalismo.

2.2.4 Das centralidades nas produções analisadas

Como já destacamos na seção anterior, notamos – nas produções cujo tema é o Ensino Médio – um grande interesse de pesquisa em torno dos projetos profissionais (ou de vida) de jovens ingressantes ou egressos da Educação Profissional, bem como pelas análises de políticas educacionais e/ou de programas federais voltados à inserção profissional.

Entretanto, como nossa intenção consistia em mapear trabalhos sobre o Ensino Médio regular, ao aplicar os critérios de exclusão, o número de trabalhos reduziu drasticamente e, diante desse cenário, a terceira triagem – se comparada com a segunda – nos sinalizou que as discussões em torno das relações entre Trabalho e Educação em uma perspectiva crítica e não apenas descritiva, particularmente no que concerne aos percursos profissionais juvenis, vem se concentrando predominantemente no campo da Educação Profissional, das Políticas Públicas e da Educação Não-Formal (principalmente as Organizações Não-Governamentais).

Nesse entremeio, vimos ainda que também parece haver um descompasso entre as problematizações preferencialmente abordadas por estes três eixos acima mencionados e aquelas que são analisadas pelas pesquisas cujo lócus é o Ensino Médio regular. No caso específico deste último, a comparação entre as três triagens realizadas nos possibilita assinalar que existe uma densa

quantidade de pesquisas voltadas a temas estritamente “pedagógicos”, sinalizando um forte interesse nos fatores intraescolares e nos processos de aprendizagem e avaliação da aprendizagem.

Na mesma direção, como também sinalizamos inicialmente, devido ao impasse epistemológico existente em torno da própria definição da categoria juventude – que se fez notar já no momento de seleção dos trabalhos – procuramos, com base na identificação do corpus teórico-conceitual referenciado em cada produção, mapeá-las de acordo com seus referenciais teóricos, em vez de privilegiar determinada perspectiva quanto ao tratamento destinado à categoria juventude. Foi procurando organizar esta sistematização que notamos, ainda durante o processo de triagem, um número significativo de produções alinhadas aos Estudos Culturais de cariz pós-moderna, particularmente no que concerne às pesquisas voltadas ao Ensino Médio regular e aos jovens de periferia.

Sendo assim, recuperadas estas considerações, buscamos nesta seção tecer alguns apontamentos sobre como as discussões em torno do trabalho se apresentam nas produções que constituem o corpus de pesquisa selecionado na terceira e última triagem, estabelecendo, entretanto, um recorte em torno das teses e dissertações. Para isso, retomamos um dos questionamentos colocados no início deste capítulo: como as relações entre Trabalho e Educação são evidenciadas nas pesquisas e, ainda, sob qual viés são abordadas as trajetórias de inserção profissional dos jovens?

Partindo deste questionamento, nos apoiamos principalmente nas discussões contemporâneas que gravitam em torno da categoria trabalho como categoria fundante e fundamental do ser social (LUKÁCS, 2013; ANTUNES, 2000), bem como na crítica ontológica ao cotidiano (NETTO, 1987). Consideramos estas discussões relevantes para a apreensão das centralidades identificadas nas pesquisas mapeadas, tendo em vista que, com a transição paulatina a um padrão de acumulação “flexível” desencadeada na década de 1970, também emergiu, no plano internacional, uma série de debates teóricos onde se questionava – e se permanece questionando – não só a centralidade do trabalho na vida social, mas, conseqüentemente, a atualidade da luta de classes como força motriz da história.

Nesse contexto, para boa gama de intelectuais, os discursos de temas “abrangentes”, como a emancipação humana, a noção de classe social, de trabalho e até mesmo de história – ou seja, as “metanarrativas” – já não existiriam. Em seu lugar, estaria a necessidade de reconhecer a fragmentação da realidade e do conhecimento, expressa pela emergência de novos “atores” sociais e formas de luta com valores e reivindicações específicas. Ou, para usar uma expressão de Malik (1997), emerge, pois, a “louvação da diferença”. De fato, o reconhecimento de que seres humanos estão sujeitos a reivindicações e identidades conflitantes e diversas é uma evidência importante. Entretanto, como também assinala o autor (Ibdem, p. 127, grifos nossos), o problema

[...] surge, contudo, quando todas as “identidades”, quaisquer que sejam as suas formas, são tratadas como equivalentes, de modo tal que preferências pessoais em estilos de vida, como os “estilos musicais”, recebem o mesmo peso e importância que atributos físicos, tais como “deficiência física” ou alguns produtos sociais como raça e classe, enquanto, ao mesmo tempo, cada identidade é concebida *à parte de relações sociais específicas*.

Nesta mesma esteira – da louvação pós-moderna da indeterminação, expressa e reforçada pela hostilidade às ideias de totalidade – também estão as teses em torno do “fim do trabalho” e “fim da ideologia”. Segundo as teses de Bell¹¹, por exemplo, na sociedade dita pós-industrial – marcada pela produção de serviços em detrimento dos bens industriais – o poder não estaria mais relacionado à propriedade (privada) da terra ou de capital, mas sim, à informação, tendo em vista que, tal como também propõe Lyotard (2002, p. 4-5)

[...] O saber é e será produzido para ser vendido e ele é e será consumido para ser valorizado numa nova produção: nos dois casos, para ser trocado. Ele deixa de ser para si mesmo o seu próprio fim; perde seu valor de uso [...] Na idade pós-industrial e pós-moderna, a ciência conservará e sem dúvida reforçará ainda mais sua importância na disputa das capacidades produtivas dos Estados-nações [...] é concebível que eles se batam no futuro para dominar as informações.

Nesse sentido, o trabalho não teria mais centralidade e, conseqüentemente, os conflitos a ele relacionados, isto é, as lutas de classe: afinal, se o poder não gravita mais em torno da propriedade privada da terra ou de capital, mas da ciência e da informação, o conflito agora seria entre os que detêm a informação e os que não a detêm. É nesse contexto que, se outrora as preocupações sociológicas por apreender determinados fenômenos da realidade social gravitavam em torno do trabalho, também passou a se operar, neste mesmo campo de preocupações, um deslocamento do trabalho para as relações e identidades constituídas na “vida cotidiana”. Em outras palavras, o trabalho seria apenas mais um dentre os tantos outros fatores na formação da subjetividade.

Trazemos estas breves colocações, que procuraremos aprofundar mais adiante, para sinalizar que estes movimentos – de “recoo da teoria”, como assinala Moraes (2001) – por nós foram sentidos e ficaram evidentes em nosso percurso de balanço teórico. Tendo isso em conta, partimos da indicação que, das centralidades identificadas, são três as que se destacam: 1) a da cultura, identificada nas pesquisas sobre Jovens e Periferia; 2) a dos projetos de vida, identificada nos trabalhos sobre Ensino Médio e 3) a do trabalho, nas pesquisas vinculadas especificamente ao descritor “Jovens (e/ou) Juventude e Trabalho”.

Nesse contexto, notamos que muito embora no caso do Ensino Médio, por exemplo, predominem as análises em torno dos projetos de vida; de modo geral é possível dizer que a maioria

¹¹ Ver mais em ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2 ed. rev. e ampl. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

dos trabalhos mapeados reivindica a cultura como lócus central de contestação e, sobremaneira, como categoria explicativa da condição juvenil: de 25 trabalhos, 11 deles se apresentam como sendo ou utilizando referenciais teóricos dos Estudos Culturais¹², algumas vezes, em interlocução com estruturalistas, principalmente Pierre Bourdieu, Norbert Elias e Michel Foucault¹³.

Dito isso, muito embora tenhamos identificado três centralidades, iremos nos deter, aqui, em torno do deslocamento da centralidade do trabalho para a cultura por esta ter aparecido de modo mais significativo, em especial, no caso dos trabalhos sobre os jovens de periferia, onde a “construção social” do conhecimento e, sobretudo, as “experiências” e sentidos atribuídos pelos jovens aos processos sociais são analisados a partir do conceito de culturas juvenis. O que em maior ou menor proporção estes trabalhos revelam é que, voltando-se ao poder dos “discursos” como práticas de representação que incorporam e criam sentidos, seria na cultura que se dariam as lutas pela “significação”, tendo em vista que esta assumiria um papel constitutivo central de todos os aspectos da vida social dos jovens, a saber, também na forma como vivenciam suas experiências com os demais grupos jovens, com a própria periferia enquanto espaço social e com a escola.

Em relação aos trabalhos sobre Ensino Médio, este marco teórico também é evidente, ainda que em menor expressividade. Neles, a problematização geralmente parte do pressuposto de que haveria uma “cultura jovem” cujos interesses estão em permanente conflito com as instituições sociais. Nesse sentido, seria a dificuldade da escola em dialogar com esta cultura jovem, bem como em “traduzir” os anseios juvenis, a raiz das problemáticas do Ensino Médio, a saber: os grandes índices de evasão escolar, as dificuldades de aprendizagem e à redução da escola, operada pelos jovens, a uma instituição que pouco atende aos seus interesses, mas que a eles se apresenta como condição obrigatória para o ingresso no mercado de trabalho ou mesmo para o acesso ao ensino superior (BARBOSA, 2011; GUARALDO, 2008; ROCHA, 2007). É, portanto, no sentido de anunciar que na formulação dos projetos de vida juvenis a escola ocupa apenas uma centralidade formal, que se utiliza a categoria “projeto de vida”.

Daí que também nos deparamos com a seguinte constatação: de que a opção pelos Estudos Culturais e, mais especificamente, a apreensão da categoria juventude sob as lentes das culturas juvenis, geralmente vem acompanhada de dois movimentos: de uma tentativa de superar as heranças das tradições sociológicas funcionalistas e, de modo mais contundente, de uma crítica ao suposto “determinismo econômico” de Marx e das correntes marxistas contemporâneas, que subsumiriam a “diversidade humana” a “questão do trabalho”. Proposição elucidativa disso é a

¹² No campo dos Estudos Culturais, os autores mais utilizados são Nestor Canclini, referência nos Estudos Culturais latino-americanos; bem como Stuart Hall, pioneiro dos Estudos Culturais britânicos.

¹³ Cabe ressaltar, a título de esclarecimento, que muito embora o próprio Foucault tenha rejeitado estes “rótulos”, alguns pesquisadores se referem a ele como sendo pós-estruturalista ou mesmo como pós-moderno. A esse respeito, é interessante a análise de Rodrigues (2006) sobre a produção teórica de Foucault “como uma resposta reacionária à fase mais desenvolvida da dialética de sua época”. De acordo com Rodrigues (2006), Foucault teria sido um pensador proto pós-moderno. Compartilhamos desta percepção, porém, nos referimos à ele como estruturalista para manter a designação atribuída pelos autores das referidas pesquisas que se utilizam do filósofo em seus referenciais teóricos.

colocação feita por Amaral (2011, p. 29-30), em sua investigação sobre como as culturas juvenis são constituídas por jovens moradores de uma periferia de Porto Alegre/RS, quando este se refere aos enfoques “classistas” de juventude como sendo insuficientes para apreender as trajetórias sociais dos jovens.

Segundo o autor, por considerarem a juventude como uma condição perpassada predominantemente pelas relações de classe; tais enfoques tenderiam não só a desconsiderar tais trajetórias como “[...] suas possibilidades de mobilidade social, condicionando sua transição ao mundo adulto aos determinismos característicos da classe social”. Daí que o enfoque na classe e na condição social também envolveria certa dificuldade de explicar os fenômenos comuns de identificação para jovens de diferentes classes, atribuindo apenas à condição social o status de fator determinante em detrimento dos fatores culturais ou modos de vida, constituindo uma “[...] homogeneidade cultural ou de modos de vida entre jovens de uma mesma classe social, supondo um determinismo latente” (Ibidem, idem).

Com proposição semelhante, também na seara dos percursos de educação não-formal trilhados pelos jovens, Stecanela (2008, p. 28) aponta que, no caso dos estudos sobre juventude, existe um hiato comunicativo entre a sociologia da educação e a sociologia da juventude. A primeira, para a autora, teria marginalizado os principais protagonistas dos processos educativos – os alunos – centrando-se em uma perspectiva estritamente escolar de Educação, bem como atribuindo aos jovens, com o advento da industrialização, o “ofício de estudar”. Por isso, buscando um entrelaçamento entre Ciências Sociais e Educação, a autora assevera que “[...] nesses olhares monofocais, ocorre um distanciamento entre os “alunos” dos estudos sobre educação e os “jovens” dos estudos culturais, deixando transparecer, em várias situações, que não se está falando dos mesmos atores”.

É nesse sentido que, nos planos de fundo de suas pesquisas, os autores propõem que pensar a condição juvenil não pode prescindir de apreender os sentidos e significados produzidos pelos jovens em sua relação que estabelecem com o lugar, bem como com as experiências vivenciadas no âmbito da cultura; ou, como sustenta Amaral (2011, p. 11, grifos nossos), compreendendo esta condição como “[...] um *processo de socialização*, ou seja, de *significados compartilhados*, de *linguagens e sinais específicos*, de *regras e valores*, que se expressam nos *modos de viver*”, afinal, para além dos estereótipos em torno do jovem de periferia, existe um sujeito que, ao se construir socialmente, também é produtor de cultura.

Não discordamos de que, tal como asseveram os autores, os jovens, como seres sociais que são também produzem cultura. A problemática, no entanto, consiste justamente em apreender a totalidade das condições concretas dessa produção e em desvelar, sobremaneira, em que medida estas experiências social e coletivamente construídas condizem com a essência real dos fenômenos e, sobremaneira, possibilitam elevar a percepção das experiências vividas na esfera do cotidiano a

um patamar superior de compreensão. Como nos ensinam Moraes e Müller (2009, p. 483, grifos nossos), de fato, conhecemos o que construímos e vivemos. Entretanto, é justamente neste contexto que também se opera

[...] a confusão entre *ceticismo epistemológico* e *relativismo ontológico*. Nossos conhecimentos são relativos, porque são sociais, históricos, contextualizados, conjunturais, culturais, etc., e desse caráter transitório e relativo de nosso conhecimento *infere-se que ele não pode ser objetivo*, será sempre um ponto de vista individual, de um grupo, de uma cultura.

Como asseveram os autores, é com base nos fenômenos empíricos abstratos que se pode chegar à compreensão da essência conceitual destes próprios fenômenos, pois é “[...] nos movimentos mais simples da vida cotidiana que se situa o início do processo de compreensão do ser social em seu sentido ontológico” (Ibdem, p. 484). Entretanto, as tramas complexas da realidade social que atravessam a cotidianidade se apresentam em termos deveras deformados: se o empírico, além de subjetivo, é também aquilo que é capturado pelas percepções imediatas do sujeito, significa dizer, pois, que o entendimento de mundo delimita-se em torno apenas do que é perceptível. Dito de outra forma, as experiências mais imediatas, embora sejam pontos de partida necessários, não são suficientes para apreender a essência dos fenômenos, tendo em vista que estes estão mistificados pela aparência. É necessário um alargamento do escopo da práxis humana, “[...] fazendo com que o que se apresentava como um paradoxo à experiência imediata passe a ser compreendido como verdade científica” (Ibdem, idem).

Este alargamento do escopo da práxis humana, em nossa compreensão, se dá, por sua vez, com a suspensão temporária da cotidianidade. Uma suspensão que, como nos ensina Carvalho (1987, p. 28), além de temporária, é partícipe da universalidade, pois “permite ganhos de consciência e possibilidade de transformação do cotidiano singular e coletivo”. Na mesma direção, como assinala Netto (1987, p. 66, grifos do autor), buscando subsídios na obra de Lukács, a vida cotidiana é insuprimível, tendo em vista que não há homem sem vida cotidiana e, tampouco, sociedade sem cotidianidade:

[...] Enquanto espaço-tempo de constituição, produção e reprodução do ser social, a vida cotidiana é *ineliminável*. O que, em Lukács não lhe confere nenhum caráter meta-histórico: se em *toda* sociedade existe e se põe a cotidianidade, em cada uma delas a *estrutura* da vida cotidiana é distinta quanto ao seu *âmbito*, aos seus *ritmos* e *regularidades* e aos *comportamentos diferenciados dos sujeitos coletivos* (grupos, classes, etc) *em face da cotidianidade*.

Nesse sentido, como assevera Netto (1987), é recorrendo ao complexo categorial elaborado por Marx que Lukács encontra a gênese e a estrutura da vida cotidiano no trabalho, o que lhe

garante inferir estar, nesse campo, o nascedouro das aspirações superiores da humanidade¹⁴. Em outras palavras, o cotidiano é, para Lukács, o solo onde brotam todas as objetivações superiores e para onde elas retornam enriquecidas e, conseqüentemente, enriquecendo-o.

Assim sendo, muito embora a estrutura da vida cotidiana seja distinta e heterogênea quanto ao seu âmbito, ritmos e regularidades; é justamente por sua insuprimibilidade ontológica que ela não se desprende de sua relação com o histórico, tampouco, possui um caráter meta-histórico: é, pois, um dos seus níveis constitutivos ou, nas palavras de Netto (1987, p. 66, grifos nossos), “[...] o nível em que a *reprodução social* se realiza na *reprodução dos indivíduos* enquanto tais”.

Contudo, se a vida cotidiana é a mediação objetivo-ontológica entre a simples reprodução espontânea da existência física e as objetivações superiores (conscientes) e seu solo ontológico é o trabalho, não basta, portanto, apenas identificar quais os tipos de reflexos existentes ou as “experiências” que se forjam na vida cotidiana, mas também – e, sobretudo – apreender como estes reflexos e experiências se desenvolvem e se diferenciam dos demais até atingirem determinado grau de objetividade superior. Há, pois, determinações fundamentais da cotidianidade, às quais a tão valorizada heterogeneidade enleivada pelos estudos culturais de cariz pós-moderna, por si mesma, não é suficiente para apreender os desdobramentos da vida cotidiana: somam-se a ela a imediaticidade e a superficialidade extensiva. Senão, vejamos.

A vida cotidiana é heterogênea por se constituir, no bojo das intersecções que compõem o conjunto das objetivações do ser social, em um universo no qual se movimentam, simultaneamente, fenômenos e processos de natureza compósita, como a linguagem, o trabalho, a vida política e a vida privada. E, tal como assevera Lukács, o homem é um “ser que dá respostas”, respostas que não escapam à imediaticidade, haja vista que esta se trata da conduta específica da cotidianidade, cujo padrão de comportamento – respostas – consiste na relação direta entre pensamento e ação que mobiliza as forças do homem. Uma relação direta que, por sua vez, corresponde à superficialidade extensiva ou, nas palavras de Netto (1987, p. 67, grifos do autor), a apreensão de que a vida cotidiana mobiliza em cada homem “[...] todas as atenções e todas as forças, mas não toda a atenção e toda a força”.

Daí que heterogeneidade e imediaticidade implicam que o indivíduo responda levando em conta o “[...] *somatório* dos fenômenos que comparecem em cada situação precisa, sem considerar as *relações* que os vinculam”. Ou seja, apreendendo heterogeneidade e imediaticidade em sua articulação interdependente, é possível compreender que a cotidianidade impõe aos indivíduos um

¹⁴ José Paulo Netto, no ensaio “Para a crítica da vida cotidiana”, publicado no livro “Cotidiano: conhecimento e crítica” (Editora Cortez, 3ª edição, 1987) se refere aos trabalhos derradeiros de Lukács (do Último Lukács ou Lukács Ontológico), fundamentalmente aqueles em que o filósofo húngaro procurou embasar o que chamou de “peculiaridade do estético” e à Ontologia do Ser Social (volumes 01 e 02), concretizada inicialmente na investigação sobre a cotidianidade.

“padrão de comportamento” que apresenta modos e características de fato diversificadas, contudo, à custa de constrangimentos que

[...] requisita[m] dos indivíduos respostas *funcionais* às situações, que não demandam seu conhecimento interno, mas tão-somente a manipulação de variáveis para a consecução de resultados eficazes - *o que conta não é a reprodução veraz do processo que leva a um desfecho pretendido, porém, o desfecho em si*; no plano da cotidianidade, o critério da utilidade confunde-se com o da verdade (NETTO, 1987, p. 68, grifos nossos).

Sendo assim, nas palavras do próprio Lukács (1965, p. 46, grifos nossos), o caráter específico da imediaticidade da vida e do pensamento cotidianos se expressa à maneira de um modo espontaneamente materialista,

[...] espontaneamente materialista [...] independentemente de cómo se interpreten luego esas reacciones del sujeto de la práctica. Este hecho se sigue sin más de la esencia del trabajo. Todo trabajo supone un complejo de objetos, de leyes que lo determinan en su especie, en sus necesarios movimientos, operaciones, etc., y *la consciencia humana trata espontáneamente todo eso como entidades que existen y funcionan independientemente de ella*. La esencia del trabajo consiste precisamente en observar, descifrar y utilizar ese ser y devenir que son en-sí (LUKÁCS, 1966, p. 46).

Nesse sentido, muito embora os autores que se debruçam aos estudos culturais em torno da condição juvenil no cenário da periferia (AMARAL, 2011; CAIERÃO, 2008; NASCIMENTO, 2008; STECANELA, 2008) asseverem que não se pode negar que na construção do conceito de juventude existe um “caráter universal” e que compreendê-la como condição social exige a apreensão de seus aspectos singulares (classe, etnia, gênero, etc) de forma articulada e não fragmentada, consideramos mais pertinentes as proposições de Netto (1987), quando este nos sinaliza que, no plano da cotidianidade, as suas determinações – ou, em outras palavras, os componentes ontológico-estruturais da vida cotidiana – fazem com que todos e cada indivíduo só se percebam como seres singulares.

Em outras palavras, significa dizer que, sob uma dimensão mais genérica, a vida cotidiana aparece subsumida à dimensão da singularidade. Nesse sentido, ao mobilizar todas as suas forças e atenções nas suas objetivações cotidianas, o indivíduo de fato atua como homem inteiro, porém, sempre no âmbito da singularidade. O acesso à consciência humano-genérica, no entanto, não se realiza nesse comportamento: este só é possível quando se supera a singularidade, ascendendo “[...] ao comportamento no qual joga não *todas as suas forças*, mas *toda a sua força* numa objetivação duradoura” (Ibidem, idem, grifos do autor).

Sendo assim, somente quando se suspende a heterogeneidade da vida cotidiana e se homogeneiza todas as faculdades e potencialidades do indivíduo no sentido de um “projeto” menos

instrumental e menos imediato, ou seja, que transcende a singularidade para se reconhecer portador da consciência humano-genérica, é que o indivíduo se comporta, consequentemente, como inteiramente homem ao invés de apenas homem inteiro. Tais considerações também são pertinentes, assim consideramos, para uma problematização não só em torno das “culturas” juvenis e do ser jovem, como também, em torno dos “projetos de vida”, onde frequentemente se faz a infeliz confusão de “Trabalho” com “Emprego”.

Retomando o que concerne aos jovens que (re)produzem sua existência na periferia urbana, vimos até então que, no âmbito dos estudos em tela, o foco está – como asseveram os próprios autores – na apreensão das novas formas de sociabilidade construídas pelos jovens, onde as “culturas juvenis” não são consideradas como uma questão de classe ou de geração, de internalização ou reprodução de normas ou papéis sociais, mas sim como expressões construídas pelos próprios sujeitos em seu contexto social, a partir das complexas redes de identificação e pertencimento (AMARAL, 2011; CAIERÃO, 2008; STECANELA, 2008).

No plano da cultura, uma colocação elucidativa a esse respeito é posta, pois, por Caierão (2008, p. 42). Admitindo que pensar a juventude apenas pelo recorte cultural consiste apenas em mais uma forma de parcelá-lo, a autora, referindo-se ao poder da cultura na constituição social dos indivíduos, nos traz o seguinte questionamento: “poderia se pensar o jovem fora dessa pulsante teia [de significados culturais] que se faz e se refaz na medida mesma do significado com ela construído?”.

A autora conclui que não, tendo em vista que seria impossível estabelecer um denominador comum para caracterizar uma única cultura da juventude, pois “[...] esta se mantém como categoria sociológica inventada pelos adultos, entretanto, os seus sentidos se tornam cada vez mais difíceis de *totalizar*” (CAIERÃO, 2008, p. 43, grifos nossos). Chegamos, aqui, ao nosso ponto comum de divergência com os demais trabalhos na seara dos estudos culturais de cariz pós-moderna, no que concerne às suas sustentações teóricas. Parece-nos haver uma deformação do sentido da noção de “totalizante” no “dicionário marxista”, noção que, nos outros trabalhos, geralmente aparece escamoteada em usos igualmente negativos de palavras semelhantes – como homogeneizar e universalizar – junto da crítica ao suposto determinismo econômico de Marx ou dos “enfoques classistas”.

Nesse sentido, com base no excerto anteriormente destacado e no que concerne à juventude em particular, parece-nos que a preocupação não só de Caierão (2008), mas também dos demais estudos em tela, gravita em torno de uma “ameaça” à diversidade cultural capitaneada pelas visões totalitárias – o que, por isso mesmo, talvez justifique os esforços teóricos destes e de tantos outros pesquisadores no campo dos Estudos Culturais. Entretanto, consideramos imprescindível destacar que “totalidade”, “totalizante” ou “totalização”, na dialética marxista, não são palavras sinônimas de “totalitário”, como, ao que tudo indica, parecem ser apreendidas como sendo.

Sendo assim, se totalidade, como assim a compreendemos, não consiste no mero somatório das “partes” de um conjunto, mas sim, um “todo estrutural” que pode ser racionalmente apreendido e que se desenvolve como produção social do homem, como assinala Kosik (1995) – ou “complexo de complexos”, como assinala Lukács – nesse entremeio, estudar um “objeto”, significa concebê-lo no bojo de relações – sejam elas de nível econômico, social, cultural – que são histórica e socialmente construídas. Assim sendo, a análise sobre os elementos históricos e sociais na esfera da cultura não pode estar reduzida aos aspectos ultraconsensuais de um grupo em si (no caso da juventude, seus valores, costumes e “estilos”, etc), mas sim, enquanto um processo de reprodução social contraditório, tendo em vista que, se deslocada de uma perspectiva ontológica da práxis social, cujo modelo é o trabalho, “[...] o próprio termo cultura, com sua invocação confortável de um consenso, pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições existentes dentro do conjunto” (THOMPSON, 1998, p. 17 apud ALVES & ARAÚJO, 2013, p. 54).

Não queremos dizer, com isso, que a cultura ou as categorias experiência e cotidiano não sejam relevantes para a apreensão dos processos sociais vivenciados pelos jovens, mas sim, reiterar a problematização necessária dos usos pós-modernos destas categorias, em particular, do conceito de cultura. Nesse contexto, de acordo com Duarte (2004), o que se observa é que, além da ambiguidade e polissemia presentes nos debates contemporâneos, vem ganhando amplitude uma compreensão de cultura desarticulada do processo histórico de constituição do ser (social), tal como acontece com a vida cotidiana: cada vez mais destacam-se discursos que realçam as diferenças ao invés das semelhanças ou, dito de outra forma, valoriza-se o imediato e o subjetivo em um elogio acrítico do cotidiano, em prejuízo do campo das mediações, ou seja, das relações existentes entre o singular, o particular e o universal.

Diante disso, detendo-nos no que concerne à noção de cultura no interior da tradição marxista – mais especificamente as formulações lukácsianas, de onde extraímos os principais elementos orientadores da nossa discussão – e distanciando-nos das elaborações teóricas em torno dos Estudos Culturais de cariz pós-moderna, a complexidade presente no debate acerca da cultura incorpora-se ao nosso esforço teórico por apreender trabalho e cultura enquanto esferas constitutivas do ser social.

Como nos ensina Lukács (1965), podemos dizer que, assim como no que concerne ao cotidiano, é no mínimo problemática uma apreensão de cultura desvinculada das relações de produção e reprodução da existência humana, tendo em vista que é desenvolvendo-se enquanto ser social que o ser humano produz sua existência e, conseqüentemente, acumula experiências que produzem a cultura material e simbólica. Destarte, a despeito de todas as “rejeições” ou secundarizações atribuídas ao trabalho – que, nas produções por nós acessadas, apresenta-se apenas na condição de mais um dentre os tantos outros fatores na formação da subjetividade –

compreendemos que, seja qual for o tempo e a formação sócio-histórica, o (processo de) trabalho sempre será a base e fundamento (categoria fundante e fundamental) da vida social, ponto de partida para a sobrevivência do homem ou, nas palavras do próprio Marx, “[...] perpétua condição natural da vida humana e, por conseguinte, independente de qualquer forma particular dessa vida, ou melhor, comum a todas as suas formas sociais” (MARX, 2013, p. 192).

Nesse sentido, no que diz respeito ao trabalho, vale dizer que, de acordo com Harvey (2005, 2013), a reestruturação produtiva desencadeada na década de 1970 e a consequente incorporação de inovações tecnológicas ao processo produtivo ensejou não apenas a retomada dos patamares de acumulação do sistema do capital, mas também modificações fundamentais neste sistema (redução do tempo de rotação do capital, necessidade de expandir geograficamente a circulação, etc). Dessas mutações na relação espaço-tempo surgiram, então, novas formas de sociabilidade e, sobremaneira, de trabalho que, no contexto da incorporação de inovações tecnológicas não estabeleceu o fim do trabalho, mas sim,

[...] um complexo processo interativo entre trabalho e ciência produtiva, que não leva à extinção do trabalho, mas a um processo de retroalimentação que gera a *necessidade de encontrar uma força de trabalho ainda mais complexa, multifuncional*, que deve ser explorada de maneira mais intensa e sofisticada, ao menos nos ramos produtivos dotados de maior incremento tecnológico [...] A transferência de capacidades intelectuais para a maquinaria informatizada [...] *acentua a transformação de trabalho vivo em trabalho morto*. Mas não pode eliminá-lo (ANTUNES, 2000, p. 160).

Isso significa dizer que os elementos componentes do processo de trabalho sofrem transformações e mutações, advindas do contraditório desenvolvimento das forças produtivas, mas jamais esgotam sua existência ou, em outras palavras, que apesar de o movimento histórico introduzir no trabalho uma série de diferentes determinações, mudando as formas de produzir e de se apropriar do que foi produzido, por mais complexas e diferenciadas que elas sejam, jamais se poderá prescindir deste processo para a (re)produção das necessidades humanas.

Na mesma direção, vale dizer que tais processos desencadeados com a reestruturação produtiva, aos quais Harvey (2005) e Antunes (2000) se referem, também afetaram profundamente a esfera da cultura e da vida cotidiana. Contudo, quando fazemos estes apontamentos, não o fazemos com a pretensão de “submeter” a diversidade humana e de experiências sociais à “questão do trabalho”: evidentemente, a vida social não se resume a ele, afinal, o ser social também se desenvolve por meio de outros complexos, tais como a política, a cultura e a arte, que realizam a mediação com a natureza e com os outros homens.

Estes complexos são, todavia, ontologicamente secundários em relação ao trabalho, que é o lócus primeiro de realização da vida social. Em outras palavras, o ser social é constituído no interior de um complexo de complexos (a totalidade) cuja dinâmica se dá por meio de uma relação de

dependência ontológica e autonomia relativa (LUKÁCS, 2013). Insistimos, nesse sentido, na noção de autonomia relativa – ao invés de “absoluta” como, parece-nos, boa parte da discussão contemporânea vem afirmando – por que, se assim não o fosse, teríamos de concordar com a premissa de que estaríamos vivendo tempos em que o trabalho, enquanto categoria fundante do ser social; estaria em crise. O que significaria admitir, conseqüentemente, que as expressões da reestruturação produtiva, por exemplo, também teriam feito do trabalho uma esfera secundária na vida social e que, como bem examina Antunes (2000), não condiz com o movimento real das mutações morfológicas que vem sofrendo o mundo do trabalho.

Nesse sentido, muito embora compreendamos que as diferentes abordagens em torno da questão do trabalho ou mesmo da própria juventude seja um reflexo objetivo das escolhas teóricas que norteiam as pesquisas, nossa crítica se volta às implicações ético-políticas que gravitam em torno do deslocamento da centralidade do trabalho para a cultura por compreendermos que esse deslocamento é, essencial e justamente, uma questão política. Afinal, se é evidente que o trabalho permanece tendo centralidade para a manutenção do capitalismo – isto é, que as relações capitalistas de trabalho permanecem sendo universalmente reproduzidas – mas sob uma nova morfologia que afeta profundamente a subjetividade individual e coletiva dos trabalhadores, o problema então deveria ser colocado de outra forma: ao invés de buscarmos, de modo desarticulado da lógica histórica, “novas” formas de identidade, sociabilidades ou interesses, o que deve ser atacado são os motivos pelos quais o trabalho, apesar de permanecer sendo central para a reprodução do capital, vem tendo sua centralidade escamoteada.

Nesse sentido, se é preciso evitar um duplice equívoco, isto é, o de supervalorizar ou menosprezar a esfera do trabalho; para concluir, reiteramos que, de modo a evitar inflexões que induzam à simplificação ou banalização dos fatos, as contradições sociais e culturais, bem como os antagonismos do movimento real, não podem ser confundidos com o movimento do pensamento e do esforço de apreender esse movimento da forma mais completa possível: os fatos e dados empíricos fornecidos pela realidade, nesse sentido, devem ser tomados a fim de que seja possível superar as impressões iniciais das representações fenomênicas destes fatos empíricos, desvelando a essência de suas leis fundamentais.

Na mesma direção, se a análise da base material, no bojo dos estudos sobre juventude e trabalho, não pode desconsiderar os fenômenos culturais, mesmo que estes sejam, em última análise, condicionados pelos fenômenos de ordem econômica, eles tampouco podem ser apreendidos de modo isolado, perdendo-se de vista o processo em sua materialidade histórica: a lógica histórica é, afinal, a determinação do campo cultural (MORAES & MÜLLER, 2009). Ou seja, é situando a cultura no “[...] *lugar material que lhe corresponde*, [que] podemos entendê-la como agente formador, ao mesmo tempo em que é consequência da luta e da consciência de classe” (MORAES & MÜLLER, 2009, p. 497-498, grifos nossos).

O que implica dizer, conseqüentemente, que se a experiência humana – neste caso, a experiência dos jovens – é forjada também nos laços socioculturais, o esforço teórico deve se orientar no sentido de encontrar a estrutura significativa em um dado conjunto de relações sociais – em sua processualidade histórica, ressaltamos – ao invés de uma forma particular fora destas relações ou mesmo como um consenso, como assinalado por Thompson (1998) apud Alves & Araújo (2013); tendo em vista que sem processualidade histórica, ou seja, fora da lógica histórica, se esvazia a noção de práxis ou, dito de outra forma, os fenômenos se apresentam tão somente como funcionais e já estabelecidos (MORAES & MÜLLER, 2009).

Caso contrário, o que se tem, no campo da cultura e fora a lógica histórica é a fragmentação do real, onde os fenômenos, em sua aparência mais imediata, são tratados no nível da vida cotidiana dos indivíduos como uma inexorabilidade concreta, na qual o fetichismo, tal como alerta Netto (1981, p. 88), conseqüentemente, é dúplice: “em cada manifestação reificada do ser social e na articulação pseudo-global de todas elas”, ou seja, no bojo de construções discursivas que buscam estabelecer uma indistinção entre aquilo que constitui a realidade objetiva e as construções ideológicas, culturais e simbólicas numa espécie de “semiotização da realidade (NETTO, 1981).

Nesse sentido, se a juventude é uma categoria ampla que pode ser estudada sob vários aspectos, se não existe uma única juventude, mas sim, “juventudes” (SPOSITO, 2005) e principalmente, se a construção da identidade é um processo que deriva das relações sociais que os jovens estabelecem com os outros, em diversos aspectos e em múltiplos espaços, também não se pode perder de vista que a identidade se constrói em uma relação necessariamente dialética que se desdobra no interior de relações sociais que orientam não só as representações, mas também as escolhas culturais. Sendo assim, se os jovens trabalhadores – ou aqueles em seu devir – denunciam a necessidade de serem reconhecidos como sujeitos sociais, como sinalizam principalmente as pesquisas em torno dos jovens de periferia (AMARAL, 2011; CAIERÃO, 2008; NASCIMENTO, 2008; STECANELA, 2008); também não se pode prescindir do esforço teórico da crítica, sob o risco de, para utilizar uma expressão de Fontes (2010), mais corroborar para o apagamento retórico da classe trabalhadora no seu conjunto do que para apontar reais possibilidades de emancipação.

Ao fim e ao cabo, consideramos que, junto da apreensão do conceito de “experiência” para além do empirismo ou, no extremo oposto, do engessamento, a pesquisa em educação não pode prescindir do aprofundamento histórico e ontológico: no lugar dos discursos fragmentados sobre a realidade é necessário um conhecimento teórico cujo compromisso ético-político seja o de desvelar a realidade de desigualdades que milhares de trabalhadores, jovens ou não, enfrentam diariamente para sobreviver.

3 TRABALHO E EDUCAÇÃO NO CAPITALISMO: UMA RELAÇÃO CONTRADITÓRIA

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante (MARX & ENGELS, 2007, p. 47).

Como assinala Alves (2000), no bojo do “novo complexo de reestruturação produtiva”, emergiu um amplo sistema de inovações tecnológico-organizacionais fundadas na cultura da qualidade e inspiradas no toyotismo, aqui entendido na acepção de Alves (2000) e Antunes (2009): como estágio superior da racionalização capitalista do trabalho. Em outras palavras, em que pesem as continuidades ao padrão taylorista-fordista de acumulação¹⁵ — expressas, em linhas gerais, no controle do tempo, na divisão técnica do trabalho, etc) — o que surge com o novo complexo de reestruturação produtiva é, tão somente, “[...] *mais um* elemento compositivo do longo processo de racionalização da produção capitalista e de manipulação do trabalho vivo que teve origem com o fordismo-taylorismo” (ALVES, 2007, p. 156, grifos nossos).

Nesse contexto, pode-se dizer que a “superação” do padrão taylorista-fordista, no que tange à racionalização do processo produtivo, encontra sua mais contundente expressão na gestão do trabalho por meio do controle ou, como assinala Alves (2007), da “captura” da subjetividade do trabalho pelo capital, nexos essenciais do toyotismo. Vinculadas a ela emergem as demandas por “novas” qualificações, isto é, habilidades cognitivas e comportamentais imprescindíveis para a operação dos novos dispositivos organizacionais do toyotismo enquanto estágio superior da racionalização capitalista do trabalho, forjada, por sua vez, em uma subsunção real do trabalho de novo tipo: a subsunção formal-intelectual ou espiritual.

É nesse cenário que emerge, portanto, a noção de empregabilidade, isto é, na definição de Oliveira (1999), um rol de competências e habilidades de adaptação à dinâmica produtiva, às flutuações e às mudanças do mundo do trabalho das quais o trabalhador deve dispor para ser considerado “empregável”. Colocando fora de questão as relações de classe e as contradições do capitalismo enquanto categorias necessárias para a apreensão do real, o que esse discurso pretende, enquanto mecanismo de responsabilização individual no que diz respeito ao estabelecimento de estratégias de inserção profissional, é justificar “[...] o desemprego pela falta de preparação dos mesmos para acompanharem as mudanças existentes no mundo do trabalho” (OLIVEIRA, 1999, p. 57).

¹⁵Entretanto, muito embora configure um estágio superior dessa racionalização, não se pode dizer — não a rigor — que o toyotismo representa uma ruptura com a lógica taylorista-fordista, nem mesmo que este padrão de acumulação representa uma nova forma produtiva propriamente dita. Em outras palavras, é por constituir — no que tange às necessidades sociotécnicas do capitalismo em sua atual fase — uma forma mais adequada de *organizar* o processo produtivo que se pode falar em toyotismo não como uma ruptura “brusca” em relação ao taylorismo-fordismo, mas sim, como sendo — em escala universal — o momento predominante deste processo (ALVES, 2007).

Sob a ótica da empregabilidade, a necessidade de os indivíduos disporem de habilidades e conhecimentos adequados aos interesses da produção passa a ser, nesse sentido, o primeiro elemento considerado ante as possibilidades de superação do desemprego existente. E, nesse ínterim, conhecidas questões em torno da relação entre trabalho e educação – como, por exemplo, a dualidade estrutural dos sistemas de ensino e sua subordinação às demandas do sistema produtivo – adquirem novos conteúdos, bem como são recolocadas em pauta.

Neste capítulo, entretanto, deteremo-nos àquela que, em tempos de “recuo da teoria” e relativismo ontológico, como assinala Moraes (2009), nos parece fundamental: o papel da educação na reprodução do capital. Com isso, situado o contexto mais geral da crise do capital, isto é, da reestruturação produtiva e as mutações no mundo do trabalho enquanto expressões dessa crise, nosso intuito consiste em tecer alguns apontamentos atinentes a questões que consideramos fundamentais à compreensão da pesquisa.

3.1 DO PAPEL DA EDUCAÇÃO PARA A REPRODUÇÃO CAPITALISTA: A (CON)FORMAÇÃO DE UM TRABALHADOR DE NOVO TIPO

Dentre as tematizações que, no campo da Educação, têm ocupado um espaço significativo na produção acadêmica, aquelas que gravitam em torno da qualificação dos trabalhadores – em especial, os jovens – e das “novas tecnologias” são uma das que mais se destacam. Especificamente no que concerne ao debate acerca das transformações no mundo do trabalho, não são raras as interpretações que visualizam nessas chamadas “novas tecnologias” e sua devida incorporação aos processos pedagógico-educativos – desde que de modo “crítico” – a possibilidade de se construir espaços emancipatórios de educação.

Tal interpretação geralmente se circunscreve à constatação de que se de um lado avança o progresso tecnológico, de outro, conseqüentemente, as inovações tecnológicas também exigem, de uma forma ou de outra, níveis de instrução cada vez maiores aos trabalhadores. Por isso mesmo, espaços ditos “emancipatórios” de educação – isto é, condizentes aos interesses da classe trabalhadora – não poderiam prescindir de viabilizar aos trabalhadores a aquisição de “novas aprendizagens”: afinal, se as tecnologias são “novas” o processo de aprendizagem também precisa sê-lo, isto é, coerente às suas bases materiais.

Nesse sentido, não nos surpreende que, no bojo das profundas transformações que vêm sendo sentidas no mundo do trabalho, uma leitura mais imediata acerca destas transformações facilmente nos leve à conclusão de que a educação estaria “desatualizada”, isto é, em um drástico descompasso em relação às exigências e necessidades contemporâneas (TONET, 2012).

Isso por que, como já enunciamos na introdução, se antes, com o predomínio do padrão taylorista-fordista, pouca era a qualificação exigida de um trabalhador para desempenhar suas atividades laborais, atualmente, outro tipo de formação vem sendo requerido: mais polivalente, engajado, informado e, ao menos no plano dos discursos ideológicos, possuidor de níveis de escolaridade mais altos.

Entretanto, de acordo com Tonet (2012), o que não raras vezes se oblitera, na superfície das críticas a uma educação supostamente “desatualizada”, gravita em torno de dois pressupostos: o primeiro, de que o caráter mercantil da sociedade é algo inerente à sua própria natureza e o segundo, de que a função essencial da educação seria, de fato, a de preparar os indivíduos para o trabalho. Dois pressupostos que, conjugados, implicam a naturalização da racionalidade econômica e da sociabilidade capitalista como sendo as únicas formas possíveis de se organizar a vida humana e, conseqüentemente, de se pensar o complexo da Educação.

Nesse sentido, como também assinala Rummert et. al (2012, p. 23, grifos nossos), se anteriormente a intervenção capitalista no campo da educação – com exceção da “escola fordista”, isto é, a escola de massa – se dava de forma talvez menos evidente, nos dias de hoje, entretanto, esta atravessa “[...] o espaço-tempo produtivo e o espaço-tempo escolar, tornando-se um eixo pedagógico orientador *que se pretende de caráter universal*”. Contudo, por outro lado e reagindo às concepções que reduzem tanto o conceito de trabalho como o conceito de educação; não são poucos os estudos que, geralmente pela via do trabalho como princípio educativo, procuram oferecer uma análise teórica crítica acerca da relação entre trabalho e educação.

Geralmente focadas na Educação Profissional e no Ensino Médio¹⁶ brasileiros, estes estudos buscam, sobremaneira, discutir e pôr na agenda das lutas sociais a tarefa de construir um projeto de educação que retome as concepções de educação integrada ou politécnica, no sentido de promover a integração entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura (KUENZER, 2000). Fortemente inspirados nos escritos de Gramsci, do próprio Marx (muito embora este último jamais tenha escrito especificamente sobre o campo da educação), dentre outros filósofos e expoentes da tradição marxista; estes estudos reivindicam o trabalho como centro da vida social ou, para dizê-lo naquele sentido elaborado por Lukács (2012), categoria fundante e fundamental do ser social. Entretanto, não se trata do trabalho assalariado e alienado, forma específica e historicamente determinada que o trabalho assume na sociedade capitalista, e sim, do trabalho em sua dimensão ontológica, ou seja, como produtor de valores de uso, como força criativa e atividade vital.

Nessa perspectiva – a de trabalho em sua dimensão ontológica – o trabalho emerge, portanto, como matriz ordenadora da prática pedagógica no ensino integrado ou da chamada “escola unitária”, cumprindo a função de mediar a integração dos diferentes saberes e áreas de

¹⁶ Contudo, como identificamos já em nosso balanço teórico, ao que tudo indica, a predominância de estudos acerca da Educação Profissional é maior. Não se pode dizer o mesmo no que concerne ao Ensino Médio.

conhecimento necessárias à compreensão crítica das múltiplas e diversas dimensões da vida social. Porém, dentre várias outras questões que suscitam desse debate, nossa atenção recai sobre duas em particular, sendo que a primeira é formulada por Tonet (2012) e a segunda, por Tumolo (2005): 1) O trabalho de fato consiste em um elemento nucleador de qualquer forma de sociabilidade? e 2) É possível considerar o trabalho como princípio educativo no interior do capitalismo?

No que diz respeito à primeira questão, examinando-a diretamente em Marx, temos que a primeira determinação do trabalho se trata, em linhas gerais, da interação entre homem e natureza, em uma forma que diz respeito unicamente ao homem¹⁷, com a finalidade consciente (teleológica) de obter os bens necessários à sobrevivência humana. Assim escreve Marx (2013, p. 326-327, grifos nossos), no livro primeiro de O Capital:

O trabalho é, *antes de tudo*, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [*Naturmacht*]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio (p. 326-327).

Deste ponto de vista mais geral, é possível compreender que se constitui enquanto trabalho a atividade que, na dialética entre homem e natureza, resulta em um produto. Nesse sentido, por atender a uma dada necessidade, o processo de trabalho é, em seu momento simples, uma atividade orientada para a produção de valores de uso, “[...] condição *universal* do metabolismo entre homem e natureza, perpétua *condição natural* da vida humana e, por conseguinte, *independente* de qualquer forma particular dessa vida, ou melhor, *comum* a todas as suas formas sociais” (MARX, 2013, p. 335, grifos nossos).

Contudo, esta primeira determinação decorrente do processo simples de trabalho não é, “de modo nenhum suficiente para ser aplicada ao processo capitalista de produção” (idem, p. 331). Como aponta o próprio Marx já nos Manuscritos Econômico-Filosóficos, o processo de criação humana em sua forma historicamente determinada é tanto uma externalização positivada do ser no produto de seu trabalho (*Eutäusserung*) como uma externalização negativa (*Entfremdung*), esta última, expressa quando o produto de seu trabalho se converte, para o homem, em coisa estranha a si mesmo, ou seja, algo que não lhe é útil, nem lhe pertencerá (MARX, 2004). Nas palavras de Marx (2004, p. 80, grifos do autor),

¹⁷ Quanto a isso, cabe o famoso exemplo dado por Marx em O Capital: “Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente” (MARX, 2013, p. 327).

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a *valorização* do mundo das coisas (*Sachenwelt*) aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens (*Menschenwelt*). O trabalho não produz somente mercadorias, ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma *mercadoria*, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral. Este fato nada mais exprime, senão: o objeto (*Gegenstand*) que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta como um ser *estranho*, como um *poder independente* do produtor.

Nesses termos, a objetivação (efetivação) do trabalho é, por seu turno, a desefetivação do trabalhador. É nesta efetivação do trabalho como perda e servidão simultâneas do/ao objeto que repousa, para Marx (2004, p. 81), “todas as consequências”. Afinal, quanto mais o trabalhador se desgasta trabalhando, mais poderoso se torna o mundo objetivo que ele cria diante de si. Porém, esse mundo criado pelo trabalhador – que, ele mesmo, já não pertence a si próprio – lhe é algo alheio. Consequentemente, quanto menos o trabalhador pertence a si próprio, mais o trabalhador

[...] encerra a sua vida no objeto [...] Por conseguinte, quão maior esta atividade, tanto mais sem-objeto é o trabalhador. Ele não é o que é o produto do seu trabalho. Portanto, quanto maior este produto, tanto menor ele mesmo é. A *exteriorização* (*Entäusserung*) do trabalhador em seu produto tem o significado não somente de que seu trabalho se torna um objeto, uma existência *externa* (*äussern*), mas, bem além disso, [se torna uma existência] que existe *fora dele* (*ausser ihm*) independente dele e estranha a ele, tornando-se uma potência (*Macht*) autônoma diante dele (MARX, 2004, p. 81, grifos no original).

Essa degradação ontológica do trabalho – que das necessidades humanas passa a se orientar à valorização do capital e, consequentemente, sua reprodução – fica mais evidente se levamos em conta que a finalidade última do capitalista não é acumular mais mercadorias, mas sim, capital na forma-dinheiro. O que nos leva a dois outros processos complexos e articulados entre si: o processo de acumulação e o processo de produção de mais-valor¹⁸. Vejamos isso nas palavras de Marx (2013, p. 706-707, grifos nossos):

[...] O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, por isso, que ele produza em geral. Ele tem de produzir mais-valor. *Só é produtivo o trabalhador que produz mais-valor para o capitalista ou serve à autovalorização do capital* [...] Assim, o conceito de trabalhador produtivo não implica de modo nenhum apenas uma relação entre atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também *uma relação de produção especificamente social*, surgida *historicamente* e que cola no trabalhador o rótulo de *meio direto* de valorização do capital. Ser trabalhador produtivo não é, portanto, uma sorte, mas um azar.

¹⁸ Ou “mais-valia”, como aparece na maior parte das traduções de O Capital para a Língua Portuguesa. Aqui, entretanto, utilizaremos a tradução literal da palavra *Mehrwert* (onde *Mehr* significa “mais” e *Wert* significa “valor”) que consta nas edições de 2013 (livro 01) e 2015 (livro 02) da Boitempo Editorial consultadas para esta dissertação e que, por uma série de questões – que aqui não nos cabe detalhar – baseia-se na edição da MEGA (Marx-Engels-Gesamtausgabe – Marx-Engels “Edições completas”, em tradução livre da autora), coleção composta por todas as obras publicadas por Marx e Engels em vida, bem como inúmeros manuscritos e cartas inéditas, em Alemão.

O que se pode depreender da colocação feita por Marx, anteriormente transcrita, é que, por meio da exploração do trabalho que se colocam as condições fundamentais para produção capitalista. Disso emerge, por conseguinte, um antagonismo *inconciliável* entre capital e trabalho, duas classes que aparentemente interagem em uma relação de igualdade: de um lado está o capitalista, que “oferece” os meios de produção e, de outro, o “trabalhador livre” que vende a sua força de trabalho. Esta relação de igualdade, no entanto, é apenas aparente justamente por reduzir este antagonismo a uma simples relação de compra e venda sob a qual se oblitera a exploração fundamentada no tríplice mote constituído pelo trabalho assalariado, extração de mais-valor e apropriação privada dos produtos do trabalho pela classe capitalista ou, em outras palavras, a subsunção do trabalho ao processo de valorização do capital.

Dito isso, se concordamos com o fato de que o trabalho, em sua dimensão ontológica, consiste na base da existência humana, por outro lado, como assinala Tumolo (2005, p. 241), não descartamos a importância de se indagar “como é produzida essa existência humana, por intermédio do trabalho, na especificidade do modo capitalista de produção”. Nesse sentido, a análise de Tumolo (2005) envereda para a conclusão de que Marx, em *O Capital*, não pretendia apreender o ser social genérico em sua forma genérica, “mas o ser social de uma forma social historicamente determinada, a forma capital” (idem, p. 255). Por isso mesmo, a utilização de categorias analíticas de caráter genérico teria significado, para Marx, assim analisa Tumolo (2005, p. 255), um recurso metodológico

[...] cujo objetivo foi o de apresentar as características e os fatores constitutivos do processo de trabalho, diferenciando-o do processo de valorização e, ao mesmo tempo, compreendendo, como unidade de ambos, o processo de produção capitalista. Dessa forma, a categoria trabalho, entendida aqui, por suposto, como trabalho em geral, não serve ou, na melhor das hipóteses, é insuficiente para a apreensão da relação capitalista de produção e, portanto, do ser social da forma capital.

Como já assinalamos e o próprio Marx indica (2013, p. 133), o processo simples de trabalho não é “de modo nenhum suficiente para ser aplicado ao processo capitalista de produção”. Entretanto, Marx (2004, p. 81, grifos do autor, negritos nossos) também assinala, nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, que “o trabalhador **nada pode criar** sem a *natureza*, sem o *mundo exterior sensível*”. Já em *O Capital*, essa noção ganha contornos mais nitidamente materialistas, expressa no excerto a seguir, destacado anteriormente, quando Marx enfatiza que o trabalho é, “*antes de tudo*, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, *medeia, regula e controla seu metabolismo* com a natureza” (MARX, 2013, p. 326, grifos nossos).

Certamente, no capitalismo essa noção de trabalho é profundamente degradada e, não discordamos de Tumolo (2005) quando este se refere ao fato de que Marx, em *O Capital*, pretendia apreender o ser social “de uma forma social historicamente determinada, a forma capital”. Contudo,

o ponto para o qual chamamos a atenção consiste no fato de que o trabalho não deixa de ser, assim entendemos, o momento *predominante* na dialética entre homem e natureza seja qual for a sua forma. Nesse sentido, como também alerta Saviani (2007, p. 154, grifos nossos), se a existência humana não é garantida pela natureza, “[...] mas sim, *tem de ser produzida pelos próprios homens*”, sendo, portanto, um produto do trabalho; é possível inferir que o homem não nasce homem, o que, conseqüentemente, implica dizer que o mesmo não nasce sabendo produzir-se como tal: “ele necessita *aprender a ser homem, precisa aprender a produzir sua própria existência*”.

Em outras palavras, a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, ou seja, um processo educativo. Tendo isso em conta, reiteramos com Saviani (2007) que a origem da educação coincide, então, com a origem do homem mesmo ou, na acepção lukacsiana, o surgimento do ser social. Como assinala Lukács (2012, 2013), é na sua autocriação – satisfação das necessidades, superação dos limites naturais, etc – que o homem ingressa em um novo estágio, por ele mesmo fundado, na medida em que a práxis surge e se explicita neste ser natural: surge o ser social quando as formas de objetividade se desenvolvem, ganhando progressivamente contornos cada vez mais sociais, no bojo de complexos múltiplos e heterogêneos (LUKÁCS, 2012).

Nesse sentido, o que Lukács (2012) nos oferece é uma visão ontológica que possibilita capturar o desenvolvimento de categorias que atravessam a constituição do ser social, uma constituição que, por sua vez, pressupõe, tanto em seu conjunto como em cada um dos seus processos singulares, o ser da natureza inorgânica e da natureza orgânica. Isso significa dizer que “[...] *não se pode considerar o ser social como independente do ser da natureza, como antítese que o exclui*”, tendo em vista que a ontologia marxiana do ser social exclui a transposição simplista e materialista vulgar, das leis naturais para a sociedade (LUKÁCS, 2012, p. 199). Dado esse ponto, é possível dizer que, como atividade ontológica – isto é, mediação fundamental – o trabalho consiste, de fato, em elemento nucleador de toda e qualquer forma de sociabilidade.

Passemos, entretanto, ao segundo momento de nossa discussão. Como indicamos no início deste capítulo, não são poucos os estudos que, reagindo às concepções reducionistas tanto de trabalho como de educação; procuram oferecer, geralmente pela via do trabalho como princípio educativo, uma análise teórica crítica acerca da relação entre trabalho e educação. Assim como também são vastas, no mesmo campo teórico, as discussões sobre a função de reprodução que a educação assume, isto é, a função de reproduzir o capitalismo; seja por meio da capacitação e preparação da força de trabalho a fim de incorporá-la ao mercado de trabalho, seja pela imposição de certas atitudes e comportamentos que são exigidos conforme as necessidades da expansão capitalista e seus respectivos mo(vi)mentos históricos.

Nesse sentido, levando em consideração primeiramente a função de reprodução da educação, podemos dizer que, quanto a ela, o capitalismo tem uma dupla necessidade: de um lado, a de formar trabalhadores que aceitem, sem objeções, a ideologia da classe dominante e os postos

subalternos que lhes são determinados na estrutura social capitalista e, de outro, a de formar os quadros dirigentes da classe burguesa, educando-os de modo a conduzir ou mesmo frear as pressões derivadas da luta de classes, mantendo, assim, a hegemonia da classe burguesa.

Como assinala Kuenzer (2000, p. 27), essas duas funções – uma intelectual, destinada aos herdeiros da burguesia e outra instrumental, destinada à classe trabalhadora – repousa em uma dualidade estrutural que, conseqüentemente, se expressa em trajetórias educacionais e escolares diferenciadas: aos primeiros, destina-se uma formação intelectualizada e aos trabalhadores, uma “formação profissional [...] com ênfase no aprendizado, quase que exclusivo, de formas de fazer, a par do desenvolvimento de habilidades psicofísicas”.

O que por hora nos interessa aqui, entretanto, é a premissa inegável de que a educação assume a função de reproduzir a ideologia da classe dominante, com o fito de disciplinar a futura força de trabalho a ser explorada pelo capital, perpetuando, assim, a exploração: afinal, se a ideologia pode ser considerada uma espécie de cimento social, a educação e, conseqüentemente, as escolas, seriam os “tijolos” de uma edificação cujo propósito é o de encobrir, de modo muitas vezes sutil, o antagonismo entre capital e trabalho.

Quanto a esse ínterim, como brevemente assinalamos, no bojo dos estudos em Trabalho e Educação, de modo geral se admite essa relação de dominação, ou seja, de que a educação escolar, imersa e determinada pelas relações de produção capitalistas, reproduz a ideologia das classes dominantes, ainda que na cotidianidade das escolas isso nem sempre esteja claro. Todavia, boa parte deles também assinala que as escolas não estão limitadas a essa função reprodutora: nelas também se aprende uma série de conhecimentos imprescindíveis à vida social, como ler e escrever, matemática, história, ciências, etc., ou seja, uma série de conhecimentos que, não negamos, correspondem à aquisição de elementos e bens culturais por parte da classe trabalhadora.

Contudo, como fazer a crítica necessária à função ideológica da escola sem renunciar a apropriação do conhecimento historicamente acumulado pela humanidade, por parte dos trabalhadores? Como endossar discursos de “fora escolas” se, muitas vezes, elas são os únicos espaços aos quais os filhos da classe trabalhadora têm acesso? Refinando um pouco mais essa questão: se de um lado o projeto burguês de educação se justifica pela necessidade dessa classe em manter sua hegemonia, mas, de outro, há a necessidade de ofertar aos trabalhadores as mínimas condições intelectuais para que estes sejam integrados ao processo produtivo, seria essa contradição uma brecha, ainda que mínima, para por em curso a construção de um projeto de educação *da* classe trabalhadora?

Dito isso, a questão problemática que se coloca, repousa, assim analisamos, em uma tendência consideravelmente frequente no que diz respeito à tematização das relações entre trabalho e educação, principalmente em interlocução ao trabalho como princípio educativo: a de não raras vezes comportar (ou mesmo priorizar), como frente de atuação, a *emancipação política* como

fundamento de um projeto de educação voltado à classe trabalhadora, como se esta fosse, de fato, equivalente à *emancipação humana*.

O que não retira, é claro, o mérito dessas propostas, principalmente no que concerne às lutas sociais por elas encampadas. Entretanto, como assinala Tonet (2005), se de um lado não é de hoje o esforço por discutir um quadro teórico que sintonize a educação numa perspectiva de educação revolucionária; de outro, também não é recente o fato de que a busca por uma articulação entre educação e revolução no seu sentido *sui generis* – isto é, de mudança radical – gradativamente foi sendo substituída pela articulação entre educação e cidadania/democracia, na esteira da chamada via democrática para o socialismo, ou, nas palavras de Del Roio, em prefácio à obra de Tonet (2005, p. 3), “um beco cuja saída não era outra que a adoção de uma variante de reformismo”.

Nesse sentido, tendo como ideia-mestra a concepção de que a luta pela cidadania integra um processo complexo e contraditório, feito de avanços e de recuos, porém, sempre articulado às lutas sociais rumo a uma sociedade cada vez mais livre ou “menos injusta possível”¹⁹, ganharam força os discursos em torno da cidadania enquanto, *ipso facto*, “um instrumento revolucionário, ao mesmo tempo em que constituiria *simplesmente uma etapa na direção de uma sociedade socialista*” (TONET, 2005, p. 13, grifos nossos).

Tornando-se um “lugar comum”, a noção de cidadania – e, conseqüentemente, de educação para a cidadania – ganhou centralidade não só no âmbito das discussões no campo da Educação como, sobremaneira, na agenda de boa parte dos movimentos sociais. Diante disso, como assinala Tonet (2005), o problema que se coloca quanto a estes enunciados repousa no fato de que, de modo geral, a categoria cidadania nem sempre aparece de modo claro e preciso: afinal, seria ela o objetivo último a ser perseguido no bojo das lutas sociais e, em especial, pela educação, ou uma mediação para a superação da sociedade capitalista?

Face a estas questões, reiteramos com Tonet (2005) que a luta pela cidadania, aqui entendida como inscrita no rol das lutas encampadas por emancipação política, não se trata nem de um objetivo último, tampouco, mediação para superar o capitalismo – isto é, para a efetiva liberdade – mas sim, uma liberdade *tout court*. Não nos parece um exagero dizer, nesse sentido, que este recuo no campo da educação sustenta-se em uma ambivalência acerca da possibilidade de se construir um projeto de sociedade (e, conseqüentemente de educação), para além do capitalismo: de um lado, está uma descrença que, muitas vezes sutil, visualiza a superação do capitalismo não como uma *possibilidade histórica*, mas como uma *utopia*, isto é, como algo irrealizável (ou, no máximo, como

¹⁹ A expressão faz referência à Paulo Freire, mais especificamente, ao seu artigo “Educação: o sonho possível” (apud Gadotti, 2008, p. 350, grifos nossos), no qual define “utopia” não como sendo algo irrealizável, mas sim, uma prática que vive uma unidade dialética entre “a denúncia e o anúncio” de uma sociedade injusta e espoliadora e o anúncio “do sonho possível de uma sociedade que *pelo menos* seja *menos espoliadora*, do ponto de vista das grandes massas populares que estão constituindo as classes sociais dominadas”. No sentido da crítica, nossa intenção, ao utilizar a expressão de Paulo Freire reside mais em chamar atenção para os usos, no campo da Educação, dos enunciados freireanos do que aos enunciados em si, o que, por si só, exigiria uma pesquisa de grande envergadura.

um marco norteador que nos estimularia a lutar por constantes melhorias); e de outro, o otimismo acrítico, que considera a superação do capitalismo como resultado inevitável do processo histórico (TONET, 2005). Duas posições que, assim analisamos, são substancialmente problemáticas, tanto pelo risco de engessamento da luta de classes, como, sobremaneira, de apagamento retórico da classe trabalhadora.

Nesse sentido, talvez uma das expressões mais contundentes da equivalência forjada entre emancipação política e emancipação humana seja a defesa de que uma escola pública, laica e subsidiada pelo Estado contribui para a “democratização” do país e, conseqüentemente, para a democratização da escola e a elevação cultural das “massas”. Nesses termos, a escola pública representaria, então, uma conquista que ameaçaria a classe dominante, tendo em vista o seu caráter social “nivelador”. Formulação esta que, por seu turno, encerra outra mistificação, quiçá, a mais problemática de todas: a crença de que o Estado pode, realmente, cumprir uma função neutra, afinal, a sociabilidade capitalista exige – e objetivamente provoca – a reprodução, nos espaços escolares, de uma sociedade dividida em classes.

Diante disso, se contra-argumenta que o que está na pauta de reivindicações não é a construção de um capitalismo mais “inclusivo” e “humanizado” – mas sim, a gratuidade do ensino e, claro, uma “educação cidadã”. Muito embora seja um discurso sedutor, insistimos que esta demanda – social-democrata em sua essência – é impossível de ser plenamente efetivada sem solapar, pela base, o *caráter de classe* do Estado²⁰. O que exige recuperar, ainda que brevemente, um conceito fundamental para a crítica da emancipação política e, conseqüentemente, dos projetos de educação para a cidadania enquanto instrumento revolucionário: o de ideologia.

Na acepção marxiana, a ideologia aparece como um conjunto de ideias de natureza religiosa, política, jurídica e até mesmo “científica” que, muito embora sustentado com ares de objetividade, possui uma “dupla face”: de um lado, defende determinados interesses de classe – e, portanto, interesses particulares – como se estes fossem interesses universais; e de outro, justifica (naturaliza, explica, confirma, etc) a situação reinante – que é sempre a dominação e a exploração de uma classe sobre a outra – e constitui, portanto, sempre um freio a toda proposta de mudança ou progresso (IASI, 2013; MARX & ENGELS, 2007).

Nesse sentido, o que nos interessa aqui destacar é que a ideologia está determinada pelas condições materiais de produção (e exploração) e sua função não é outra que não defender esta estrutura social, política e econômica de qualquer tipo de ataque (IASI, 2013). Sendo assim, o que se infere é que, para tratar desta equivalência aparente – ou mesmo, em alguns casos, forjada – entre emancipação política e emancipação humana, um enunciado marxiano é fundamental: o de que a fonte de todas as ideias produzidas pelo homem – e, conseqüentemente, também a reprodução de

²⁰ Cf. Mészáros (2012).

sua existência – deve ser buscada nas condições materiais de existência às quais dispõem estes mesmos homens (MARX & ENGELS, 2007).

Tratamos desta questão na seção dedicada aos procedimentos metodológicos desta pesquisa, mas cabe, para concluir, recuperar brevemente um ponto fundamental: o de que a produção real da vida é, para Marx, a base real da história. Nesse sentido, se é a vida material que determina a consciência e não o seu oposto²¹, esclarecer o caráter histórico – e de classe – da Educação exige expor o modo de produção vigente e, sobremaneira, as condições de reprodução da existência material a ele correspondente. O que, desnecessário dizer, no capitalismo, corresponde a uma forma alienada de organizar a vida social.

²¹ Asseveram Marx e Engels (2007) em A Ideologia Alemã: “Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência. No primeiro modo de considerar as coisas, parte-se da consciência como do indivíduo vivo; no segundo, que corresponde à vida real, parte-se dos próprios indivíduos reais, vivos, e se considera a consciência apenas como *sua* consciência” (MARX & ENGELS, 2007, p. 94, grifos no original).

Figura 1 - Vista de Balneário Camboriú e do Distrito de Monte Alegre



Fonte: Diogo Ramos, 2015.

4 A CLASSE TRABALHADORA VAI AO PARAÍSO: DA (RE)PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO E A LITORALIZAÇÃO NO ESTADO DE SANTA CATARINA

[...] uma cidade como Londres, onde é possível caminhar horas e horas sem sequer chegar ao princípio do fim [...] é verdadeiramente um caso singular. Essa imensa concentração, essa aglomeração de 2,5 milhões de seres humanos em um só local, centuplicou o poder desses 2,5 milhões: elevou Londres à condição de capital comercial do mundo [...] Mas os sacrifícios que isso custou, nós só os descobrimos mais tarde [...] depois de visitar os “bairros de má fama” desta metrópole. Só então começamos a notar que esses londrinos tiveram de sacrificar a melhor parte de sua condição de homens para realizar todos esses milagres da civilização [...], só então começamos a notar que mil forças neles latentes permaneceram inativas e foram asfixiadas para que só algumas pudessem desenvolver-se mais e multiplicar-se mediante a união com as de outros (ENGELS, 2010, p. 67-68).

A decadência urbana na maior parte do mundo na atualidade, caracterizada pela especulação imobiliária, proliferação das periferias, destruição ambiental e violência, dentre tantas outras questões, está profundamente articulada às necessidades de expansão e acumulação do capital: enquanto modo de organizar a vida social e como relação social, ele deteriora as relações humanas.

Boa parte dessa deterioração é trazida a nós por Engels (2010) já no século XIX, quando da publicação, em 1845, de *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Iniciando o texto com o exemplo de Londres, uma cidade onde é possível caminhar horas e horas sem chegar “sequer ao princípio do fim”, Engels chega à conclusão de que as condições precárias de vida do proletariado não são observadas apenas em Londres, mas em todas as grandes cidades onde há densa concentração de trabalhadores e, conseqüentemente, de atividade industrial.

Texto caro à tradição marxista, não é despropositadamente que este capítulo inicia com uma paráfrase a ele: em nosso entendimento, a bússola oferecida por Engels nesta obra em particular, assim analisamos, aponta, já no século XIX, na direção de uma noção de espaço urbano que se produz, se organiza e, quando necessário, se “refuncionaliza” na senda da lógica capitalista.

Como assinala Lefebvre (1972, p. 11), Engels “[...] descreve, analisa e expõe, pela primeira vez, o que é o capitalismo num grande país”, apontando a dupla tendência centralizadora deste modo de produção e de organização da vida social: a concentração demográfica em paralelo à concentração do capital. Nesse sentido, a pobreza produzida social e economicamente sob a égide do capital pode mesmo ser camuflada pelos bens e serviços do capitalismo do início do século XXI. Contudo, como bem assinala Mézáros (2015), o que está posto nos dias de hoje é a possibilidade real de destruição da humanidade e, por seu turno, é precisamente nessa direção que, em nosso entendimento, as proposições e denúncias de Engels acerca da emergente “questão urbana” de sua época não só nos parecem muito atuais como, sobremaneira, atentam para um ponto ao qual nos deteremos com mais especificidade neste capítulo: a profunda interligação, que posteriormente o

próprio Marx demonstrou ser teoricamente possível, entre o processo geral de acumulação a uma estrutura emergente de relações espaciais (HARVEY, 2005).

Apesar de não ter lhe dado um tratamento analítico específico ou, melhor dizendo, não ter se detido a essa questão de modo sistemático, a dimensão espacial aparece em momentos relevantes da obra de Marx, seja tratando da oposição entre cidade e campo, seja da exploração europeia nos países tropicais e na Índia, ou mesmo, no que concerne à dinâmica da circulação, em *O Capital*. Nesse sentido, como assinala Harvey (2005), muito embora seus escritos sobre o assunto tenham sido um tanto fragmentários e dispersos, Marx reconheceu que a acumulação de capital não só ocorria em um contexto geográfico, como também, criava tipos específicos de estruturas geográficas.

Portanto, dado esse ponto, cumpre ressaltar que para análise destas questões nos orientaremos, aqui, pelas lentes da teoria social marxiana e seus intérpretes contemporâneos, em um esforço por discutir um quadro teórico que nos aproxime de uma compreensão quanto à efervescência do capitalismo e dos processos de urbanização enquanto processos históricos, contraditórios e, sobremaneira, profunda e dialeticamente interligados. O que, assim entendemos, é de fundamental importância para a apreensão das novas espacialidades e temporalidades que surgem conforme avança o processo de expansão do capital especialmente no que concerne, como veremos posteriormente, ao fenômeno da litoralização em Santa Catarina.

Para tal, o capítulo está dividido em duas seções: na primeira, procuramos, partindo da Lei Geral da Acumulação (MARX, 2013) e com base nas análises de Carlos (2015), Harvey (2005) e Lefebvre (1972, 2000, 2002), fundamentar a concepção do espaço da qual partimos e seu papel na/para a reprodução capitalista; e na segunda, tratamos dessa reprodução na particularidade do estado de Santa Catarina, tecendo alguns apontamentos sobre o fenômeno da litoralização.

4.1 O PAPEL DO ESPAÇO NA REPRODUÇÃO DO CAPITAL

No que diz respeito à acumulação, retomemos uma dedução *aparentemente* óbvia: a de que a finalidade última do capitalista não é a produção de mercadorias com o fito de acumular cada vez mais mercadorias, mas sim, fazê-las circular de modo a acumular capital na forma dinheiro. Entretanto, se esta realmente não é a finalidade última do capitalista, ela tampouco gravita em torno apenas da reprodução simples, expressa na acumulação de capital na forma-dinheiro, ou da própria esfera da circulação: como assinala Tumolo (2005, p. 243, grifos nossos), não se trata do lucro isolado, mas “[...] do incessante e insaciável *movimento* de ganho, *de valorização do valor*”.

Nesse sentido, a transformação do dinheiro em capital não pode, em hipótese alguma, provir da circulação de mercadorias qualquer que seja a sua forma, mas “[...] exclusivamente do

intercâmbio de uma mercadoria única e específica, qual seja, a *força de trabalho*, já que a utilização de seu próprio valor de uso tem a característica peculiar e exclusiva de ser *fonte* de valor” (TUMOLO, 2005, p. 244, grifos nossos).

Tendo isso em conta, se para Marx (2013) uma mercadoria só possui objetividade de valor na medida em que é expressão do trabalho humano e, se retirado o caráter social do valor de uma mercadoria, fica impossível compreendê-la²²; a dedução que inicial e propositadamente introduzimos, para ser uma abstração correta, não pode prescindir de uma questão fundamental: a da exploração do trabalho como condição indispensável da reprodução capitalista. O que, consequentemente, também implica dizer que, para reproduzir a si mesmo, o sistema capitalista exige bases de reprodução ampliada. Que seriam essas bases?

Não é despropositadamente que Marx, em *O Capital*, inicia sua análise partindo da mercadoria. Além de ser a forma elementar do modo de produção capitalista, a unidade entre valor de uso e valor de troca nela contida não expressa, como assinala Castro (2009), somente o duplo caráter da mercadoria, mas também uma unidade mais complexa: a do trabalho, à qual também se vincula um duplo caráter, expresso, por um lado, no trabalho concreto (que se manifesta no valor de uso) e o trabalho abstrato (que se manifesta no valor de troca).

Sendo assim, considerando a mercadoria como forma elementar do capital e reconhecendo nela não apenas o seu próprio duplo caráter, mas também, o duplo caráter do trabalho, o que Marx nos fornece consiste na apreensão de que é na mercadoria que se encontra a chave “para o entendimento dos fenômenos econômicos em sua processualidade histórica e social” (CASTRO, 2009, s/p). O que nos leva à constatação de que, como toda mercadoria, a força de trabalho também é unidade entre valor de uso e valor de troca, sendo que este último aparece na forma mistificada do salário (preço do trabalho), pago para a realização de uma determinada quantidade de trabalho criador de valor em quantidade deveras superior ao custo da força de trabalho.

Nesse sentido, é precisamente na diferença entre o custo da força de trabalho e do valor por ela produzido, mediante o consumo capitalista do seu valor de uso, que se constitui o mais-valor, este, sim, a finalidade última do capitalista. Tendo isso em conta é que se evidencia, portanto, a acumulação tal como ela é tratada em Marx: como base e expressão concreta da extração de mais-valor, cuja substância, por sua vez, é o trabalho não pago apropriado pelo capital.

Com efeito, Marx chega à conclusão de que a reprodução da força de trabalho – “multiplicação do proletariado” (MARX, 2013, p. 837) – constitui, na realidade, um momento da reprodução do próprio capital, tendo em vista que a força de trabalho

²² “Exatamente ao contrário da objetividade sensível e crua dos corpos das mercadorias, na objetividade de seu valor não está contido um único átomo de matéria natural. Por isso, pode-se virar e revirar uma mercadoria como se queira, e ela permanece inapreensível como coisa de valor” (MARX, 2013, p. 173).

[...] só é vendável na medida em que conserva os meios de produção como capital, reproduz seu próprio valor como capital e fornece uma fonte de capital adicional em trabalho não pago. Portanto, as condições de sua venda, sejam elas favoráveis ao trabalhador em maior ou menor medida, incluem a necessidade de sua contínua revenda e a constante reprodução ampliada da riqueza como capital (MARX, 2013, p. 841).

A contínua (re)conversão de mais-valor em capital apresenta-se, nesse sentido, como grandeza crescente do capital que entra no processo de produção, tornando-se, nas palavras de Marx, “[...] *o fundamento de uma escala ampliada da produção*, dos métodos nela empregados para o aumento da força produtiva do trabalho e a aceleração *da produção de mais-valor*” (MARX, 2013, p. 849, grifos nossos). A ampliação do excedente de trabalho não pago, nesse sentido, é lograda com o aumento da produtividade do trabalho, cujo grau se expressa na quantidade de valores que um “trabalhador livre” é capaz de realizar em um dado período de tempo, mas com, proporcionalmente, menos trabalho. Dito de outra forma, a capacidade de produzir mais em menos tempo.

Evidenciada a acumulação tal como ela é tratada em Marx, passemos a outra questão: a de que ela nem sempre é funcional ao capital. Como assinala Harvey (2005), a análise empreendida acerca do sistema capitalista levou Marx à percepção de que o capitalismo possui tendências inerentes que produzem graves tensões ao próprio processo de acumulação, começando pelo fato de que, se o aumento da produtividade é o que impulsiona os capitalistas individuais na busca pela extração cada vez mais ampliada de mais-valor, esse processo, por outro lado, tendencialmente implica o aumento do que Marx chama de composição orgânica do capital²³, simultaneamente à queda na taxa de lucro.

O aumento da produtividade, nesse sentido, resulta em um aumento da quantidade de valores de uso lançados ao mercado, porém, com menos valor materializado em cada um. O que implica o acirramento da concorrência e impõe, por sua vez, a necessidade de revolução constante nos meios de produção, tendo em vista que para realizar uma parcela maior de mais-valor, o capitalista individual precisa “baratear” sua produção: o mais-valor, afinal, não se realiza porque uma mercadoria foi vendida acima de seu valor, mas sim, porque o capitalista gastou menos ao comprar a força de trabalho e os recursos necessários ao processo produtivo.

Nesses termos, o aumento da produtividade reforça – e é estimulado – pela necessidade de reprodução ampliada de mais-valor, o que consequentemente exige, para a própria continuidade da lógica de produção, uma capacidade ampliada de realização das mercadorias. É neste ponto que os

²³ Composição dialética entre composição técnica e de valor do capital. Como esclarece Harvey (2013), a composição técnica do capital está em constante mutação e afeta a composição do valor. Para explicar este processo é que Marx – nas palavras de Harvey – introduz o conceito de “composição orgânica” do capital. A composição técnica relaciona-se ao capital constante (meios de produção) e a composição de valor, ao capital variável (força de trabalho).

limites do capital são colocados em questão, fazendo emergir uma série de efeitos colaterais. A questão aparentemente simples que aqui se coloca, basicamente reside no fato de que esta produção não é a de bens voltados à satisfação das necessidades humanas, mas sim, à produção voltada para a valorização do capital. Como assevera Marx (2013, p. 864, grifos nossos), o sobretrabalho

[...] da parte ocupada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de sua reserva, ao mesmo tempo em que, inversamente, esta última exerce, mediante sua concorrência, uma pressão aumentada sobre a primeira, forçando-a ao sobretrabalho e à submissão aos ditames do capital. A condenação de uma parte da classe trabalhadora à ociosidade forçada em razão do sobretrabalho da outra parte, e vice-versa, torna-se um meio de enriquecimento do capitalista individual, ao mesmo tempo em que *acelera a produção do exército industrial de reserva num grau correspondente ao progresso da acumulação social*.

Em outras palavras, o efeito concreto da tendência acima descrita é o de gerar uma quantidade excedente de trabalhadores (a multiplicação do proletariado) que não encontra lugar para vender sua força de trabalho. A formação de um exército industrial de reserva, nesse sentido, desempenha um papel fundamental para o capital: pressionar os salários (capital variável) para baixo, viabilizando, assim, a redução do capital variável sem danos à taxa de mais-valor. Nesse sentido, se por um lado, como assevera Marx (2013, p. 869), a acumulação aumenta a demanda de trabalho, por outro

[...] sua “liberação” aumenta a oferta de trabalhadores, ao mesmo tempo em que a pressão dos desocupados obriga os ocupados a pôr mais trabalho em movimento, fazendo com que, até certo ponto, a oferta de trabalho seja independente da oferta de trabalhadores. O movimento da lei da demanda e oferta de trabalho completa, sobre essa base, o despotismo do capital.

Ou seja, ao mesmo tempo em que as exigências contraditórias da acumulação de capital fazem crescer o número de indivíduos que dependem da venda da força de trabalho para sobreviver, diminui-se a demanda relativa por essa mercadoria. Na mesma direção, se de um lado o aumento da produção eleva a quantidade de consumidores, de outro, o aumento do exército industrial de reserva cria barreiras ao consumo: o mesmo impulso que permite a superação constante das barreiras à acumulação simultaneamente cria uma população consumidora em abundância, mas incapaz de consumir a quantidade igualmente abundante de mercadorias produzidas.

Entretanto, se por um lado o próprio processo de acumulação cria barreiras estruturais ao crescimento econômico, de outro, o capital também demanda saídas às suas próprias crises, que são expressas em quatro elementos assim definidos por Harvey (2005): a penetração do capital em novas esferas de atividade, a criação de novos desejos e novas necessidades de consumo, o estímulo ao crescimento populacional em níveis compatíveis à acumulação de longo prazo e a expansão

geográfica para novas regiões por meio do desenvolvimento do comércio exterior e da exportação de capitais rumo ao que Marx chamou de “mercado mundial”.

É quanto a este último item em particular que suscita a questão da expansão geográfica como processo necessário à acumulação. Quanto a isso, Harvey (2005) deriva da teoria da localização em articulação à teoria da acumulação em Marx uma chamada “geografia da acumulação”, na qual o espaço desempenha o papel de localização do capital fixo²⁴, desenvolvendo, como veremos, a ideia de que o fator determinante da expansão geográfica como condição imprescindível da acumulação não é o encurtamento de distâncias propriamente dito, mas sim, a velocidade com a qual os mercados podem ser acessados.

Como assinala o autor, a acumulação exige reformas constantes tanto no processo de trabalho e nas relações de produção, como nas formas e dimensões da circulação. Nesse sentido, muito embora não seja a única dimensão tratada por Harvey (2005), a circulação emerge como questão fundamental em sua análise, tendo em vista que “se a esfera da circulação não se expande, a acumulação pára” (HARVEY, 2005, p. 73). Isto é, evidentemente, o impulso para acumulação encontra sua centralidade no processo produtivo, por meio da criação de mais-valor.

Entretanto, isso depende, obviamente, da capacidade de realizá-la, o que se dá por meio da circulação²⁵, que possui, por sua vez, dois aspectos: o movimento físico real das mercadorias (do lugar de produção ao lugar de consumo) e o custo real, muitas vezes implícito, em relação ao tempo e às mediações sociais exigidas para que a mercadoria produzida finalmente encontre seu usuário final. O primeiro aspecto integra o processo produtivo e, portanto, é gerador de valor. Já o segundo, é considerado apenas como custo necessário e, conseqüentemente, não gerador de valor.

Nesse sentido, os custos de circulação não só podem como devem ser reduzidos, seja por meio do barateamento dos custos de transporte e/ou pelo uso de meios de transporte mais rápidos; seja pela expansão do mercado geográfico. O que significa dizer, portanto, que a redução dos custos da circulação – tanto no que diz respeito ao seu movimento físico como aos seus custos reais – faz parte do desenvolvimento das forças produtivas pelo capital (HARVEY, 2005).

Sendo assim, analisa o autor, o aperfeiçoamento dos meios de transporte e comunicação trata-se, em particular, de algo não somente inevitável como, sobretudo, necessário: se o imperativo da acumulação é, de acordo com Harvey (2005), conseqüentemente, o imperativo da superação das barreiras espaciais, é por meio do aperfeiçoamento destes recursos que se torna possível criar as condições necessárias para que as mercadorias produzidas possam transitar em mercados distantes, criando, assim, novos espaços para a acumulação de capital.

²⁴ Parte do capital produtivo que, apesar de plenamente incorporado à produção, transfere seu valor ao produto parceladamente, ou seja, durante uma série de períodos de produção (na construção de instalações, compra de máquinas e equipamentos, etc).

²⁵ “O insucesso da realização de valor significa, simplesmente, a negação do valor criado potencialmente na produção” (HARVEY, 2005, p. 73).

Contudo, o acesso a mercados mais distantes, seja para fazer circular as mercadorias produzidas, seja para obter novas fontes de matéria-prima ou de mão-de-obra barateada, tende a aumentar o tempo de rotação/ciclo do capital²⁶. Em outras palavras, se quanto mais distantes os mercados, maior o tempo de rotação e se quanto maior o tempo de rotação, menor é a extração de mais-valor; logo, o aumento na velocidade da circulação é condição fundamental para o aumento da produção de excedente e intensificação do processo de acumulação (HARVEY, 2005).

Dado esse ponto, como já assinalamos, é possível compreender que o fator determinante da expansão geográfica não é o encurtamento de distâncias propriamente dito, mas sim, a velocidade com a qual os mercados podem ser acessados. A distância espacial se contrai, portanto, em relação ao tempo e a necessidade de minimizar os custos de circulação. O tempo de rotação, por sua vez, dá impulso a uma dupla tendência que, como sinalizamos na introdução deste capítulo, foi indicada pela primeira vez por Engels (2010): a da concentração demográfica em paralelo à concentração do capital.

Essa tendência à concentração, consequência da combinação entre o aperfeiçoamento dos meios de transporte e da aceleração do tempo de rotação do capital, nesse caso, possui um caráter duplice por se tratar de uma concentração tanto dos centros de produção como dos mercados, tendo em vista que a melhoria nos meios de transporte, como indica o próprio Marx (2015, p. 220), se direciona predominantemente para os mercados já existentes, ou seja, para os grandes centros de produção e de população:

[...] O aperfeiçoamento dos meios de comunicação e de transporte *abrevia* o período de migração das mercadorias em termos absolutos, *mas não suprime* a diferença relativa, surgida dessa migração, entre os tempos de curso dos diferentes capitais-mercadoria, e tampouco entre diferentes frações do mesmo capital-mercadoria, que migram para diferentes mercados. Porém, devido ao desenvolvimento dos meios de transporte e de comunicação, as diferenças relativas podem se *modificar* a ponto de *deixar de corresponder às distâncias naturais* (MARX, 2015, p. 220).

Nesse sentido, o desenvolvimento dos meios de transporte não só acelera a velocidade do deslocamento, encurtando, assim, temporalmente a distância espacial, como também – e principalmente – altera as distâncias relativas entre os locais de produção e os grandes mercados. A consequência, nesse sentido, é a ascensão de novos centros à custa da deterioração de centros antigos²⁷, desencadeando reorganizações sucessivas das estruturas espaciais, que se manifestam “na

²⁶ “O ciclo do capital, não como fenômeno isolado, mas como processo periódico, chama-se rotação. A duração dessa rotação é dada pela soma de seu tempo de produção e seu tempo de curso. Tal soma constitui o tempo de rotação do capital. Esta mede, assim, o intervalo entre um período cíclico do valor de capital inteiro e o período seguinte; a periodicidade no processo de vida do capital, ou, em outras palavras, o tempo de renovação, a repetição do processo de valorização e de produção do mesmo valor de capital” (MARX, 2015, p. 155).

²⁷ Tal afirmação encontra respaldo na análise de Marx (2015) a esse respeito: “[...] por exemplo, uma ferrovia que conecte o local de produção a um importante centro populacional situado no interior pode fazer com que a distância até um ponto que seja mais próximo, mas que não disponha de conexão ferroviária, seja absoluta ou relativamente maior

forma fixa e imóvel de recursos de transporte, instalações fabris e outros meios de produção e consumo, impossíveis de serem movidos sem serem destruídos” (HARVEY, 2005, p. 53). Nesses termos, o capital então passa a ser representado na forma de uma paisagem física que, criada à sua própria imagem e como valor de uso,

[...] é tanto uma glória coroada do desenvolvimento do capital no passado, como uma prisão inibidora do progresso adicional da acumulação, pois a própria construção dessa paisagem é antitética em relação à derrubada das barreiras espaciais e, no fim, até a anulação do espaço pelo tempo. Essa *contradição* é característica da dependência crescente do capitalismo no capital fixo de todos os tipos. Com o capital fixo, o valor fica preso dentro de um valor de uso específico, enquanto o grau de fixidez cresce pela durabilidade, outras coisas permanecem iguais (HARVEY, 2005, p. 53, grifos nossos).

O necessário crescimento do uso do capital fixo, consequência do imperativo da acumulação, impõe, assim, um imperativo adicional e, também, contraditório: a destruição desses investimentos para abrir novos espaços de acumulação. Em outras palavras, trata-se literalmente de construir espaços apropriados às próprias condições e necessidades de acumulação do capital apenas para ter de destruí-los, geralmente durante crises, expressas como “[...] reformas periódicas do ambiente geográfico, para adaptá-lo às necessidades de acumulação adicional” (HARVEY, 2005, p. 54).

Até aqui, podemos compreender que, na leitura de Harvey (2005), muito embora Marx não tenha ignorado a dimensão espacial, este teria priorizado o tempo e não o espaço, tendo em vista que a circulação do capital deve controlar o tempo de rotação, fazendo emergir a já mencionada anulação do espaço pelo tempo, dada a condição do espaço enquanto barreira a ser superada.

Essa questão – a da prioridade dada por Marx ao tempo e não ao espaço – é proposta também por Lefebvre (1972) que, assim como Harvey (2005), assinala que os escritos de Marx (e também os de Engels) nos dão inúmeros subsídios teóricos no que diz respeito à questão espacial, à cidade e aos problemas urbanos. Entretanto, Marx não teria se preocupado com sistematizações acerca do espaço por que este, por si mesmo, não desempenha nenhum papel particular na exploração do trabalho, esta sim, uma preocupação contundente (e central) para Marx: o que introduz o espaço na teoria marxista é a própria dinâmica estrutural do capitalismo (HARVEY, 2005, LEFEBVRE, 1972).

Dito isso, como procuramos demonstrar a partir daqui, entendemos o papel do espaço na dinâmica estrutural do capitalismo como sendo, sobretudo, um papel revestido de uma especificidade social impossível de ser analisada se partimos de uma percepção que o considere

em comparação com a distância até o ponto naturalmente mais distante; do mesmo modo, pode ocorrer que, devido à mesma circunstância, a distância relativa entre os locais de produção e os grandes mercados seja alterada, o que explica a decadência dos velhos centros de produção e a ascensão de novos locais provocadas pela mudança nos meios de transporte e de comunicação” (MARX, 2015, p. 220).

apenas em sua dimensão imediata, ou seja, como percepção objetiva da localização dos objetos, das construções, das pessoas, etc. Isso por que, se assim considerado, o risco que se assume é o de conceber o espaço como algo inerte e que não participa ou influi nos fenômenos que nele ocorrem. O que, conseqüentemente, significaria ignorar a complexidade de tensões e contradições que o atravessam e excedem sua representação meramente física.

É nesse sentido, portanto, que partimos com Lefebvre (2000) de uma concepção de espaço como sendo um produto social, constituído e constituinte de uma rede complexa de relações sociais. A produção do espaço e o fenômeno urbano, nesses termos, exigem uma perspectiva dialética para a sua apreensão, na qual o caráter social do espaço se distancia exponencialmente da ideia de um espaço dicotômico (sociedade *versus* natureza). Isso por que, para Lefebvre (2000), não existe independência entre o espaço físico e a sociedade, havendo, portanto, produção do espaço sempre e quando algum dos setores sociais o demande, seja coletivamente, seja em benefício de grupos reduzidos de poder. Desta feita, é quando o espaço social deixa de se confundir com o espaço mental – aquele definido pelos filósofos e matemáticos – e com o espaço meramente físico – aquele definido pela percepção imediata da natureza – que este revela sua especificidade. Assim sendo, nas palavras de Lefebvre (2000, p. 31-32)

[...] será preciso mostrar que esse espaço social não consiste numa coleção de coisas, numa soma de fatos (sensíveis), nem tão-somente num vazio preenchido, como uma embalagem, de matérias diversas, que ele não se reduz a uma “forma” imposta aos fenômenos, às coisas, à materialidade física (LEFEBVRE, 2000, p. 31-32).

Nesse sentido, é no momento em que o homem atribui ao espaço e aos seus elementos um uso, que se produz uma segunda natureza, ou seja, um espaço social. Essa produção social do espaço, entretanto, não diz respeito ao homem em sua individualidade apenas, mas sim, à vida coletiva, à coletividade: o caráter social do espaço provém da substituição do espaço natural por aquele que o homem cria por meio de sua práxis. O que significa dizer, portanto, que o espaço deve ser entendido como uma dimensão das relações sociais, e não apenas seu receptáculo. Senão, vejamos.

Para Lefebvre (2002) estas relações são, ao mesmo tempo, relações legíveis e não-legíveis: na dimensão legível, repousam as projeções destas relações em diferentes lugares no território (a praça do mercado, centros comerciais, etc), o que nos possibilita referenciá-las geograficamente. A ilegibilidade, nesse caso, não se trata da impossibilidade em “ler” as relações sociais e de produção no espaço, mas sim, das limitações que surgem se, para a análise de como estas relações se reproduzem, nos limitamos apenas às projeções e localizações geográficas. Como indica o filósofo, a realidade urbana não

[...] se define tão-somente por esse aspecto: lugar de passagens e/ou trocas [...] não se vincula só ao consumo, ao “terciário”, às redes de distribuição. Ela *intervém* na produção e nas relações de produção. As exigências da descrição bloqueiam o pensamento nesse nível. Elude-se a problemática, evitam-se questões cruciais (LEFEBVRE, 2002, p. 52-53).

Em outras palavras, o que Lefebvre nos fornece é uma chave para a compreensão quanto à insuficiência analítica inerente à decomposição da realidade urbana em fatores, indicadores, índices e taxas, por exemplo, o que nos exige falar dela enquanto um fenômeno que se constitui uma realidade global – uma totalidade – que implica e envolve todo um conjunto da prática social e que não pode ser apreendida imediatamente.

Nesse sentido, se por um lado a análise não pode prescindir, em um primeiro momento, de métodos descritivos que se ocupam daquilo que se vê e/ou faz em um contexto urbano (representações físicas e imediatas, etc); por outro, deve-se ter em conta que esses métodos evidenciam apenas alguns dos aspectos e traços do fenômeno urbano em sua complexidade, tendo em vista que, mesmo a mais apurada das descrições, em algum momento, atinge seu limite.

Isso por que no espaço se desenrola uma complexidade de tensões e contradições que, como já dissemos, excedem sua representação meramente física e, conseqüentemente, a descrição: a vida sobre o espaço, com as transformações naturais do espaço físico e as intervenções sociais nele operadas constitui um processo dialético que expressa múltiplas expressões da vida humana, desde o âmbito biológico (da natureza e do ser natural) às práticas sociais, culturais e econômicas inerentes ao ser social e, por isso mesmo, a mera descrição não “[...] alcança determinadas relações sociais, aparentemente abstratas em relação ao dado e ao ‘vivido’” (LEFEBVRE, 2002, p. 52, grifos nossos)²⁸.

Dito isso, avancemos um pouco mais: se como assinala Harvey (2005), cada etapa específica de desenvolvimento das forças produtivas corresponde, por sua vez, a uma forma concreta das relações sociais de produção que se cristalizam temporalmente por meio da criação de toda uma roupagem jurídica, política e ideológica, etc., que lhes são fundamentais; vale dizer então que, enquanto relação socioespacial, o próprio capitalismo segmenta ou divide o espaço onde se desenvolve. Exemplos disto repousam na divisão social do trabalho entre campo e cidade, no espaço nacional e a lógica de seu mercado interno em relação aos mercados internacionais, na separação entre o mundo doméstico e o chão de fábrica e nos próprios locais de trabalho onde, seja uma linha de montagem da indústria automobilística ou uma central de *telemarketing*, o processo de produção é segmentado, isto é, fragmentado em diferentes setores e especializações: todas estas são

²⁸ Entretanto, como também assinala Lefebvre (idem, p. 54) “metodologicamente é mesmo recomendado abordar o fenômeno urbano pelas propriedades formais do espaço antes de estudar as contradições do espaço e os seus conteúdos, ou seja, de empregar o método dialético”.

formas de divisão capitalista que assinala o lugar geográfico onde a dinâmica produtiva encontra seu lugar de reprodução específica no espaço.

Entretanto, o papel do espaço para a reprodução do capital extrapola estes limites físicos. Melhor dizendo, o papel do espaço para a reprodução do capital extrapola o que até então discutimos sobre a acumulação, muito embora jamais se dissocie deste processo: na perspectiva de Carlos (2015), da qual compartilhamos, a reprodução do espaço urbano trata-se de um *momento* da acumulação capitalista, o que consequentemente exige, para sua compreensão, que a análise não se detenha apenas a uma esfera em particular do ciclo do capital.

Dito de outra forma, é preciso levar em conta que o processo produtivo em sua totalidade se fundamenta em uma relação espaço-temporal onde produção, distribuição e consumo se articulam dialeticamente em um movimento no qual o capital vai assumindo várias formas determinadas (dinheiro, capital produtivo, etc) e no qual uma fase não existe sem a outra, tendo em vista que todas elas são constitutivas do processo de valorização do capital. Contudo, este processo não se esgota nestes movimentos, tendo em vista que o ciclo pressupõe um reinício constante e, por isso mesmo, fala-se não somente em acumulação de capital, mas sim – e, sobretudo – em *reprodução* do capital. Senão, vejamos.

Tomado em seu sentido *strictu*, o ciclo do capital como movimento necessário para a realização do processo de valorização do capital engloba, dialeticamente, produção, circulação e distribuição, tendo como base um movimento temporal – o tempo necessário às metamorfoses do capital sob diversas formas, movendo-se de uma fase a outra – e espacial, visto que todos estes momentos e fases ocorrem sob um determinado lugar. Nesse sentido, o espaço se apresenta com características diferentes e cujos atributos são *socialmente produzidos*, onde cada lugar de realização do ciclo de rotação do capital, como momento de sua reprodução, nos coloca diante de um espaço que ora atua como condição e meio, ora como produto da reprodução do capital. Assim compreendida, ou seja, por meio da tríade condição-meio-produto, a noção de espaço e sua produção possibilita, de acordo com Carlos (2015), desvendar a realidade em todos os seus níveis: econômico, político e social.

O nível econômico corresponde às necessidades basilares da reprodução do capital e, nesse ínterim, o espaço, como *condição*, se apresenta na infraestrutura, na concentração, no mercado de trabalho e nos recursos de produção em uma relação de simultaneidade e justaposição às esferas particulares do ciclo do capital. Como *meio*, articula os momentos necessários para a realização da produção, distribuição, circulação, troca e consumo, materializando-se, por sua vez, como espaço produtivo, ou seja, como *produto*: a cidade então emerge como condição geral da produção, o que impõe uma determinada configuração espacial que aparece como justaposição de unidades produtivas, constituindo, como vimos, uma cadeia formada por diversos processos produtivos, serviços, mercados e, por último, mas não menos importante, força de trabalho.

No que concerne ao nível político, este exige, como condição para a sua realização, a existência de um território definido pela ação do Estado. Como assinala Carlos (2015), é sob a batuta do Estado que as políticas espaciais interferem no processo de produção da cidade reforçando centralidades, redefinindo a hierarquia dos lugares em função de sua importância estratégica para a reprodução e impondo sua presença em todos os lugares sob a forma de controle e vigilância direta ou indireta, transformando, portanto, o espaço em um instrumento político *intencionalmente* organizado e manipulado pela classe dominante. Em outras palavras, nesta condição, o espaço é homogêneo e hierarquizado, respectivamente, pela dominação e pela divisão espacial do trabalho.

Por fim, é no nível social onde se realizam as condições nas quais se concretiza o cotidiano que, na condição de um campo de mediações, configura-se como um elemento indispensável para a reprodução do capital na medida em que cada momento da vida cotidiana é direcionado e invadido pela ideologia da “sociedade do consumo”, seja pela manipulação dos desejos, pela padronização dos comportamentos, da cultura ou mesmo da educação (CARLOS, 2015).

Dito de outra forma, o cotidiano se constitui em uma fonte de exploração a ser controlada, organizada e programada; sendo que é por essa via – a do controle de cada recôndito da vida social – que se intensifica a especulação do espaço, induzindo à formação de novas lógicas territoriais e espaciais, nas quais a estética do consumo e os simulacros produzem a fragmentação e a desarticulação do espaço urbano, bem como – e, sobremaneira – de nossas relações com ele: instaura-se, assim, a contradição entre o valor de uso do espaço como apropriação necessária para a reprodução da vida e o seu valor de troca, tendo em vista que o espaço é convertido em uma mercadoria como qualquer outra.

Ao fim e ao cabo, o espaço como condição, meio e produto revela o movimento da reprodução da sociedade capitalista em sua totalidade, movimento no qual nenhum nível da realidade ou escala espacial é autonomizada. Descortina-se, assim, o espaço em sua dupla determinação, a saber, como localização de todas as atividades da sociedade em seu conjunto *e* como *processo* e movimento cuja forma e conteúdo são determinados pelo conjunto das relações sociais em seus momentos constitutivos específicos (CARLOS, 2015). O que requer, reiteramos com a autora, considerar que, em Marx, a (noção de) acumulação é simultânea e continuamente absorvida e superada pela noção de reprodução, articulando-se a um processo mais amplo em sua dimensão social, política e, claro, econômica. É dado esse ponto, portanto, que na perspectiva de Carlos (2015) se avança de uma geografia da acumulação para uma geografia da reprodução. Sendo assim, tendo em conta as considerações tecidas até aqui e concluindo-se, portanto, que o espaço como condição, meio e produto revela o movimento da reprodução da sociedade capitalista em sua totalidade, passemos, a seguir, ao exame desse processo na particularidade do estado de Santa Catarina e sob *uma* de suas expressões: o chamado “fenômeno da litoralização”.

4.2 A “PEQUENA NOTÁVEL”: DA LITORALIZAÇÃO EM SANTA CATARINA

Como sinalizamos na delimitação de nosso problema de pesquisa, a construção do mesmo se deu partindo do entendimento de que os processos de reestruturação produtiva também incluem uma dimensão socioespacial. Dimensão esta que, até aqui discutida no plano teórico-conceitual, se expressa na tendência à concentração das atividades produtivas em regiões consideradas mais dinâmicas economicamente *pari passu* determinadas estruturas indicam sinais de esgotamento ao crescimento econômico, implicando a reestruturação dos espaços regionais no sentido de que estes possam atender às demandas de expansão do capital. Já na seção anterior, partindo de alguns apontamentos acerca da Lei Geral da Acumulação em Marx, fundamentamos a concepção de espaço na qual nos apoiamos, tendo como ideia subjacente discutir qual o papel do espaço na/para a reprodução capitalista. Feito isso, passamos, aqui, a tratar dessa reprodução na particularidade do estado de Santa Catarina.

Com apoio nas análises de Singer (1974, 1976) e Goularti Filho (2002, 2005), dentre outros, a primeira consideração a se fazer repousa na constatação de que os processos de urbanização em Santa Catarina constituem-se e acompanham os clássicos movimentos de desruralização e industrialização. Desta feita, no caso de Santa Catarina em particular, muito embora haja esforços por se dizer o contrário, sua realidade urbana cada vez mais incorpora e reproduz problemas semelhantes àqueles que são enfrentados em contextos metropolitanos, ainda que de modo distinto daquele percebido nas grandes metrópoles brasileiras.

Nesse sentido, apesar de cidades como Florianópolis, Joinville e, mais recentemente, Criciúma, serem os exemplos mais visíveis e contundentes no que concerne ao agravamento destes problemas²⁹; o que também se observa é que tanto a expansão/concentração econômica como os movimentos migratórios vêm mudando de rota, deixando de caminhar para as grandes cidades catarinenses: o rumo passa a ser, então, àquelas de médio porte, geralmente situadas no entorno de centros urbanos mais bem consolidados ou, como também vêm acontecendo em nível nacional, periféricas à metrópole. Em Santa Catarina, esta tendência vem sendo observada principalmente no entorno dos pólos industriais da porção leste do estado, mais especificamente no Vale do Itajaí e no Norte Catarinense. Com base nos dados do Censo 2010, é possível verificar que cidades como Indaial, na *hinterlândia*³⁰ de Blumenau, e Araquari, na *hinterlândia* de Joinville, por exemplo, se

²⁹ Até mesmo por serem mais vastamente estudados como, por exemplo, os estudos de Sugai (2015) e Pereira (2011a, 2011b) acerca da Grande Florianópolis.

³⁰ Do Alemão *hinterland*, que em tradução literal significa “terra de trás”, a expressão “*hinterlândia*” é utilizada na literatura econômica para designar uma região que, embora geralmente mais afastada, encontra-se no entorno de centros urbanos economicamente considerados mais importantes (MIOTTO, 2011; ALVES, 2008). Em uma definição formal, também é conhecida por ser uma expressão utilizada para designar uma área geográfica logisticamente viável para o transporte de mercadorias, ou seja, uma zona de influência (PIZZOLATO et al., 2010). Quando necessário, utilizaremos essa expressão conforme a designação atribuída pela literatura econômica, bem como para nos referirmos às cidades catarinenses periféricas aos pólos industriais e/ou centros econômicos mais bem desenvolvidos do estado de Santa Catarina, como é o exemplo da cidade de Araquari, situada no entorno de Joinville.

inserem nessa nova rota tanto no que concerne ao crescimento populacional em índices maiores que os apresentados pelos centros urbanos dos quais são periféricas; como também – e, sobretudo – no que diz respeito às mudanças em seus perfis econômico, ambiental e social, típicas do desenvolvimento acelerado das grandes cidades.

Estas questões que trazemos até aqui correspondem, por sua vez, a um fenômeno regional que, muito embora vastamente estudado nas últimas duas décadas, engendra impasses longe de serem resolvidos: o fenômeno da litoralização. Como é possível verificar na tabela a seguir (tabela 10), que demonstra o comportamento demográfico do estado nos últimos vinte anos (1990-2010) com base em suas mesorregiões, dentre aquelas cuja população mais cresceu nos últimos vinte anos, destaca-se o Vale do Itajaí, a Grande Florianópolis e o Norte Catarinense.

Tabela 10 – Crescimento populacional: mesorregiões catarinenses

Mesorregião	População			% Crescimento populacional (1990-2010)
	1990	2000	2010	
Vale do Itajaí	935.685	1.186.215	1.509.273	61,3%
Gde. Florianópolis	619.265	803.151	994.687	60,6%
Norte	838.211	1.026.606	1.212.997	44,7%
Sul	714.694	822.671	925.177	29,4%
Serrana	375.121	400.951	406.825	8,5%
Oeste	1.007.045	1.116.766	1.200.723	19,2%

Fonte: elaboração da autora a partir dos dados do Censo 1990, 2000 e 2010.

De acordo com Alves (2008), o que estes dados indicam, em grande medida, é a continuidade de um movimento demográfico já percebido no estado no início da década de 1980, quando o litoral, de modo geral, e estas mesorregiões, em particular, já se destacavam como pólos de crescimento e, sobremaneira, como centros receptores de migração. Já no extremo oposto, destacam-se as mesorregiões Serrana e Oeste que, além de apresentarem percentuais bastante inferiores, também foram as únicas mesorregiões que apresentaram, em sua totalidade, saldos migratórios negativos, configurando-se, assim, em pólos emissores de contingentes populacionais.

Dito isso, é importante destacar que, muito embora o fenômeno da litoralização seja, na maioria das vezes, tratado apenas como um aumento dos fluxos migratórios rumo ao litoral de Santa Catarina, este se constitui, assim analisamos, por um duplice movimento que, além da tendência à concentração da população no litoral, também corresponde a uma densa concentração de capital nessa região: afinal, para onde vai o capital, também vai a classe trabalhadora em busca da própria sobrevivência, ou seja, de “melhores condições” para a venda da força de trabalho.

Vale dizer, nesse sentido – por mais óbvia que esta dedução nos pareça – que a industrialização em moldes capitalistas não se trata de um processo espontâneo promovido pelo espírito de iniciativa de empreendedores individuais dispostos a inovar, como frequentemente

também se verifica em alguns estudos econômicos sobre Santa Catarina, em particular, aqueles elaborados pelos entusiastas do dito “modelo catarinense de desenvolvimento”³¹.

Pelo contrário, ela somente é possível mediante arranjos institucionais que, muito embora nem sempre sejam os mesmos, pois sua natureza depende do contexto histórico em que são articulados, possuem uma única finalidade: acelerar a acumulação de capital e destinar parte do excedente ao desenvolvimento e incorporação de novas técnicas de produção e de gestão na medida em que o desenvolvimento tecnológico e a concentração de capital “[...] tornam mais inoperantes os mecanismos clássicos de mercado como reguladores da alocação de recursos e repartição de renda” (SINGER, 1976, p. 34).

Nesses termos, se é inegável que a acumulação de capital é uma condição necessária ao crescimento econômico e ao progresso tecnológico, também é contundente o fato de que um quadro institucional apropriado à industrialização capitalista leva a uma concentração de capital ainda muito maior, quadro este que, desde a década de 1960 vem sendo delineado e subsidiado pela intervenção direta do Estado em Santa Catarina³².

Contudo, como assinala Singer (1976), dado o caráter monopolista destes quadros, a consequência tende a ser o de favorecimento de algumas regiões, consideradas mais estratégicas, fazendo surgir, portanto, os chamados “desequilíbrios regionais”, que se agravam conforme as decisões que concernem à ocupação do espaço urbano para fins industriais são tomadas exclusivamente sob a lógica empresarial-capitalista.

Como já analisamos na seção anterior, a localização que seria “racional” – no sentido de minimizar custos – pode se dar de diversas formas, mas está, sempre, comprometida com as necessidades de expansão do capital, especialmente no que concerne à diminuição do seu tempo de

³¹ Este é um interessantíssimo, porém, extenso debate que, dados os limites de nossa pesquisa, infelizmente não temos como nos deter de modo aprofundado. Contudo, em linhas gerais, cabe sublinhar que o dito “modelo catarinense de desenvolvimento” basicamente corresponde à ideia amplamente difundida de que Santa Catarina possui uma dinâmica econômica interna própria cujo desenvolvimento só foi possível, na visão dos economistas que se baseiam no arcabouço teórico de Schumpeter (com destaque para os escritos da historiadora Maria Luiza Renaux Hering), graças à “iniciativa” e empreendedorismo “inovadores” herdados dos colonizadores e industriais do Vale do Itajaí. A tarefa da crítica, dentre outros autores, em sua compilação mais contundente e conhecida, fica por conta de Michels (1998) que, utilizando o arsenal teórico marxiano, procura explicitar que o salto industrial em Santa Catarina foi financiado não pela iniciativa privada, mas pela intervenção estatal direta.

³² Referimo-nos, aqui, ao PLAMEG – Plano de Metas do Governo (1961-1965). Criado em 1961, no governo de Celso Ramos, os objetivos do PLAMEG foram resultantes de um seminário promovido pela Federação das Indústrias de Santa Catarina (FIESC) com a colaboração da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL). Sua proposta foi repassada para o PLAMEG II (1966-1970) e para o PCD – Projeto Catarinense de Desenvolvimento (1971-1974). Consistem em instrumentos elaborados para nortear a intervenção ativa do governo do Estado no processo de consolidação da indústria catarinense, encarregando-se de políticas econômicas cujo fito era implantar e ampliar a infraestrutura básica já existente e, sobremaneira, para financiar o capital privado regional. As frentes de atuação do estado, tanto no contexto do PLAMEG como dos instrumentos que o sucederam eram basicamente duas: 1) dotar o Estado de capacidade financeira para financiar investimentos de longo prazo por meio de agências de fomento e programas de incentivos e 2) ampliação da infraestrutura, especialmente no que concerne ao transporte, energia e às telecomunicações. Dentre os demais mecanismos de fomento criados nessa época, destacamos o FUNDESC – Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, transformado, em 1975, no PROCAPE – Programa Especial de Apoio à Capitalização de empresas; e o PRODEC – Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense, além da criação do BADESC – Agência de Fomento de Santa Catarina S.A (GOULARTI FILHO, 2005).

rotação. Entretanto, assinala Singer (1976, p. 37, grifos nossos), a decisão adotada é, quase sempre, “escolher a localização *onde já é maior a urbanização*”. Nesse sentido, enquanto as regiões favorecidas acumulam vantagens e os efeitos – ainda que contraditórios – da difusão do progresso tecnológico, as áreas desfavorecidas sofrem, em consequência, um empobrecimento relativo, cuja forma concreta pode variar de acordo com as circunstâncias locais e regionais.

Em alguns lugares, pode-se investir na especialização em determinado setor produtivo, como é o caso, por exemplo, da agroindústria na porção oeste de Santa Catarina. Em outros, a economia local poderá se encontrar restrita à divisão inter-regional do trabalho, fechando-se em si mesma sob uma base produtiva cuja baixa capacidade de acumulação cria relações de dependência aos pólos mais desenvolvidos do entorno, caso este, como veremos mais adiante, da cidade de Camboriú em relação à cidade de Balneário Camboriú.

De acordo com Singer (1976), estes desequilíbrios regionais são condicionados por fatores de expulsão de duas ordens e que podem, grosso modo, serem assim definidos: os fatores de mudança e os fatores de estagnação. Do ponto de vista estritamente econômico, enquanto os fatores de mudança fazem parte do próprio processo de industrialização, no sentido das mudanças técnicas e do aumento da produtividade do trabalho, os fatores de estagnação resultam da incapacidade dos pequenos produtores ou produtores de subsistência em elevar, mesmo quando em áreas atingidas por efeitos propulsores, a produtividade da terra. Nesse sentido, nas palavras de Singer (1976, p. 39, grifos nossos), a utilidade destes conceitos (fatores de mudança e fatores de estagnação) está em mostrar que

[...] os efeitos propulsores tendem efetivamente a criar *novos pólos de expansão* que acarretam, não obstante, uma intensificação da migração do campo à cidade, ao passo que os efeitos regressivos, ao limitar a expansão da demanda por força de trabalho, dão lugar também a migrações, mas de tipo distinto, por razões e com consequências completamente diferentes.

Sendo assim, são os fatores de estagnação (expulsão) que definem as áreas de onde se originam os fluxos migratórios, mas são os fatores de mudança (atração), por sua vez, que determinam a orientação destes fluxos e as áreas às quais se destinam, criando, assim, pólos de atração (SINGER, 1976). Dentre os fatores de atração, o que mais se destaca é a demanda por força de trabalho³³, que se constitui um fator de atração na medida em que oferece uma remuneração mais elevada que aquela que poderia ser obtida na área de origem. Entretanto, nem sempre os migrantes possuem as qualificações exigidas dentro do mercado urbano de trabalho e, além disso, como assinala Singer (1976, p. 41), “não é incomum, por exemplo, que migrantes já cheguem

³³ Aqui entendida não apenas como aquela gerada pelas empresas industriais, “mas também a que resulta da expansão dos serviços, tanto dos que são executados por empresas capitalistas como os que são prestados por repartições governamentais, empresas públicas e por indivíduos autônomos” (SINGER, 1976, p. 41).

endividados, sendo obrigados a trabalhar durante certos períodos por baixos salários para pagar os custos da viagem”.

A questão que se coloca, portanto, é a seguinte: as grandes massas de migrantes – e isso também serve, assim analisamos, para a população “residente” – não são absorvidas pelo mercado de trabalho por seu “desajuste” face às exigências de qualificação ou o próprio processo de industrialização é que tende, inerentemente, a produzir uma oferta de trabalho superior a demanda?

De acordo com Singer (1976), considerar a primeira proposição como verdadeira, significaria admitir que o desequilíbrio entre oferta e procura de trabalho é algo transitório, pois os obstáculos que se colocam quanto à inserção no mercado de trabalho desapareceriam conforme o trabalhador se qualifica. O que, obviamente, não é nosso intuito, visto que esta proposição oblitera o ponto nevrálgico a ser atacado: o fato de que a economia capitalista, como analisa Marx (2013) na seção dedicada à Lei da Acumulação Geral em *O Capital*, não dispõe de mecanismos que assegurem a proporcionalidade entre a força de trabalho disponível e o número de postos de trabalho criados pelas novas atividades implantadas.

Nesse sentido, no que diz respeito à população migrante, se de um lado o volume de migrantes no meio urbano depende predominantemente dos fatores de estagnação; de outro, são os fatores de mudança que criam, por sua vez, uma espécie de “desemprego tecnológico” na área rural, decorrente do aumento da produtividade do trabalho agrícola e sua especialização. Ou seja, quando as migrações são causadas por fatores de mudança, se estabelece um nexos causal, embora indireto, entre o volume de força de trabalho liberado pela agricultura e a demanda pelo produto urbano.

Como assinala Singer (1976, p. 44, grifos nossos), é claro que esse nexos causal entre o desemprego tecnológico gerado no campo e a criação de novos empregos na cidade não assegura, por si mesmo, que o volume de empregos eliminados da agricultura seja inteiramente compensado pelo volume de empregos criados na economia urbana. No entanto, ele cria “*as condições de possibilidade de que essa compensação se dê*”. Em outras palavras, é despojando o pequeno produtor da propriedade da terra e dos meios de produção que se aumenta tanto a demanda pelo produto urbano como a necessidade de vender força de trabalho (e as possibilidades de explorá-la) para consumir produtos que, em sua grande maioria, outrora eram realizados pelo próprio camponês (a produção de alimentos, por exemplo) ou então, obtidos por meio da comercialização do excedente produzido na esfera da pequena produção mercantil.

Esse processo corresponde, basicamente, aquele ocorrido nas mesorregiões catarinenses Oeste e Serrana, sendo que a primeira comporta a particularidade de ter sido a última área a ser colonizada no estado; fato que, em boa parte, se deve à resistência camponesa na Guerra do Contestado [1912-1916]. (MIOTTO, 2011). É somente a partir então que a região passa a ser efetivamente colonizada sob a batuta do truste constituído pelas corporações *Brazil Railway*

Company e *Brazil Lumber and Colonization Company*³⁴. Estendendo-se até a metade do século XX, a integração dessa região tanto à economia nacional como à própria estrutura produtiva catarinense, deu-se, predominantemente, por meio da instalação de agroindústrias na região³⁵. Entretanto, como assinala Goularti Filho (2002), esta integração foi a que se deu de forma mais autônoma e distanciada, não só fisicamente, em relação ao litoral.

Situação semelhante foi a do planalto serrano: sua ascensão econômica, como ressalta Alves (2008), deu-se, a partir do século XVIII, fundamentalmente devido à sua característica de território de passagem. Anteriormente, era a cidade de Laguna, no sul do estado, que desempenhava o papel de entreposto comercial para transporte do gado oriundo das planícies platinas (Argentina, Paraguai e Uruguai) e do Rio Grande do Sul. Contudo, com a descoberta de novos caminhos, quem passa a desempenhar este papel é a cidade de Lages que, dedicando-se à pecuária extensiva para atender as demandas de São Paulo e Paraná, logo se consolidou como um importante centro econômico de Santa Catarina. No entanto, assim como o ocorrido com a região Oeste dois séculos depois, o planalto serrano também se desenvolveu sem maiores articulações consolidadas com as regiões litorâneas.

A particularidade das regiões Oeste e Serrana, entretanto, não deve ser concebida de modo isolado ou mesmo, como sendo a “causa” da tendência à concentração tanto produtiva como populacional na porção leste do estado. Os processos de formação econômica dessas regiões se articulam a um processo histórico maior e enquadram-se numa conformação econômica que é característica da totalidade da estrutura produtiva do estado, a saber, o fato de se constituir em um sistema econômico desintegrado no âmbito do próprio território (PEREIRA, 2011a; MIOTTO, 2011, ALVES, 2008). Inicialmente assentada sob as bases da pequena propriedade, a estrutura produtiva catarinense, diferente do ocorrido nos demais estados brasileiros, por muito tempo esteve voltada apenas à produção para subsistência e, mais tarde, à comercialização dos excedentes, traços que somente começaram a se modificar – mas não foram completamente superados – a partir de meados do século XIX, quando a região do Vale do Itajaí, o Norte Catarinense e o Sul do estado passaram a experimentar um intenso processo de imigração europeia.

Nesse contexto, como assinala Miotto (2011), consolidaram-se núcleos de povoamento que contribuíram de modo contundente para a conformação da futura dinâmica socioeconômica do estado e, muito embora o traço predominante do território ocupado por essa população por muito tempo ainda tenha se mantido em torno da pequena propriedade, relevantes transformações

³⁴ Um truste é, basicamente, a fusão de várias empresas de modo a formar um monopólio com o intuito de dominar determinada oferta de produtos e/ou serviços. No caso em tela, o truste *Brazil Railway Company* x *Brazil Lumber and Colonization Company* era de propriedade do empresário norte-americano Percival Farquhar que, até o ano de 1917, controlava boa parte das ferrovias brasileiras. A partir de então, a *Brazil Railway* e suas subsidiárias entraram em regime de concordata e suas atividades passaram ao controle do Estado, exceto a *Lumber Colonization Company*, que sobreviveu até 1938, quando foi estatizada no governo de Getúlio Vargas [1930-1945] (NETO, 2006).

³⁵ Já na década de 1940, atuavam na região as primeiras empresas agroindustriais, com destaque para a Perdigão em 1940, a Sadia em 1944 e a Seara, em 1956 (ALVES, 2008).

ocorreram a partir de então. Dentre elas, está a criação de um número significativo de pequenas indústrias (principalmente no setor alimentar, têxtil e madeireiro) que, com dinâmicas internas próprias e mais desenvolvidas que na região litorânea de colonização açoriana ou nas grandes propriedades do planalto serrano, ao longo do tempo passaram a se articular com o incipiente setor industrial brasileiro (SINGER, 1974).

Dentre os pólos industriais historicamente mais expressivos de Santa Catarina estão, como assinala Singer (1974), as cidades de Blumenau e Joinville. No ano de 1880, a colônia fundada pelo farmacêutico Hermann Blumenau já dava seus primeiros passos rumo à expansão de seu mercado interno, destinando parcela do excedente produzido no setor agrícola à produção manufaturada. Já a cidade de Joinville, que surgiu na mesma época, não dispunha de condições tão favoráveis à produção agrícola quanto às de Blumenau, especialmente no que diz respeito à fertilidade do solo. Por isso mesmo, o crescimento econômico da colônia de Joinville se encaminhou à exploração de sua localização estratégica para a comercialização da erva-mate e da madeira, estabelecendo, assim, relações econômicas mais estreitas com o planalto norte catarinense e o estado do Paraná. Entretanto, estas relações somente se ampliaram com a construção da Estrada de Ferro Dona Francisca, possibilitando, assim, tanto uma expansão dos vínculos exteriores ao estado quanto uma significativa acumulação de capital e, a partir daí, a implantação das primeiras manufaturas têxteis na região.

Já no Sul do estado, como indicam Alves (2008) e Miotto (2011), desenvolveu-se um complexo voltado às atividades de extração, intensificadas com a descoberta das reservas carboníferas. No entanto, essa região não acumulou maiores excedentes, tampouco recebeu aportes técnicos capazes de sustentar um desenvolvimento industrial como aquele percebido no Vale do Itajaí e no Norte Catarinense, ficando o complexo extrativista, por muito tempo, limitado a pequenos núcleos locais, dentre os quais se destaca Laguna que, na condição de porto, funcionava como centro comercial da região.

Nesse sentido, o que se pode constatar é que a conformação da estrutura produtiva catarinense se deu de forma razoavelmente diversa, com regiões especializadas e, aparentemente, bem distribuídas por seu território, embora fragilmente integradas entre si. É a partir dessas especializações que a economia catarinense passou a se desenvolver pela via da chamada “desconcentração produtiva”, o que teria possibilitado, devido às peculiaridades regionais, uma significativa, porém, pulverizada acumulação de capital. Sendo assim, se como destaca Goularti Filho (2002), por um lado foi justamente a diversidade da base produtiva regional que possibilitou, a partir da década de 1930, a inserção de Santa Catarina nas rotas do sistema produtivo nacional; de outro, não obstante sua diversificação, as heranças de um sistema pautado na lógica mercantil da pequena propriedade por muito tempo inviabilizaram uma concentração suficiente de capital capaz de produzir em maior escala.

Isso levou alguns economistas e pesquisadores dedicados ao estudo da economia catarinense à conclusão de que a integração de Santa Catarina com a economia nacional, nesses termos, deu-se sob os moldes de centro complementar, mais especificamente, do complexo industrial de São Paulo. O que significa dizer, em outras palavras, que devido à “auto-suficiência” das regiões do estado, Santa Catarina não era uma economia competitiva o suficiente para cumprir outra função que não a de “complemento” do complexo paulista que, por sua vez, apresentava uma dinâmica capaz de atender suas demandas no interior do próprio complexo ou através do mercado exterior, limitando, assim, a circulação dos produtos catarinenses (MIOTTO, 2011).

Dito isso, é no bojo dos efeitos da crise de 1929 e as novas exigências de acumulação por ela impostas – e a consequente pressão sob uma economia nacional até então assentada em um grande setor mercantil agroexportador – que, finalmente, a economia catarinense não só se articula ao complexo nacional, como também, se amplia. Entretanto, esse foi um processo lento e gradual: como assinala Goularti Filho (2002), isso somente ocorreu, de fato, a partir de 1945, quando outros setores produtivos emergiram e passaram a comandar o processo de acumulação, consolidando, ao longo do tempo, a estrutura econômica do estado tal como hoje a conhecemos. Até então, Santa Catarina detinha uma baixa capacidade de acumulação³⁶, que ficava por conta das indústrias madeireira, ervateira, carbonífera, de alimentos e têxtil, ou seja, de setores tradicionais, com pouca capacidade de difusão tecnológica e, na maioria dos casos, extremamente dependentes da disponibilidade de recursos naturais (GOULARTI FILHO, 2002).

A partir de 1945, entretanto, se assiste a uma verdadeira diversificação e ampliação da base produtiva regional, expressa no aumento da produção com o surgimento de novas indústrias (metal-mecânica, de transportes, cerâmica e moveleira, para dar apenas alguns exemplos), na ampliação da capacidade produtiva dos setores carbonífero e têxtil e, por fim, na industrialização da agricultura na porção oeste do estado. Ou seja, é o impulso recebido pela expansão do mercado nacional combinado a uma base produtiva razoavelmente variada que possibilitou à Santa Catarina imprimir um maior dinamismo à sua estrutura produtiva (MIOTTO, 2011). O que também implica dizer, em outras palavras, que a dinâmica econômica do estado foi, em grande medida, determinada pela divisão interregional do trabalho em nível nacional, isto é, muito distante do celebrado “modelo catarinense de desenvolvimento”. Entretanto, do ponto de vista regional, longe de superá-lo, isso acabou por consolidar o padrão de “concentração desconcentrada” típico da estrutura produtiva do estado, ou seja, um padrão de desintegração fortemente sustentado entre as capitais regionais e suas hinterlândias em detrimento da articulação do estado como um todo (GOULARTI FILHO, 2002; MIOTTO, 2011).

³⁶ Com exceção da indústria têxtil. Goularti Filho (2002) assinala que, até então, o núcleo mais dinâmico concentrava-se em Joinville. Muito embora surgido antes de 1945, o mesmo ainda estava em fase de consolidação e compunha-se por pequenos empreendimentos sendo, portanto, incapaz de imprimir um ritmo acelerado à economia catarinense.

Ao fim e ao cabo, as considerações tecidas até aqui nos possibilitam constatar que a ocupação do território catarinense e seu desenvolvimento econômico, ao longo do tempo, forjaram duas realidades distintas: a da costa catarinense e a das porções serrana e oeste do estado. A primeira tem como característica marcante o fato de constituir, como já vimos, o principal pólo de atração dos fluxos migratórios internos (e também externos) ao estado; e a segunda, apesar do significativo grau de industrialização, a de ser o principal pólo emissor de população.

Contudo, como nos indica Santos (2005), com o passar do tempo, a “localização estratégica” da costa catarinense viabilizou a produção de estruturas socioespaciais distintas dentro do próprio litoral que, muito embora diferentes umas das outras, são, do ponto de vista da totalidade, expressões de uma mesma realidade: a da urbanização. Nesse contexto, como também vimos, o crescimento expansivo das cidades para os limites de suas bordas assumiu – e segue assumindo, não só em Santa Catarina como em todo o país – uma reestruturação concreta principalmente das pequenas e médias cidades que, no bojo de estreitas articulações entre Estado e mercado, implicam e legitimam uma expansão urbana fundada e posta a serviço dos interesses privados. Expansão esta que, ao modificar os valores de troca do solo e da moradia, impacta em diversas dimensões da vida cidadina: na mobilidade espacial, nos custos e duração dos deslocamentos interurbanos, na distribuição das redes viárias, na provisão e acesso à infraestrutura de serviços, na degradação ambiental e, por último, mas não menos importante, na conformação – na particularidade de cada cidade – de áreas urbanas, em sua maioria, destinada à moradia; desvinculadas daquelas mais bem consolidadas.

É sob essas bases que, assim analisamos, surgem, mantêm-se e intensificam-se os processos de segregação socioespacial, por nós entendidos como sendo o resultado direto da divisão social do espaço, cujo componente fundamental consiste no fato de ser, por excelência, a expressão espacial da estrutura de classes. Nesse sentido, seja pela inexistência ou precariedade de serviços de uso coletivo, seja pelas diferenciações no acesso à terra e à moradia, a segregação socioespacial nas cidades é um processo inerente ao desenvolvimento do modo de produção capitalista ou, mais especificamente, uma das expressões particulares dos processos de estruturação social que definem e configuram as sociedades capitalistas (CARLOS, 1994). Desta feita, é quanto a estes processos em particular que nos deteremos na seção a seguir, onde examinaremos, em sua dimensão objetiva, a particularidade socioespacial que (con)forma o caso da cidade de Camboriú.

Figura 2 – Prédios em construção no bairro Tabuleiro, na porção em que faz divisa com Balneário Camboriú



Fonte: acervo da autora (2016).

5 “O PROGRESSO ESCULPIDO COM TRABALHO”: PROCESSOS DE URBANIZAÇÃO E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM CAMBORIÚ

Figura 3 – Operário da construção civil voltando para casa, no Distrito de Monte Alegre



Fonte: acervo da autora (2016).

Como já vimos no capítulo anterior, a espoliação e expropriação de gigantescas massas de trabalhadores é condição socialmente necessária para a reprodução ampliada do capital, isto é, como assinala Fontes (2010), a permanente ampliação e exasperação de certa base social, representada pela disponibilização massiva, “[...] dos seres singulares convertidos em disposição única para a venda de força de trabalho sob quaisquer condições” (idem, p. 21). Tendo isso em conta e situado, também no capítulo anterior, o quadro mais geral dessa reprodução ampliada, partimos da compreensão de que as problemáticas ligadas à produção do espaço urbano e à segregação socioespacial exige compreendê-las enquanto processos que não se “medem” apenas pelas transformações do/no espaço físico, mas, sobremaneira, por suas determinantes econômicas, sociais e culturais.

Dito isso, vale ressaltar que, nas últimas décadas, o crescimento das cidades para os limites de suas “bordas” assumiu (e segue assumindo) uma reestruturação concreta das periferias urbanas que, no bojo de estreitas articulações entre Estado e mercado, implica e legitima uma expansão urbana fundada e posta a serviço dos interesses privados (CARLOS, 1994; 2015). Essa expansão não apenas modifica os valores de troca do solo e da moradia, mas também, impacta em diversas dimensões da vida cidadina: na mobilidade espacial, nos custos e duração dos deslocamentos interurbanos, na distribuição das redes viárias, na provisão e acesso à infraestrutura de serviços, na

degradação ambiental e, por último, mas não menos importante, na conformação de setores desvinculados das áreas urbanas mais bem consolidadas.

É sob essas bases que, assim analisamos, surgem, mantêm-se e intensificam-se os processos de segregação socioespacial, por nós entendidos como sendo o resultado direto da divisão social do espaço, cujo componente fundamental consiste no fato de ser, por excelência, a expressão espacial da estrutura de classes. Nesse sentido, no que concerne à segregação socioespacial, o importante a se destacar, aqui, é que a segregação socioespacial deve ser pensada como a síntese de uma interação complexa entre duas dimensões: a objetiva e a subjetiva³⁷.

O que, assim entendemos, nos possibilita interpretar de modo mais abrangente os processos de transformação nos padrões de segregação, que não seguem apenas os processos de reconfiguração objetiva do espaço urbano, mas também, das percepções que os sujeitos dele fazem e que não podem ser medidas ou expressas, em sua totalidade, apenas em termos objetivos. Quanto à dimensão subjetiva da segregação, esta é por nós considerada um elemento chave para compreender a fragmentação das cidades que, por sua vez, é sempre coerente com a fragmentação social: sem ela, seria impossível reconhecer as lógicas territoriais, as percepções e experiências individuais e/ou coletivas vividas nas cidades e, sobremaneira, não seria possível ter a compreensão mais completa possível acerca da sociabilidade urbana sob a qual se dá a inserção profissional dos jovens.

Com base e diante destas considerações, neste capítulo analisamos os processos de segregação socioespacial em curso na cidade de Camboriú. Concretamente nos interessa abordar estes processos em sua dimensão objetiva, isto é, do ponto de vista da *localização* dos setores sociais, equipamentos de uso coletivo e, principalmente, do crescimento por expansão pelo qual passou a cidade. Situando a particularidade da cidade de Camboriú no quadro da litoralização do estado de Santa Catarina, analisamos estes processos como sendo expressões concretas das políticas de desenvolvimento econômico e urbano implementadas com o fito de atrair investimentos, bem como requalificar, para o incremento da produtividade, espaços considerados estratégicos na cidade.

5.1 O CAOS PLANEJADO: EXPANSÃO URBANA DE CAMBORIÚ

Instalado no dia 15 de janeiro de 1885, o município de Camboriú está localizado no litoral Norte de Santa Catarina, na mesorregião do Vale do Itajaí. Atualmente possui uma extensão territorial de 212,32 km², da qual apenas 34,8 km² correspondem à sua malha urbana, dividida em

³⁷ Quando nos referimos à dimensão subjetiva da segregação socioespacial, referimo-nos às percepções e sentidos mais imediatos atribuídos pelos sujeitos à realidade objetiva da segregação (marginalização, "exclusão social", relações de vizinhança, etc). Quanto à dimensão objetiva, referimo-nos à localização dos setores sociais e equipamentos de uso coletivo, etc. Uma análise mais específica acerca desta discussão pode ser obtida em Negri (2008).

10 bairros oficialmente constituídos (figura 05). Sua história, enquanto núcleo secundário da expansão açoriana³⁸, de modo geral, não difere da história da maioria dos municípios da costa catarinense.

Como nos ensina Corrêa (1985), a primeira região ocupada foi o Canto da Praia (atual bairro Pioneiros, de Balneário Camboriú), aproximadamente em 1821, por Baltasar Pinto Corrêa, português continental natural de Iamego. Contudo, buscando fertilidade, pois precisava cultivar o solo para receber a posse efetiva das terras, Baltasar logo rumou para o sentido da Barra³⁹, na região mais próxima à foz do Rio Camboriú. Somente mais tarde veio a ser fundada, por Thomaz Francisco Garcia (natural de Desterro e neto de açorianos), a Vila Garcia, que atualmente corresponde ao centro da cidade de Camboriú e suas imediações. Ancorando-se na policultura – principalmente no plantio de mandioca para a produção de farinha – a região ocupada por Garcia logo cresceu e prosperou economicamente, recebendo, em 1890, a transferência da sede administrativa do município, que até então ficava na Barra, faixa litorânea correspondente à colonização inicial.

Figura 4 – Primeiros focos de ocupação em Camboriú



Legenda: (A) Canto da Praia/Pioneiros (B) Barra (C) Vila Garcia

Fonte: elaboração da autora via *Google Earth* (2017)

³⁸ São frequentes as afirmações de que a colonização de Camboriú foi dada por portugueses continentais, tendo em vista que o primeiro colonizador foi Baltasar Pinto Corrêa, um português continental natural de Iamego. Como também assinala Rebelo (1997), Camboriú não recebeu especificamente casais de açorianos e os processos de imigração não foram diretos, ou seja, nem sempre tiveram Camboriú como primeiro destino dos casais imigrantes (muitos passavam por São Paulo e Florianópolis antes de se estabelecerem no litoral norte). Contudo, entendemos a colonização de Camboriú, apesar do vínculo com ambos os povos, como sendo predominantemente açoriana, dada a sua organização social e econômica, especialmente no que concerne à policultura e à pesca.

³⁹ Localidade que conserva o mesmo nome até hoje e que, atualmente, também pertence ao território de Balneário Camboriú.

Além de uma produção de farinha significativamente consolidada, Camboriú também veio a ser uma das principais cidades produtoras de café no Estado de Santa Catarina, o que, somando-se à extração de mármore, granito e calcário, por muito tempo garantiu a autossuficiência econômica do município. Entretanto, como destaca Danielski (2009), até o final do século XIX, a cidade permaneceu praticamente isolada do contexto regional, já que seus aspectos físico-territoriais, de características acidentadas, dificultavam a comunicação com outras cidades. Nesse sentido, tendo em vista estas limitações, é possível dizer que a inserção de Camboriú na rota da estrutura produtiva catarinense somente ganhou impulso em meados da década de 1920, com a chegada de imigrantes alemães e italianos. É a partir de então que relações comerciais tipicamente capitalistas começaram a se desenvolver, isto é, quando as barreiras espaciais que se impunham ao transporte de mercadorias começaram a ser vencidas.

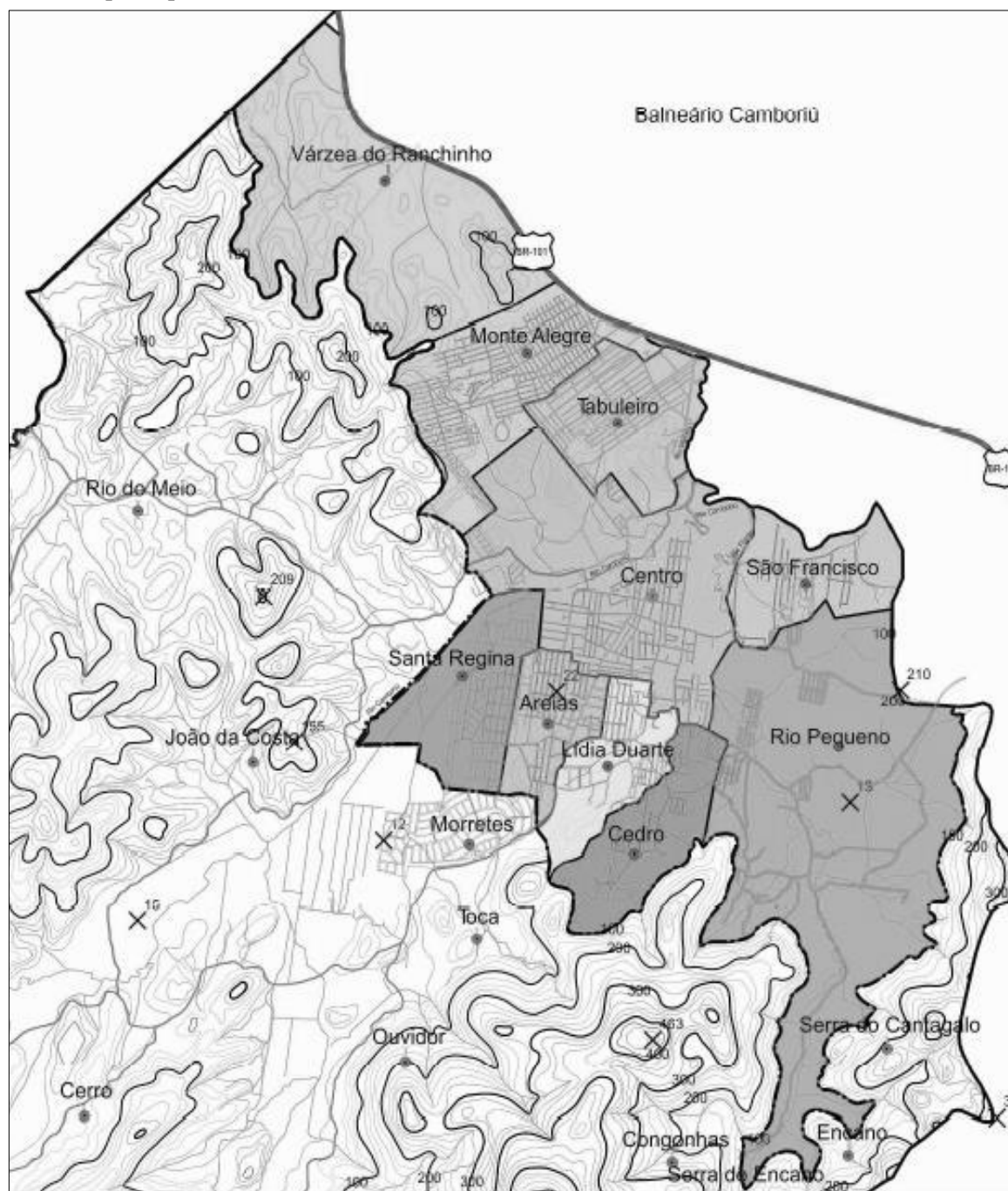
A construção de uma estrada de rodagem (atual rodovia Osvaldo Reis) ligando Camboriú a Itajaí, bem como as melhorias realizadas nos antigos “picadões de cargueiro” – caminhos rudimentares que margeavam as praias entre os dois municípios – desempenharam, nesse sentido, um importante papel no processo de urbanização da região: tal expansão viária, além de servir de acesso a Itajaí, principal entreposto comercial da época, possibilitou às burguesias de Blumenau e Brusque, que já frequentavam as praias daquela cidade aos finais de semana, um maior acesso à praia de Camboriú.

A partir de então, gradativamente o “turismo doméstico” passa a fazer parte da rotina de Camboriú, incentivando, conseqüentemente, a construção de suas primeiras casas de veraneio, pequenos hotéis e pousadas⁴⁰. Vale dizer, entretanto, que antes disso a praia era praticamente deserta, exceto pelos pescadores que ali viviam e cuja relação com o mar era voltada apenas aos fins medicinais e, sobretudo, como um local de trabalho: não era comum o uso da praia para o lazer e tampouco existia a perspectiva do turismo enquanto atividade econômica.

De modo geral, a praia também era considerada um lugar inóspito, de solo arenoso ou pantanoso que inviabilizava o plantio (CORRÊA, 1985), ou seja, uma área considerada inútil para uma cidade predominantemente rural e voltada à produção agrícola. Em que pesem as controvérsias, tais concepções, modificaram-se no início da década de 1950, no contexto de uma crise econômica desencadeada, de um lado, pelo esgotamento do solo camboriuense devido ao longo tempo de monocultura do café e, de outro, pela dificuldade em acompanhar as mudanças e exigências da base produtiva nacional.

⁴⁰ O primeiro hotel de Balneário Camboriú, quando esta ainda pertencia à cidade de Camboriú, foi fundado em 1928 por Jacó Alexandre Schmidt, nas imediações da avenida Central. Em 1934, o hotel, “acanhada construção de madeira”, foi comprado por Ingo Hoffman. Demolida, esta construção deu lugar ao hotel Miramar, em atividade até os dias de hoje. No mesmo ano (1934), foi construído o Hotel Balneário, de propriedade do casal Paulo e Lilly Onckem, sendo a primeira construção em alvenaria da cidade. Mais tarde, na década de 1950, Adolfo Fischer, vindo do oeste catarinense, construiu o famoso Hotel Fischer, demolido em 2012. E, por fim, na década de 1960, chegou à cidade o Marambaia Cassino Hotel (CORRÊA, 1985, p.87-88).

Figura 5 – Mapa do perímetro urbano de Camboriú



Fonte: Camboriú (2012). Adaptado pela autora. Disponível na íntegra em: <<http://bit.ly/2pmuHVE>>

Dizendo de outro modo, enfim percebeu-se na faixa litorânea alguma “utilidade” e, sobretudo, uma possibilidade de crescimento econômico. Nesse contexto, dentre as primeiras medidas tomadas em relação à região, destaca-se a elaboração e difusão, para fins de divulgação comercial, do Álbum Fotográfico-Descritivo da Praia de Camboriú (1952), seguindo-se, dois anos mais tarde (1954), da elevação da região à categoria de Distrito⁴¹.

⁴¹ Este, entretanto, não foi o primeiro distrito criado a ter sede na faixa litorânea: o primeiro havia sido o Distrito da Barra, sede administrativa do município de Camboriú até 1890, rebaixado (suprimido) em 1895 por, segundo a justificativa dada à época, “onerar os cofres públicos” (REBELO, 1997).

A região então começou a se desenvolver a passos céleres e, pouco tempo depois, os rumores de que o distrito almejava se tornar um município independente ganharam a cidade. A emancipação, todavia, só veio a ocorrer depois de uma década de disputas tramitadas no Poder Legislativo de Camboriú: muito embora a criação do Distrito da Praia tenha sido autorizada no ano de 1954, o distrito só foi oficialmente instalado no ano de 1959, com a aprovação da resolução nº 02/59. Significativa demora, nesse sentido, talvez se deva provavelmente ao fato de que o projeto de criação do distrito, desde o início dos trâmites, foi traduzido pelos vereadores da sede como sendo o primeiro passo rumo ao desmembramento⁴².

Ao fim e ao cabo, fato é que, depois de acaloradas discussões entre os vereadores da sede e aqueles do Distrito, o mesmo foi emancipado em 1964, transformando-se na cidade de Balneário Camboriú. Protocolada na Câmara de Vereadores de Camboriú como sendo um projeto de “urgência”, a proposta, de autoria do vereador Aldo Novaes (PDS) foi aprovada em uma sessão de voto secreto⁴³, sendo sancionada na gestão do prefeito Amadio Dalago (PDS, 1961-1966). A partir de então, perdendo boa parcela da arrecadação municipal, uma estação de rádio e a sede da comarca (fórum), gradualmente a situação econômica de Camboriú só fez deteriorar-se, tendo em vista que, sem o setor de serviços em franca expansão na faixa litorânea, lhe restara basicamente a agricultura e outras atividades econômicas que, ao longo do tempo, começaram a perder força. Dentre as quais, a extração de mármore, granito e calcário, atividade tradicional na cidade⁴⁴, que, assim como a cafeicultura, logo viu-se diante dos limites naturais: no início dos anos 1990, boa parte das jazidas não pôde mais ser explorada face à legislação ambiental que entrara em vigor e à qual a maioria dos empreendimentos não pôde se adequar, resultando no fechamento de muitas pedreiras e marmorarias.

Desnecessário dizer, nesse sentido, que mais uma vez a economia local entrou em recessão, agora com um agravante: a desruralização de sua população. Como se pode observar na tabela 11, até a década de 1970 a população residente de Camboriú era predominantemente rural, enquanto, no

⁴² Gilberto Américo Meirinho, um dos vereadores representantes da praia e autor da proposta, entretanto, as rebatia dizendo que a emancipação não era uma possibilidade real, pois “considerando a pequena extensão territorial”, o Distrito da Praia jamais teria condições de se tornar um município independente.

⁴³ A votação foi feita por meio de voto secreto devido aos ânimos acalorados da referida sessão. Nessa ocasião, Francisco Barreto (UDN), que já tinha sido prefeito de Camboriú e, nessa época, era vereador pela sede; foi o único vereador a se opor com veemência ao projeto. Na sessão em que se decidiria a emancipação do Distrito, este tomou a palavra e disse, conforme foi registrado em ata, que a separação era “um crime contra Camboriú” e que os vereadores que votassem favoravelmente ao projeto deveriam ser “vaiados e apedrejados pelos que amam Camboriú” (REBELO, 1997, p. 63). Por isso, Urbano Vieira, presidente da Câmara à época, por precaução suspendeu os trabalhos, transferindo a sessão para o dia seguinte, no dia 02 de abril de 1964, quando a maioria dos vereadores optou pelo voto secreto.

⁴⁴ A extração de mármore, granito e calcário é uma atividade praticada em Camboriú desde o início do século XX. Entretanto, somente ganhou certo “status” na cidade a partir da década de 1970, atingindo seu auge nos anos 1980. Até essa época, as jazidas, principalmente as de mármore, pela qualidade; e as de granito, pela quantidade (REBELO, 1997), eram tão abundantes em Camboriú que lhe renderam o título de Capital do Mármore. Entretanto, atualmente a atividade é quase rara na cidade. Conforme os dados do Cadastro de Produtores do Setor Mineral de Santa Catarina, existem em Camboriú apenas seis minas em atividade. Três delas de brita e cascalho, uma de basalto e outras pedras ornamentais e duas de mármore (DNPM, 2017).

âmbito do estado, o processo de desruralização já estava mais avançado. Na década de 1980, por sua vez, essa tendência começa a se inverter, mas persiste, ainda, um percentual significativo de residentes no campo (40,62% em Santa Catarina e 29,60% em Camboriú).

Tabela 11 – Evolução da população urbana: Camboriú e Santa Catarina

DÉCADA	CAMBORIU		SANTA CATARINA	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural
1970	21,40%	78,60%	42,94	57,6
1980	70,40%	29,60%	59,38	40,62
1991	91,20%	8,80%	70,64	29,36
1996	95,10%	4,90%	x	X
2000	95,10%	4,90%	78,75	21,25
2010	94,98%	5,02%	83,99	16,01

Fonte: Elaboração da autora a partir das compilações dos censos 1980-2010 (IBGE).

Isso se deve, na interpretação dos historiadores locais (CORRÊA, 1985; REBELO, 1997), predominantemente ao “duro golpe” sofrido pela cidade de Camboriú quando da emancipação do Distrito da Praia. No entanto, muito embora não ignoremos o peso deste processo nos caminhos futuramente trilhados pela cidade de Camboriú, entendemos que o processo de desruralização de sua população – nem mesmo suas “crises econômicas” – não pode ser atribuído como consequência apenas da emancipação do Distrito da Praia, afinal, como já vimos em relação ao caso de Santa Catarina no capítulo anterior, a desruralização é um mecanismo clássico do processo de industrialização-urbanização que, cedo ou tarde, se faria sentir na região.

À emancipação do Distrito da Praia, nesse sentido, cabe apenas situá-la como sendo um marco da desruralização compulsória de Camboriú, seguindo-se da construção da BR-101, no início da década de 1970; este último, de fundamental importância para se apreender a atual conformação urbana de Camboriú, tendo em vista que, até então, a ligação viária com a maioria das cidades do entorno e a capital do estado passava por dentro de Camboriú. Todavia, com a construção da rodovia federal – que atualmente divide os dois municípios – a circulação de pessoas e mercadorias deixou de passar pela cidade.

Nesse contexto, bairros como Caetés, Braços e Vila Pedra (localizados na zona rural), que até então participavam ativamente da economia local, se tornaram praticamente desabitados, pois, como assinala o historiador local Isaque de Borba Corrêa, “não tinham *mais interesse para nada* (apud VIGNOLI, 2010, grifos nossos)⁴⁵. Sendo assim, ainda que não o faça intencional ou explicitamente, o que a fala do historiador nos denuncia, nesse sentido, é o “envelhecimento” precoce de uma estrutura espacial enquanto regiões consideradas economicamente mais dinâmicas – isto é, Balneário Camboriú – passaram a complementar ou mesmo concentrar as atividades que ascendiam na estrutura produtiva regional.

⁴⁵ Transcrição literal da entrevista concedida pelo historiador à produção do documentário “Camboriú de todos os tempos”, dirigido pela jornalista Analu Vignoli.

Como vimos no capítulo anterior, a conformação da estrutura produtiva de Santa Catarina se deu de forma razoavelmente diversa, com regiões especializadas e, aparentemente, bem distribuídas por seu território, embora fragilmente integradas entre si. Sua divisão mesorregional, nesse sentido, é expressão contundente desta especialização produtiva: à mesorregião Oeste atribui-se o complexo agroindustrial, ao planalto serrano a pecuária extensiva; ao Sul, a indústria extrativa; ao Norte, o setor metal-mecânico, a indústria têxtil e moveleira e, ao Vale do Itajaí, a indústria têxtil e o setor de serviços. Tendo isso em conta, muito embora uma rede urbana seja, como assinala Miotto (2013, p. 02, grifos nossos), “um reflexo e, ao mesmo tempo, condição para a divisão territorial do trabalho e não apenas resultado do ofício de cada localidade”⁴⁶, é preciso considerar que, no contexto do processo de industrialização posto em curso no Brasil no pós crise de 1929, os desdobramentos espaciais da estrutura produtiva de Santa Catarina firmaram, de acordo a autora (idem, p. 03, grifos nossos), um novo padrão de articulação da rede urbana catarinense, cuja característica marcante se refletiu justamente no “[...] *enfraquecimento* das redes urbanas dos *espaços incapazes de se associarem a esses circuitos de acumulação* que, cada vez mais, concentraram e centralizaram no litoral o poder de comando sobre o território catarinense”.

Diante disso, muito embora seja uma cidade situada no litoral do estado, a incapacidade da estrutura produtiva camboriuense de se integrar aos novos circuitos de acumulação deve-se, assim analisamos, menos à sua localização geográfica – que é, de fato, “privilegiada” – e mais às próprias contradições que engendram a (con)formação da estrutura produtiva do estado de Santa Catarina. Senão, vejamos. Como já indicamos no capítulo anterior, o fator determinante da expansão geográfica como condição *sine qua non* à criação de novos espaços para a acumulação de capital não é, de acordo com Harvey (2005), o encurtamento de distâncias propriamente dito, mas sim, a velocidade com a qual os mercados podem ser acessados. Nesse sentido, a contração das distâncias espaciais em relação ao tempo – expressa pela necessidade de minimizar os custos de circulação e o tempo de rotação do capital – além de alterar as distâncias relativas entre os locais de produção e os grandes mercados, também dá impulso a uma dupla tendência, isto é, a da concentração demográfica em paralelo à concentração do capital em grandes centros de produção.

No caso de Santa Catarina, como assinala Singer (1974), foi na mesorregião do Vale do Itajaí que se consolidou a rede urbana mais complexa de Santa Catarina, tanto no que diz respeito às heranças de seus processos colonizatórios – a chamada “tradição industrial” – como por sua capacidade de diversificação. A área polarizada por Blumenau, nesse sentido, foi aquela que articulou e aprofundou precocemente a divisão social e territorial do trabalho entre campo-cidade e, sobremaneira, entre os municípios desta mesorregião; possibilitando que, durante os anos 1970, a

⁴⁶ Reflexo, pois explicita características anteriores, isto é, historicamente acumuladas; e condição, por tecer os contornos da atual divisão territorial do trabalho (MIOTTO, 2013).

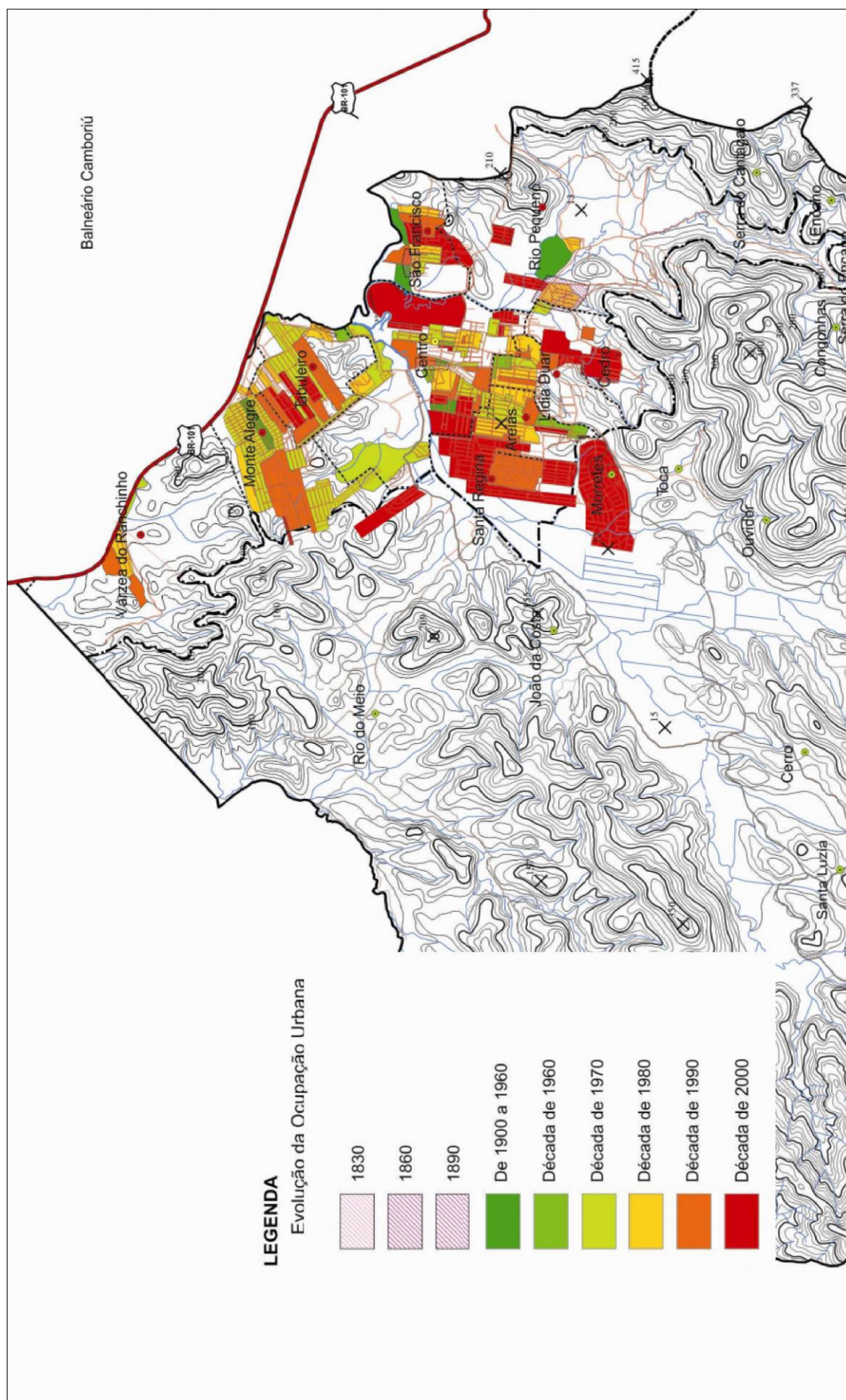
rede urbana do Vale se integrasse plenamente à dinâmica nacional de desenvolvimento, consolidando, assim, o complexo têxtil.

Nesse sentido, muito embora no contexto da reestruturação produtiva o novo padrão de acumulação tenha ampliado a abrangência dessa atividade – e pulverizado, em alguma medida, a localização da produção – o ponto que aqui nos interessa sublinhar é que, mesmo atravessando um período de forte crise, do final dos anos 1980 a meados da década de 1990, o Vale do Itajaí conseguiu manter sua especialização e, sobremaneira, a competitividade de sua base econômica (SINGER, 1974). O mesmo, todavia, não se pode dizer de Camboriú: levando em consideração que a rede urbana catarinense se estruturou a partir da conformação histórico-geográfica das regiões produtivas do estado, não nos parece exagero dizer que, desarticulada daquela que se consolidou no Vale do Itajaí, a especialização agrícola de Camboriú viu-se diante de um “deslocamento forçado” em relação à base produtiva do litoral, bem como sem poder fazer frente, assim analisamos, à alta competitividade expressa pelo complexo agroindustrial estabelecido na porção oeste do estado.

Em outras palavras, se do final do século XIX até o final da década de 1960 Camboriú desempenhou um importante papel como centro produtivo no arranjo local, no final dos anos 1970, por sua vez, a cidade já acedia à condição de “centro antigo”, impossível de ser movido ou refuncionalizado sem ser destruído (HARVEY, 2005). Este sim consiste, assim analisamos, no movimento real que explica não somente o processo de desruralização pelo qual a cidade passou, mas, sobremaneira, sua atual conformação urbana.

Ao fim e ao cabo, pode-se dizer que Camboriú somente passou a experimentar um processo efetivo de urbanização na transição para a década de 1970, com a “implosão” de suas antigas estruturas. Inicialmente dado pela via de uma ocupação territorial de baixa densidade – isto é, em pontos dispersos do território – conforme se pode observar no mapa a seguir (figura 06), a expansão urbana camboriuense teve dois grandes picos: o primeiro, ainda na década de 1970 e concentrado no Distrito de Monte Alegre; e o segundo, no período que compreende os anos 1990-2000, na direção das áreas mais próximas do centro da cidade.

Entretanto, o salto qualitativo no processo de urbanização ocorre somente nos anos 1980, com a reestruturação de uma série de estratégias de “desenvolvimento” econômico e “revitalização” da cidade que, capitaneadas pela municipalidade, foram fortemente marcadas pela necessidade de reverter o quadro de crise legado dos períodos anteriores (1950-1970). Inicialmente dadas sob o lema “o progresso esculpido com trabalho” – lançado em 1984 para a comemoração do centenário da cidade, em alusão à sua tradicional atividade extrativa e seu potencial mineral – estas medidas ganharam força na transição para a década de 1990, nas gestões de Wilson Plautz (1989-1992 e 1997-2000) e Aínor Francisco Lotério (1992-1997).

Figura 6 – Mapa da evolução territorial urbana de Camboriú

Fonte: Camboriú (2011). Adaptado pela autora. Disponível na íntegra em: <<http://bit.ly/2pmuHVE>>

Dentre as mais contundentes, está a primeira reforma administrativa que, sancionada em 1989 na primeira gestão de Wilson Plautz (PMDB), estabelecia diretrizes para a “modernização” tanto dos procedimentos internos como dos “princípios” da administração municipal; bem como a Lei nº 978/93, sancionada na gestão de Aínor Francisco Lotério (PFL) que, ainda em vigor, dispõe sobre os incentivos ao turismo ecológico-rural como “fator de desenvolvimento social e econômico”.

Ambas as medidas cumpriram papéis que não podem ser menosprezados na análise da produção do espaço urbano de Camboriú. Entretanto, as práticas de gestão encampadas por Plautz – empresário do ramo imobiliário e prefeito de Camboriú por três vezes⁴⁷ – longe de estarem limitadas apenas à racionalização de uma série de procedimentos burocráticos em nível administrativo, foram as mais incisivas, especialmente no que concerne às práticas de “revitalização” da cidade. Como assinala Carlos (2007), os processos de “revitalização” pressupõem uma intervenção direta nos lugares produzindo sua total transformação com a conseqüente perda dos referenciais urbanos, revelando que o espaço

[...] se reproduz, não só enquanto condição, mas também como produto do processo de reprodução política e econômica, revelando a condição do espaço enquanto “valor de troca”, ou seja, como produto direto do processo de generalização da mercadoria no mundo moderno e também como elemento estratégico para a reprodução do poder (CARLOS, 2007, p. 88)

Nesse contexto, como assevera a autora, os processos de revitalização urbana se impõem enquanto processos “autofágicos” – isto é, que destroem a si mesmos – no qual a demolição de lugares familiares se apresenta como exigência para a produção de novas formas urbanas à custa da destruição de elementos definidores da identidade “cidadão/cidade” (CARLOS, 2007). Ou seja, o que estes processos denunciam, é a construção

[...] de uma *idéia abstrata da cidade enquanto símbolo do moderno*, [...] vendida no mercado como *imagem de uma cidade bem administrada*, enquanto que no plano do planejamento, faz-se tábula rasa da prática sócio-espacial (CARLOS, 2007, p. 89, grifos nossos).

Em outras palavras, a revitalização é, antes de mais nada, um processo de revalorização do solo urbano que modifica os valores de uso do espaço pela imposição do valor de troca, expulsando dele aqueles elementos ou sujeitos que não estão aptos a constituir-los ou pagar por eles, produzindo, assim, a *assepsia* dos lugares, não raras vezes, com estratégias dissimuladoras (CARLOS, 2007).

⁴⁷ Wilson Plautz foi prefeito de Camboriú no período de 1989-1992, 1997-2000 e 2001-2004.

No caso de Camboriú, para além da mera reorganização de secretarias e departamentos, o que se seguiu, no contexto da primeira reforma administrativa de 1989, foi, de um lado, uma série de demolições de prédios históricos (figuras 06 e 07); e de outro, o incentivo a loteamentos “populares” com pouca ou mesmo nenhuma infraestrutura básica (REBELO, 1997). A demolição dos prédios históricos, nesse sentido, deu-se sob o apelo de que o “novo” não poderia conviver com o “velho”: era preciso “modernizar” a cidade de Camboriú para que fosse possível, assim, concretizar o imaginário “capital do mármore” (vide nota 24).

Já no que concerne ao fomento ao turismo ecológico-rural, dentre os incentivos da Lei nº 978/93, destacam-se a isenção de tributos municipais (inicialmente pelo prazo de cinco anos e, posteriormente, por 25 anos), publicidade e “auxílio infraestrutura”. Como contrapartida, o dispositivo também exige, desde sua redação original, que a força de trabalho – “mão de obra” – utilizada para a instalação e funcionamento dos empreendimentos turísticos seja prioritariamente do município de Camboriú, bem como prevê, pela primeira vez, a possibilidade de serem criadas áreas de conservação e preservação ambiental, desde que – ressaltamos – “adequadas” ao desenvolvimento do turismo ecológico-rural.

O projeto original também previa um “Plano Diretor Rural” e treinamento específico às famílias de agricultores em práticas de hotelaria, sob a supervisão de extensionistas rurais (CAMBORIÚ, 1993). Entretanto, por contar predominantemente com recursos da iniciativa privada em um cenário de acirrada concorrência com o complexo turístico de Balneário Camboriú, o projeto não obteve a adesão empresarial esperada: esta viria somente uma década mais tarde, com a adesão de Camboriú ao Consórcio Intermunicipal Costa Verde & Mar⁴⁸.

⁴⁸ A própria finalidade do CITMAR – Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde & Mar, criado em 2005, é a de desenvolver o turismo de maneira regionalizada e “integrada”, propondo rotas alternativas àquelas já consolidadas no litoral catarinense, como é o caso de Florianópolis e da vizinha, Balneário Camboriú. Somente a partir da adesão de Camboriú ao referido consórcio que, de fato, a cidade passou a atrair a atenção de investidores. Vale dizer, ainda, que o consórcio, vinculado à AMFRI – Associação dos Municípios da Região da Foz do Itajaí, presta serviços especializados em marketing turístico e de melhorias na infraestrutura turística regional; o que também ajudou a consolidar a infraestrutura turística da cidade. Ver mais em: www.costaverdemar.com.br/

Figura 7 – Prédio da antiga prefeitura municipal, construído em 1902



Fonte: Ivan Silva (2017) via Histórias e imagens de Camboriú e dos camboriuenses

Figura 8 – Demolição da Prefeitura antiga, em 1989



Fonte: Ivan Silva (2017) via Histórias e imagens de Camboriú e dos camboriuenses

Ainda na década de 1990, foi criada a Área Industrial, regulamentada pela Lei nº 961/93. Com a criação desta área, o município passou a ser autorizado a doar terras a empresários que

desejassem investir em Camboriú, desde que cumprissem a exigência de apresentar projetos de “desenvolvimento econômico” e, principalmente, de geração de empregos. O que, com base na análise dos dados referentes à expansão dos estabelecimentos tipificados como industriais na cidade, não parece, entretanto, ter sido o caso.

Na tabela a seguir, estão sistematizados os dados referentes à “expansão industrial” de Camboriú no período que compreende as décadas de 1960 a 2010. Como se pode observar, entre 1960 a 1980, o número de estabelecimentos tipificados como industriais, além de pequeno, teve uma sensível diminuição na década de 1970, coincidindo com o período mais acentuado da crise econômica local. Nos anos 1980, por sua vez, retoma-se o número de indústrias percebido na década de 1960, havendo o aumento de três estabelecimentos.

Tabela 12 – Expansão industrial de Camboriú no período de 1960-2010

	1960	1970	1980	1990	2000	2010
Total de indústrias	45	28	48	64*	x	313
Empregos gerados	333	158	362	x	x	1.391

(*) Dado aproximado (x) Dado não disponível

Fonte: Elaboração da autora com base em Testoni (1993) e Camboriú (2012).

Devido à ausência de maiores dados a respeito⁴⁹, não temos como precisar se a retomada se deve à reabertura de empresas já estabelecidas na cidade ou à chegada de novos empreendimentos. Fato é, entretanto, que mesmo criada a Área Industrial em 1994 e observado o razoável aumento no número de indústrias e empregos percebidos no ano de 2010, a cidade parece não ter conseguido desenvolver, nesse período, seu “diferencial competitivo”, isto é – numa expressão puramente mercadológica – vantagens e benefícios atrativos o suficiente para que empresas se estabelecessem na cidade.

Nesse sentido, levando em conta apenas sua expansão industrial, é possível dizer que se de um lado a cidade parece não ter sido capaz de acumular e oferecer vantagens e benefícios atrativos o suficiente para que empresas nela se estabelecessem; de outro, atualmente Camboriú vem se constituindo em uma espécie de “rota de fuga” do capital imobiliário, tendo em vista os sinais de saturação do espaço urbano de Balneário Camboriú e de regiões do entorno que, até então, ofereciam maiores vantagens locais. Sendo assim, se até a primeira década dos anos 2000, dos 188 loteamentos aprovados em Camboriú (tabela 13), 32,4% (60 loteamentos) deles situava-se no centro da cidade e outros 32,0% no Distrito de Monte Alegre; atualmente, conforme dados da Secretaria de Planejamento Urbano e Territorial (CAMBORIÚ, 2011), o parcelamento do solo ocorre principalmente no bairro Centro.

⁴⁹ Boa parte dos dados socioeconômicos de Camboriú referentes às décadas posteriores ao período 2000-2010 foi mapeada e acessada a partir de fontes secundárias, como é o caso dos cadernos de leitura técnica da cidade (vinculados ao plano diretor de Camboriú) e os dados organizados por Testoni (1993), nos quais a dificuldade em precisar números e/ou obter maiores detalhes sobre os processos em tela já se fazem presentes.

Tabela 13 – Loteamentos aprovados em Camboriú: 1960-2010

Bairros	1960	1970	1980	1990	2000	2010
Várzea do Ranchinho	-	03	01	02	-	-
Monte Alegre	-	09	02	03	04	01
Tabuleiro	-	12	08	07	05	03
Centro	05	17	12	13	09	05
São Francisco de Assis (Barranco)	-	03	06	02	01	01
Rio Pequeno	-	04	03	-	-	02
Cedro / Lídia Duarte	-	01	04	05	02	02
Areias / Santa Regina	-	06	09	11	02	03
Total	05	55	46	43	23	17

Fonte: Camboriú (2012).

Entretanto, esta dinâmica, como a tabela 13 indica, não é uma tendência recente. Este movimento pode ser observado desde a década de 1960 e, cumpre ressaltar, não raras vezes é utilizado, no plano dos discursos ideológicos, para justificar que não se pode falar de “periferia urbana” em Camboriú: afinal, se somado o número de loteamentos aprovados nos três bairros que constituem o Distrito de Monte Alegre (Monte Alegre, Tabuleiro e Várzea do Ranchinho) e comparado o resultado obtido ao número de loteamentos aprovados no centro, nota-se que a diferença é praticamente irrisória – da década de 1960 à primeira década dos anos 2000, foram aprovados 60 loteamentos em áreas pertencentes ao Distrito de Monte Alegre, enquanto no centro foram aprovados, no mesmo período, 61. Em outras palavras, seguindo a lógica destes discursos, a cidade de Camboriú teria se expandido “desordenadamente” – como indicam as leituras técnicas do plano diretor da cidade – em várias direções, simultaneamente.

Na mesma direção, outra noção bastante difundida, especialmente no contexto do Plano Diretor (2012), seria a de que a cidade de Camboriú, em sua totalidade, apresenta deficiências que lhe são genéricas, como é o caso, destacado pelo documento, do sistema viário da cidade e os espaços de lazer (CAMBORIÚ, 2012). Sendo assim, não haveria uma ocupação privilegiada do solo no sentido de uma localização privilegiada dos equipamentos públicos e, nesse ínterim, se as deficiências são dadas como generalizadas, não há, portanto, um “centro” e, consequentemente, tampouco, periferia.

Desnecessário dizer que esta concepção, sejam quais forem suas intenções, está fundamentalmente calcada em um entendimento acerca da (con)formação das periferias urbanas como sendo processos determinados *apenas* pelas distâncias espaciais físicas e/ou pelas determinantes objetivas dos processos de segregação. Não estamos, entretanto, diante de uma novidade ou de uma problemática particular à cidade de Camboriú. Conforme assinala Sposito (2003), a partir da década de 1990, outros enfoques começaram a surgir, redefinindo, assim, os conteúdos socioeconômicos, políticos e culturais do que, até então, vinha se conceituando como periferia. A partir de então, como assinala a autora, a (con)formação das periferias urbanas, especialmente a das cidades médias, como é o caso de Camboriú, passou a combinar,

contraditoriamente, diferentes lógicas e formas de produção e apropriação do espaço urbano, expressas no surgimento de espacialidades distintas daquelas até então encontradas (SPOSITO, 2003). Nesse contexto, como nos indica Sposito (2003), o espraiamento da ocupação nas periferias também cede lugar às novas transformações,

[...] isto é, novas formas de compor e recompor o par centro-periferia. Alguns centros ficam *decadentes*; áreas valorizadas *mesclam-se com formas alternativas de ocupação urbana de baixo valor*; determinados bairros sofrem crescente processo de favelização principalmente em áreas ambientalmente frágeis; *áreas periféricas conhecem, em seu interior, pontos valorizados que transformam o entorno rapidamente*; *alguns centros de bairro estão se impondo aos centros tradicionais*, em termos de atratividades para empreendimentos sofisticados e especializados, confirmando a idéia de que hoje, mais que antes, a cidade se constrói sobre pontos de fluxos diversos (SPOSITO, 2003, s/p, grifos nossos)

Boa parte dos processos acima elencados por Sposito (2003), são verificáveis na atual conformação do espaço urbano de Camboriú, especialmente no que diz respeito ao fato de áreas valorizadas terem se constituído, ao longo do tempo, mescladamente a formas alternativas de ocupação urbana de baixo valor. Proliferam-se, nesse sentido, realidades antitéticas: de um lado, os espaços urbanos precários, como é o caso do Distrito de Monte Alegre; e de outro, as “novidades imobiliárias”, cuja materialização, na realidade concreta, corresponde ao surgimento de condomínios fechados – *private villages* – construídos nos limites do perímetro urbano, isto é, mais afastados da saturada mancha urbana e mais próximos da zona rural.

Entretanto, a tendência mais recente desses processos vem ganhando expressão na valorização de “pontos estratégicos” das áreas periféricas, bem como na ascensão de alguns “centros de bairro” em relação aos “centros tradicionais”. No que diz respeito a esse último ponto, muito embora tenham sido classificados pelo zoneamento municipal como uma área residencial, é significativa, por exemplo, a atividade comercial presente nos bairros Tabuleiro e Monte Alegre: supermercados, farmácias, lojas, padarias, oficinas mecânicas, borracharias, postos de gasolina, consultórios odontológicos, escritórios de advocacia, empresas de Internet e, mais recentemente, até mesmo bares e restaurantes, têm se estabelecido na região que, há menos de vinte anos, sequer tinha seu arruamento definido e, como era o caso de boa parte de seu território, não estava conectada à rede municipal de saneamento básico.

Para concluir, o que se pode afirmar é que, nos últimos vinte anos, apesar de a concentração industrial ser parcamente visível apenas em pontos isolados da cidade, a adequação de Camboriú aos novos *circuitos de acumulação* segue sendo o grande motivador das transformações socioespaciais em curso na cidade, com o fito de (re)configurá-la em um espaço atrativo aos interesses e investimentos privados, isto é, à expansão do capital imobiliário, uma vez que Balneário Camboriú, especificamente no que concerne à disponibilidade de solo urbano, dá sinais de esgotamento.

No próximo capítulo, após uma breve caracterização do distrito de Monte Alegre na processualidade histórica da expansão urbana de Camboriú – até aqui descrita e analisada sob o mirante da dimensão objetiva da segregação socioespacial – analisamos os processos de segregação socioespacial e inserção profissional dos jovens partindo da dimensão subjetiva destes processos de segregação, isto é, aquela que se relaciona às representações do lugar e o seu impacto sobre a vida dos sujeitos por nós investigados: afinal, a periferia, em que pesem as tentativas de se dizer o contrário, não só existe como integra a totalidade do espaço urbano camboriuense.

6 DISCURSOS FLEXÍVEIS, DURAS TRAJETÓRIAS: PROCESSOS DE INSERÇÃO PROFISSIONAL DOS JOVENS DA PERIFERIA URBANA DE CAMBORIÚ

Figura 9 – *Graffiti no acesso ao Distrito de Monte Alegre*



Fonte: acervo da autora (2016).

Às margens da BR-101, literalmente na divisa entre os municípios de Camboriú e Balneário Camboriú, está o Distrito de Monte Alegre. Tão antiga quanto o próprio município de Camboriú⁵⁰, a região foi elevada à categoria de distrito no ano de 1996, por meio da Lei nº 1.189, como parte do procedimento (que jamais se concretizou) para a instalação de uma subprefeitura. Dividido em trinta setores segundo o IBGE (2010), o distrito atualmente é formado por quatro bairros: Monte Alegre, Tabuleiro, Conde Vila Verde e Várzea do Ranchinho⁵¹. Destes bairros, Monte Alegre, além de ser o mais antigo, é também o mais populoso (11.349 habitantes), seguido do bairro Tabuleiro (6.796 habitantes) e do bairro Conde Vila Verde (6.531 habitantes). O bairro Várzea do Ranchinho, por sua vez, é o menos populoso (553 habitantes).

Em linhas gerais, a conformação urbana do distrito pode ser apreendida tendo como referência os dois momentos mais expressivos que caracterizaram a expansão urbana de Camboriú (1970 e 1990), que já analisamos no capítulo anterior e se expressa na seguinte morfologia: na área

⁵⁰ A cidade de Camboriú foi instalada como município independente da cidade de Itajaí em 1884. O registro histórico mais antigo que menciona a localidade de Monte Alegre, entretanto, data de março do ano de 1872. Trata-se dos autos de um inquérito policial que investigava um homicídio envolvendo três escravos que viviam em Camboriú (SILVA, 2010). Dentre as testemunhas arroladas consta um de seus moradores, o agricultor João Francisco Gonçalves; o que nos leva à inferência de que a localidade existia, bem como era conhecida por este nome, já no final do século XIX.

⁵¹ Os loteamentos Conde Vila Verde e Jardim Nova Aliança, bem como a localidade de Várzea do Ranchinho, pertencem ao bairro Monte Alegre. Entretanto, para facilitar a leitura e a análise consideramos o loteamento Conde Vila Verde como bairro, por duas razões: a primeira – e mais importante – pelo fato de a localidade ser assim reconhecida por seus moradores desde o início da década de 1980; e a segunda, por levarmos em consideração que, no momento da pesquisa, o processo de elevação da localidade à categoria de bairro já estava (e segue) em curso. O mesmo se aplica à localidade Várzea do Ranchinho.

onde se configuraram os primeiros loteamentos (Monte Alegre e Tabuleiro) a estrutura urbana é, aparentemente, a mais consolidada, havendo a presença de vias principais pavimentadas e certa semelhança no padrão construtivo das moradias (figuras 10 e 11).

Figura 10 – Vista da rua Monte Agulhas Negras, Monte Alegre



Fonte: acervo da autora (2016).

Figura 11 – Vista da rua Jacarandá, Tabuleiro



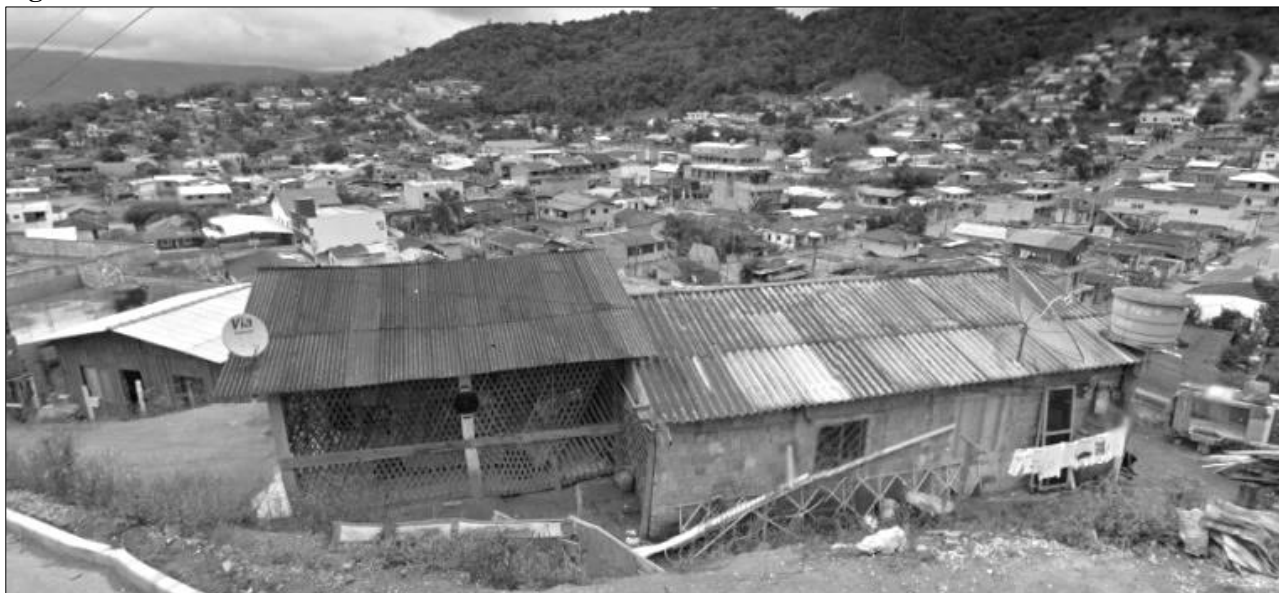
Fonte: acervo da autora (2016).

Já nas áreas onde se deram as ocupações mais recentes, isto é, a partir dos anos 1980, predomina a falta de infraestrutura básica adequada, bem como as habitações em áreas de risco e/ou preservação ambiental. É o caso dos bairros Conde Vila Verde e Várzea do Ranchinho (figuras 12, 13 e 14). O primeiro, cuja formação embrionária remete a uma série de ocupações irregulares consolidadas ao longo dos anos 1980, é, em termos de risco social, a mais frágil do Distrito; e o segundo, em que pese o fato de seus traços ainda serem predominante rurais, foi caracterizado, no

zoneamento municipal instituído com o Plano Diretor (2012), como sendo uma ZPI – Zona Predominantemente Industrial.

Isso se deve, conforme aponta o documento, à saturação da Área Industrial do Cedro, criada no início dos anos 1990, no bojo das já mencionadas estratégias político-econômicas comprometidas em transformar Camboriú em uma cidade atrativa aos investimentos privados. A localidade, nesse sentido, foi escolhida para sediar a nova área industrial justamente por ser mais afastada do centro urbano e, sobremaneira, devido à sua “localização estratégica” para o escoamento da produção, tendo em vista que, muito embora todos os bairros do distrito de Monte Alegre façam divisa à BR-101 (exceto Conde Vila Verde), Várzea do Ranchinho é aquele cujo acesso à rodovia federal é o mais fácil.

Figura 12 – Vista do bairro Conde Vila Verde



Fonte: Google Street View (2016).

Figura 13 – Vista da rua Petúnia, Conde Vila Verde



Fonte: Google Street View (2016).

Figura 14 – Vista da rua Santa Cecília, Várzea do Ranchinho

Fonte: *Google Street View* (2016) – figuras 11, 12 e 13.

Atualmente, o distrito também vem chamando a atenção do mercado imobiliário, tendo em vista os sinais de saturamento das cidades-pólo do arranjo urbano de Itajaí quanto à disponibilidade de solo urbano, em particular, Balneário Camboriú. À essa pressão e especulação imobiliárias também se deve, assim analisamos, boa parte das melhorias que foram feitas no distrito, especialmente no que concerne à infraestrutura de serviços públicos básicos e a pavimentação asfáltica.

6.1 DOS PROCESSOS DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NA PERSPECTIVA DOS JOVENS INVESTIGADOS

Nesta seção e seus itens correspondentes, caracterizamos a origem social dos sujeitos analisados e seus percursos formativos e laborais, com o intuito de apreender suas trajetórias profissionais até o momento da pesquisa. Para tal, tomamos como base a análise dos dados de um questionário aplicado a concluintes do Ensino Médio em duas escolas públicas do distrito de Monte Alegre. A análise dos dados está organizada em duas partes. Na primeira parte, que corresponde a esta seção, traçamos o perfil socioeconômico dos jovens que participaram da pesquisa em relação ao gênero, estado civil, grupo e renda familiar; as condições concretas sob as quais reproduzem suas vidas, bem como os processos de segregação socioespacial experimentados pelos jovens no contexto delimitado.

Na segunda, analisamos os processos de inserção profissional dos jovens pesquisados, as principais dificuldades de inserção profissional enfrentadas e as possíveis estratégias e/ou alternativas criadas frente a estas dificuldades e, sobremaneira, os sentidos de escolarização elaborados por estes sujeitos em articulação aos seus processos de inserção profissional.

6.1.1 Os jovens da pesquisa: quem são, de onde vêm e como vivem

Dos 103 jovens que responderam ao questionário, 48 (46,6%) são do gênero masculino e 55 (53,4%) do gênero feminino. Em relação à cor/etnia, a maioria se autodeclara branca (52,4%) e parda (32,1%), seguindo-se daqueles que se autodeclararam negros (10,7%) e indígenas (1,9%). Dois jovens optaram por utilizar o campo “Outro” para especificar que se consideram “moreno” e “moreno escuro”, respectivamente (tabela 14).

Tabela 14 – Distribuição dos jovens por gênero e etnia

	Masculino	Feminino	N. etnia	% etnia
Branco	21	33	54	52,4
Pardos	17	16	33	32,1
Negros	08	03	11	10,7
Indígenas	01	01	02	1,9
Outro	-	02	02	1,9
Não respondeu	01	-	01	1,0
Total	48	55	103	100

Fonte: elaboração própria (2016).

Já no que diz respeito à idade (tabela 15), a faixa etária dos 17-18 anos corresponde a 78,6% da amostra (81 sujeitos), sendo que os jovens com 17 anos no momento da pesquisa (59 sujeitos – 57,2%) são maioria. Seguidos destes estão os jovens na faixa de 19-20 anos (13 sujeitos – 12,7%) e, por último, os mais novos, com 16 anos no momento da pesquisa (09 sujeitos – 8,7%).

Tabela 15 – Distribuição dos jovens por faixa etária

	N.	%
17 anos	59	57,2
18 anos	22	21,4
19 anos	12	11,7
16 anos	09	8,7
20 anos	01	1,0
Total	103	100

Fonte: elaboração própria (2016).

De modo geral, também se pode dizer que são jovens solteiros (97 jovens – 94,2%) e que vivem, em sua maioria, com suas famílias: 75 jovens (72,8%) vivem com os pais, 15 deles apenas com um dos pais (14,6%) e outros seis 06 (sendo cinco deles migrantes), com outros familiares, como irmãos, tios e avós (5,8%). Os demais vivem com o companheiro (05 sujeitos – 4,9%) e moram sozinhos (02 sujeitos – 1,9%).

Tabela 16 – Distribuição dos jovens por grupo familiar

	N.	%
Com os pais (ou padrastos)	75	72,8
Só com a mãe (ou madrasta)	11	10,7
Com outros familiares (irmãos, tios, avós)	06	5,8
Com o companheiro(a)	05	4,9
Só com o pai (ou padrasto)	04	3,9
Sozinho	02	1,9
Total	103	100

Fonte: elaboração própria (2016).

Em relação à renda familiar, os estratos variam de até um salário mínimo (04 famílias – 3,9%) a cinco a dez salários mínimos (16 famílias – 15,5%). Contudo, conforme pode ser observado na tabela a seguir, o estrato de renda da maioria das famílias corresponde à faixa salarial de 02 a 05 salários mínimos (49 famílias – 47,6%) e de 01 a 02 salários mínimos (25 famílias – 24,3%).

Tabela 17 – Distribuição dos jovens por renda familiar

	N.	%
De 02 a 05 salários mínimos	49	47,6
De 01 a 02 salários mínimos	25	24,3
De 05 a 10 salários mínimos	16	15,5
Até 01 salário mínimo	04	3,9
Não soube dizer	01	1,0
Não respondeu	08	7,8
Total	103	100

Fonte: elaboração própria (2016).

O que nos permite dizer que, de modo geral, o nível socioeconômico dos jovens é significativamente baixo, principalmente quando se leva em consideração o número de pessoas por grupo familiar e o fato de que 36,0% destas famílias arcam com custos de moradia (aluguel ou financiamento de casa própria), como é possível observar na tabela 18.

Tabela 18 – Distribuição dos jovens por situação da moradia e média de moradores por grupo familiar

Situação da moradia	N.	%	Média de pessoas por domicílio
Própria da família (quitada)	64	62,1	4,4
Alugada	32	31,1	4,4
Própria da família (pagando o financiamento)	05	4,9	4,0
Emprestada	02	1,9	5,0
Total	103	100	4,4

Fonte: elaboração própria (2016).

Em relação ao lugar de moradia, os jovens da pesquisa são, em sua maioria, moradores do bairro Monte Alegre (57,3% – 59 sujeitos), seguindo-se dos bairros Tabuleiro (25,3% – 26 sujeitos) e Conde Vila Verde (17,5% – 18 sujeitos). Como é possível observar na tabela 19, a maioria dos jovens também integra a população nativa⁵² de Camboriú, não havendo diferenças significativas entre o tempo de residência na cidade e o tempo de residência no bairro, exceto pelo fato de que os moradores mais recentes (menos de um ano a cinco anos) são, em sua maioria, jovens migrantes.

⁵² Para delinear a população nativa utilizamos como critério o tempo de residência na cidade e não apenas a naturalidade. Sentimos esta necessidade, pois, em alguns casos, foi possível mapear jovens que muito embora tenham nascido nas cidades de Itajaí e Balneário Camboriú, vivem em Camboriú desde que nasceram. Sendo assim, jovens nascidos em Balneário Camboriú ou Itajaí não foram considerados população nativa somente nos casos em que, analisando o tempo de residência e os eventuais percursos migratórios, foi possível indicar que estes, de fato, não moram em Camboriú desde que nasceram.

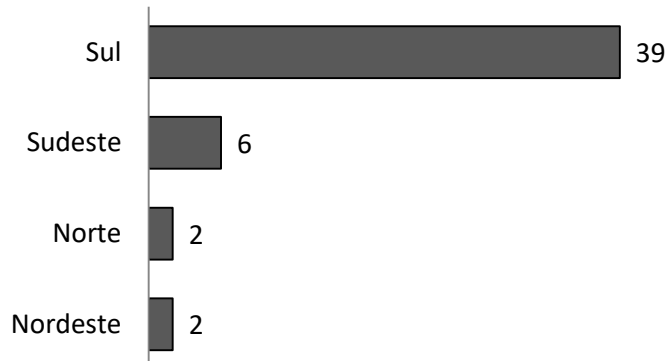
Tabela 19 – Distribuição dos jovens por tempo de residência na cidade de Camboriú e no distrito de Monte Alegre

	N		%	
População nativa	54		52,4	
População migrante	49		47,6	

Tempo de residência	Na cidade		No bairro	
	N.	%	N.	%
Desde que nasceu	52	50,5%	43	41,7%
Mais de dez anos	16	15,5%	23	22,3%
De cinco a dez anos	14	13,6%	15	14,6%
De um a cinco anos	13	12,6%	14	13,6%
Menos de um ano	06	5,8%	07	6,8%
Não respondeu	02	2,0%	01	1,0%
Total	103	100	103	100

Fonte: elaboração própria (2016).

Em relação aos fluxos migratórios, pode-se dizer que os fluxos predominantes são os internos ao próprio estado de Santa Catarina, seguindo-se daqueles com origem no estado do Paraná. No caso dos fluxos internos a Santa Catarina, entretanto, são menos frequentes cidades do Oeste catarinense, isto é, aquelas que, na processualidade histórica da litoralização do estado e na totalidade da dinâmica populacional catarinense, como vimos no capítulo 04, representam pólos de expulsão consolidados.

Figura 15 – Distribuição da população migrante por origem do fluxo migratório

Fonte: elaboração própria (2016).

Contudo, apesar de estas cidades aparecerem em menor proporção na tabulação dos dados, o que se observa, todavia, é que dentre os jovens e no contexto delimitado, os fluxos migratórios têm sua origem na mesorregião Norte do estado e, principalmente, no próprio Vale do Itajaí, especialmente cidades da hinterlândia de Blumenau, como é o caso dos jovens naturais de cidades como Rio do Sul, Ascurra e Ituporanga.

6.1.2 Da avaliação que fazem de suas condições concretas de vida

Em relação às condições concretas de vida, que procuramos identificar por meio de um conjunto de questões direcionadas à avaliação dos serviços e equipamentos de uso coletivo tanto na cidade de Camboriú como no distrito de Monte Alegre, poderíamos dizer, se levássemos em consideração estes dados apenas em sua forma mais imediata, que a avaliação dos jovens em relação aos serviços públicos do distrito é, de modo geral, razoavelmente satisfatória, visto que entre as categorias “satisfação” e “insatisfação” percebem-se, como veremos, apenas ligeiras diferenças. Entretanto, uma análise mais acurada nos leva a um cenário diametralmente oposto, constituído por expressivas relações de dependência vinculadas a outros municípios do arranjo urbano Itajaí-Balneário Camboriú.

Essas relações de dependência não se dão apenas em seu aspecto mais conhecido e ressaltado, isto é, para trabalho, mas, sobremaneira, para ter acesso a serviços e equipamentos urbanos mais especializados. No caso do arranjo em tela, os deslocamentos interurbanos realizados pelos jovens com mais frequência são aqueles com destino a Balneário Camboriú e dizem respeito, de modo mais expressivo, ao acesso à saúde e ao lazer. A aquisição de bens de consumo privado, entretanto, é realizada predominantemente no próprio Distrito de Monte Alegre, definido por boa parcela dos jovens como sendo um distrito muito “comercial”.

Tabela 20 – Estabelecimentos comerciais mais procurados

	N.	%
Do bairro/distrito de Monte Alegre	69	67,0
De Balneário Camboriú	31	30,1
Do centro de Camboriú	02	1,9
De outros bairros de Camboriú	01	1,0
Total	103	100

Fonte: elaboração própria (2016).

No que diz respeito especificamente ao atendimento de saúde, 50,5% dos jovens procura, com mais frequência, atendimento no posto de saúde do bairro onde mora, 24,3% no hospital municipal Ruth Cardoso e 18,4% no Posto de Atendimento da Barra (ambos em Balneário Camboriú). Nenhum dos jovens mencionou a Fundação Hospitalar de Camboriú.

Tabela 21 – Atendimento de saúde procurado com mais frequência

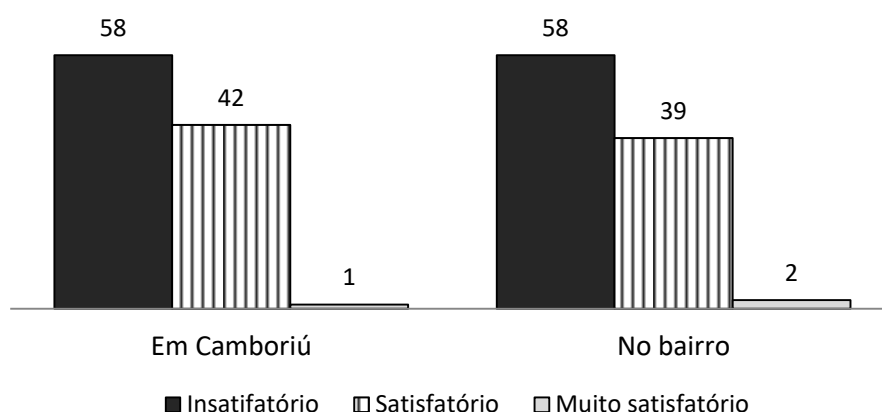
	N.	%
Posto de saúde do bairro onde mora	52	50,5
Hospital Ruth Cardoso	25	24,3
P.A da Barra	19	18,4
Posto de saúde de outros bairros	02	1,9
Hospital Marieta Konder Bornhausen	02	1,9
Plano de saúde	02	1,9
Não respondeu	01	1,0
Total	103	100

Fonte: elaboração própria (2016).

Diante desses dados, essa questão, se lida de imediato, não nos autorizaria a dizer que existem, quanto a esse item, as relações de dependência por nós mencionadas, tendo em vista que, se comparada a indicadores percebidos na década de 1990, quando 75,3% da população periférica buscava atendimento de saúde em Balneário Camboriú ou Itajaí (TESTONI, 1993), a diferença é significativa e até mesmo indicativa de uma ampliação na oferta do atendimento de saúde. Entretanto, além de o percentual de jovens que procura atendimento de saúde fora da cidade de Camboriú ser bastante significativo (46,5%), não é possível afirmar que as melhorias observadas nos últimos anos – tanto no distrito de Monte Alegre como na cidade de Camboriú em geral – tenham crescido a ponto de dizer que essa oferta é satisfatória, principalmente quando se leva em conta que os postos de saúde, assim como o próprio hospital da cidade, oferecem apenas atendimento de baixa complexidade, isto é, de atenção básica⁵³.

Nesse sentido, os atendimentos ambulatoriais de média e alta complexidade – especialmente as urgências, internações, cirurgias não-eletivas e partos – são procurados pela própria população na cidade de Balneário Camboriú, com exceção de exames e atendimentos ambulatoriais de média complexidade, que exigem comprovante de residência para serem efetivados⁵⁴.

Figura 16 – Avaliação do atendimento de saúde



Fonte: elaboração própria (2016).

Também vale dizer, levando em consideração os dados colhidos na pesquisa de campo, que tanto na cidade de Camboriú como no bairro em que moram, o atendimento de saúde é o segundo item mais mal avaliado pelos jovens (figura 16); sendo que dos 58 jovens que o avaliam como insatisfatório em Camboriú, 26 deles o procuram na cidade vizinha. Já o primeiro, corresponde à segurança pública (figura 17), cujas avaliações insatisfatórias são ligeiramente maiores em relação ao bairro em que moram. Assimilada, sem exceções, à sinônimo de policiamento, esta questão

⁵³ Por atenção básica, atendimento de baixa complexidade ou atendimento com tecnologia de baixa densidade entende-se como sendo o “[...] rol de procedimentos mais simples e baratos, capazes de atender à maior parte dos problemas comuns de saúde da comunidade” (CONASS, 2007, p. 16).

⁵⁴ Entretanto, uma estratégia para o acesso à serviços da rede de saúde de Balneário Camboriú frequentemente utilizada é a firma de declarações de residência utilizando comprovantes de terceiros (amigos, familiares, patrões, etc).

também aparece, como veremos mais adiante, como o principal ponto negativo do Distrito de Monte Alegre na perspectiva dos jovens.

Figura 17 – Avaliação da segurança pública

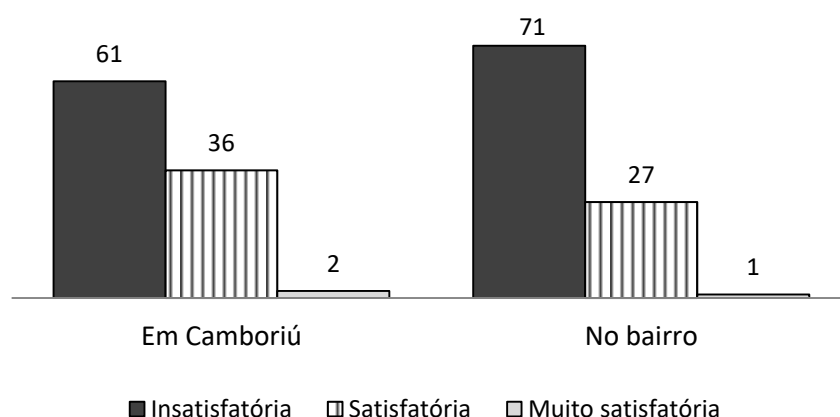
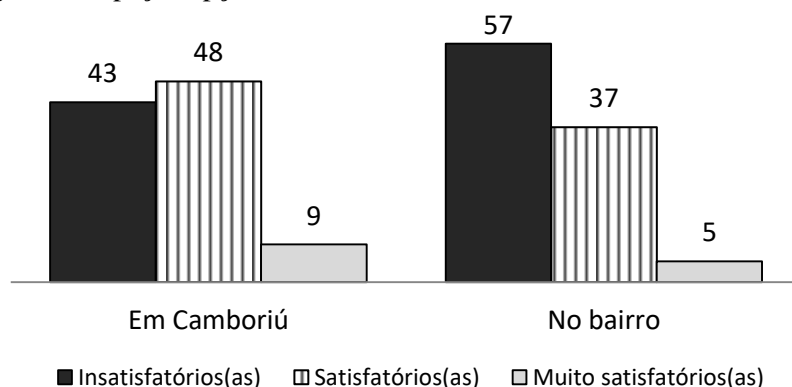


Figura 18 – Avaliação dos espaços/opções de lazer



Fonte: elaboração própria (2016).

O terceiro aspecto mais mal avaliado, por sua vez são as opções e espaços de lazer (figura 18). Embora seja, estatisticamente falando, o terceiro ponto elencado pelos jovens, as relações de dependência, se comparadas ao atendimento de saúde, são ainda maiores: 78,6% das atividades/espaços de lazer acessados pelos jovens também encontram-se fora da cidade de Camboriú (em Balneário Camboriú ou cidades próximas), 10,7% em outros espaços da cidade de Camboriú (outros bairros ou e/ou o centro) e 10,7% no próprio Distrito. Entretanto, apesar de procurarem outras cidades do entorno (Itapema e Itajaí, principalmente), as atividades e espaços de lazer localizam-se, em sua maioria, em Balneário Camboriú.

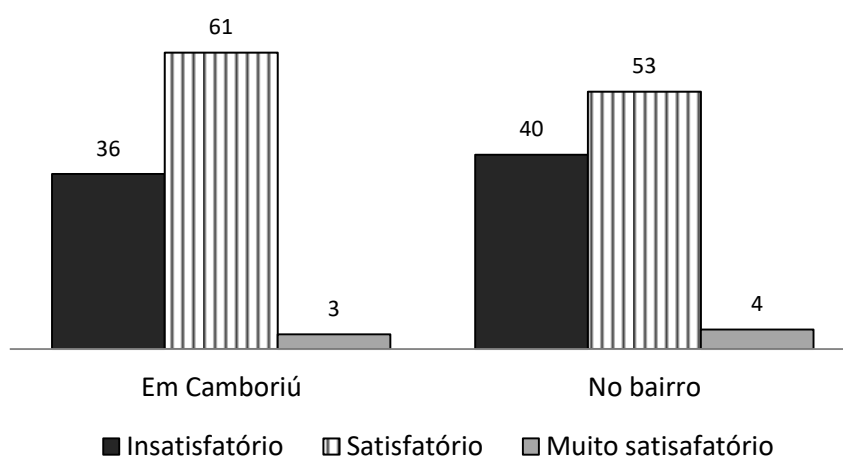
Tabela 22 – Distribuição dos jovens por localização das atividades/espaços de lazer

	N.	%
Em Balneário Camboriú	67	65,0
Em outras cidades próximas	14	13,6
No bairro/Distrito de Monte Alegre	11	10,7
Em outros bairros de Camboriú	06	5,8
No centro de Camboriú	05	4,9
	103	100

Fonte: elaboração própria (2016).

E, por fim, em que pesem os grandes problemas da cidade de Camboriú em relação à mobilidade urbana, o único item no qual as avaliações positivas prevalecem em relação às consideradas negativas, diz respeito ao transporte público, provavelmente devido à proximidade do Distrito de Monte Alegre em relação à Balneário Camboriú (figura 19). As avaliações insatisfatórias quanto a esse item, por sua vez, foram predominantemente atribuídas pelos jovens que já trabalham e utilizam o transporte coletivo como principal forma de deslocamento para o trabalho. São jovens que trabalham em Itajaí e em Balneário Camboriú, possivelmente em regiões mais distantes que não são alcançadas apenas pela viação Praiana, empresa responsável pelas linhas que circulam dentro da cidade de Camboriú e que, no caso de Balneário Camboriú e Itajaí, faz o trajeto apenas nas principais vias de escoamento das duas cidades.

Figura 19 – Avaliação do transporte coletivo



Fonte: elaboração própria (2016).

Os demais jovens, em sua maioria, trabalham no próprio Distrito de Monte Alegre (na filial de um supermercado de uma grande rede local e no atacado desta rede de supermercados, bem como, em menor proporção, em pequenos comércios locais) seguidos dos que trabalham no Balneário Camboriú Shopping que, em sua maioria, se deslocam ao trabalho de a pé ou de bicicleta, tendo em vista que o shopping se localiza a menos de um quilômetro da divisa entre as duas cidades, circunscrita pelo Distrito de Monte Alegre.

Ao fim e ao cabo, apesar de as diferenças percebidas nas avaliações serem pequenas, é possível dizer que para boa parte dos jovens que participaram da pesquisa, os equipamentos existentes na cidade de Camboriú e, sobretudo, no distrito, são insuficientes; confirmando, no que diz respeito às relações cotidianas estabelecidas entre Camboriú e Balneário Camboriú, assim, uma tendência histórica: a da dependência, objetiva de boa parte da população residente em Camboriú – em particular, a do Distrito de Monte Alegre – aos equipamentos de uso coletivo e serviços oferecidos na cidade vizinha. Na mesma direção, estes dados também nos parecem

suficientes para reiterar que o distrito de Monte Alegre, desde o início do processo de expansão urbana de Camboriú, como vimos, se definiu como um espaço segregado, isto é, como “caos planejado”. Nesse contexto, percebe-se, em um primeiro momento (do início da década de 1960 ao final dos anos 1980), não somente a negligência do Estado frente às demandas por infraestrutura social básica, mas, sobremaneira, conforme foi avançando este processo, a deteriorização do público em benefício dos setores privados representados, grosso modo, pelo mercado imobiliário.

6.1.3 Das relações que estabelecem com o distrito de Monte Alegre e a cidade de Camboriú

Uma afirmação que, já de início, consideramos pertinente destacar diz respeito à evidência de que a avaliação que os jovens fazem de suas condições concretas de vida, trazida no item anterior, não revela apenas a confirmação de uma tendência histórica no contexto delimitado, isto é, as relações de dependência objetiva aos equipamentos de uso coletivo e serviços oferecidos na cidade vizinha; mas também, que o distrito de Monte Alegre, para a maioria destes sujeitos, parece se tratar apenas de um *dormitório*. Na mesma direção, também vale dizer que, na tentativa de captar uma percepção mais imediata dos referenciais de “cidade ideal” elaborados pelos jovens, pedimos que pensassem em uma cidade que considerassem perfeita e na qual gostariam de morar, justificando suas razões para isso. De Paris por sua beleza, cidades norte-americanas por serem “lugares mais desenvolvidos” e São Paulo e Florianópolis pelas “oportunidades de emprego”, Balneário Camboriú figurou como sendo essa cidade para 38,8% dos jovens (40 sujeitos), sendo que desses, 35 são nativos de Camboriú e moram na cidade desde que nasceram.

A razão, no entanto, é deveras intrigante: Balneário Camboriú é considerada uma cidade perfeita para esses jovens justamente por que *moram nela* desde que nasceram. Em termos percentuais, isso significa dizer que, para 67,3% dos jovens nativos de Camboriú (35 de 52 sujeitos), ou as cidades de Camboriú e Balneário Camboriú (ainda) são a mesma cidade – percepção muito comum dentre os turistas⁵⁵ – ou então, de fato, os sentimentos de “pertença” e apropriação são mais contundentes em relação à cidade vizinha. Contudo, no caso dos jovens migrantes (05 jovens) que a mencionam, a tendência não se repete, exceto por um, que atesta: Balneário Camboriú lhe parece uma cidade perfeita “talvez por ser a cidade mais turística *que já morei*, entre tantas idas e vindas” (S100, grifos nossos). Quanto aos demais, as razões apontadas gravitam todas em torno de uma boa infraestrutura “muito próxima de casa”.

Daí a nossa inferência de que, além de não encontrarem, no espaço imediato, maiores possibilidades de acesso a equipamentos de uso coletivo adequados, tanto o distrito de Monte

⁵⁵ Uma das possíveis razões para isso, como propõem os historiadores locais Corrêa (1985) e Rebello (1997), deve-se à “falta de originalidade” do nome que recebeu a nova cidade, tendo em vista que ao mesmo só fora acrescentado “Balneário”, em alusão à formação geográfica daquela região.

Alegre como a cidade de Camboriú aparecem como sendo espaços representados, quase que em sua completude, como um espaço geométrico, naquele sentido explanado por Lefebvre (2000): como pontos e trajetos com significação reduzida e sob uma cotidianidade expressivamente marcada por uma rotina subsumida ao trajeto feito de casa para o trabalho e do trabalho para a casa.

Isso, entretanto, não significa dizer que os processos e experiências de segregação não estejam dados na realidade urbana de Camboriú. Partindo dessa caracterização mais geral sobre as condições concretas de vida dos jovens participantes da pesquisa, é possível dizer que expressão mais contundente da segregação socioespacial na percepção dos jovens repousa no clássico modelo centro-periferia, ou seja, assentada na percepção de que existem, na cidade, dois setores: de um lado o núcleo central e de outro, a zona periférica ao centro, nesse caso, o Distrito de Monte Alegre. Contudo, como veremos ao longo desta seção, ao examinar as relações que os mesmos estabelecem no/ao o bairro em que vivem, notamos que esta percepção é marcada por algumas particularidades.

Conforme se pode observar na tabela a seguir, 47,6% dos jovens (49 sujeitos) percebem diferenças entre o distrito de Monte Alegre e os demais bairros da cidade de Camboriú e 41,7% não percebem quaisquer diferenças, sendo que, dos 49 jovens que percebem diferenças entre o distrito de Monte Alegre e os demais bairros da cidade de Camboriú, 35 também percebem diferenças internas entre os bairros do Distrito de Monte Alegre. Quanto às diferenças internas, entretanto, apenas 14 jovens as especificaram.

Tabela 23 – Segregação socioespacial na perspectiva dos jovens

	Distrito x Camboriú	Distrito x Distrito
Percebe diferenças	49	40
Não percebe diferenças	43	51
Não responderam	11	12
Total	103	103

Fonte: elaboração própria (2016).

Chama atenção, nesse caso, o número de jovens que não responderam à questão, representados no percentual de 10,7% (11 sujeitos), um padrão que se repete, como veremos mais adiante, nas questões discursivas referentes aos pontos positivos e negativos da cidade. Se considerado isoladamente, este não é um percentual significativo em relação à totalidade dos sujeitos que participaram da pesquisa, porém, se somado ao percentual dos jovens que alegam não perceber diferenças entre o distrito de Monte Alegre e o restante da cidade, chegamos ao dado de que 52,4% dos jovens (54 sujeitos) viram-se diante de, no mínimo, certa dificuldade em avaliar a cidade. Conforme pode ser observado na tabela 24 as avaliações mais frequentes foram as negativas, tanto para o bairro como para a cidade; seguidas daquelas que aqui chamaremos de “aparentemente indiferentes”, isto é, aquelas vinculadas aos jovens que assinalaram a questão, mas não atribuíram à cidade e/ou ao distrito nem pontos negativos nem pontos positivos (ou seja, não justificaram a resposta).

Tabela 24 – Síntese das avaliações sobre o bairro e a cidade

	Bairro	Cidade	Total
Avaliações negativas	60	60	120
Avaliações positivas	37	47	84
Não atribuiu ponto positivo	60	51	111
Não atribuiu ponto negativo	43	47	90

Fonte: elaboração própria (2016).

No caso destas últimas, também é possível observar que a dificuldade em atribuir pontos positivos é ligeiramente maior em relação ao bairro (60 jovens) e, no que concerne aos pontos negativos, em relação à cidade (47 jovens). Nesse contexto, os jovens que tiveram dificuldades em negatizar a cidade são justamente aqueles que a avaliaram somente de modo positivo, enaltecendo, de modo geral, suas belezas naturais e localização estratégica. Sob a mesma lógica, os jovens que tiveram dificuldades em atribuir aspectos positivos à cidade a avaliaram, em sua maioria, somente de modo negativo (com exceção de nove jovens que lhe atribuíram características consideradas positivas).

Dito isso, consideramos importante frisar que o movimento que se evidencia não é apenas uma tendência em perceber ou expressar, de modo mais contundente, apenas a precariedade das condições de vida na periferia urbana, mas sim, a dificuldade de, imersos na vida cotidiana, avaliarem a cidade como um todo, isto é, a cidade como *totalidade social*. Como nos ensina Netto (1987), a vida cotidiana se constitui em um universo no qual se movimentam, simultaneamente, fenômenos e processos de natureza compósita, como a linguagem, o trabalho, a vida política e a vida privada. Frente a estes processos e fenômenos, o homem (ser genérico) é um “ser que dá respostas”, respostas que, por sua vez, não escapam à imediaticidade, tendo em vista que esta se trata da conduta específica da cotidianidade: a imersão na vida cotidiana mobiliza em cada homem “todas as atenções e todas as forças, mas não toda a atenção e toda a força”.

Daí que as respostas imediatas do ser social frente aos processos que nela se desenvolvem são dadas levando em conta o “[...] *somatório* dos fenômenos que comparecem em cada situação precisa”, mas, todavia, sem “considerar as *relações* que os vinculam” (NETTO, 1987, p. 67, grifos do autor). Ou seja, estas respostas são, em sua imediaticidade, apenas respostas funcionais às situações que se apresentam. O que não significa dizer, todavia, que as formulações dos jovens, forjadas na imersão à vida cotidiana, sejam irrelevantes ou descartáveis: quando indicamos esse referencial, tão somente o fazemos no intuito de chamar atenção para o fato de que, em nossa análise, a dificuldade dos jovens em avaliar a cidade como totalidade social ou, no extremo oposto, positivá-la com características que pouco ou nada correspondem à realidade concreta, repousam, justamente, na fragmentação dessa realidade.

Sendo assim, no que concerne às avaliações “aparentemente indiferentes”, arriscamos a dizer que questões deixadas em branco em um questionário também são, afinal, “respostas”. Quanto

a isso, vale dizer que os registros realizados durante a aplicação dos questionários são deveras elucidativos desta questão: no primeiro encontro realizado na escola localizada no bairro Monte Alegre, examinando o bloco referente às questões sobre o bairro e a cidade, um jovem nos questionou se não havia problema em ser “honesto” na resposta. Isso por que, na percepção dele, os pontos negativos do Monte Alegre “são tantos que é difícil saber por onde começar”. Já sobre os pontos positivos de Camboriú, verbalizou: “bah, só se eu *inventar*” (grifos nossos). Informado de que não havia quaisquer problemas em ser “honesto” na resposta, ele então concluiu: “*então é melhor eu não responder*, por que honestamente eu não sei o que eu poderia dizer de bom sobre Camboriú”⁵⁶ (grifos nossos).

Já no último encontro realizado na mesma escola, durante as orientações gerais sobre o objetivo da pesquisa, bem como a estrutura e finalidade do questionário, um dos jovens perguntou se poderia listar pontos positivos de Balneário Camboriú ao invés de Camboriú, pois “não existe ponto positivo em Camboriú, *não que a gente esteja sabendo*” (grifos nossos)⁵⁷. Do outro lado da sala, entretanto, uma jovem então emendou que “existe, sim, *cruzando a ponte*”, isto é, fazendo referência ao centro da cidade de Camboriú, cujo acesso exige atravessar a ponte sob o Rio Camboriú.

No que diz respeito às avaliações negativas, considerando o principal elemento por eles apontado (o primeiro ou, muitas vezes, o *único* apontado), podemos dividi-las, em dois grandes grupos: o dos jovens que destacam a falta de segurança pública, a criminalidade e a violência; e o dos jovens que destacam questões relacionadas à infraestrutura urbana (pavimentação, saneamento básico, etc) e o acesso ao lazer. As tabelas 25 e 26, nesse ínterim, concentram as respostas referentes a cada grupo, acrescidas dos pontos positivos que os jovens respondentes atribuíram à cidade de Camboriú em sua totalidade. Nosso objetivo, com isso, foi o de verificar se os pontos negativos indicados para o bairro também eram atribuídos à cidade como um todo.

Dos jovens do primeiro grupo, nenhum deles atribuiu os pontos negativos indicados para o Distrito de Monte Alegre à cidade de Camboriú. Pelo contrário: na maioria dos casos, os pontos positivos atribuídos à cidade são expressos em categorias com pouca similaridade àquelas atribuídas ao bairro em que moram. Este é o caso, por exemplo, de S2 e S16, duas jovens estudantes do ensino médio noturno, moradoras do bairro Tabuleiro, que mencionam a falta de policiamento como sendo o principal ponto negativo do Distrito de Monte Alegre e “pavimentação e sinalização” como pontos positivos da cidade de Camboriú.

⁵⁶ Registro pessoal da autora, em 17 de novembro de 2016.

⁵⁷ Registro pessoal da autora, em 18 de novembro de 2016.

Tabela 25 – Pontos negativos do bairro versus pontos positivos da cidade: grupo 01 – falta de policiamento, segurança e criminalidade

Ponto negativo do distrito: <i>falta de policiamento e segurança</i>	
S2	Pavimentação e sinalização
S16	Pavimentação e sinalização
S19	Calma
S10	Cidade grande, mais recursos
S18	Comércios próximos, facilidade de locomoção
S27	É bastante movimentada, com vários lugares para sair
S44	Nenhum
S48	A saúde melhorou bastante, ruas asfaltadas
S59	Muitos pontos turísticos que eu gosto de visitar
S66	Natureza
S95	Pontos turísticos
S70	Natureza
S79	Não apontou
S15	Não vejo
S35	Moradias, saúde
S45	Não apontou
S33	Pavimentação, natureza, saneamento, lazer
S61	É uma cidade... Não sei.
Ponto negativo do distrito: <i>violência, tráfico de drogas e criminalidade</i>	
S11	Tranquila
S13	Não apontou
S25	Cidade com boas opções de lazer na natureza
S39	O turismo e os empregos
S49	É uma cidade hospitaleira
S7	Tem uma bela praça, além de muito espaço para construções
S98	Perto do trabalho
S99	As pessoas unidas
S100	Os comércios
S34	Não apontou
S41	As pessoas que vivem nela
S76	É uma cidade tranquila e calma para se morar
S97	Não apontou
S93	Não apontou
S103	É uma cidade tranquila, eu gosto de morar aqui. As pessoas são humildes, se tem dinheiro, não ficam se gabando.

Fonte: elaboração própria (2016).

Dentre os jovens do grupo 02, ou seja, aqueles que identificam como principais pontos negativos do bairro questões que estão relacionadas à infraestrutura urbana (pavimentação, saneamento básico e serviços públicos) e o acesso ao lazer, obtivemos as seguintes comparações:

Tabela 26 – Pontos negativos do bairro versus pontos positivos da cidade: grupo 02 – infraestrutura urbana e acesso ao lazer

Ponto negativo do distrito: <i>infraestrutura urbana</i>	
S82	É uma cidade calma
S24	Hospitalidade
S46	Bom de viver
S36	As escolas

S14	A cidade tem de tudo a oferecer
S80	Cidade em crescimento
S29	Bem movimentada
S32	É um bom lugar para morar
S68	Tem várias pizzarias
S4	Cidade bonita e escolas boas
Ponto negativo do distrito: <i>acesso ao lazer</i>	
S21	Cidade grande e bonita
S31	É bonita
S48	Sua versatilidade
S102	É próxima de outras cidades, como Balneário Camboriú e Itajaí

Fonte: elaboração própria (2016).

Neste caso, que é o que mais nos chama a atenção, a característica positiva atribuída à cidade é exatamente o oposto da característica negativa atribuída ao bairro, como, por exemplo, assinalam S21 e S26, ambos com 17 anos, nativos de Camboriú, moradores do bairro Monte Alegre e estudantes do ensino médio noturno: para o primeiro, o principal ponto negativo é a violência e o segundo, o fato de ser um bairro feio. À cidade, no entanto, atribui a característica de ser grande e bonita. Já para S26, o principal ponto negativo é a “bandidagem”, seguido do fato de ser um bairro feio e sujo, enquanto que a cidade de Camboriú, mais especificamente o centro, é bonita. Há também os jovens que atribuem como principal ponto negativo do bairro a criminalidade, o tráfico de drogas ou a violência, mas avaliam a cidade de Camboriú, de modo geral, como sendo uma cidade “tranquila” e/ou “calma para se morar” (S11, S76).

Nesse sentido, levando em consideração as comparações realizadas pelos jovens entre o distrito de Monte Alegre e a cidade de Camboriú, o que se evidencia é a presença de um sentimento de insegurança generalizada, expresso, por seu turno, na conjunção de dois fatores: a precariedade das condições concretas de vida e os estigmas territoriais. Entretanto, como é possível inferir a partir das diferenças percebidas pelos jovens entre os bairros do distrito, esta insegurança, apesar de generalizada, ganha contornos específicos, tanto no que concerne à precariedade das condições de vida como no que diz respeito aos estigmas territoriais, como se pode observar de modo explícito na tabela a seguir.

Tabela 27 – Diferenças percebidas pelos jovens entre os bairros do Distrito

S4	O Tabuleiro é um bairro mais rico que os demais
S10	O Tabuleiro é mais calmo, seguro e bonito
S14	O Monte Alegre tem mais comércio
S15	O Conde Vila Verde é mais perigoso
S21	O Monte Alegre também é violento, mas tem ruas mais pavimentadas e a violência é maior no Conde Vila Verde.
S26	No Monte Alegre a prefeitura age mais
S33	No Monte Alegre tem mais escolas e mais recursos
S37	Há lugares mais perigosos, o Conde Vila Verde, onde moram pessoas consideradas “marginais” (grifos no questionário).
S40	A principal diferença é na segurança. De noite eu ando no Monte Alegre, mas não ando no Conde.
S41	O meu bairro [<i>Monte Alegre</i>] é o mais calmo
S44	Qualidade de vida. Quando falta água na temporada, o Conde é o que mais sofre.
S48	O Conde é o mais esquecido

S70	No Vila Verde a pobreza é maior
S90	Tabuleiro e Monte Alegre são mais seguros e por isso têm mais comércios
S97	Acho que a diferença maior é entre o Tabuleiro e o Conde. O Tabuleiro tem de tudo, além das ruas asfaltadas. O Conde têm só as ruas asfaltadas.
S99	Os recursos ficam no Monte Alegre

Fonte: elaboração própria (2016).

Observando as respostas listadas na tabela 28, consideramos que o primeiro – e mais importante – aspecto a se ressaltar consiste no fato de que, além das relações-centro periferia estabelecidas em relação à cidade de Camboriú, dentro do próprio distrito existe um “centro”, representado pelo bairro Monte Alegre. Além de objetiva e subjetivamente enunciada pelos jovens, esta contatação também é objetivamente verificável na realidade concreta: muito embora os bairros Monte Alegre e Tabuleiro apresentem praticamente as mesmas características, é o primeiro que, de fato, concentra todos os recursos (S99), recebe mais atenção da prefeitura (S26) e possui uma atividade comercial mais consolidada (S14, S90). Sendo assim, estritamente no que concerne às diferenças internas elencadas, foi possível traçar o seguinte perfil para cada um dos três bairros:

Tabela 28 – Perfil dos bairros do Distrito de Monte Alegre a partir de suas diferenciações internas, elencadas pelos jovens

Monte Alegre	Tabuleiro	Conde Vila Verde
Rico	Rico	Pobre
Seguro/Calmo	Seguro/Calmo	Perigoso/Violento
Bonito	Bonito	Neglicenciado
Pavimentado	Pavimentado	
Comercial	Comercial	

Fonte: elaboração própria (2016).

Nesse sentido, partindo da identificação de que dentro do próprio distrito há um centro, percebemos que ao caracterizá-lo com adjetivos bastante distintos, os jovens procuram criar uma relação eu/outro/nós/eles. Aparece, então, o segundo aspecto a se ressaltar: a confirmação de que certos estigmas já de longa data conhecidos (lugar violento, de pobres, de marginais, etc) difundidos pelos “de fora” e especialmente pela mídia⁵⁸, são também reproduzidos pelos “de dentro”, isto é, os jovens. Contudo, é importante dizer que, ao mesmo tempo em que reafirmam a presença da violência reforçada pelo tráfico de drogas ou mesmo reproduzem algumas designações atribuídas de modo pejorativo ao distrito; os jovens também buscam combater as imagens negativas acerca do lugar em que vivem. Evidentes nas respostas à questão sobre os pontos positivos do bairro em que moram, estas ponderações são por nós entendidas como estratégias de diferenciação – isto é, de desvio – frente aos estigmas territoriais historicamente atribuídas ao distrito de Monte Alegre.

⁵⁸Referimo-nos, aqui, principalmente ao jornal Diário do Litoral, popularmente conhecido como “Diarinho”. Trata-se de um jornal regional de ampla circulação que frequentemente se refere, nas notícias da seção policial, ao distrito pelo trocadilho “Monstro Alegre” e pelo emprego constante de gírias e termos pejorativos como “bandidinho”, “viciadinho”, “dimenor”, “baia” (casa), etc.

Tabela 29 – Pontos positivos do Distrito de Monte Alegre

S10	Calmo
S100	Amigos e família
S101	Os comércios
S103	A vizinhança no geral é calma e decente
S14	Movimentado, muitos comércios de variedades
S16	Sinalização
S18	Comércios próximos
S19	Calmo
S2	Pavimentação
S21	Comércios perto de casa
S24	Ótima vizinhança
S25	Maioria das pessoas é honesta e trabalhadora
S27	É bom para andar
S29	Vizinhança boa
S31	É calmo
S32	É um bom lugar para morar
S33	Pavimentação e saneamento
S35	Ruas, sinalização
S36	Ruas pavimentadas e as escolas
S4	Escolas boas
S41	As pessoas que vivem nele, na maioria, são boas
S45	O povo é muito trabalhador
S46	Pacificado
S49	Grande ponto de comércios
S50	Saúde, pavimentação
S51	Pessoas de bom caráter, trabalhadoras
S59	Posto de saúde
S66	Estabelecimentos próximos
S70	Estabelecimentos perto
S76	É um lugar calmo onde vive gente honesta, trabalhadora e corajosa
S80	Está crescendo também
S82	Ser calmo
S98	Perto do trabalho
S99	A honestidade das pessoas

Fonte: elaboração própria (2016).

Em outras palavras, estas falas, que procuram evidenciar o quanto o distrito é “um lugar calmo, onde vive gente *honesto, trabalhadora* e corajosa” (S76, grifos nossos) e, sobremaneira, o quanto a maioria de seus moradores são pessoas *boas, honestas* e de bom caráter (S25, S41, S45, S51), procuram “descriminalizar” o local de moradia. Para isso, evoca-se o trabalho para diferenciar as “pessoas boas” dos “bandidos”, da “vagabundagem”, dos “malacos”, afinal, em que pese o fato de o distrito ser “mal visto” por aqueles que não moram neles, “o povo é muito trabalhador” (S45). Sendo assim, o sentido do trabalho como valor moral emerge com um papel fundamental: ele “dignifica o homem” e, nesse caso, o jovem que vive na periferia.

Contudo, convém ressaltar que esta significação acerca do trabalho, como já identificado por Guimarães (2005) em suas pesquisas, não advém exclusivamente do seu significado ético/moral, mas, principalmente, de sua urgência enquanto problema, ou seja, mais como uma demanda a satisfazer do que um valor a cultivar. Afinal, como assinala a autora (idem, p. 161), o trabalho é o único elemento que, sendo um assunto de interesse para os jovens, também é considerado um “problema”, corroborando, assim, para o entendimento de que “[...] há uma consciência, muito

claramente difundida entre os jovens, da insegurança e do risco que a todos atinge, real ou potencialmente” (idem, ibidem).

Nesse íterim, entendemos que este sentido atribuído ao trabalho expressa a busca destes sujeitos tanto por sua inserção como “sujeitos produtivos” como por um status moralmente aceito. Tendo isso em conta, na próxima seção examinaremos como vêm se dando estes processos de inserção, quais as principais dificuldades enfrentadas e estratégias elaboradas, bem como, sobremaneira, os sentidos de escolarização elaborados por estes sujeitos em articulação aos seus processos de inserção profissional.

6.2 DOS PROCESSOS E TRAJETÓRIAS DE INSERÇÃO PROFISSIONAL

Como se pode observar na tabela a seguir, do total da amostra, 45,6% dos jovens estão trabalhando (47 jovens) e 54,4% (56 sujeitos) não exercem, no momento, qualquer atividade remunerada. Deste último grupo, 25,2% estão à procura do primeiro emprego (26 sujeitos), 24,2% já trabalharam, mas estão desempregados (25 sujeitos) e 5,0% apenas estudam, isto é, nunca trabalharam e não procuram o primeiro emprego (05 sujeitos).

Tabela 30 – Distribuição dos jovens por situação laboral

Situação laboral	N.	%
Trabalhando	47	45,6
À procura do primeiro emprego	26	25,2
Desempregados	25	24,2
Nunca trabalhou e não procura emprego	05	5,0
Total	103	100

Fonte: elaboração própria (2016).

No que concerne aos jovens trabalhadores, além de a maioria estar no primeiro emprego (55,3% - 26 sujeitos), 76,6% deles (36 sujeitos) também ajudam no sustento da família, sendo predominantes na amostra os jovens assalariados com carteira assinada. São jovens que, em sua maioria, trabalham nas cidades de Camboriú (44,7%), Balneário Camboriú (38,3%) e Itajaí (10,6%). No que diz respeito à remuneração, esta não ultrapassa a faixa de 02 a 05 salários mínimos. Estes, no entanto, são minoria: se somados os percentuais atinentes às faixas salariais preponderantes (tabela 31), temos que 78,8% dos jovens (37 sujeitos) sobrevive com, no máximo, dois salários mínimos.

Tabela 31 – Distribuição dos jovens por tipo de vínculo empregatício e remuneração atual

Tipo de vínculo	N.	%
Assalariado com carteira assinada	31	66,0
Bolsista de trabalho ou estudo	06	12,8
Assalariado sem carteira assinada	05	10,6
Informal e/ou comissionados	03	6,4
Negócio familiar	01	2,1
Não respondeu	01	2,1
Total	47	100

Remuneração	N.	%
De 01 a 02 salários mínimos	20	42,6
Até 01 salário mínimo	17	36,2
De 02 a 05 salários mínimos	07	14,9
Não respondeu	03	6,4
Total	47	100

Fonte: elaboração própria (2016).

Nesse contexto, é importante sublinhar que, apesar de a maioria dos postos de emprego ser com carteira assinada e, no que concerne às trajetórias dos jovens que atualmente trabalham, ter havido um recuo nas ocupações informais (tabela 32); outros 49,4% dos jovens da amostra não exercem qualquer atividade remunerada no momento, isto é, estão a procura do primeiro emprego (25,2%) ou já trabalharam, mas no momento estão desempregados (24,2%).

Tabela 32 – Distribuição dos jovens por tipo de vínculo empregatício atual e anterior

Tipo de vincula	Atual	Anterior
Assalariado com carteira assinada	31	23
Bolsista de trabalho ou estudo	06	02
Assalariado sem carteira assinada	05	21
Informal e/ou comissionados	05	07
Negócio familiar	01	01
Não respondeu	01	-

Fonte: elaboração própria (2016).

No que diz respeito aos jovens desempregados em particular, nota-se que as experiências profissionais prévias deste grupo, se comparadas aos percursos dos jovens que estão trabalhando no momento, são ligeiramente maiores: enquanto a média é de um a, no máximo, três empregos para os jovens que atualmente trabalham; no grupo dos desempregados, há jovens que já tiveram até cinco empregos antes dos 18 anos (tabela 33).

Tabela 33 – Distribuição dos jovens por número de experiências profissionais prévias

Experiências	Situação laboral	
	Trabalhando	Desempregados
De 01 a 02 empregos	10	11
De 03 a 05 empregos	09	03
Não apontou	08	04

Fonte: elaboração própria (2016).

Na mesma direção, o que também se pode observar é que, mesmo nos casos em que houve pelo menos um vínculo de emprego com registro na carteira de trabalho, a predominância de experiências prévias informais é ligeiramente maior em relação aquela percebida dentre os jovens que no momento estão trabalhando. Em outras palavras, os jovens desempregados, no contexto da pesquisa, são jovens que, apesar de terem experiências profissionais acumuladas, enfrentam dificuldades para encontrar um novo emprego, chegando a ultrapassar um período de mais de doze meses desempregados. O que em certa medida questiona – ao menos no caso dos jovens – o

discurso localmente difundido quanto à abundância de emprego, inferência que pode ser ratificada pelos dados acerca da procura pelo primeiro emprego.

Como é possível observar na tabela 34, com exceção dos que não especificaram as formas pelas quais conseguiram o primeiro emprego, 66,7% dos jovens (48 sujeitos) o fizeram por meio de redes de apoio, isto é: com a ajuda dos pais e/ou amigos (38,9% – 28 sujeitos), por meio da indicação de terceiros (27,8% – 20 sujeitos) ou via extensão universitária (4,2% – 03 sujeitos). Apenas 26,4% (19 jovens), nesse caso, conseguiram seu primeiro emprego por meio de estratégias individuais.

Tabela 34 – Como conseguiu o primeiro emprego

	N.	%
Com a ajuda dos pais e/ou amigos	28	38,9
Indicação de terceiros	20	27,8
Sozinho/saiu procurando	15	20,8
Em anúncios de jornal	04	5,6
Via extensão universitária	03	4,2
Outra forma não especificada	01	1,4
Não respondeu	01	1,4
Total	72	100

Fonte: elaboração própria (2016).

Dado esse ponto e situado o quadro mais geral do perfil e dos processos de inserção destes jovens, o que se percebe é que, em que pese o fato de a maioria dos jovens investigados estar trabalhando no momento, seus percursos laborais, todavia, têm como marca a precarização das condições de trabalho e as incertezas quanto ao futuro. Na mesma direção, observando os dados do bloco de questões referentes às atividades laborais em seu conjunto, verifica-se a coexistência de dois perfis de trajetórias: o primeiro, caracterizado por postos de trabalho com jornadas diárias mais longas e atividades inerentes à função que exigem mais força física, porém, com um tempo de pausa maior (entre 1h a 2h) e o segundo, caracterizado por postos de trabalho com jornadas diárias mais curtas, com tempo de pausa menor (no máximo trinta minutos) e com atividades que, muito embora pouco exijam força física, muito exigem em termos de habilidades psico-cognitivas.

Tabela 35 – Distribuição dos jovens por jornada de trabalho (horas e dias)

Em horas		%
Entre 6h30 e 12h	27	57,4
Entre 4h e 6h	20	42,6
Em dias		%
Mais de 04 dias	42	89,4
De 01 a 04 dias	03	6,3
Não respondeu	02	4,3

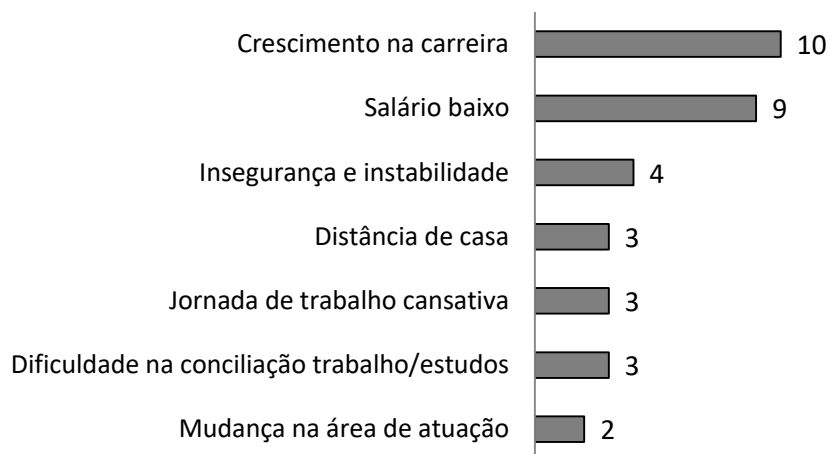
Fonte: elaboração própria (2016).

Tabela 36 – Distribuição dos jovens por jornada de trabalho: tempos de pausa e hora extra

Tempo de pausa		%
De 1h a 1h30	20	42,5
Não fazem pausa	08	17,0
De 10 a 20 minutos	07	14,9
30 minutos	06	12,8
2 horas	04	8,5
Não responderam	02	4,3
Frequência da hora-extra		%
De vez em quando	22	46,8
Nunca	15	32,0
Quase sempre	05	10,6
Não respondeu	05	10,6

Fonte: elaboração própria (2016).

A coexistência de dois perfis distintos também se manifesta que concerne aos programas de incentivo à produtividade, que não parecem ser tendência predominante e cujo panorama aparece como sendo significativamente dividido: dos 47 jovens trabalhando no momento, 24 atestam que esses programas existem nas empresas em que trabalham e outros 23 indicam que não. Do primeiro grupo, apenas seis jovens nunca foram beneficiados pelas estratégias vinculadas a esses programas, sendo que os demais 18 jovens, sim. No que concerne aos sentimentos de incerteza e insegurança, estes ficam evidentes quando se analisam as questões referentes ao grau de satisfação no emprego atual (no caso dos jovens que estão trabalhando).

Figura 20 – Motivos de insatisfação quanto ao emprego atual

Fonte: elaboração própria (2016).

Quando questionados se estavam satisfeitos com o atual emprego, apenas 13 jovens alegaram que sim. Os demais 34 jovens assinalaram um ou mais motivos de insatisfação (figura 19), sendo que destes, todos estão à procura de um novo emprego: 25 no setor de serviços, 06 no serviço público e 03 na indústria (ramo não especificado). Os motivos elencados, por sua vez, vão

do desejo a crescer na carreira e os baixos salários percebidos à insegurança, instabilidade, bem como jornadas diárias cansativas.

Ou seja, o fato de estarem inseridos no mercado de trabalho, além de nem sempre significar estabilidade, ao que tudo indica, também nem sempre implica satisfação. Tendo em conta os dados até aqui apresentados, é possível definir quatro principais itinerários constitutivos das trajetórias de inserção profissional dos jovens investigados, considerando, articuladamente, suas trajetórias escolares e laborais. São eles:

- 1) Jovens que conciliam os estudos ao trabalho, com contratos de trabalho predominantemente formais e que vivem com a família de origem.
- 2) Jovens que no momento procuram o primeiro emprego e vivem com a família de origem.
- 3) Jovens que possuem experiências prévias de trabalho, mas no momento estão desempregados e vivem com a família de origem.
- 4) Jovens que nunca tiveram qualquer experiência de trabalho, não procuram emprego no momento e vivem com a família de origem.

Muito embora estes itinerários sejam evidentes já na tabulação dos dados (cf. tabelas 30-31), especificá-los, assim analisamos, é de fundamental importância para explicitar o que aqui entendemos como uma “desfiliação” do perfil de jovem estudante; indicativa, no contexto analisado, de que os processos de inserção profissional não seguem a clássica lógica linear definida pela tríade passagem pelo sistema de ensino/conclusão dos estudos, procura e obtenção do primeiro emprego e estabilização no mercado de trabalho, tendo em vista que são minoria os jovens que apenas estudam e/ou nunca tiveram quaisquer vínculos com o mercado formal e informal de trabalho. Nesse contexto, nem mesmo a significativa presença de jovens a procura do primeiro emprego é suficiente para afirmar o contrário, tendo em vista que, destes, 27 sujeitos – isto é 57,4% deste grupo – já tiveram experiências prévias de trabalho que, por terem sido informais e/ou vinculadas a negócios familiares, não são por eles consideradas como “emprego”.

Dado esse ponto, vale dizer que, quando se concilia trabalho a estudos, condição de 45,6% dos jovens (47 sujeitos) que participaram da pesquisa, uma das situações prevalece. No caso dos jovens por nós investigados, de certa forma e em que pesem os sacrifícios envolvidos, prevalecem os estudos. Na tabela 37, a seguir, é possível observar que, aparentemente, aqueles que jamais pensaram na possibilidade de abandonar os estudos são maioria, perfazendo o percentual de 57,3% (59 sujeitos), seguidos daqueles que já pensaram em fazê-lo, mas não desistiram (35,9% - 37 sujeitos).

Tabela 37 – Distribuição dos jovens segundo o histórico/possibilidade de evasão escolar

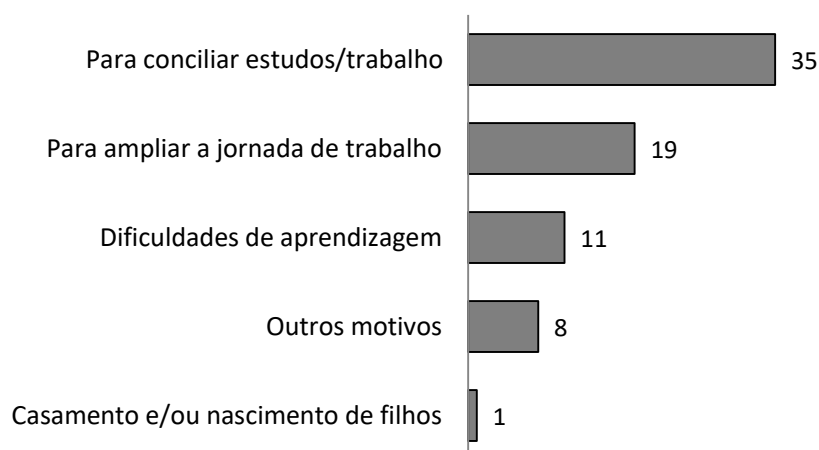
Em momentos anteriores da trajetória escolar	N.	%
Nunca pensou em abandonar os estudos	59	57,3
Já pensou em abandonar os estudos, mas não desistiu	37	35,9
Já pensou em abandonar os estudos e desistiu	03	2,9
Não respondeu	04	3,9
Total	103	100

Atualmente	N.	%
Não	66	64,1
De vez em quando	30	29,1
Com muita frequência	04	3,9
Não respondeu	03	2,9
Total	103	100

Fonte: elaboração própria (2016).

Estes percentuais que acabamos de descrever se referem a momentos anteriores de suas trajetórias escolares, porém, o mesmo se observa em relação ao atual momento de vida dos jovens pesquisados: atualmente, 64,1% (66 sujeitos) não pensa em desistir dos estudos, 29,1% (30 sujeitos) pensa nessa possibilidade de vez em quando e 3,9% (04 sujeitos) o faz com muita frequência. Contudo, em que pese o fato de, em termos quantitativos, atualmente a maioria dos jovens não pensar em abandonar os estudos; se somados os percentuais observados acerca dos pensamentos de abandono escolar tanto em momentos anteriores de suas trajetórias como na atualidade – incluindo-se, aqui, aqueles que de fato interromperam os estudos em algum ponto de suas trajetórias – temos que 74 jovens, isto é, 71,8% da amostra, já se viram diante desta “escolha”.

Figura 21 – Razões mais fortes atribuídas à possibilidade de desistir dos estudos



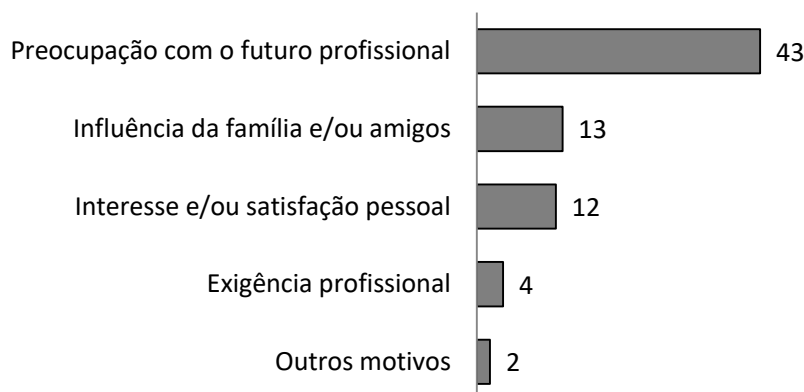
Fonte: elaboração própria (2016).

Nesse sentido, levando em consideração as razões para desistência indicadas por estes sujeitos, o que se constata é que, se para a maioria dos jovens permanecer estudando parece ser o caminho para uma vida melhor, esta permanência, entretanto, vive sob risco quando se acumula a condição de trabalhador, como se pode observar na figura 21, onde estão elencados os motivos pelos quais os jovens cogitaram ou vem cogitando (de vez em quando ou com muita frequência) abandonar os estudos: em primeiro lugar, verifica-se a dificuldade em conciliar os estudos com o trabalho (47,3%), seguindo-se das intenções/necessidade em ampliar a jornada de trabalho (25,7%),

das dificuldades de aprendizagem (14,9%), outros motivos (10,8%)⁵⁹ e, por fim, o casamento e/ou nascimento de filho (1,4%). Se somarmos o total de respostas atribuídas às dificuldades de aprendizagem àquelas atribuídas a “outros motivos”, verifica-se que 27,5% dos jovens sinalizam razões vinculadas a fatores intraescolares, como o mau relacionamento com professores, o desinteresse por aulas somente expositivas e o excesso de conteúdos para os quais não percebem nenhum sentido ou relação com a realidade. Ou seja, questões que transitam na seara didático-metodológica e que indicam que a escola, para esses jovens, é, sobremaneira, cansativa.

Na mesma direção, ao mesmo tempo em que quase a metade das razões de desistência gravitam em torno da dificuldade em conciliar os estudos ao trabalho e vice-versa (ou mais da metade, se considerarmos as intenções em ampliar a jornada de trabalho), as razões mais fortes vinculadas à continuidade dos estudos também se mantêm em torno deste universo (figura 22): 58,1% dos jovens (43 sujeitos) não desiste e/ou não desistiu de estudar por preocupação com o futuro profissional, o que, como veremos, se articula diretamente à importância atribuída à escola para a maioria dos sujeitos, mesmo aqueles que não apontaram razões diretamente vinculadas ao trabalho no que tange as razões para desistência.

Figura 22 – Razões mais fortes vinculadas à continuidade dos estudos



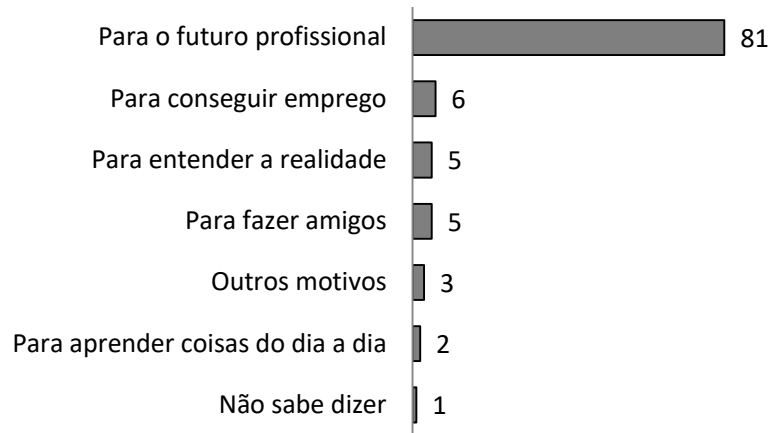
Fonte: elaboração própria (2016).

Como também indica a figura 21, é possível notar que os jovens contam, ainda, com redes de apoio no que concerne à permanência na escola, geralmente a família e os amigos (17,6%), bem como permanecem estudando por uma questão de interesse e/ou satisfação pessoal (16,2%). Entretanto, a preocupação com o futuro profissional, muito embora não seja a única razão para a permanência dos jovens na escola, é a predominante. Especificamente no que concerne à importância da escola, nota-se, dentre os 103 jovens que participaram do estudo, uma densa

⁵⁹ Cansaço (02 sujeitos), não gostar de estudar (02 sujeitos), problemas familiares (02 sujeitos), a escola é um tédio (02 sujeitos) e professores ruins (01 sujeito).

preocupação que relaciona formação/qualificação à inserção/futuro profissional, conforme indica o gráfico a seguir:

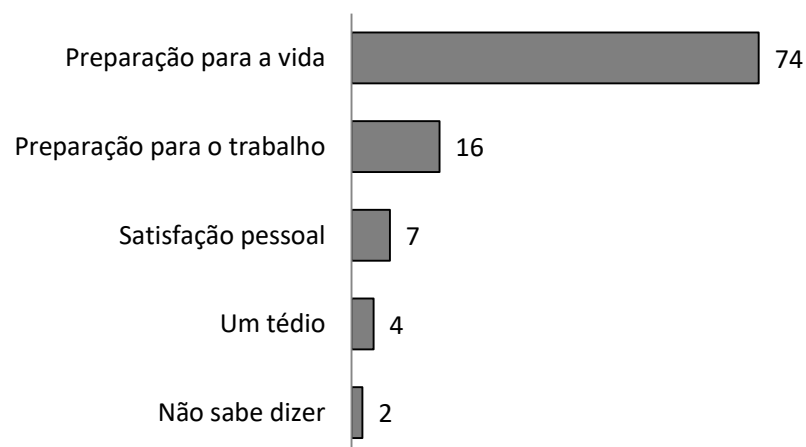
Figura 23 – Importância atribuída à escola



Fonte: elaboração própria (2016).

Na mesma direção, se a importância predominantemente atribuída à escola foi para o futuro profissional, esperávamos que em relação aos sentidos atribuídos ao estudo, a alternativa “preparação para o trabalho” também fosse predominante. Entretanto, apesar de ter sido a alternativa assinalada por 15,5% dos jovens (16 sujeitos), sua expressividade, se comparada às demais alternativas em seu conjunto, é pouco significativa: excetuando-se aqueles que indicaram não saber o que responder diante dessa questão (1,9% - 02 sujeitos), para 71,8% dos jovens (74 sujeitos), os estudos são uma preparação para a vida, seguidos daqueles que veem no ato de estudar uma satisfação pessoal (6,8% - 07 jovens) ou mesmo, um tédio (figura 24).

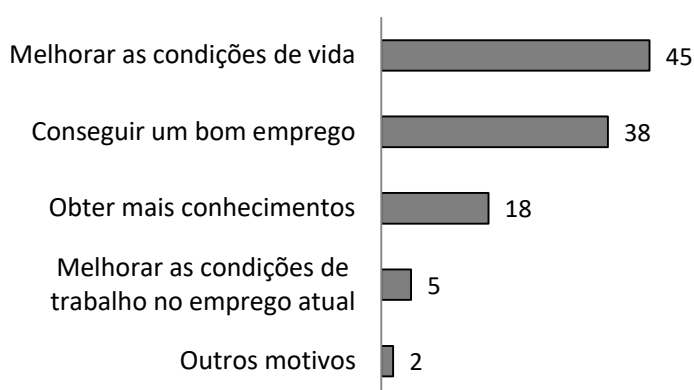
Figura 24 – Sentidos atribuídos ao ato de estudar



Fonte: elaboração própria (2016).

Fica evidente, nessa questão, o papel de “transição” que o ato de estudar e a permanência na escola representa para a maioria dos jovens pesquisados, muito embora não se possa dizer que, na realidade concreta, este se trate, efetivamente, de um processo de transição, visto que, como já indicamos, 69,8% dos jovens (72 sujeitos) atualmente possui ou já teve vínculos com o mercado de trabalho (formal e informal). Nesse sentido, é importante ressaltar que a significação predominante quanto às motivações vinculadas à conclusão dos estudos também está diretamente articulada ao futuro profissional. Analisando essa questão em relação à totalidade da amostra, temos que os fatores predominantes são, em sua maioria, relacionados ao mercado de trabalho:

Figura 25 – Motivações mais fortes vinculadas à conclusão dos estudos



Fonte: elaboração própria (2016).

Isso também fica evidente na questão relacionada às aspirações quanto ao Ensino Superior. Desse cenário, somando as alternativas que se relacionam explicitamente ao universo profissional, temos que estas ultrapassam, ainda que ligeiramente, o desejo de aprofundar conhecimentos em uma determinada área de interesse: as alternativas “para ter mais estabilidade no mercado de trabalho”, “melhorar as condições de trabalho” e “conseguir um emprego melhor”, se somadas, nos indicam 54,3% das intenções juvenis (56 sujeitos) em relação ao ensino superior. Contudo, se partirmos da compreensão de que mesmo a alternativa de aprofundar conhecimentos sobre a profissão está vinculada ao trabalho e considerando que nenhuma alternativa diferente foi apontada pelos jovens (ainda que houvesse espaço para tal apontamento no questionário⁶⁰), o que se pode inferir é que as razões para cursar o ensino superior estão todas relacionadas ao universo profissional.

⁶⁰ O campo “outros motivos” foi utilizado para mencionar razões também relacionadas, em sua maioria, ao universo profissional: conseguir um emprego melhor e dar orgulho aos pais (01 sujeito), satisfação pessoal (01 sujeito) e afinidade com a profissão – Pedagogia (01 sujeito).

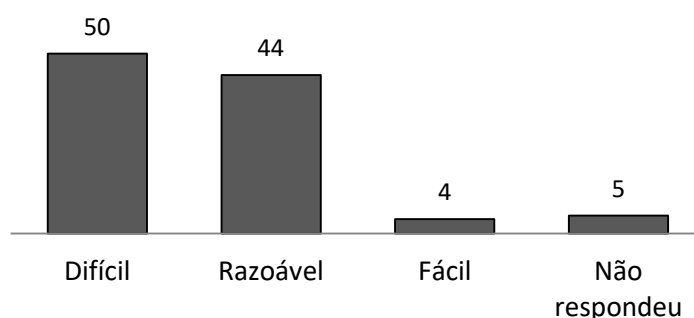
Tabela 38 – Distribuição dos jovens de acordo com as representações atribuídas ao ensino superior⁶¹

	N.	%
Aprofundar conhecimentos sobre a profissão	39	37,8
Ter mais estabilidade no mercado de trabalho	27	26,2
Melhorar as condições de trabalho	16	15,5
Conseguir um emprego melhor	13	12,6
Outros motivos	03	3,0
Não responderam	05	4,9

Fonte: elaboração própria (2016).

Tendo isso em conta e as questões analisadas até aqui em seu conjunto, é possível dizer que muito embora não o façam explicitamente em todos os casos, o grau de escolarização, para os jovens do cenário em tela, apresenta-se como pressuposto para a empregabilidade e a permanência na escola, consequentemente, como forma de assegurar uma espécie de diferencial competitivo, por mais difícil e sofrível que seja conciliar os estudos ao trabalho. A tendência, nesse sentido, é de que a escolaridade também adquira fortes contornos como fator de proteção – ou mesmo de superação – ao desemprego, consolidando-se, assim, como um valor a ser perseguido pelos jovens, cumprindo uma função ideológica e reguladora. Entretanto, no caso dos jovens de nossa pesquisa, este “diferencial competitivo” defronta-se com certos limites materiais, isto é, com as possibilidades concretas de inserção no mercado de trabalho, em particular, o mercado de trabalho regional. Senão, vejamos.

A figura 26, a seguir, demonstra, na avaliação dos jovens, qual o grau de dificuldade para encontrar emprego na região. Em termos percentuais, 48,5% dos jovens avaliam como difícil encontrar um emprego na região, 42,7% como razoável e 3,9% como fácil. Cinco jovens não responderam à questão (4,9%).

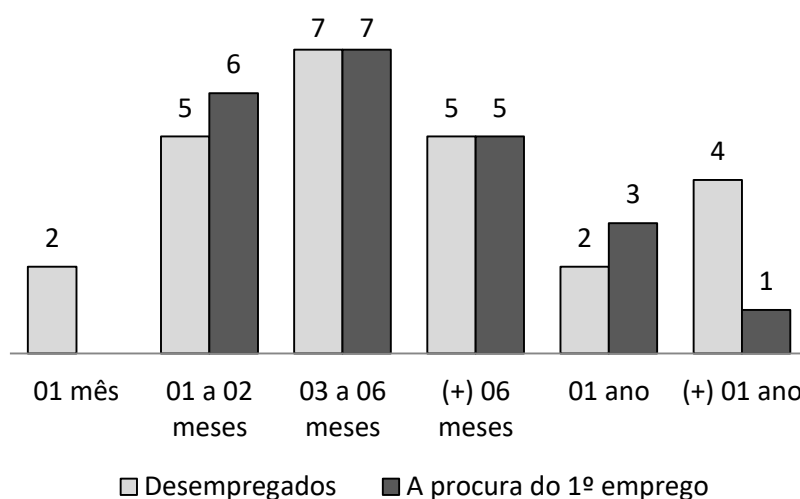
Figura 26 – Grau de dificuldade para encontrar emprego na região

Fonte: elaboração própria (2016).

⁶¹ A questão era direcionada aos jovens que fariam vestibulares e/ou ENEM. Contudo, jovens indecisos ou mesmo jovens que não pretendem prestar exames de admissão no ensino superior responderam à questão, com exceção de cinco. As alternativas assinaladas por estes jovens – tanto os indecisos como os que decidiram não prestar exames – assim interpretamos, indicam as representações que estes fazem de ensino superior. Outra possibilidade é a de que a decisão de não prestar vestibular ou ENEM não seja uma correspondência direta à ausência de planos atinentes ao ingresso no ensino superior, mas sim, de fazê-lo por meio de outras formas, como os seletivos especiais e seleções por histórico escolar comuns nas universidades privadas da região. Por essas razões, consideramos a totalidade de respondentes da questão e não apenas aquelas respostas vinculadas aos jovens que farão vestibular ou ENEM.

No bojo das avaliações que gravitam em torno de “difícil” e “razoável”, temos então 94 jovens (91,3%), sendo que desses, 41 estão trabalhando, 26 estão a procura do primeiro emprego, 23 estão desempregados e 04 nunca trabalharam, mas não procuram emprego; o que nos permite inferir que as limitações do mercado de trabalho regional são sentidas e observadas mesmo pelos jovens que atualmente estão trabalhando. Quanto a essas limitações, a figura 27 demonstra há quanto tempo os jovens desempregados e à procura do primeiro emprego procuram (re)inserção no mercado de trabalho. Nele observamos que, muito embora haja, entre os jovens desempregados e aqueles à procura do primeiro emprego, apenas uma ligeira diferença quanto ao tempo de espera para a (re)inserção, este é maior para os que procuram o primeiro emprego.

Figura 27 – Distribuição dos jovens por tempo de espera para (re)inserção no mercado de trabalho



Fonte: elaboração própria (2016).

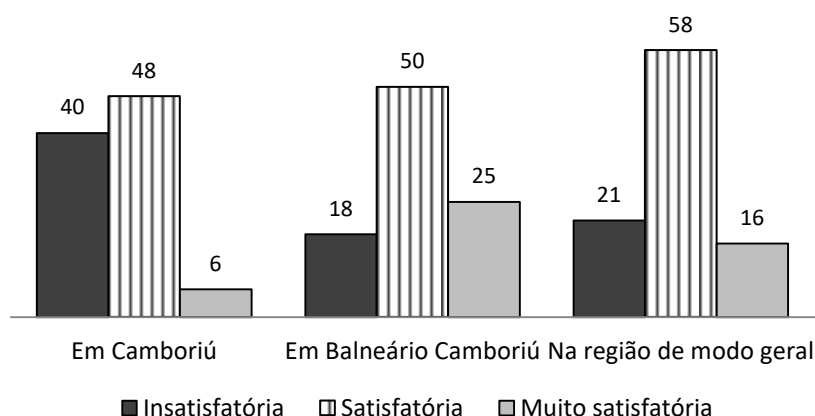
Além disso, chama atenção o fato de que todos os jovens – estejam eles desempregados ou à procura do primeiro emprego – que avaliam o grau de dificuldade para encontrar emprego na região como difícil ou razoável procuram (re)inserção no setor de serviços. Daí que podemos fazer algumas inferências: a primeira, consiste na observação de que mesmo tendo contado com ajuda para conseguir o primeiro emprego, a dificuldade de inserção é, de fato, significativa na região, tendo em vista que o tempo de espera para esse grupo pode variar de 01 a 02 meses até mais de um ano. O que pode ter consequências nefastas, considerando-se que o perfil dos jovens trabalhadores indica, em sua maioria, que os mesmos costumam ajudar no sustento de suas famílias.

A segunda, levando em consideração o tempo de espera observado para ambos os grupos, corresponde ao fato de que o setor de serviços, apesar do aumento na criação de postos formais de trabalho na região litorânea, não os absorve tão facilmente. No caso em tela, isso significa dizer que, se de um lado Balneário Camboriú – no extremo oposto à Camboriú, como indicamos na introdução – vem se destacando por ser uma das cidades litorâneas que mais criaram postos formais

de trabalho no estado; de outro, também parece haver uma dificuldade de absorção do setor em relação aos mais jovens.

Na mesma direção, como é possível observar na figura 28, sobre a avaliação da oferta de trabalho na região, nos deparamos com uma contradição. Se na questão anterior os jovens em sua maioria avaliaram o grau de dificuldade para conseguir emprego na região como sendo difícil ou razoável, temos que para a maioria dos jovens essa oferta é avaliada como satisfatória e, em alguns casos, até mesmo como *muito satisfatória*.

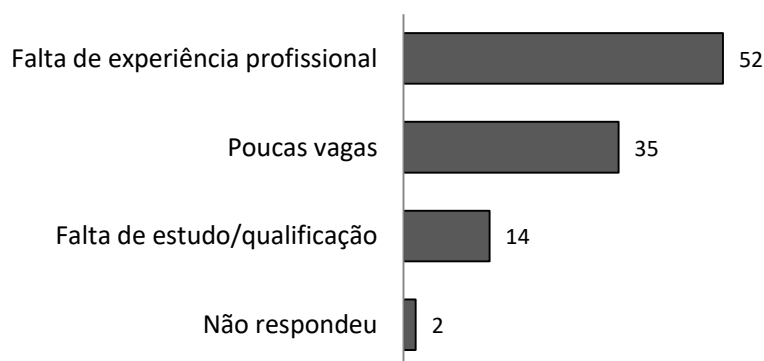
Figura 28 – Avaliação da oferta de trabalho no mercado regional



Fonte: elaboração própria (2016).

Nesse contexto, apesar de avaliarem a oferta de trabalho na região de modo positivo, 50,5% dos jovens (52 sujeitos) atestam que a maior dificuldade para encontrar emprego na região é a falta de experiência e 34,0% (35 sujeitos) acreditam que isso se deva às poucas vagas disponíveis no mercado de trabalho. Nesse sentido, é importante indicar que, muito embora apenas 13,6% dos jovens (14 sujeitos) considere a falta de estudo e/ou qualificação como sendo uma dificuldade para conseguir emprego, 88,3% dos jovens (91 sujeitos) consideram os cursos técnicos e complementares como estratégias que potencializam as oportunidades de obtê-lo.

Figura 29 – Maior dificuldade para encontrar emprego na região



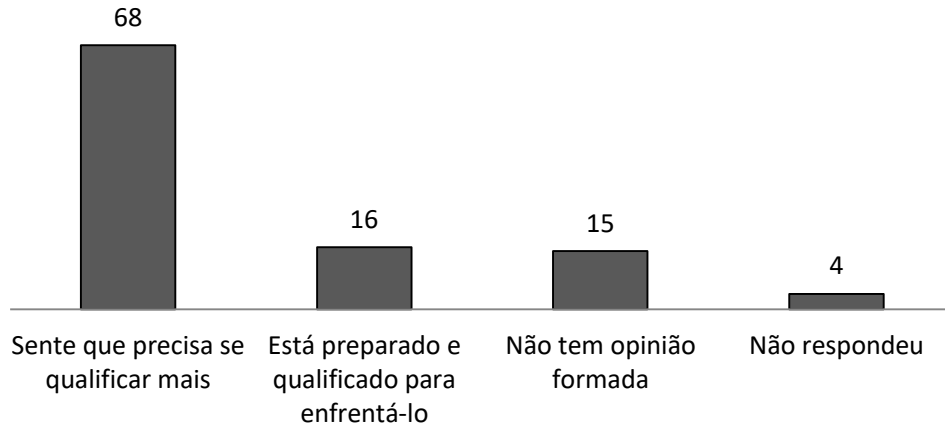
Fonte: elaboração própria (2016).

Diante desse dado, a questão que se coloca, entretanto, é a seguinte: como explicar a aparente discrepância entre a avaliação que fazem da oferta de trabalho na região de modo geral e as dificuldades que os jovens nos apontam? Quanto a isso, as opiniões que os jovens fazem dos cursos técnicos e complementares em articulação às maiores dificuldades de inserção por eles sentidas já nos indicam o caminho até essa resposta. Contudo, esta não pode ser oferecida de modo adequado sem considerarmos como estes jovens se sentem diante do mercado, isto é, se qualificados ou não para enfrentá-lo: foram justamente as respostas a essa questão que nos possibilitaram identificar e estabelecer uma relação entre a (contraditória) avaliação positiva da oferta de trabalho nos cenários solicitados e a qualificação como forma e, ao mesmo tempo, empecilho para o acesso a esta suposta oferta. Em outras palavras, apesar de a qualificação ser a menos expressiva dificuldade apontada pelos jovens, analisamos que esta relação esteja escamoteada nas respostas, isto é, ilegível se desarticulada dessas e outras questões. Senão, vejamos.

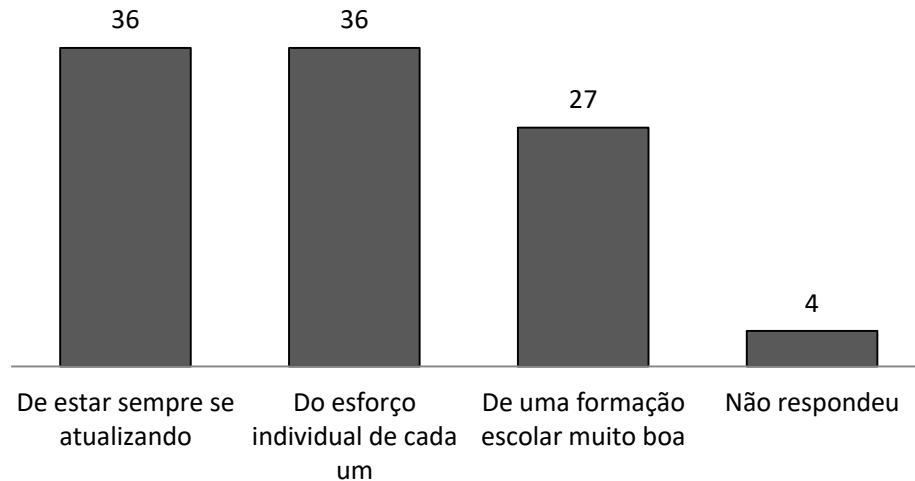
Quando questionados se sentiam-se preparados para enfrentar o mercado de trabalho, apenas 15,5% dos jovens (16 sujeitos) avaliaram que sim, sendo que outros 14,6% (15 sujeitos) alegam não ter opinião formada a respeito. Excluindo-se aqueles que não responderam à questão, temos então que 66,0% dos jovens (68 sujeitos) não se sente preparada para tal, justamente por considerarem que precisam se qualificar mais (figura 30). Na mesma direção, quando questionados sobre os fatores que determinam uma boa inserção profissional (figura 31), 35,0% dos jovens (36 sujeitos) acredita que isso se deve à formação continuada constante – isto é, estar sempre “se atualizando” – bem como ao esforço individual, que aparece exatamente na mesma proporção (35,0%). Outros 26,2% (27 sujeitos) atribuem ao sucesso da inserção profissional uma boa formação escolar.

Sendo assim, considerando que 88,3% dos jovens (91 sujeitos) também atesta que cursos técnicos e/ou complementares aumentam as chances de emprego, sendo que destes, 73,8% (76 sujeitos) pretendem cursá-los; o que desponta no cenário da pesquisa, em nossa análise, são sinais contundentes de endosso ao discurso da qualificação e, conseqüentemente, ao discurso da empregabilidade: afinal, se as vagas são poucas, é preciso tornar-se, portanto, “empregável” a elas e, se a falta de experiência pesa negativamente no currículo, talvez possa, então, ser compensada pela qualificação.

Endosso este que, por sua vez, vem acompanhado de uma tensão latente entre a idealização do mercado de trabalho (da região e particularmente de Balneário Camboriú) e as dificuldades concretas de inserção (a falta de experiência e as poucas vagas). Em outras palavras, isso significa dizer que, muito embora poucos jovens atribuam à (falta de) qualificação uma dificuldade de inserção profissional, ela atravessa o imaginário juvenil.

Figura 30 – Autoavaliação diante do mercado de trabalho

Fonte: elaboração própria (2016).

Figura 31 – Avaliação dos jovens acerca dos fatores que determinam uma boa inserção profissional

Fonte: elaboração própria (2016).

O que, assim analisamos, nos indica dois movimentos: 1) que ao priorizarem em suas respostas as dificuldades, por assim dizer, mais concretas no que tange à realidade estrutural e às exigências do mercado, os jovens parecem estar mais ou menos conscientes dessa realidade e que 2) apesar de estarem mais ou menos conscientes dessa realidade, uma consciência mais imediata atribui à qualificação o status de alternativa para superá-la.

Ao fim e ao cabo, é possível dizer que, de modo geral, os jovens atribuem à escola um papel importante para o futuro profissional e, em sua maioria, compreendem o ato de estudar como sendo uma preparação para a vida. Contudo, se de um lado a importância da escola está, para boa parte dos jovens, diretamente vinculada ao futuro profissional; de outro, cabe-nos apreender, especificamente, em que medida: em que pese o fato de, como já vimos, 26,2% dos jovens considerar que uma inserção profissional bem sucedida depende de uma formação escolar muito boa, se somados os percentuais atinentes ao esforço individual e à formação continuada/constante atualização, tem-se que 70% dos jovens assimilam os processos de inserção profissional como

sendo uma questão muito mais individual do que relacionada à formação escolar, o que aparece quase na mesma proporção da avaliação que fazem sobre como se sentem diante do mercado de trabalho, na qual 66,0% dos jovens atestam que precisam de mais qualificação para enfrentá-lo.

Em outros termos, isso significa dizer que, ao mesmo tempo em que a importância da escola para o futuro profissional é apontada por 79,0% dos jovens – isto é, de modo extrema e significativamente expressivo – apenas 26,2% (27 sujeitos) avaliam a formação escolar como sendo, efetivamente, um fator determinante para a inserção. Isso nos leva ao pressuposto de que, para os jovens, a formação escolar seria subjetivamente importante, mas não concretamente determinante. É nesse sentido, portanto, que os cursos técnicos e complementares, isto é, a “formação continuada”, de modo geral despontam – ou pelo menos são cogitados – como possíveis estratégias dos jovens frente às dificuldades de inserção profissional com muito mais expressividade do que à escolarização formal: afinal, se a escola não atende aquela que os jovens consideram ser sua função – preparar “para a vida” e para o exercício profissional – uma alternativa seria recorrer a outros espaços para adquirirem as habilidades que eventualmente considerem necessárias ao exercício profissional. O que de certa forma se articula, assim analisamos, aos sentidos que estes jovens fazem de trabalho, mais especificamente no que concerne à tríade escolarização-inserção profissional-estabilidade. Senão, vejamos.

No que diz respeito a essa questão, o gráfico a seguir nos indica que, de imediato, o trabalho é visto muito mais como um meio para a conquista da independência e da autorrealização que uma obrigação ou exploração (esta última alternativa não foi assinalada por nenhum jovem). Dentre os jovens que assinalaram independência ou autorrealização e crescimento como sentido mais forte que fazem de trabalho, nota-se que, muito embora estas alternativas tenham sido assinaladas também por jovens que no momento estão trabalhando, estas foram mais recorrentes dentre os que estão ou no primeiro emprego ou à procura dele. Já dentre aqueles que apreendem trabalho como uma necessidade ou obrigação, entretanto, estão os jovens que já trabalham ou estão desempregados.

Figura 32 – Sentidos atribuídos ao trabalho



Fonte: elaboração própria (2016).

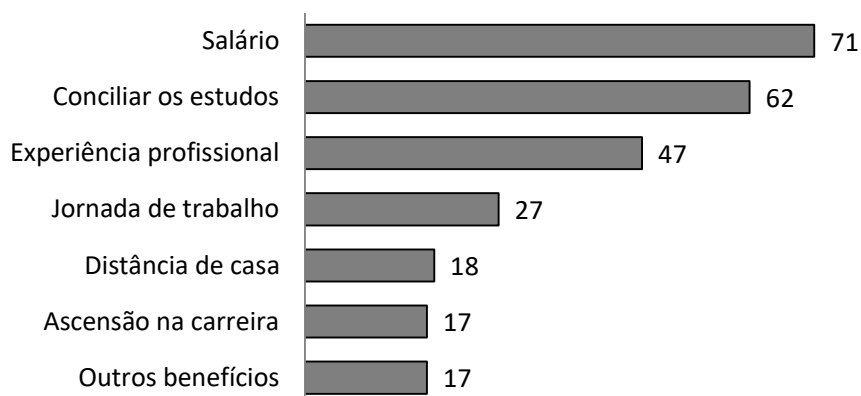
Na mesma direção, vale dizer que, analisando o conjunto de questões referentes às atuais condições de trabalho dos jovens, suas aspirações em relação ao futuro profissional e percepções quanto ao trabalho, foi possível identificar que o trabalho assalariado formal e estável, isto é, aquele com contrato de trabalho (carteira assinada) emerge, no cenário da pesquisa, como sendo uma representação expressivamente valorizada pelos jovens, pois, por meio dele, seria possível acessar proteção e benefícios sociais, bem como ocupações com menos riscos e instabilidades não assimiladas a outros tipos de ocupação como, por exemplo, aquelas informais que alguns jovens à procura do primeiro emprego já desempenharam, mas não consideram como “emprego”.

Este dado, no entanto, também não aparece explicitamente. Identificá-lo somente foi possível por meio de uma avaliação das questões em sua totalidade. Em nosso caso, isso consistiu na combinação de variáveis relacionadas às razões para aceitar um emprego, os motivos de insatisfação quanto ao emprego atual e, sobretudo, à frequência de jovens que, muito embora já tenham tido experiências profissionais prévias, atestam que estão à procura do primeiro emprego (questões que já tratamos até aqui).

No que diz respeito às razões mais fortes para aceitar um emprego (figura 33), o salário desponta como o elemento que a maioria dos jovens avalia como sendo fundamental para aceitar ou procurar uma nova ocupação, tanto como meio de sobrevivência como o recurso que lhes possibilita(ria) adquirir bens de consumo desejados e/ou objetivos imediatos. Trata-se, em nossa análise, de uma percepção mais instrumental e que parece ser, no caso dos jovens que procuram o seu primeiro emprego, a principal motivação para começar a trabalhar.

Em alguns casos, esta motivação aparece mais relacionada à sobrevivência e a necessidade de ajudar a família, como é o caso dos jovens que assinalaram que o trabalho representa uma necessidade. Em ambos os casos, não nos parece um exagero dizer que o salário – assim como condições de trabalho mais estáveis e seguras – como fonte de renda e ingressos, aparece para os jovens como uma “busca” fundamental que determina a direção de suas trajetórias.

Figura 33 – Razões mais fortes para aceitar um emprego



Fonte: elaboração própria (2016).

Como a figura 32 também demonstra, o segundo elemento mais importante levado em conta na busca pelo primeiro ou novo emprego é a possibilidade de conciliar os estudos, reforçando uma vez mais que, de fato, existe uma forte relação entre os processos de inserção profissional e as trajetórias escolares dos jovens. Quanto a isso, vale dizer que todos os jovens que assinalaram “jornada de trabalho” como uma das principais razões a se considerar na busca pelo primeiro ou por um novo emprego também assinalaram a alternativa “conciliar os estudos”. Desta articulação, infere-se uma grande preocupação com a organização do tempo, isto é, com a compatibilização dos horários de trabalho aos horários de estudo e também, assim analisamos, aos momentos de lazer e/ou outras atividades não vinculadas ao trabalho ou à escola, tendo em vista que, da totalidade da amostra, 59,7% dos jovens (58 sujeitos, dentre os quais, os 47 jovens que no momento estão trabalhando) atesta ter raros momentos dedicados ao lazer, geralmente durante as folgas mensais de seus empregos quando estas coincidem aos finais de semana.

Seguidos dos jovens que analisam a possibilidade de conciliar os estudos como um fator determinante, há também um número significativo de jovens que direcionam essa prioridade ao acúmulo de experiências profissionais. Representada pelo emprego, a preocupação dos jovens repousa em avaliar o quanto uma nova ou primeira experiência contribuirá para seus percursos profissionais, seja do ponto de vista da satisfação pessoal, como de um ponto de vista mais instrumental, isto é, se essa experiência será positiva para o currículo. A experiência profissional, em alguns casos, também aparece em conjunto à ascensão na carreira, alternativa mais frequentemente assinalada por jovens que assimilam o trabalho à autorrealização e crescimento, bem como à independência.

Dado esse ponto, é possível dizer que o sentido inicial atribuído ao trabalho se direciona à renda (salário) como meio de sobrevivência e/ou possibilidade de adquirir certos bens tanto para os que estão trabalhando como para aqueles que estão desempregados ou à procura do primeiro emprego. Em outras palavras, apesar de mais frequente dentre os jovens desempregados e aqueles que no momento estão trabalhando, o sentido do trabalho como meio de sobrevivência, isto é, necessidade, não está vinculado apenas aos que já trabalham ou aqueles que explicitamente enunciam que o trabalho é uma necessidade, mas sim, aos jovens em geral.

Nesse contexto, recorrendo a uma expressão de Frigotto (2004, p. 181), notamos que ocorre, dentre os jovens pesquisados, um processo de “adultização precoce” no qual a necessidade em vender força de trabalho articula-se à mistificação do processo de trabalho como um todo. Esta mistificação, por sua vez, ganha expressão na constatação de que, em que pese a precariedade dos postos de trabalho que os jovens investigados ocupam (ou venham a ocupar), persiste, dentre eles, a esperança de que, com “esforço”, essa condição pode ser superada, refletindo-se na concretização de todos os anseios e necessidades que, como já vimos, aparecem vinculadas ao salário e as aparentes garantias vinculadas a um emprego formal.

Nesse sentido, a passagem pela escola que, no caso da maioria dos jovens investigados, é marcada pela dificuldade em conciliar os estudos às jornadas de trabalho, é representada como um “mal necessário” tendo em vista que o futuro, mesmo que incerto, dela depende. Essa relação, no entanto, aparece de modo demasiadamente contraditório, tendo em vista que os próprios jovens parecem não conseguir efetivamente vislumbrar em que medida, de fato, a escola pode contribuir para aquela que consideram sua maior importância. Em outras palavras, se de um lado estes sujeitos endossam que estudar é uma preparação para a vida e a escola, importante para o futuro profissional; de outro, atribuem como fator determinante para uma boa inserção profissional o esforço individual e a “formação” obtida em espaços não-escolares. Apesar dessa contradição, no entanto, permanecem nela, pois permanecer estudando encontra sua razão de ser não somente na preocupação com o futuro profissional em si mesma, mas também, como uma estratégia de enfrentamento da vida na cidade, isto é, de melhorar as condições de vida no bojo de relações sociais de produção às quais a escola não responde e nem pode responder.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso objetivo, com essa dissertação, consistiu em analisar as trajetórias de inserção profissional de jovens concluintes do terceiro ano do ensino médio oriundos da periferia urbana de Camboriú frente aos processos de segregação socioespacial decorrentes da litoralização na região delimitada e sua articulação com as recentes transformações no mundo do trabalho. Para isso, elencamos os seguintes objetivos específicos, que retomamos aqui, para fins de conclusão: identificar quais são os sentidos de escolarização elaborados pelos jovens; suas principais dificuldades de inserção profissional e as possíveis estratégias e alternativas criadas pelos mesmos frente a estas dificuldades e, por fim, compreender como os processos de inserção profissional vivenciados pelos participantes da pesquisa se relacionam às suas compreensões de escolarização.

Começando pelas principais dificuldades de inserção profissional enfrentadas pelos jovens estudantes, de imediato, podemos assegurar – tanto na apreensão dos jovens como em nossa análise – que a maior delas repousa, em proporções muito próximas quanto à expressividade, na falta de experiência articulada às poucas vagas no mercado de trabalho. Nesse contexto, a maioria das estratégias de sobrevivência e enfrentamento a essas dificuldades encontra na escolarização formal e complementar um ponto comum, constatação esta que, por sua vez, foi o que nos possibilitou identificar, no que diz respeito aos sentidos de escolarização elaborados pelos jovens pesquisados, que os mesmos se articulam fundamentalmente aos discursos atualmente em voga sobre qualificação e empregabilidade, em que pese o fato de, em um primeiro momento, esta articulação não ser evidente.

No que concerne aos processos de segregação socioespacial, observamos que, mesmo analisados sob sua dimensão subjetiva, isto é, a forma pela qual estes processos são percebidos pelos sujeitos – os mesmos nos pareceram, de imediato, legíveis apenas e fundamentalmente quanto ao lugar de moradia em seu sentido mais “geométrico”, ou seja, quanto à localização objetiva da moradia, dos espaços de lazer, etc. Em outras palavras, muito embora o fato de boa parte da vida cotidiana dos jovens pesquisados estar subsumida ao trajeto casa-trabalho já indicar um forte vínculo entre segregação socioespacial e trabalho, os processos de inserção profissional, entretanto, de imediato não apontavam maiores vínculos à experiência da segregação. Entretanto, conforme avançamos no percurso de análise dos dados observamos que, no que tange estes processos, tal vínculo surge mais ou menos implícito na evocação do trabalho como estratégia de diferenciação frente aos estigmas historicamente atribuídos ao distrito de Monte Alegre, isto é, para diferenciar as “pessoas boas” da “bandidagem”.

Todavia, essa significação acerca do trabalho, como argumentamos naquela ocasião e aqui reiteramos, não advém exclusivamente do seu significado ético/moral, mas, principalmente, de sua urgência enquanto problema, isto é, tal como indica Guimarães (2005), uma demanda a satisfazer que expressa, cosnequentemente, não somente a busca desses jovens por serem moralmente aceitos, mas, sobretudo, a busca por sua inserção como “sujeitos produtivos”. Nesse sentido, levando em consideração que o processo de “adultização precoce” – percebido no exame das condições concretas de vida e de trabalho dos sujeitos analisados – também engendra a mistificação do processo de trabalho como um todo (FRIGOTTO, 2004), podemos dizer que a experiência da segregação socioespacial tende, por sua vez, a acentuar processos de fetichização da realidade, haja vista que, no plano de fundo, o que ocorre no contexto delimitado é uma idealização do trabalho assalariado “formal e estável” como possibilidade de melhorar as condições de vida. O que muito contradiz, tal como analisamos no primeiro capítulo, em uma primeira aproximação ao objeto de nosso estudo, certa tendência atinente aos estudos sobre jovens e periferia no campo da educação: a de, por um lado e sob um otimismo acrítico, positivar a periferia urbana como “espaço de resistência” e, de outro, na esteira das teses pós-modernas, resumir a condição juvenil a enfoques culturalistas.

Diante disso, entendemos que reconhecer a precariedade das condições de vida do lugar em que moram não deixa de ser, no caso dos jovens pesquisados, uma forma de ser uma “resistência” no sentido subjetivo da palavra, isto é, de reconhecer que essa não é a melhor vida possível e, portanto, recusá-la. Todavia, não se pode dizer que esta é uma resistência política em sentido amplo e organizado, ou seja, no sentido de mobilização coletiva, até mesmo por que, como se pôde observar nas questões sobre uma cidade ideal, o “modelo” de cidade que os jovens apontam é, em sua maioria, explicitamente Balneário Camboriú e, para os demais, implicitamente o modelo metropolitano. Em outras palavras, o que se nota é que, em uma escala local se reconhece que essa

não é a melhor vida possível, mas em outras escalas ainda se assimilam realidades muito parecidas como sendo melhores.

Enfim, para concluir, reiteramos que esses processos – isto é a “fetichização” da realidade e a idealização do trabalho – a escolarização cumpre um papel fundamental. Esta pode *parecer* uma inferência meramente especulativa, entretanto, como procuramos demonstrar ao longo dos capítulos desta dissertação e, sobremaneira, evidencia a análise de dados; é justamente por meio da educação e precisamente no bojo dos discursos de inserção no mercado de trabalho como via de acesso a melhores condições de vida – isto é, depositando nessa inserção todas as suas esperanças – que se opera a inclusão residual dos jovens em um contexto social onde dois mundos muito próximos se excluem reciprocamente: em ambos podem ser encontradas as mesmas coisas, mas as oportunidades concretas, todavia, são extremamente desiguais.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. Juventude e nova precariedade salarial no Brasil: elementos da condição proletária no século XXI. In: _____; ESTANQUE, Elisio (orgs). **Trabalho, Juventude e Precariedade – Brasil e Portugal**. Bauru: Canal 6, 2012.

_____. **Dimensões da reestruturação produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. 2ª ed. Londrina: Práxis; Bauru: Canal 6, 2007. pp. 155-231.

_____; ARAÚJO, Renan. Thompson, Lukács e o conceito de experiência: um diálogo mais que necessário. **Revista Mundos do Trabalho**. Florianópolis, v. 5, n. 10, p. 53-70, jul/dez. 2013. Disponível em: <<https://tinyurl.com/mnxc7jc>> Acesso em: 01 de jul. 2016

ALVES, Pedro Assumpção. **Deslocamentos espaciais da população e a dinâmica econômica no Estado de Santa Catarina**: urbanização, migração e metropolização (1950-2000). 213f. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Demografia, 2008. Disponível em: <<https://tinyurl.com/llc4p75>>

AMARAL, Márcio Freitas do. **Culturas juvenis e experiência social**: modos de ser jovem na periferia. 142f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós Graduação em Educação. Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<https://tinyurl.com/kdvwf88>>

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 8ª ed. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2002.

_____. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2 ed. rev. e ampl. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

_____. A nova morfologia do trabalho no Brasil: reestruturação e precariedade. **Nueva Sociedad**: Democracia y Política en America Latina, Buenos Aires, v. 1, n. 5, p.44-59, jun. 2012. Especial em Português. Disponível em: <<https://tinyurl.com/mfv5g24>> Acesso em: 28 nov. 2015.

_____. Desenhando a nova morfologia do trabalho no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.

28, n. 81, p.39-53, mai/ago. 2014. Disponível em: <<https://tinyurl.com/m8s9sck>> Acesso em: 28 nov. 2015.

_____.; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, p.335-351, maio 2004. Disponível em: <<https://tinyurl.com/l3peegl>>. Acesso em: 30 out. 2015.

BARBOSA, Rafael Conde. **O significado atribuído à escola e ao Ensino Médio por jovens do 3º ano de uma escola pública de São Paulo**. 110 f. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Educação: São Paulo, 2011. Disponível em: <<https://tinyurl.com/m9ojrqw>>

BRAGA, Osmar Rufino. **Autobiografização e formação de juventudes**: uma reflexão sobre a produção da vida na periferia. 371 f. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Educação: Fortaleza, 2013. Disponível em: <<https://tinyurl.com/k9gx7ay>>

BRAGA, Ruy. **A política do precariado**: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

BRASIL. Departamento Nacional de Produção Mineral
Cadastro de produtores do setor mineral de Santa Catarina: ano base 2013. Brasília: DNPM, 2017.
50 p. Disponível em: <<http://www.dnpm.gov.br/dnpm/paginas/anuario-mineral-estadual/sc20092013>> Acesso em: 13 jun. 2017.

_____. Conselho Nacional de Secretários de Saúde.
Assistência de Média e Alta Complexidade no SUS. Brasília: CONASS, 2007. 248p. (Coleção Progestores – Para entender a gestão do SUS, 9) pp. 14-24.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A reprodução do espaço urbano como momento da acumulação capitalista. In: _____ (Org). **Crise urbana**. São Paulo: Contexto, 2015. pp. 25-35.

_____. **O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: FFLCH, 2007. 123p.

_____. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1994.

CAIERÃO, Iara Salete. **Jovens e escola - trajetórias, sentidos e significados**: um estudo em escolas públicas de Ensino Médio. 356 f. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós Graduação em Educação: Porto Alegre, 2008. Disponível em: <<https://tinyurl.com/mnxx92c>>

CAMBORIÚ (2012). **Caderno Técnico da Revisão do Plano Diretor**. Prefeitura Municipal de Camboriú. Secretaria Municipal de Planejamento Urbano. Disponível em: <<http://tinyurl.com/j6sxlja>> Acesso em 07 nov. 2015.

_____ (1973). **Lei nº 84/73**, de 17 de setembro de 1973. Cria o Conselho Municipal de Turismo e dá outras providências. (Regovada pela Lei 1275/98). Disponível em: <<https://tinyurl.com/y93x5d9o>> Acesso em: 26 mai. 2017.

_____. (1989). **Lei nº 782/89**, de 21 de novembro de 1989. Dispõe sobre a organização da administração municipal de Camboriú, estabelece diretrizes gerais para a modernização administrativa, e dá outras providências (Revogada pela Lei nº 990/1993 e Lei Complementar nº 26/2009). Disponível em: <<https://tinyurl.com/y9zf9rop>>

_____. (1998). **Lei nº 1275/98**, de 14 de julho de 1998. Cria o Conselho Municipal de Turismo. Disponível em: < <https://tinyurl.com/y8p3ofmu> >

CAMBORIÚ de todos os tempos. Direção de Analu Vignoli. Camboriú: Independente, 2012. (30 min.), son., color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=QaIH-tkZECI>>. Acesso em: 14 abr. 2017.

CARVALHO, Maria do Carmo Brandt de. O conhecimento da vida cotidiana: base necessária à prática social. In: NETTO, José Paulo; _____. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1987.

CORRÊA, Isaque de Borba. **A história de duas cidades: Camboriú e Balneário Camboriú**. Camboriú: Edição do Autor, 1985.

CORRÊA, Lycinia Maria. **Entre apropriação e recusa: os significados da experiência escolar para os jovens da periferia urbana de São Bernardo do Campo**. 292 f. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar: Araraquara, 2008. Disponível em: <<https://tinyurl.com/l7jwm2o>>

CASTRO, Ramon Peña. Trabalho abstrato e trabalho concreto. In: LIMA, Júlio César França; PEREIRA, Isabel Brasil (Orgs). **Dicionário da Educação Profissional em Saúde** [online]. Fundação Oswaldo Cruz, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio: Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<https://tinyurl.com/k52myve>> Acesso em 14 abr. 2017.

CIAVATTA, Maria. O trabalho como fonte de pesquisa: memória, história e fotografia. In: _____. FRIGOTTO, Gaudêncio. **A experiência do trabalho e a educação básica**. 2ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora. p. 29-45.

DANIELSKI, Marcelo. **Padrão arquitetônico e representação social na paisagem de Beira-mar de Balneário Camboriú/SC**. 276 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Geografia: Florianópolis, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/>> Acesso em: 14 abr. 2017

DUARTE, Newton. **Lukács e Saviani: a Ontologia do Ser Social e a Pedagogia Histórico-Crítica**. In: Anais do VIII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas. Campinas, HISTEDBR, 2009. Disponível em: <<http://tinyurl.com/j8cqq9d>> Acesso em 25 nov. 2012

_____. A contradição entre universalidade da cultura humana e o esvaziamento das relações sociais: por uma educação que supere a falsa escolha entre etnocentrismo ou relativismo cultural. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 32, n. 3, p. 607-618, set/dez. 2006. Disponível em: <<https://tinyurl.com/lo2whr4>> Acesso em 28 out. 2016.

_____. A rendição pós-moderna à individualidade alienada e a perspectiva marxista da individualidade livre e universal. In: _____. (Org.). **Crítica ao fetichismo da individualidade**. Campinas: Autores Associados, 2004.

DUARTE, Aldimar Jacinto. **Jovens urbanos da periferia de Goiânia: espaços formativos e mediações escolares**. 217 f. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós-Graduação em Educação: Goiânia, 2012. Disponível em: <<https://tinyurl.com/kjxzb2p>>

DUAYER, Mário (et al.). A ontologia de Lukács e a restauração da crítica ontológica em Marx. **Rev. Katálýsis**, Florianópolis, v. 16, n. 1, 2013. Disponível em: <<https://tinyurl.com/n5gvhpa>> Acesso em: 15 out. 2016.

EAGLETON, Terry. **As ilusões do pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

_____. **Cartas sobre materialismo histórico. Para Joseph Bloch**. Trad. Vinicius Valentin Raduan Miguel (do Inglês para o Português). Texto originalmente publicado em *Der Sozialistische Akademiker*, Berlin, outubro de 1895, em Alemão. Disponível em: <<https://tinyurl.com/mkfuwsc>> Acesso em: 18 out. 2016.

FONTES, Virgínia. Lutas de classes e sociedade civil na década de 1990: o que muda da Abong às Fasfil? In: _____. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. 2ª ed. Editora UFRJ: Rio de Janeiro, 2010. pp. 255-302.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 2001. pp. 69-90.

_____. Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (orgs). Trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004.

GADOTTI, Moacir (Org). **Paulo Freire: contribuciones para la pedagogía**. Buenos Aires: CLACSO, 2008.

GOULARTI FILHO, Alcides. A formação econômica de Santa Catarina. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 23, n. 2, pp. 97-1007, 2002. Disponível em: <<https://tinyurl.com/k7zfgc7>> Acesso em: 14 abr. 2017.

_____. O planejamento estadual em Santa Catarina 1955-2002. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 26, n. 1, p. 627-660, 2005. Disponível em: <<https://tinyurl.com/m2czvax>> Acesso em: 14 abr. 2017.

GOULARTI, Juliano Giassi. Migrações e urbanização em Santa Catarina. **Revista Desenvolvimento Socioeconômico em Debate**, Criciúma, v. 1, n. 2, pp. 85-105, 2015. Disponível em: <<https://tinyurl.com/mkt3foe>> Acesso em: 14 abr. 2017.

GUARALDO, Livia Maria. **Discursos jovens sobre vida, escola e trabalho**: um estudo realizado em uma escola estadual de Ensino Médio em São Paulo. 115 f. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Educação: São Paulo, 2008. Disponível em: <<https://tinyurl.com/ku9bpma>>

GUIMARÃES, Nadya Araújo. Por uma sociologia do desemprego. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 17, n. 50, p. 104-121, 2002. Disponível em: << <https://tinyurl.com/yckwqwra> >> Acesso em 13 mai. 2017.

_____. Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil? In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (orgs.). **Retratos da Juventude Brasileira**. São Paulo, Instituto Cidadania e Editora da Fundação Perseu Abramo, 2004.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1993. pp. 13-117.

_____. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

_____. Mudança tecnológica, processo de trabalho e composição de valor do capital. In: _____ . **Os limites do capital.** São Paulo. Boitempo Editorial, 2013. pp. 180-232.

IBGE (2015). **Estimativas da população residente no Brasil e Unidades da Federação.** Data de referência em 1º de julho de 2015. Disponível em: <<http://tinyurl.com/zktberg>> Acesso em: 30 set. 2015.

_____ (2015b). **Síntese de indicadores sociais de Camboriú.** Plataforma IBGE Cidades. Disponível em: < <http://tinyurl.com/z2v3tx8>> Acesso em 30 set. 2015.

_____ (2015c). **Síntese de indicadores sociais de Balneário Camboriú.** Plataforma IBGE Cidades. Disponível em: < <http://tinyurl.com/jol63uk>> Acesso em 30 set. 2015.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto.** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. pp. 13-41.

KOWARICK, Lucio. **A Espoliação Urbana.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Coleção Estudos Brasileiros; v. 44).

KUENZER, Acácia Zeneida. **Ensino Médio:** construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. São Paulo: Cortez Editora, 2000. p. 11-93.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço.** Trad. livre de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins, do original *La production de l'espace*. 4ª ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000. Disponível em: <<https://tinyurl.com/ly5z567>>

_____. **A revolução urbana.** 1ª reimp. Trad. Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. pp. 15-124.

_____. **O pensamento marxista e a cidade.** Trad. Maria Idalina Furtado. Lisboa: Editora Ulisseia, 1972. pp. 77-173.

LUKÁCS, György. Los problemas del reflejo en la vida cotidiana. In: _____. **Estética:** cuestiones preliminares y de principio. 1ª ed. Trad. Manuel Sacristán. Barcelona: Ediciones Grijalbo, 1966. pp. 33-81.

_____. O trabalho. In: _____. **Para uma Ontologia do Ser Social.** v. 02. 1ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013. pp. 41-126.

_____. Os princípios ontológicos fundamentais de Marx. In: _____. **Para uma Ontologia do Ser Social.** v. 01. 1ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012. pp. 196-294.

LYOTARD, Jean François. **A condição pós-moderna.** 7ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

MALIK, Kenan. O espelho da raça: o pós-modernismo e a louvação da diferença. In: WOOD, Elen Meiksins; FOSTER, John Bellamy (Orgs). **Em defesa da história:** marxismo e pósmodernismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999. pp. 07-22.

MARX, Karl. A mercadoria. In: _____. **O Capital:** crítica da economia política. Livro I – O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013. pp. 157-218.

MARX, Karl. O processo de trabalho e o processo de valorização. In: _____. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I – O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013. pp. 326-352.

MARX, Karl. Tempo de rotação e número de rotações. In: _____. **O Capital**: crítica da economia política. Livro II – O processo de circulação do capital, seção II – A rotação do capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015. pp. 153-156.

MARX, Karl. Capital fixo e capital circulante. In: _____. **O Capital**: crítica da economia política. Livro II – O processo de circulação do capital, seção II – A rotação do capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015. pp. 157-173.

MARX, Karl. Capital constante e capital variável. In: _____. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I – O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013. pp. 353-367.

MARX, Karl. O tempo de curso. In: _____. **O Capital**: crítica da economia política. Livro II – O processo de circulação do capital, seção II – A rotação do capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015. pp. 219-224.

MARX, Karl. **Crítica do Programa de Gotha**. 1ª ed. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012. 158p.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. 1ª ed. Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004. pp. 79-90.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007. pp. 25-114.

MATTEI, Lauro; LINS, Hoyêdo Nunes. Tendências e desafios do desenvolvimento socioeconômico catarinense. In: _____. (Orgs.) **A socioeconomia catarinense**: cenários e perspectivas no início do século XXI. Chapecó: Argos, 2010.

MÉSZÁROS, István. **A montanha que devemos conquistar**: reflexões acerca do Estado. 1ª ed. trad. Maria Izabel Lagoa. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015. (Coleção Mundo do Trabalho).

MÉSZÁROS, István. **O conceito de dialética em Lukács**. 1ª ed. Trad. Rogério Bettoni. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MICHELS, Ido Luiz. **Crítica ao modelo catarinense de desenvolvimento**: do planejamento econômico aos precatórios (1956-1997). 1ª ed. Campo Grande: Editora da UFMS, 1998.

MIOTO, Beatriz Tamasso. **Integração econômica e rede urbana em Santa Catarina**: transformações no período da desconcentração produtiva regional (1970-2005). 153f. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 2011. Disponível em: <<https://tinyurl.com/mgncw7f>> Acesso em: 14 abr. 2017.

MORAES, Maria Célia Marcondes de. “A teoria tem consequências”: indagações sobre o conhecimento no campo da Educação. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 30, n. 107, p. 585-607, maio/ago. 2009. Disponível em: <<https://tinyurl.com/k8vjpk4>> Acesso em: 05 de jul. 2016.

_____; MÜLLER, Ricardo Gaspar. E.P Thompson e a pesquisa em Ciências Sociais. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 27, n. 2, p. 481-517, jul/dez. 2009. Disponível em:

<<https://tinyurl.com/lcuscscs>> Acesso em 18 de out. 2016.

_____. Dupla problemática do objeto da história: ontológica e metodológica. In: _____. **Reformas de ensino, modernização administrada: a experiência Francisco Campos – anos vinte e trinta.** Florianópolis: Núcleo de Publicações (NUP), Centro de Ciências da Educação, UFSC, 2000.

_____. Recuo da teoria: dilemas na pesquisa em educação. **Revista Portuguesa de Educação**, Minho, v. 14, n. 1, p. 07-25. 2001. Disponível em: <<https://tinyurl.com/lxu4gvpv>> Acesso em 10 nov. 2016.

MOTTA, Vânia Cardoso. Ideologias do Capital Humano e do Capital Social: da integração à inserção e ao conformismo. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**. Rio de Janeiro, v. 6 n. 3, p. 549-571, 2009. Disponível em: <<https://tinyurl.com/mmfp5a5>> Acesso em 05 jan. 2016.

_____. Capital social: solução para os males do capitalismo mundializado? **Revista Boletim Técnico do Senac**. Rio de Janeiro, v. 34, n.2, maio/ago. 2008. Disponível em: <www.senac.br/BTS/342/artigo-3.pdf> Acesso em 05 jan. 2016.

MUSSE, Ricardo. O debate marxista sobre a pós-modernidade. **Revista do Programa Avançado de Cultura Contemporânea**. Rio de Janeiro, n. 7, ano 3, 2012. Disponível em: <<https://tinyurl.com/n7bowq4>>

MTE (2015). **Santa Catarina gera mais de 50 mil postos em 2014:** Destaque foi o setor de serviços, com contribuição de 30.217 novas vagas. Reportagem. Assessoria de Imprensa/MTE – Ministério do Trabalho e Emprego. 30 de setembro de 2015. Disponível em: <<https://tinyurl.com/k929yj3>> Acesso em 15 nov. 2015.

NASCIMENTO, Elisete Regina do. **Jovens urbanos da periferia de Porto Alegre:** a arte de dar forma à própria vida. 137 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação: Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/14836>>

NEGRI, Silvio Moisés. Segregação socioespacial: alguns conceitos e análises. **Coletâneas do Nosso Tempo**, Rondonópolis, v. 8, n. 8, p.129-153, ago. 2008. Disponível em: <<http://www.periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/coletaneas/article/download/108/99>>. Acesso em: 12 set. 2017

NETTO, José Paulo. **Introdução ao Estudo do Método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. **Breve nota à interlocução entre pensadores da educação e Marx.** Trabalho Encomendado – GT09 (Trabalho e Educação). 37ª Reunião Nacional da ANPEd – 04 a 08 de outubro de 2015, UFSC – Florianópolis. Disponível em: <<https://tinyurl.com/lp2xb4>> Acesso em: 18 dez. 2015.

_____. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Revista Temporalis**. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2. Nº 3 (jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, Grafile, 2001.

_____. Crise do capital e as consequências societárias. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 111, p. 413-429, jul./set. 2012. Disponível em: <<https://tinyurl.com/nx8b4a7>> Acesso em 12 jan. 2016.

_____. Para a crítica da vida cotidiana. In: _____. CARVALHO, Maria do Carmo Brandt de. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1987.

_____. **Capitalismo e reificação**. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

_____. Lukács e a sociologia. **Contexto**, São Paulo, n. 1, p. 61-77, nov. 1976. Disponível em: <<https://tinyurl.com/kfya7ax>> Acesso em: 23 nov. 2016.

NETO, Adalberto Coutinho de Araújo. **Entre a revolução e o corporativismo: a experiência sindical dos ferroviários da E. F. Sorocabana nos anos 1930**. 290f. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, Faculdade de Letras, Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, 2006. pp. 51-67.

OIT (2014). **Trabajo Decente y Juventud en América Latina y Caribe**. Disponível em: <<https://tinyurl.com/kh95gsx>> Acesso em 18 nov. 2015.

_____. (2015). **Panorama Laboral: América Latina y Caribe**. Disponível em: <<http://tinyurl.com/q2fg8dl>> Acesso em 18 de nov. 2016.

_____. (2012). **Tendencias Mundiales del Empleo 2012: Prevenir una crisis mayor del empleo**. Disponível em: <<https://tinyurl.com/lp4aumf>>. Acesso em: 18 nov. 2015.

OLIVEIRA, Ramon de. Empregabilidade e Competência: conceitos novos sustentando velhos interesses. **Revista Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 5, p.39-53, jan/jul. 1999. Disponível em: <<https://tinyurl.com/kbfvo3n>> Acesso em 22 nov. 2015.

PEREIRA, Raquel Fontes do Amaral. A particularidade do quadro urbano do litoral do catarinense no processo de urbanização do sul do Brasil. In: PEREIRA, Élson Manoel; DIAS, Leila Christina Duarte. (Org.). **As cidades e a urbanização no Brasil: passado, presente e futuro**. 1ª ed. Florianópolis: Insular, 2011a. pp. 251-268.

_____. Expansão urbana e turismo no litoral de Santa Catarina: o caso das microrregiões de Itajaí e Florianópolis. **Interações**, Campo Grande, v. 12, n. 1, p. 101-111, jan./jun. 2011b. Disponível em: <<http://tinyurl.com/nxuybwu>> Acesso em: 17 abr. 2017.

PIZZOLATO, Nélcio Domingues (et al.). Zonas de influência portuárias – hinterlands: conceituação e metodologias para sua delimitação. **Gest. Prod.**, São Carlos, v. 17, n. 3, p. 553-566, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/gp/v17n3/09.pdf>> Acesso em: 16 mai. 2017.

REBELO, José Ângelo. **Camboriú: sem história não dá**. Camboriú: Edição do Autor, 1998.

REIS, Juliana Batista dos. **Transversalidade nos modos de socialização e individuação: experiências juvenis em rede**. 224f. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Educação. Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <<https://tinyurl.com/lzq79kq>>

ROCHA, Paula Fernanda de Melo. **O papel da escola frente aos desafios do século XXI: a opinião de jovens estudantes do Ensino Médio do Distrito Federal**. 179 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Católica de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Educação: Brasília, 2007. Disponível em: <<https://tinyurl.com/m4uhgoe>>

RODRIGUES, Mavi. **Michel Foucault sem espelhos**: um pensador proto pós-moderno. 252f. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social: Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://tinyurl.com/h5y6r78>>

RUMMERT, Sonia Maria et. al. Educação e formação humana no cenário de integração subalterna no capital-imperialismo. In: SILVA, Mariléia Maria da; EVANGELISTA, Olinda; QUARTIERO, Elisa Maria. **Jovens, trabalho e educação**: a conexão subalterna de formação para o capital. Campinas: Mercado de Letras, 2012.

SANTOS, Edvaldo Albuquerque dos. **Ensino Médio regular noturno**: as determinações do capital na formação do trabalhador. 87 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Alagoas, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira: Maceió, 2011. Disponível em: <<https://tinyurl.com/k5wsmaa>>

SANTOS, Fabíola Martins dos. **Uma análise histórico-espacial do setor hoteleiro no núcleo urbano central de Florianópolis**. 189f. Dissertação (Mestrado). Universidade do Vale do Itajaí, Centro de Educação de Balneário Camboriú, Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hotelaria, 2005. Disponível em: <<http://tinyurl.com/y8hkm4f9>> Acesso em: 23 abr. 2017.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. Revista Brasileira de Educação, v. 12 n. 34 jan./abr. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234>> Acesso em: 23 abr. 2017.

SEABRA, Fernando (et al). O efeito litoralização e a distribuição regional de renda e de população em Santa Catarina. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 32, n. 1, p. 197-216, jun. 2011. Disponível em: <<http://tinyurl.com/m7kb2wy>> Acesso em: 10 de mar. 2015.

SILVA, José Bento Rosa da. Preto não ajuda preto! Tensões e solidariedades entre parceiros de cativo numa freguesia da Villa do Itajahy (SC) em 1872. In: **Anais do I Seminário Internacional de História do Trabalho e V Jornada Nacional de História do Trabalho**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 25 a 28 de outubro de 2010. Disponível em: <<http://labhstc.ufsc.br/files/2012/09/Jose-Bento-da-Silva.pdf>> Acesso em: 14 out. 2016.

SILVA, Mariléia Maria da. Entre “plano b” e “saídas de emergência”: percursos e expectativas profissionais de jovens trabalhadores/as. **Trabalho Necessário**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 142-164, ago. 2015. Disponível em: <www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN_21/6_Artigo.pdf> Acesso em: 23 de jan. 2016.

_____. et al (Org.). **Jovens, trabalho e educação**: a conexão subalterna de formação para o capital. Campinas: Mercado de Letras, 2012. 318p.

_____. Redes de relações sociais e acesso ao emprego entre os jovens: o discurso da meritocracia em questão. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 110, p. 243-260, jan./mar. 2010. Disponível em: <<https://tinyurl.com/nm68uyo>> Acesso em: 23 de jan. 2016.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. São Paulo: Nacional, 1974. 377p.

_____. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: _____. **Economia política da urbanização**. 3ed. São Paulo: Brasiliense, 1976. pp. 31-60.

SPOSITO, Marília Pontes. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude-escola no Brasil. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni

Branco (Orgs.). **Retratos da juventude brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania; Fundação Perseu Abramo, 2005. pp. 87-128.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão Sposito. A cidade dentro da cidade: uma edge city em São José do Rio Preto. **Scripta Nova**, Barcelona, vol. n° 7, n. 146, 2003.

Disponível em: <[http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146\(045\).htm](http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146(045).htm)> Acesso em 10 de abr. 2016.

STECANELA, Nilda. **Jovens e cotidiano**: trânsitos pelas culturas juvenis e pela “escola da vida”. 400f. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de PósGraduação em Educação. Porto Alegre, 2008. Disponível em: <<https://tinyurl.com/kkz6nnh>>

SUGAI, Maria Inês. **Segregação Silenciosa**: investimentos públicos e distribuição socioespacial na área conurbada de Florianópolis. 1ª ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2015. 275p.

TESTONI, Maria da Glória Benvenutti. **Estudo sócio-econômico do município de Camboriú**. Itajaí: Universidade do Vale do Itajaí, 1993.

TONET, Ivo. **Educação contra o capital**. 2ª ed. rev. Instituto Lukács: São Paulo, 2012.

_____. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Editora Unijuí: Ijuí, 2005.

TUMOLO, Paulo Sérgio. O trabalho na forma social do capital e o trabalho como princípio educativo: uma articulação possível? **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 26, n. 90, p. 239-265, Jan./Abr. 2005. Disponível em: <<https://tinyurl.com/lz3nkaw>>